

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BRASIL E ESTADOS UNIDOS NAS REPRESENTAÇÕES DE OLIVEIRA
LIMA E SALVADOR DE MENDONÇA (1870-1914): IDÉIAS SOBRE A
INSERÇÃO BRASILEIRA NA AMÉRICA

AMÉRICO ALVES DE LYRA JÚNIOR

Brasília, 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BRASIL E ESTADOS UNIDOS NAS REPRESENTAÇÕES DE OLIVEIRA
LIMA E SALVADOR DE MENDONÇA (1870-1914): IDÉIAS SOBRE A
INSERÇÃO BRASILEIRA NA AMÉRICA

AMÉRICO ALVES DE LYRA JÚNIOR

Tese apresentada ao Departamento de
História da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a obtenção
do título de Doutor em História.

Orientador:
Prof. Dr. Jaime de Almeida

Brasília, março de 2008

Lyra Júnior, Américo Alves de.

Brasil e Estados Unidos nas representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça (1870-1914): idéias sobre a inserção brasileira na América/Américo Alves de Lyra Júnior. Brasília: - UnB/HIS, 2008. x, 292f

Orientador: Jaime de Almeida

Tese (Doutorado)- UnB/Instituto de Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2008.

Referências bibliográficas: f. 233-238.

1. América. 2. Doutrina de Monroe. 3. Estados Unidos. 4. Oliveira Lima. 5. República 6. Salvador de Mendonça. I. Almeida, Jaime de. II. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

CDU - 87

BRASIL E ESTADOS UNIDOS NAS REPRESENTAÇÕES DE OLIVEIRA
LIMA E SALVADOR DE MENDONÇA (1870-1914): IDÉIAS SOBRE A
INSERÇÃO BRASILEIRA NA AMÉRICA

Américo Alves de Lyra Júnior

Orientador: Prof. Dr. Jaime de Almeida

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Banca:

Presidente - Prof. Dr. Jaime de Almeida (HIS-UNB)

Prof. Dr. Pio Penna Filho (Examinador externo - HIS-UFMT)

Prof. Dr. José Carlos Brandi Aleixo (Examinador IREL-UNB)

Prof. Dr. Antonio José Barbosa (Examinador HIS-UNB)

Prof. Dr. Dinair Andrade da Silva (Examinador HIS-UNB)

Prof. Dr. Argemiro Procópio Filho (Examinador suplente IREL-UNB)

Brasília
Março de 2008

Dedico este trabalho às três pessoas mais importantes da minha vida: minha esposa, minha filha e minha mãe. Elas me toleraram ao longo do Doutorado e, sobretudo, quando, no fim dele, o termo “tolerar” passou a ter dois sentidos complementares: conviver com um sujeito que variava, com facilidade, do desespero ao mau-humor e a ter a capacidade de me reanimar nos momentos mais complicados e sofridos. Para isso, bastava-me a simples lembrança nos períodos que a presença me foi negada, para ter fé no dia seguinte e continuar caminhando apesar dos terrenos arenosos. Expresso minha gratidão por meio de uma sentença simples, mas que manifesta meus sentimentos mais sinceros: eu amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para homenagear pessoas que, talvez sem o saber, foram importantes nesta fase da minha vida. Como sou um sujeito de sorte, tenho essas amizades em diferentes estados do Brasil.

Brasília, Distrito Federal: Professor Doutor Jaime de Almeida, pois não fosse sua generosidade em me acolher como orientando e sua leitura crítica e inteligente da tese, eu não escreveria este agradecimento. Também o agradeço por ter reaprendido, com as suas atitudes, que é possível ser competente e sincero sem perder o respeito pelo outro. À Professora Geralda Dias Aparecida, com quem aprendi a gostar da literatura sobre América e a me interessar por seu estudo. Ao Delmo pela amizade construída nos seminários do Programa de Pós-Graduação em História da UnB e no magistério de ensino superior. À Lídia Xavier pela amizade e pelo apoio revelado, em especial, na leitura do projeto de Qualificação. Ao Marcelo Cunha, amigo e irmão, que tem o dom de nos forçar ao exercício corajoso da reflexão. A Dona Sônia, minha “mãe torta”, e ao Seu Amado pelo conforto saudável da amizade. Aos meus compadres, Graça e Paulino, pela atenção dispensada e aos meus parentes pelas orações. Ao Mateus Pereira pelo otimismo e presteza constantes e às sempre amigas e protetoras “dona” Dinha, Lenita e Renilda.

Rio de Janeiro: aos colegas da Biblioteca Nacional Ana Naldi, José Augusto Gonçalves e Maria Lizete pela atenção e zelo que dispensam às pessoas e ao trabalho.

Amapá: ao “Seu” João Capiberibe, grande amigo e também meu sogro, pela ajuda nos momentos complicados.

Roraima: às professoras doutoras Carla Monteiro, Madalena e Maria Luiza pelo incentivo quando me desanimava. Ao professor Felipe Moreira e a sua esposa Daise pela bela amizade que me ofereceram de forma generosa. Ao André, bolsista do Departamento de Relações Internacionais, pela amizade. Ao Adnan e toda a sua família – Abgail, Farid, Neto e esposa Daiane e ao Tarek – pessoas especiais que acolheram, e protegeram, a minha família e a mim.

RESUMO

A tese trata das representações dos intelectuais Oliveira Lima e Salvador de Mendonça acerca da inserção do Brasil na América. Lima e Mendonça pensavam e discutiam essas representações através de um conjunto de idéias que ressurgiram, sobretudo a partir da década de 1870, no cenário político e social brasileiro animado por setores intelectuais insatisfeitos com o trabalho servil, bem como simpáticos à causa republicana. Com a República proclamada, essas idéias seriam re-significadas por um novo quadro de questões, como a substituição dos governos militares pelos civis, com repercussão na economia e na política. Outra re-significação de fundo se relaciona às discussões sobre os compromissos do Brasil com os Estados Unidos, tendo por pano de fundo as repercussões e conseqüências do Corolário Roosevelt à chamada Doutrina de Monroe. Essas idéias e representações foram estudadas por meio de artigos jornalísticos e das obras completas dos autores, observando-se os discursos correntes nas décadas contempladas pela pesquisa. Os discursos foram analisados a partir do conceito de geração, de Karl Mannheim, para quem as gerações são agrupamentos humanos que vislumbram a realidade de forma muito comum pois se desenvolveram em um mesmo processo histórico e social. Os textos estudados, desse modo, possuem contextos simbólicos nos quais eles são inteligíveis. Os discursos representam referenciais de grupos com regras de sociabilidade próprias e entendimentos comuns, levando Oliveira Lima e Salvador de Mendonça a colocar suas intenções nos registros escritos ao responderem aos seus interlocutores. Dentro desse contexto, as opiniões e descrenças de Lima e de Mendonça no que diz respeito à República fazem sentido. Observa-se, contudo, as diferenças de conteúdos nesses discursos.

Palavras-chaves: América, Doutrina de Monroe, Estados Unidos, Oliveira Lima, Salvador de Mendonça.

ABSTRACT

This article deals with the representations, of two intellectuals, Oliveira Lima and Salvador de Mendonça, about the insertion of Brazil in America. Lima and Mendonça, both thought and discussed about all these representations with a set of ideas that resurged in the political and social scene of Brazil, mainly after 1870, what was livened up by unsatisfied intellectual sectors with the servile work as well as the republican cause sympathizers. With the proclaimed Republic, these ideas would have another meaning, changing into a new set of questions, as the substitution of the military governments for the civilian governments, repercuting in the economy and the politics. Another meaning is related to the discussions on the commitments of Brazil with the United States, because of the Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine. These ideas and representations had been studied in the journalistic articles and the complete collection of authors, observing them in the current speeches in the decades contemplated for the research. The speeches had been analyzed through the concept of generation of Karl Mannheim, for who the generations are human groupings that glimpse the reality in a very common form because they had been developed in one same historical and social process. The studied texts, in this case, have symbolic contexts which make them intelligible. The speeches represent groups of common references with proper rules of sociability and agreements which lead Oliveira Lima and Salvador de Mendonça to place their intentions in the written registers when they answer their interlocutors. In these contexts, the opinions and incredulities of Lima and Mendonça about the Republic make sense. However, we can observe the differences of contents in their speeches.

Key words: America; Monroe Doctrine; United States; Oliveira Lima; Salvador de Mendonça.

RESUMÉ

Cette thèse essaie d'analyser les représentations de Oliveira Lima et de Salvador de Mendonça par rapport à l'insertion du Brésil dans l'Amérique. Lima et Mendonça voyaient ces représentations par le biais d'un ensemble d'idées qui sont réapparues surtout à partir des années 1870 dans le domaine de la politique et du social brésilien animées par les secteurs intellectuels qui étaient mécontents à cause de la persistance de l'esclavage ainsi que par ceux qui étaient pour la cause républicaine. La République proclamée, ces idées seraient re-signifiées par un nouveau tableau de questions comme par exemple le remplacement des militaires par des civils au gouvernement et ses effets dans l'économie et dans la politique. Une autre re-signification de fond tient aux discussions à propos des accords entre le Brésil et les États-Unis en prenant comme indicatif les avatars de la doctrine de Monroe. Ces idées et ces représentations ont été étudiées par le biais d'articles journalistiques et de l'ensemble des oeuvres des deux auteurs en observant leurs discours courants pendant les décades prises en considération au cours de cette recherche. On a analysé les discours à partir du concept de génération de Karl Mannheim pour qui les générations sont des groupements humains qui aperçoivent la réalité d'une façon ordinaire puisqu'ils se sont développés dans un même processus historique et social. Les textes ainsi étudiés ont de contextes de symboles dans lesquels ils deviennent intelligibles. Les discours représentent des rapports de groupes avec des règles de sociabilité particulières et de conceptions communes, ce qui amène nos deux auteurs à placer leurs intentions dans les registres écrits à l'heure de répondre à leurs interlocuteurs. En considérant ce contexte, il y a du sens dans les opinions et dans l'incrédulité de Lima et de Mendonça face à la République. Il est cependant à remarquer les différences de contenus dans ces discours.

Mots-clés: Amérique, Doctrine de Monroe, États-Unis, Oliveira Lima, Salvador de Mendonça.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – A abdicação do Sr. D. Pedro II: Uma página da história – Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 12 de março de 1913.	233
Anexo B - <<A República>> O partido: Cousas do meu tempo - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 18 de maio de 1913.	234
Anexo C - <<A República>> O partido: Cousas do meu tempo (continuação) - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 25 de maio de 1913.	235
Anexo D - <<A República>> O partido: Cousas do meu tempo (continuação) - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 1º de junho de 1913.	236
Anexo E - <<A República>> O partido: Cousas do meu tempo (continuação) - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 8 de junho de 1913.	237
Anexo F - <<A República>> O partido: Cousas do meu tempo (continuação) - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 15 de junho de 1913.	238
Anexo G - <<A República>> O partido: Cousas do meu tempo (continuação) - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 23 de junho de 1913.	239
Anexo H - A mulher norte-americana: razões de superioridade - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 16 de setembro de 1913.	240
Anexo I - A mulher norte-americana: nas letras - Autor: Salvador de Mendonça – Jornal O IMPARCIAL de 16 de setembro de 1913.	241
Anexo J - O problema do negro (p. 19-53) e A influência da mulher (p. 124-165) – In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Nos Estados Unidos. Impressões políticas e sociais. Leipzig: F.A.Brockhaus, 1899.	242

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 ITINERÁRIO DE DOIS DIPLOMATAS: MANUEL DE OLIVEIRA LIMA E SALVADOR DE MENDONÇA.....	11
2.1 SALVADOR DE MENDONÇA: ACADÊMICO E JORNALISTA.....	16
2.2 SALVADOR DE MENDONÇA NAS MEMÓRIAS DE OLIVEIRA LIMA..	36
2.3 REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA NAS PONDERAÇÕES DE OLIVEIRA LIMA.....	47
3 A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A AMERICANIZAÇÃO.....	61
3.1 A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL: DO FIM DO IMPÉRIO AO COMEÇO DA REPÚBLICA.....	66
3.2 RIO BRANCO E A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA BRASILEIRA.....	104
4 AMÉRICA IBÉRICA E INGLESA: PERCEPÇÕES DE OLIVEIRA LIMA.....	113
4.1 O PARTICULARISMO AMERICANO: CAUDILHISMO, ESCRAVIDÃO E PACTO FEDERATIVO.....	122
4.2 OLIVEIRA LIMA E A MESTIÇAGEM NAS AMÉRICAS.....	149
4.2.1 <i>Pensando a conquista</i>	149
5 BRASIL E ESTADOS UNIDOS: PERCEPÇÕES DE SALVADOR DE MENDONÇA.....	169
5.1 REPÚBLICA BRASILEIRA NOS “FRAGMENTOS” DE SALVADOR DE MENDONÇA: CONDIÇÕES DO ESTABELECIMENTO DO REGIME E SEU DESENVOLVIMENTO.....	182
6 CONCLUSÃO	218
FONTES.....	224
BIBLIOGRAFIA.....	227
ANEXOS.....	233

I INTRODUÇÃO

(...) Uma activa e bem orientada circulação de idéias e de sentimentos entre as gentes que habitam a America; a penetração reciproca das suas conquistas espirituales, nos habilitam a occupar um lugar marcado entre as grandes nações cultas do mundo e plantaremos assim, do mesmo passo, os fundamentos de uma nobilitante communhão politica, de uma dignificadora solidariedade de aspirações e de ideaes, que nos tempos que correm constituem a razão ultima dos povos, - fôco desta immensa e alongada ellipse que elles descrevem na sua marcha ascensional e curvilinea (REVISTA AMERICANA. *As duas Américas*, Brasília: Senado Federal, 2001, p. 20-21).

Esse foi o espírito que animou a Revista Americana, um projeto de cooperação intelectual internacional que vogou do ano de 1909 ao ano de 1919, a publicar o seu primeiro número, na cidade do Rio de Janeiro, no mês de outubro. Segundo Álvaro da Costa Franco (2001, p. 12), o responsável pela revista foi Artur Guimarães de Araújo Jorge¹, então auxiliar do gabinete do barão do Rio Branco. Como lembra Costa Franco, não foram encontrados dados documentais que comprovem aquela responsabilidade e, considerando-se o carácter centralizador do barão, seria pertinente considerar sua intervenção nos assuntos discutidos e na seleção dos autores dos artigos. Estes, aliás, contribuíram para que os esforços apresentados na citação se cumprissem. Nela escreveram Francisco Félix Bayón, Francisco Garcia Calderón, Joaquim Nabuco, Norberto Piñero, Oliveira Lima, Rio Branco, Salvador de Mendonça e outros tantos pensadores americanos.

Mas esse entendimento acerca da amizade americana, da livre circulação de idéias de gente do continente sobre a sua história e o seu futuro nem sempre foi tema consensual no Brasil. Pode-se dizer que esse clima amistoso começou a germinar e a se desenvolver em meados da década de 1870, quando ressurgiam representações sobre a inserção do Brasil na América. Nesse momento, algumas

¹ Artur Guimarães de Araújo Jorge construiu uma carreira diplomática vitoriosa, tornando-se Embaixador em Lisboa, onde se aposentaria no ano de 1943. Antes disso, contudo, Araújo Jorge foi auxiliar do árbitro brasileiro no Tribunal Arbitral Brasil-Bolívia, 1905, e do árbitro do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano, 1906. No ano seguinte, ele seria designado a auxiliar Rio Branco em seu gabinete.

questões afligiriam setores intelectuais brasileiros, como o acabrunhamento com o trabalho servil e a simpatia, cada vez mais intensa, com a República. Quando esta viesse a ser proclamada, um novo conjunto de temas seria desenvolvido pela vida inteligente do país. Ela se debruçaria sobre as conseqüências da substituição das administrações militares pelos governos civis no campo econômico ou na esfera das relações internacionais, por exemplo. Uma das propostas desse trabalho doutoral é o de se indagar a respeito das idéias e dos fundamentos teóricos presentes, ou mesmo ausentes, nessas mudanças, por intermédio de dois personagens de época: Oliveira Lima e Salvador de Mendonça.

Essas mudanças são focadas, com atenção especial, aos temas que incidem sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos. Relações que se desenhavam já nas últimas décadas da Monarquia brasileira, pois os norte-americanos encantavam setores das elites² na Monarquia, sendo estas de inspiração monarquista ou republicana. Os primeiros admiravam a constitucionalidade estadunidense e os últimos elogiavam seu federalismo. O próprio monarca, Pedro II, manifestava seu interesse pela aproximação comercial dessas duas nações americanas. No tocante ao citado interesse de Pedro II, merece registro a atuação de Salvador de Mendonça, então cônsul brasileiro naquele país, por ter se empenhado para consolidar um tratado comercial já discutido com o presidente estadunidense Grover Cleveland. Os esforços de Mendonça, contudo, seriam vencidos pela indisposição de alguns políticos com a aproximação dos dois países mencionados, sendo que esta aproximação, cogitava os princípios acalentados naquela apresentação da Revista Americana e, também, na Doutrina de Monroe.

² Alan Zuckerman (s/d) afirma que existe um consenso sobre a tese da assimetria do poder político nas sociedades. Entende-se, assim, que os membros de uma sociedade não compartilham de igual forma do poder. Zuckerman lembra, entretantes, das dificuldades no sentido de se conceituar os grupos que, nessa divisão de poder, se constituem no papel de mandatários. As dificuldades se dão quando da necessidade de localizar os referentes empíricos do conceito, ou, dito de outra forma, no momento de se responder quais os personagens de uma análise e/ou narrativa histórica representam uma elite. Para precisar o conceito, Alan Zuckerman sugere, com base em Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, que uma elite seja identificada dentro de um quadro teórico desde que respeitados os problemas específicos de uma dada pesquisa. Esta postura foi adotada para se tratar do termo elites no presente trabalho. Compreende-se que houve, no Brasil, consoante José Murilo de Carvalho, uma unificação ideológica no Império e na República. A pedra angular, para a formação das elites brasileiras no sentido de sua unificação ideológica, foi a educação superior. A educação superior permitiu aos grupos mandatários, condições de ascensão dos seus membros na esfera do Estado imperial e republicano. Por isso, nomes que representaram o regime decaído participaram, igualmente, do novo que ascendia. Ou, ainda, justifica Salvador de Mendonça, um militante republicano, ter assumido cargos de relevo na Monarquia e Joaquim Nabuco, um monarquista constitucional, ter seu trabalho reconhecido na República. Eles, salvo as diferenças, formavam uma elite com a educação superior no sentido citado acima.

Os valores que desabrocharam na primeira década do século XX, e que estavam presentes naquela citação da Revista Americana, tomavam corpo e forma ao longo das duas últimas décadas do século XIX. No emblemático ano de 1889, por exemplo, ainda se ouviam os ecos das diversas disputas de interesses das elites brasileiras. A libertação dos escravos sem indenizações aos proprietários, a qual teve como consequência a desorganização do trabalho nas províncias do centro, permaneciam vivas na fala e na memória de membros das elites. Salvador de Mendonça, que não reconhecia o direito de propriedade de um homem sobre outro, elogiava a iniciativa apesar de compreender suas dimensões negativas para a Monarquia. Oliveira Lima criticava na mesma medida, pois entendia a indenização aos proprietários correta, sendo a escravidão legal, porém abominável. Não faltavam opiniões a respeito do tema. As diferenças incluíam, igualmente, o conjunto climático do Brasil. Entendia-se que o Sul favorecia a imigração europeia porque seu clima era mais ameno para os imigrantes, o que não ocorria no Norte. Esta região, desse modo, precisaria do escravo como agente de trabalho nas plantações.

O assunto em pauta merece uma observação porque a escravidão era uma instituição com marcas profundas na organização social do Brasil desde a colônia. Dessa forma, os discursos favoráveis à abolição significam importantes índices de análise. A este respeito, Jeffrey David Needell (1993) informa que a causa abolicionista atraiu setores médios urbanos até sua conclusão, comprometendo os pilares da estrutura rural dominada pelas elites latifundiárias. Os abolicionistas defendiam suas idéias, de acordo com David Needell, das mais variadas formas. Eles insuflavam os escravos, por meio de propagandas, a abandonarem as plantações. Outros se limitavam a ações no Parlamento. Mas, os abolicionistas provocaram a divisão dos latifundiários, os quais contribuíram para o êxito parcial dos setores radicais urbanos. Mais tarde, quando das reformas econômicas de caráter abrangente realizadas na República, a posse da terra e o tipo de dominação política oriunda dessa posse, continuariam protegidos. Há, portanto, um paradoxo, pois a abolição do trabalho escravo foi uma das mudanças de fundo já experimentado pela sociedade brasileira, a ponto de contribuir na falência de instituições políticas da Monarquia e ajudando, igualmente, na derrocada desse regime.

Alguns autores procuraram compreender esse cenário, com ou sem aquele paradoxo, mas, certamente um cenário repleto de justaposições e rupturas. Desse cenário resultou uma nova fase da história contemporânea brasileira, então composta pela mudança de regimes, isto é, o monárquico substituído pelo republicano; e por um quadro múltiplo de representações que o acompanhou, com apropriações e re-significações, até meados da segunda década do século XX. Nelson Nogueira Saldanha (2001) compreende esse cenário como um conjunto de alterações no concerto político das elites regionais, resultando em críticas e refutações a práticas comuns dos políticos do Império. Criticou-se, por exemplo, a conciliação nos acordos da vida pública e o ecletismo constitucionalista francês enquanto pensamento oficial. Este último foi rechaçado pelo materialismo dos críticos formados com base no modelo cientificista propagados nas escolas, nas faculdades de Direito e nos periódicos da Corte. A conciliação, propriamente, ensejava uma justaposição de interesses econômicos ao participar de uma organização social³ estável e rígida da vida rural. As elites oriundas dessa organização consolidaram-se como um pequeno grupo dentro do conjunto da população, afastando-se dos demais brasileiros ao passo que elaboravam reflexões sobre matrizes européias para manter sua dominação⁴. Dessas criações, encontra-se o poder moderador que foi apelidado de poder pessoal do monarca e refutado como prova do centralismo excessivo da Monarquia.

A conciliação e a organização social seriam, outrossim, fenômenos complementares e associados às mesmas elites. Elas conduziram o Império e foram compostas por proprietários de grandes frações de terra sem oposição consistente de setores urbanos, os quais não se apresentavam como uma alternativa de poder, mesmo porque a vida urbana era incipiente. O cenário político interno decorrente

³ Compreende-se organização social por meio das categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa. Elas fornecem possibilidades de construção de histórias ao permitir reflexões sobre ações sociais. A categoria espaço de experiência representa formas de organização em um dado lugar e tempo, revelando valores adquiridos de gerações anteriores. Horizonte de expectativas significa possibilidades apresentadas às gerações que, em alguns casos, negam costumes e práticas das antecedentes. Essas categorias não são pensadas separadamente, visto dividirem tempos de uma mesma geração.

⁴ Pensa-se a noção de poder por meio de Michel Foucault, o qual a admite como fenômeno realizado em formas diluídas no corpo social e que, mesmo indiretamente, ajuda a sustentar a autoridade do Estado. O poder se expande do macro para o micro e/ou sub-poderes e vice versa. No caso brasileiro, listam-se como mecanismos que exemplificam essa noção de poder a Academia Brasileira de Letras, a Revista Americana e a Revista Brasileira. Estas organizações tinham relação umbilical com o Estado, mantidas por meio de grupos que atuavam concomitantemente no macro e micro-poderes. Assim, o poder permanecia totalizante e mantinha seu centro de equilíbrio nas pessoas capituladas.

formava-se através de um bipartidarismo frágil que não punha em risco a ordem vigente. O partido conservador e o liberal se alternavam nos gabinetes imperiais, fortalecendo a máxima popular que cria não existir nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder. A pasmaceira da vida política no Império estava assentada em uma minoria de pessoas, normalmente vinculadas - direta ou indiretamente - a terra, e que era privilegiada no acesso aos empregos no Estado. Essa pasmaceira, consoante Nelson Nogueira Saldanha, privilegiava bacharéis vindos das faculdades de Direito e de Medicina que formavam os grupos dirigentes e/ou produziam crítica dos costumes. Mas suas idéias sobre o Brasil e o seu lugar no mundo passaram a ser questionadas por outras concepções, as quais lidavam com temas como o americanismo e o republicanismo.

O americanismo e o republicanismo foram noções que, de certa feita, estiveram muito próximas na perspectiva das elites. A primeira noção, porém, teve um raio de alcance maior porque significou um sentimento comum na América Ibérica. Um sentimento resultante da experiência dessas nações com transições liberais bastante semelhantes, pois a experiência liberal ibero-americana foi conservadora⁵. Essa experiência promoveu o declínio de doutrinas constitucionais clássicas, moldando Estados seculares. O republicanismo, precisamente no caso brasileiro, combinaria positivismo com federalismo para atender a interesses dos chefes das províncias e de intelectuais urbanos que entendiam a federação como progresso político.

Outras concepções referem-se ao período esboçado. Jeffrey David Needell trabalhou o período como sendo um processo de regeneração, entendido como a emergência de uma geração que, para se afirmar, conflitou com a anterior no tocante às práticas e tendências. A geração mais nova contestava as formas de solidariedade dos grupos anteriores, acusando-os de criar obstáculos para a ascensão dos novos bacharéis. A insatisfação, segundo David Needell, estava na

⁵ O liberalismo se caracterizou pela idéia de Estado de direito e Estado mínimo. Combinação que, em alguns casos, ocorreu separadamente. Existiram Estados de direito que não eram mínimos e Estados mínimos sem Estado de direito. Este binômio ocorreu na América Latina. No concernente à economia, o liberalismo prevalecia e no tocante à regulação dos poderes públicos deixava a desejar. Normas constitucionais que impediriam acesso irregular do poder por parte de certos grupos não eram observadas. Herança de uma tradição de autoridade estatal centralizada, com carga ideológica conservadora das elites acostumadas a países estratificados étnica e socialmente. Dessa forma, as possibilidades de um liberalismo conservador porque desprovido intencionalmente de perspectivas democráticas iriam cristalizar. Sobre esse debate teórico acerca da democracia e do liberalismo ver Norberto Bobbio, Liberalismo e democracia. São Paulo, 1990.

demora pela qual a máquina do Estado os absorvia. Eles julgavam o procedimento como muito lento. Essa dificuldade de ascensão relacionava-se ao número expressivo de bacharéis e à morosidade das colocações possíveis na Monarquia brasileira. Needell comenta que a nova geração era formada por filhos de fazendeiros que não desejavam, ou não podiam manter o status tradicional da posse da terra. Eles procuravam um posto no funcionalismo público que, como visto, estava incapacitado de absorvê-los. Fomentavam-se disputas políticas por cargos com indisposições mais intensas contra os círculos constituídos em torno de Pedro II. Além do que, as elites de fazendeiros de São Paulo estavam insatisfeitas porque se entendiam arredadas do poder. Essas elites desejavam uma federação descentralizada para as províncias desfrutarem suas próprias receitas e serem administradas pelos representantes escolhidos diretamente por elas.

Wilson Martins (1996) também lê esse período, mas por outro prisma. Martins o considera como momento de disputas pela reorganização do Estado, as quais suscitaram eventos de importância ao colocar a nu os problemas de fundo do regime monárquico quando este se pretendia moderno. Uma das pelejas deu-se entre os grupos aliados da igreja e o dos seus adversários. Trazia-se à tona, através das discussões, idéias novas que passaram a dominar as reflexões de muitos intelectuais. Essas idéias tinham basicamente duas matrizes que mesclavam as concepções conhecidas à época e se dividiam, grosso modo, em criticismo e positivismo. Martins expõe algumas combinações feitas através daquelas matrizes. Existiam, dentre outros, positivistas conservadores e liberais positivistas. Eles concorreriam com seu auxílio para elaborar o programa republicano. Essas combinações desnudariam, igualmente, problemas relevantes para o período apreciado, como, por exemplo, a educação, a evolução da nacionalidade brasileira, a identidade nacional e o federalismo.

Merece registro o fato dessas idéias e questões, observadas na história brasileira, serem comuns na América Ibérica. A busca por uma compreensão de nacionalidade e de uma sociedade americana, por exemplo, dava-se, na quase totalidade das nações, mediante noções de raça. Em todas as nações do continente, inclusive, proclamou-se o triunfo da ciência por uma mesma duração de tempo: durante a segunda metade do século XIX até meados do XX, quando essa certeza na supremacia da ciência se esgota por volta da Primeira Guerra. Nesse cenário, segundo Charles A. Hale (2001), constroem-se conceitos de nação e raça com

implicações na formação das elites que reformaram o Estado e a educação superior na América Ibérica. O ensino foi direcionado para contemplar questões de cunho científico e tecnológico atendendo as prerrogativas de nações que se queriam civilizadas e modernas. No Brasil, mais particularmente, esse conjunto de representações apresentado correspondeu a um tempo anterior à promulgação da República e se consorciou à emergência dos militares na qualidade de atores políticos. Estes obtiveram maior projeção após, e também durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). O desfecho da Guerra teria permitido verificar a relevância dos Exércitos nos demais países do continente, pois eles participariam mais assiduamente das esferas de poder. Emergiu, igualmente, uma insatisfação com a indiferença das elites civis, tidas, pelos militares, como corruptas e incompetentes. Na pesquisa realizada, foram observadas as transformações na América Ibérica e suas relações com os Estados Unidos a partir do Brasil. Para se compreender o objeto de estudo deste trabalho, ou seja, a inserção internacional brasileira no continente, no período citado, é necessário entender os referenciais naquele momento de mudanças, motivo pelo qual optou-se por relatar as interpretações dos dois diplomatas, a respeito da América, já que atuaram como representantes brasileiros no Estados Unidos.

O desfecho daquele conflito e a emergência do Exército como ator político, outrossim, fornecem as reflexões sobre o ambiente estudado na tese. Os veteranos da guerra projetaram-se e alcançaram patentes mais altas da hierarquia militar. Eles, no entanto, possuíam a mesma insatisfação dos escalões inferiores. Havia, por assim dizer, uma comunhão de sentimentos no momento que eclodiu a questão militar, no ano de 1883. Os militares tornaram público seu inconformismo com os superiores civis. Eles exigiam o direito de defender publicamente idéias e posições políticas, apesar das diferenças entre as gerações de militares, as quais se manifestavam pela formação recebida nos seus centros de instrução. A nova geração, a qual compunha o escalão inferior e era formada pelos jovens oficiais recém-saídos desses centros, aprendia a ser crítica da Monarquia. Esses jovens tinham uma origem quase sempre comum, pois eles eram oriundos de camadas médias urbanas ou filhos de pequenos proprietários rurais que possuíam uma única possibilidade de ascensão social: o diploma de nível superior. Como lembra Needell, a educação técnica seduzia mais que o próprio serviço militar. Os jovens saíam das escolas, normalmente, engenheiros: uma boa opção para quem pretendia

aproveitar-se dos avanços europeus e norte-americanos no campo das ciências e das tecnologias então importadas por países como o Brasil.

As idéias e representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, foram pesquisadas dentro desse cenário. Foram observadas idéias e representações sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos, contemplando os discursos de Lima e Mendonça no campo das idéias políticas que vogavam no período estudado. Perguntou-se, sempre, de como eles se inseriram ao longo dessas transformações e de como foram afetados pelas mudanças. Indagou-se, igualmente, pelo uso do modelo estadunidense de ordem civil para os demais países americanos, no foco dos autores, pelo fato dos Estados Unidos terem emergido como potência mundial não europeia com interesses relativos às demais nações do continente americano. A leitura desse período, contudo, não prescindiu do respeito às culturas do continente, apesar dos autores estudados cogitarem sobre um atraso de civilização dos ibéricos. Para isso, se admitiu as relações estabelecidas por Oliveira Lima e Salvador de Mendonça sobre as Américas como índices de diferenças culturais e sociais construídas ao longo da história das nações e povos do continente.

Por fim, observou-se o método, os objetivos e as hipóteses que nortearam a pesquisa, bem como a divisão dos capítulos da tese. No primeiro ponto, informa-se que as fontes primárias, artigos de jornais de época e obras completas dos autores, foram deveras privilegiadas, abundando como citações neste trabalho. Optou-se por esta estratégia, pois Oliveira Lima e Salvador de Mendonça são, ainda, nobres desconhecidos. Lima vem sendo recuperado como historiador da nacionalidade brasileira, mas Mendonça foi quase que completamente esquecido e, dos seus artigos, parte significativa se perdeu. As Cartas dos Estados Unidos, por exemplo, não existem mais para pesquisa e alguns escritos do Jornal do Comércio não se destinam mais à consulta de um pesquisador. A leitura das fontes, outrossim, obedeceu ao conceito de geração de Karl Mannheim. Neste conceito, gerações são compreendidas como agrupamentos humanos reunidos por laços de ordem emocional e social. Os envolvidos por esses laços se identificam neles e se organizam por idades e/ou identidades. Os agrupamentos ou gerações se desenvolvem em um mesmo processo histórico social, no qual se consolidam visões de mundo sob referenciais comuns. Assim sendo, os textos lidos possuem um contexto e seus símbolos, bem como os significados precisam de um elemento

externo para fazer sentido. Tais textos foram escritos tendo os referenciais de um grupo, o qual possuía regras de sociabilidade e entendia a realidade por parâmetros comuns. Além do que, Lima e Mendonça tinham uma intenção nas suas publicações, eles respondiam, mesmo que com reservas, a alguém. As referências e representações dos autores foram buscadas em relação a esses parâmetros.

A pesquisa também obedeceu a objetivos e hipóteses. Quanto aos primeiros, realizou-se uma análise das representações de Salvador de Mendonça e de Oliveira Lima sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos, observando-se, nessas representações, as idéias de americanização. Procurou-se compreendê-las através de sua formação e dos discursos sobre as nacionalidades feitos por Lima e Mendonça. Essas representações foram confrontadas com as modificações sofridas pelo monroísmo. Internamente aos discursos, as divergências conceituais dos autores sobre Américas e Brasil foram objetos de estudo. No campo das hipóteses, questões relativas à percepção de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça acerca dos discursos de americanidade e República foram observadas atentamente, pois indicam os olhares e sentimentos de uma geração. Perguntou-se sobre o insucesso da República brasileira, considerando que o comando do país ainda pertencia a elites que vinham da Monarquia e se sustentaram no “regime democrático”⁶ nascido em 1889. Entendia-se que Oliveira Lima e Salvador de Mendonça possuíam respostas diferentes sobre a questão suscitada e desejou-se conhecer seus fundamentos, de onde retiravam seus referenciais. Procurou-se conceber como Oliveira Lima e Salvador de Mendonça reelaboraram esses fundamentos para ler e opinar sobre conceitos correntes à época, como o de raça, por exemplo. Questionou-se sobre os caminhos que conduziram as re-significações de Lima e Mendonça até suas reflexões sobre América Hispânica e Estados Unidos, bem como a uma superioridade de gênero, a superioridade da mulher norte-americana. Supunha-se, ainda, que Oliveira Lima recuperava, como uma espécie de negação do futuro, os novos contextos desenhados pelo regime democrático enquanto Salvador de Mendonça compreendia a obra republicana como uma construção inacabada. Para Lima, o futuro assustava porque negava o passado que o encantava. Para Mendonça, o futuro era temeroso posto o passado continuar vivo.

⁶ Oliveira Lima e Salvador de Mendonça usam, indiscriminadamente, os termos regime democrático e República para designar um mesmo objeto.

No tocante aos capítulos, faz-se uma breve exposição de seus conteúdos. O primeiro capítulo procurou, com o uso daquele conceito de geração, reconstruir os locais e pessoas que participaram da sociabilidade dos autores estudados e nas suas confecções sobre noções de solidariedade. Procurou-se, dessa forma, um contexto para perceber as idéias de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça dentro de ambientes de sentido ou de espaços de experiência. No segundo capítulo discutiu-se a reorientação da política externa brasileira, no sentido de sua americanização, pois os personagens centrais da tese foram testemunhas oculares desse processo. Eles discutiram e participaram, no caso de Mendonça, diretamente dessa reorientação. O terceiro e o quarto capítulos dedicam-se a analisar as impressões dos dois brasileiros, alvo das pesquisas, sobre as relações dos Estados Unidos com a América Ibérica a partir do Brasil. Contemplaram-se, igualmente, um conjunto de noções caras aos intelectuais do final do século XIX e começo do posterior, como monroismo, nacionalidade e raças.

2 ITINERÁRIO DE DOIS DIPLOMATAS: MANUEL DE OLIVEIRA LIMA E SALVADOR DE MENDONÇA.

Não julgo que seja sinal de decadência senil a minha preferência pelo sistema monárquico. O meu republicanismo foi uma urticária de sangue novo. É sabido que os gregos, cuja terra encerra mananciais eternos de saber e de beleza, atingiram a perfeição da forma plástica na arte, mas não a atingiram na forma de governo, tendo-a apenas esboçado na República imaginária de Platão. Os regimes políticos são transitórios e eu creio estar no terreno da verdade quando afirmo que o Império correspondeu no Brasil ao momento histórico e à condição social do país e que a República careceria, como pão para a boca, de uma ditadura de moralidade que foi a única que de fato exerceu Dom Pedro II. A democracia é uma religião com seus fanáticos, seus oráculos solenes e também com seus augures, que piscam o olho ao se encontrarem (LIMA, Oliveira. *Memórias (Estas minhas reminiscências ...)*, p. 16-17)).

(...) Dest'arte, ao libertar-nos do poder pessoal attribuido ao monarcha, brasileiro e patriota que pedia meças a quem mais o fosse, passamos para as unhas de meia duzia de politicos ambiciosos, para os quaes a *patria é a tripa* no feliz anagramma do conselheiro Carlos de Carvalho (MENDONÇA, Salvador. *A Situação internacional do Brasil*, p. 4).

Oliveira Lima e Salvador de Mendonça foram contemporâneos de transformações profundas na vida diplomática, intelectual, política e social brasileira. Lima e Mendonça acompanharam como testemunhas oculares a passagem da Monarquia à República, bem como a consolidação desta última. Suas percepções e representações interessam ao estudo da política exterior⁷ do Brasil no sentido de compreendê-los na qualidade de sujeitos e pacientes de um processo de inserção internacional do país, o qual se estende do final do Império às duas primeiras décadas da República.

⁷ Entende-se por política exterior ou política externa uma estratégia da diplomacia para lidar com contingências e crises. Estratégia assentada na vida doméstica de uma nação e influenciada, também, por coalizões de indivíduos imbuídos de interesses comuns. Neste trabalho, a coalizão citada se denomina geração. As representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, acredita-se, concorrem para a compreensão das estratégias e valores dos atores que auxiliaram a consolidar e refletir a inserção brasileira na América republicana.

Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, no tocante a suas subjetividades, interferiram na política exterior do Brasil e sofreram as opções de outros atores da vida intelectual e política brasileira. Ao movimentarem essa política, eles o fizeram por meio de crenças e visões de mundo construídas ao longo de suas existências. Uma das hipóteses da pesquisa reside precisamente neste ponto. Pensa-se que as crenças e visões de mundo, as quais referenciaram suas ações, podem ser encontradas nos locais de convívio comum e nas pessoas de um mesmo círculo de amizades. Os locais e as pessoas seriam agentes de socialização, os quais formam idéias e representações sobre realidades. Estas não são desencarnadas e só fazem sentidos quando pertencem a uma cultura.

Assim optou-se, neste primeiro capítulo, por apresentar a trajetória de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça para alcançá-los posteriormente como homens públicos da República brasileira. A investigação os localizou na prática diplomática e/ou jornalística, refletindo-as em aproximações temáticas dos discursos escritos. O estudo considera, igualmente, as diferenças de percepções relativas às circunstâncias políticas e sociais que viveram no Brasil e no exterior, como também observa idéias sobre o regime republicano em relação com a América, particularmente os Estados Unidos.

Os itinerários de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça apreciam fases distintas de suas biografias e da história do Brasil. Acredita-se que, dessa forma, suas opiniões sobre a história e a vida social brasileira, publicadas em livros e periódicos, revelam maior número de elementos para análise. Para isso, a pesquisa contempla as últimas décadas do Império e as primeiras da República, nos períodos das administrações militares dos presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, bem como os quadriênios dos governos civis de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Affonso Pena.

Entende-se, também, que essas trajetórias dão notícias da atuação do serviço diplomático⁸ dos regimes monárquico e republicano e informam as posições políticas de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça por meio de artigos publicados nos jornais e panfletos de época. Os debates produzidos nesses veículos de

⁸ Saliencia-se que Salvador de Mendonça trabalhou no serviço diplomático da Monarquia e da República. Oliveira Lima atuou somente no último.

comunicação indicam a inserção do país no denominado mundo civilizado⁹ por meio do fim do trabalho servil e da inauguração da República brasileira.

A tarefa foi cumprida com consultas a autobiografias e biografias destes pensadores e, depois, por seu cruzamento de modo a produzir um painel de dados confiável. Reforça-se a opção de contemplar períodos anteriores à vida diplomática e política desses pensadores de modo a abordar temas da década de 1870 quando, por exemplo, Salvador de Mendonça inicia sua carreira diplomática e jornalística¹⁰. Antes disso, Mendonça foi aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, abandonando o curso para cuidar de seus irmãos mais novos e trabalhou no magistério particular.

O método de leitura dos itinerários baseou-se nas atividades desenvolvidas, nos locais visitados e nas pessoas que tiveram contato com Oliveira Lima e Salvador de Mendonça bem como os amigos comuns. Recupera-se, desse modo, os ambientes onde formaram opiniões e também as manifestaram. Colégios, faculdades e jornais – acadêmicos e profissionais, foram considerados na pesquisa, com vista a encontrar coincidências e divergências entre preocupações e temas acerca dos quais Lima e Mendonça discorreram.

Em particular, consultas a artigos de periódicos, a informações autobiográficas e biográficas permitiram inferir distâncias e proximidades de suas compreensões da política doméstica e das relações internacionais durante a Monarquia e a República. Das distâncias e proximidades percebeu-se uma preocupação comum expressa por concepções às vezes antagônicas: a inserção brasileira na América republicana como também a participação do Brasil no mundo ocidental. Considerando as ponderações de Fábio Murici dos Santos (2005, p. 1-2), essas preocupações foram próprias da América do final do século XIX por que simbolizaram idéias depreciativas da Europa, criticando-a como um conjunto de vícios históricos e defendendo uma missão americana para o mundo¹¹.

⁹ O termo civilizado refere-se aos padrões de conduta e vida européias, em especial a francesa. Neste tempo, os Estados Unidos começam a encantar por conta da sua industrialização. Admitia-se, igualmente, sua importância militar e política na América expressa pela Doutrina de Monroe.

¹⁰ Oliveira Lima começa sua carreira diplomática na década de 1890.

¹¹ Para Murici, essa missão era edênica ao apresentar a América como a terra prometida. A América era, assim, a terra da liberdade e da igualdade que seduzia os europeus oprimidos no Velho Mundo absolutista. O Novo Mundo se apresentava como ambiente independente do passado representado por uma Europa quase toda decadente. Com exceção da Alemanha que, a partir dos anos de 1870,

A inserção brasileira na América e a participação do Brasil no mundo ocidental deram-se nesse contexto desenhado por Murici e expressavam ideais de uma geração que procurava responder aos novos problemas de ordem política e social, os quais passavam pela emergência dos Estados Unidos como potência mundial não europeia bem como pela abolição do trabalho servil. No caso dos Estados Unidos, salienta-se a ordem civil que se consolidava com esse país e que seduzia gerações de elites políticas na América do Sul. O próprio Imperador brasileiro admirava a experiência norte-americana no tocante a essa ordem tendo ele a observado quando em visita oficial a esse país.

Monarquistas ou republicanos, os homens públicos brasileiros desse período experimentaram essa “missão americana”, respondendo-a de muitas formas. Acredita-se que as respostas variavam consoante as gerações desses homens públicos. Gerações entendidas conforme Karl Mannheim (s/d, p. 131-174), para quem elas eram agrupamentos humanos, com laços de ordem emocional e social. Os membros desses agrupamentos se reconheciam por meio daqueles laços e se organizavam por idades e/ou identidades¹². Quanto à organização, pode-se afirmar que acontece por um mesmo processo histórico social, provocando nos participantes dos grupos uma observação comum do mundo. Comungam-se, assim, os mesmos referenciais sem sacrificarem-se as particularidades de pensamento e personalidade dos indivíduos envolvidos.

Oliveira Lima e Salvador de Mendonça possuíram esses laços porque conviveram na diplomacia e foram colegas nas letras. Eles escreveram na Revista Americana e Brasileira. Esta última antecedeu e gerou a Academia Brasileira de Letras – ABL¹³. Ambos tiveram amigos e inimigos comuns, os quais criticaram e elogiaram, muitas vezes, nos mesmos órgãos de imprensa Além do que suas biografias, quando não coincidem, apontam semelhanças concernentes a costumes

tornou-se potência mundial. A ascensão alemã deu-se pelo desenvolvimento industrial baseado na exploração de jazidas de ferro e de carvão, como também pela combinação da ciência e da tecnologia para avançar a indústria pesada e estimular a modernização econômica.

¹² O conceito de identidade não é consensual. Desse modo, ele será aqui empregado como propõe Maria Lúcia Montes (1996): identidade se relaciona a uma Visão Relacional, concebida enquanto uma construção cultural que depende de duas categorias de análise, a alteridade e a relacional. Por exemplo: um indivíduo qualquer se reconhece na oposição a outros, de modo a ter-se dinâmica e fluidez no conceito.

¹³ Sérgio Miceli (1977) comenta a geração de 1870 e suas edificações, como a Academia Brasileira de Letras, a qual se tornou importante centro de produção intelectual e de consagração. As principais editoras mantinham-se nas esferas de influência da Academia, bem como esta possuía relações com a máquina estatal por meio de homens públicos de relevo.

e práticas, as quais são comentadas por Lima e Mendonça quando recordam de suas infâncias e juventudes.

No tocante à noção de geração, comentam-se as observações de Oliveira Lima sobre seu encontro com José Veríssimo e Machado de Assis promovido por Carlos de Carvalho. Lima mantinha a lembrança deste acontecimento com tamanha vivacidade, que parecia ter ocorrido pouco tempo antes de registrá-la, por escrito, nas memórias que legou a posteridade. Os detalhes da reunião com Carvalho são quase desenhados na redação do autor, a qual foi feita já no século XX. Vale salientar que o encontro citado deu-se no ano de 1895, ainda no fim do século XIX quando Oliveira Lima pertencia ao serviço diplomático tendo duas experiências não muito felizes na Europa. Ele trabalhara primeiro em Lisboa e, depois, em Berlim vindo para o Brasil onde conheceu aqueles senhores.

Oliveira Lima esteve no Brasil quando terminada sua missão em Berlim no ano de 1895. Lima estava convencido a ingressar na política, mas Carlos de Carvalho o demoveu desta intenção promovendo-o a primeiro secretário nos Estados Unidos. A promoção o levou a trabalhar com Salvador de Mendonça no ano seguinte, o qual também marcou fortes impressões em Oliveira Lima levando-o, anos mais tarde, a comparar os perfis de Joaquim Nabuco com o de Mendonça no tocante a concepções da aproximação brasileira com os norte-americanos. Vale salientar que Lima e Mendonça possuíam pontos de vistas comuns sobre essa aproximação.

Carlos de Carvalho também apresentou Oliveira Lima a José Veríssimo e a Machado de Assis. Veríssimo era editor da Revista Brasileira e Assis era o ícone da intelectualidade brasileira. Como já foi indicado, essa Revista gerou a Academia Brasileira de Letras, as pessoas apresentadas foram membros fundadores desta organização. O grupo estava afinado no propósito de construir uma áurea de puritanismo acadêmico para o regime que se firmava bem como opor-se intelectualmente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que era visto como ambiente monarquista.

Salvador de Mendonça também foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras – ABL. Mas, ao contrário de outros membros, não estava no Brasil

quando da fundação da ABL. Mendonça representava a República brasileira nos Estados Unidos na qualidade de Ministro Plenipotenciário. Antes, porém, da sua experiência como membro fundador de uma organização de projeção nacional e Ministro do regime republicano, ele foi estudante, jornalista e professor. Nestes papéis, Salvador de Mendonça conviveria com pessoas que também ascenderiam política e socialmente, as quais ele reencontraria na carreira diplomática e na ABL. Esta era um centro de socialização e uma conquista da sua geração.

2.1 SALVADOR DE MENDONÇA: ACADÊMICO E JORNALISTA.

Uma das pessoas que Salvador de Mendonça reencontrou na ABL foi Joaquim Nabuco. Mendonça conviveu com Nabuco em duas situações antes de ingressarem na vida diplomática. A primeira se deu no Imperial Colégio de Pedro II e a última na Faculdade de Direito de São Paulo. Na primeira, Mendonça foi professor de Nabuco, o qual finalizava seus estudos nesse colégio. Na outra, os dois foram colegas do curso de Direito e também desenvolveram, conjuntamente, atividades no jornalismo acadêmico.

Nesse ínterim, Oliveira Lima nascia em Pernambuco, mais precisamente no Recife, para, em 1873, seguir com a família em direção a Lisboa. Dessa forma, exploram-se as biografias desses pensadores para encontrá-los em atividade nos momentos que o Brasil vivia transformações profundas bem como perceber suas representações sobre elas.

A biografia de Salvador de Meneses Drummond Furtado de Mendonça se diferencia da trajetória de Oliveira Lima em função da idade¹⁴. A diferença entre ambos era de vinte seis anos. Mas eles possuíam a primeira educação como característica comum, recebendo-a no interior das casas de suas famílias. A mãe de Mendonça, Amália de Meneses Drummond, o iniciou nos estudos de desenho, línguas e música fazendo-o sair de Itaboraí para estudar na Corte em 1851. Antes, contudo, Salvador de Mendonça freqüentava o jornal A Civilização, de propriedade do coronel João Hilário, seu avô materno. No A Civilização, Salvador de Mendonça

¹⁴ Salvador de Mendonça nasceu na vila de Itaboraí, Rio de Janeiro, a 21 de julho de 1841.

teria escrito, aos nove anos de idade, uma prova de anúncio com meia dúzia de linhas.

Salvador de Mendonça, após a primeira formação, seguiu para o colégio Marinho. No colégio, Mendonça teve como colega Sizenando Nabuco, irmão mais velho de Joaquim Nabuco. Ao lado de Sizenando, ele freqüentou, algumas vezes, a casa dos Nabucos. Mendonça se dizia tímido para ter um convívio mais próximo com essa família. Depois foi matriculado no colégio Curiácio, dirigido pelo barão de Tautphoeus. Neste, ele se destacou enquanto aluno, pois, concluído seus preparatórios, recebeu a honra de ser levado à presença de Pedro II (MENDONÇA, 1960).

A promoção de Salvador de Mendonça, a qual o levou a presença do Imperador Pedro II era uma prática que indicava reconhecimento público da distinção e mérito conferidos a estudantes que se destacavam nos estudos, como aconteceu com Mendonça então discente do colégio Curiácio. A distinção o encorajou a prosseguir nas atividades intelectuais, pois ele apresentou seu primeiro ensaio literário, uma adaptação de O bobo, de Herculano para o teatro em 1858.

O colégio Curiácio apresentou outros alunos destaques ao Imperador. O colégio logrou, igualmente, formar discentes que se tornaram proeminentes no cenário político e social brasileiro, tanto na Monarquia como nas duas primeiras décadas da República. Um desses personagens foi Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo que também freqüentou o Curiácio, tão logo deixou o Engenho Massangana, onde foi criado desde seu nascimento (DAGHLIAN, 1988).

O Engenho Massangana era propriedade dos padrinhos de Joaquim Nabuco e lá ele fora criado porque seus pais, o então deputado José Tomás Nabuco de Araújo, e Ana Benigna de Sá Barreto, compreenderam ser o melhor para sua formação. Por curiosidade, a instrução primária de Nabuco ocorreu no Engenho, vindo na juventude a freqüentar aquele colégio e o Imperial Colégio Pedro II. Do primeiro, Salvador de Mendonça deixou de ser membro em 1859.

Salvador de Mendonça seguiu para São Paulo onde se matriculou na Faculdade de Direito, tendo por colegas Campos Sales e Prudente de Moraes,

futuros presidentes do Brasil. Nessa cidade, Mendonça residiu com Teófilo Ottoni Filho na Gironda. Esta era uma república que abrigava membros do partido liberal e, por isso, tratada com muitas reservas e redobrada vigilância pelas elites de São Paulo.

A vigilância não assustou Salvador de Mendonça que começou suas atividades no jornalismo em um período de grande inspiração. Mendonça publicou o poema Singairu na Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano e mostrava-se muito produtivo ao escrever em diversos periódicos, com alguns raros artigos sobre política, os quais eram apreciados por leitores simpáticos a suas idéias e outros que as reprovavam.

Desse conjunto de periódicos, para os quais Salvador de Mendonça escreveu, destacam-se o jornal acadêmico O Caleidoscópio, do Instituto Acadêmico Paulistano, no qual publicou comédia-drama de 5 atos e 7 quadros intitulada O romance de um moço rico. Na Revista Popular da Corte se apresentou como crítico, anunciando as Flores Silvestres de Bittencourt Sampaio.

Salvador de Mendonça teve também alguma experiência no jornalismo não acadêmico. Mendonça adotou o pseudônimo de Tacitus, pratica comum no século XIX entre as elites brasileiras, para escrever a sessão Teatros da Corte, na Revista Dramática. Ele contribuiu, igualmente, com a Revista Mensal observando os costumes das elites de sua época. A mudança de temas, com Salvador de Mendonça abordando assuntos da política mais enfaticamente, deu-se com a união de esforços e idéias entre Mendonça e Teófilo Ottoni Filho.

Salvador de Mendonça e Teófilo Ottoni Filho, nesse período, fundaram o jornal A Legenda. Ele foi concebido pelos estudantes da Gironda e dava atenção a temas políticos, com tônica liberal. O periódico aparecia nos dias 1, 11 e 21 de cada mês do ano de 1860. Mas, no final desse ano, Mendonça interrompeu seus estudos e retornou ao Rio de Janeiro. Com a morte de seus pais, ele se tornou arrimo de uma família de oito irmãos e, para sustentá-la, foi obrigado a trabalhar no jornalismo profissional e no magistério particular.

Salvador de Mendonça, no jornalismo, participou da redação do Diário do Rio de Janeiro que tinha Joaquim Saldanha Marinho como redator-chefe. Marinho, de quem Mendonça se tornaria amigo e colaborador político, à época, defendia a Monarquia representativa. No magistério, Salvador de Mendonça ingressou como professor ao colégio Curiácio, onde estudou e foi aluno destaque, e se casou com Amélia Clemência Lúcia Luísa de Lemos, em 1861.

Apesar do trabalho no magistério, Salvador de Mendonça teve atuação marcante no jornalismo, fortalecendo sua presença nos jornais com temas relacionados a crítica de costumes. Mendonça escreveu no Jornal do Comércio e no Correio Mercantil. No primeiro fazia crítica musical e no último compunha a Semana Lírica. Mas ele desejava proeminência na produção teatral, pois, apesar do pouco tempo de que dispunha, insistia nessa produção.

Salvador de Mendonça escreveu a peça A herança e apresentou a tragédia lírica Joana de Flandres, cujo libreto se destinava a Carlos Gomes para ser musicado. Gomes e Mendonça já mantinham amizade, com o último dispensando horas do seu dia para encorajar o primeiro quando das depressões sofridas a cada crítica que seus trabalhos recebiam. A destinação do libreto foi, inclusive, uma prova de confiança no talento de Carlos Gomes. O período que se iniciou em 1864 e terminou no ano de 1870, guardou muitos eventos que mudaram a paisagem política e social brasileira, bem como a vida pessoal de Salvador de Mendonça.

Em 1864, começou a Guerra da Tríplice Aliança e/ou contra o Paraguai, a qual comprometeu diversas instituições monárquicas, inclusive a própria Monarquia. Em uma perspectiva menor desta conjuntura por que individual, Salvador de Mendonça foi incorporado pela primeira vez a um corpo de redatores efetivos, o do jornal liberal Atualidade, de propriedade de Luís Barbosa e Flávio Farnese. Algo inédito em sua carreira até então, pois Mendonça atuava de forma livre nos jornais posto estes não o contrataram para compor uma equipe estável fazendo com que ele se dedicasse a outras tarefas, como as traduções, com o intuito de prover financeiramente a sua família.

Salvador de Mendonça, que também se encontrava embebedado do sentimento patriótico¹⁵ promovido pela Guerra da Tríplice Aliança e/ou contra o Paraguai, compôs um hino logo que declarada a Guerra, com música de Carlos Gomes. Tendo a colaboração do padre Antonio Álvares Guedes Vaz e de Vítor Dias, apresentou o primeiro volume de uma obra que deveria ser maior, os Apontamentos Biográficos para a História das Campanhas do Uruguai e do Paraguai desde 1864. Os demais volumes não vêm a lume. No plano da política doméstica, com o pseudônimo de Demófilo, publicou o folheto Regeneração, pensando assuntos como o poder moderador e a representação política.

A vida social de Mendonça também se tornou mais dinâmica. No salão de Carlota de Melo Matos, ele estabeleceu contatos com pessoas influentes da Monarquia com as quais manteve contatos que, posteriormente, contribuiriam para o seu ingresso no serviço diplomático brasileiro. Em um primeiro momento, essas relações repercutiram sobre sua atividade como professor, posto que em 1865 assumiu a cadeira de História do Brasil no Imperial Colégio de Pedro II, instituição de grande respaldo na Corte.

No Imperial Colégio de Pedro II, Salvador de Mendonça substituiu Joaquim Manuel de Macedo, quem o indicou pessoalmente para a regência. Mendonça lecionou para os bacharelados do sétimo ano, dentre os quais se encontravam personagens que se destacariam na Monarquia e/ou República. Citam-se os nomes de Jaguaribe, Joaquim Nabuco, Luís Betim, Moncorvo, Moreira Pinto, Rodrigues Alves e Vieira Fazenda.

Os salões, igualmente, representaram uma espécie de boêmia dourada. José Brito Broca (1960) cunhou este termo para expressar as alianças realizadas entre a literatura e o mundanismo ou mundo cultural e social que se desenvolvia nos trinta últimos anos da Monarquia e se consolidou na República¹⁶. As alianças citadas

¹⁵ Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (1996) revela este sentimento ao comentar uma canção de ninar da época da Guerra contra o Paraguai. Nela se rimavam idéias de dever patriótico e morte: “Na, na, na, na, na/Que é feito do papai?/Na, na, na, na, na/Morreu no Paraguai./Na, na, na, na, na/Na tropa se alistou,/Na, na, na, na, na/E nunca mais voltou”.

¹⁶ Walter Benjamin (1991, p. 10) também comenta o tema salões no artigo *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Para Benjamin, Baudelaire pensou esse tema relacionando-o aos burgueses que participavam desses espaços de conseqüências e tráfico de segredos. O próprio Napoleão III, segundo Walter Benjamin, iniciara sua ascensão nos salões franceses. Respeitando-se as devidas proporções, a noção de boêmia dourada de Brito Broca se aproxima dessa idéia de salões de Benjamin, de modo a contribuir na compreensão da aliança entre a literatura e o mundanismo. Os

davam caráter burguês às relações das elites literárias que passavam a interferir na política ocupando cargos públicos de relevância e, conseqüentemente, desenvolvendo padrões de conduta mais afeitos aos exigidos para a gente educada da Corte. Por meio dos salões, estabeleciam-se novos papéis e também marcos na paisagem social da República brasileira¹⁷, indicando práticas aceitas e outras negadas aos seus participantes, os quais aspiravam por colocações e empregos na esfera do Estado nacional. Os salões tornaram-se, assim, espaços de socialização e de solidariedade.

As livrarias também foram ambientes de socialização e de solidariedade. Os escritores, os homens públicos e os aspirantes às letras se reuniam nelas. O signo maior da literatura nacional, do período estudado, Machado de Assis, tinha o hábito de se dirigir no fim da tarde às livrarias, especialmente a Laemmert. Assis comumente se encontrava às tardes nessa livraria com Rodrigo Otávio, Graça Aranha e Pedro Tavares. Destes últimos, Otávio era secretário da Presidência e Aranha conhecido como discípulo de Tobias Barreto. Ressalta-se que esses autores também participaram da Revista Brasileira, então dirigida por José Veríssimo, da qual se originaria a Academia Brasileira de Letras. Percebe-se, desse modo, como a socialização e a solidariedade construía grupos deveras fechados em si mesmo.

Mas o jornalista e o professor cederam lugar ao estudante. Salvador de Mendonça retornou à província de São Paulo para concluir seu curso de Direito, em 1867. Mendonça se deparou com uma província diferente da que conhecera anteriormente. Este seu novo encontro com a cidade, revelava um local inquieto, onde se discutia abertamente temas como abolição e república no meio acadêmico. Os debates, porém, transcendiam a faculdade e alcançavam outros veículos como a literatura e a política. Nessa província inquieta, em meio a essas discussões

intelectuais brasileiros dedicados a uma literatura que construía o ser brasileiro em um mundo de transformações mundiais freqüentavam salões do tipo citado e se beneficiavam com empregos no Estado. Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, por exemplo, foram contemplados com essa prática. Eles iniciaram suas carreiras no serviço diplomático, e o último também no magistério, através de indicações de membros influentes dos salões aos quais eram presentes.

¹⁷ No que tange ao caráter burguês nas relações das elites literárias de letrados e de políticos, Oliveira Lima cita dois exemplos. Medeiros e Albuquerque, que nunca votou em Emilio de Menezes para a Academia Brasileira de Letras por considerar que este não possuía comportamento socialmente aceitável. E a justificativa do seu próprio voto, na Academia, contra Gilberto Amado. Para Lima, Gilberto também não tinha comportamento socialmente aceitável além de ser um homem de índole violenta. Em ambos os casos, o talento literário não foi considerado como critério.

travadas em espaços públicos e igualmente acaloradas, Mendonça reencontrou Joaquim Nabuco, figura de destaque na imprensa e nas tribunas acadêmicas.

O retorno de Salvador de Mendonça a São Paulo deu-se ao mesmo tempo da fundação do jornal *A Tribuna Liberal*, de Joaquim Nabuco. Neste jornal, Nabuco pretendia veicular opiniões que mostrassem o estado de espírito prevalecente na cidade e, quiçá, no país. Mendonça e Nabuco, ex-professor e ex-aluno respectivamente, tornaram-se redatores do periódico, que tinha a participação de outros estudantes que afiavam e treinavam seus argumentos para momentos conflituosos a porvir. Participavam da empresa nomes como Clímaco Cesarino, Ferreira Braga, Leôncio de Carvalho, Martim Cabral, Monteiro de Barros e Pereira de Campos.

Naquele mesmo ano, a 25 de dezembro, Oliveira Lima nascia no Recife. Lima era filho do comerciante português Luís de Oliveira Lima e da brasileira Maria Benedita de Oliveira Lima. Sua primeira educação também foi feita no seio da família. A diferença está na complementação, toda ela desenvolvida em Lisboa para onde seguiu em 1873. Anos depois, Salvador de Mendonça comentará a data de nascimento de Lima ao recepcioná-lo na Academia Brasileira de Letras – ABL.

No período da segunda estada de Salvador de Mendonça na província de São Paulo, a situação liberal ascendeu na política, apoiada pelo gabinete comandado por Zacarias de Góes e Vasconcelos. Mendonça, a época, recebeu dois convites. O primeiro deles feito pelos conselheiros José Bonifácio, Martim Francisco e Silva Carrão, e pelos senhores José Maria de Andrada e Ferreira Menezes. Mendonça dirigirá o jornal *Ipiranga*, o qual Joaquim Nabuco, acusado de invejoso pelo sobrinho de Mendonça¹⁸, criticou nas folhas do seu jornal (MENDONÇA, 1960).

O segundo convite foi feito por Saldanha Marinho que substituíra José Tavares Bastos na presidência da província de São Paulo. Marinho escolheu Mendonça para seu secretário particular. O novo presidente da província de São Paulo conhecia seu secretário particular de atividades desenvolvidas na imprensa,

¹⁸ Carlos Sússekind de Mendonça, *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*, 1960.

pois o último atuou no jornal de que Saldanha Marinho era redator-chefe. Com a convivência que experimentaram no tempo de trabalho na província, ambos forjaram uma amizade que os levaria, na Corte, a atuarem juntos no escritório de advocacia de Marinho por um período e, também, na militância republicana por longo tempo.

Mas a roda da fortuna de Salvador de Mendonça seria alterada e para pior, com a Crise de 1868. Nela ocorreu a queda do ministério de 3 de agosto, de formação liberal, e ascensão do gabinete conservador de 16 de julho, comandado pelo visconde de Itaboraí, a quem coube a responsabilidade de organizá-lo. Tarefa árdua, posto a dissolução do ministério liberal ter sido traumática, com ocorrência de muitas discussões, inclusive de tom pessoal, e pelos argumentos do Trono terem sido pouco persuasivos para justificar a queda de um gabinete que contava com a maioria liberal na Câmara.

O próprio visconde de Itaboraí, consoante Sérgio Buarque de Holanda (1983, p. 7), entendia sua missão como sendo uma tarefa perigosa. Esta tarefa, a dissolução do ministério liberal, começou no dia 17 de julho com a votação de uma moção justificatória na Câmara dos Deputados. O resultado da votação foi humilhante, tendo os apoiadores da moção 85 votos contra 10 de seus oponentes. Os ânimos dos parlamentares se alteraram e acusações severas foram feitas aos conservadores. Dos políticos liberais mais exaltados com a situação, encontrava-se José Bonifácio, o moço.

José Bonifácio, o moço, criticou a moção de forma feroz. Ele afirmava que a ascensão conservadora ofendia a ordem institucional, ferindo a legitimidade do gabinete conservador, pois, segundo o parlamentar, os novos ministros seriam pessoas importunas que pediriam auxílio em casa de estranhos por não serem reconhecidos como dirigentes por seus nacionais. Apesar da animosidade, o conselho de Estado se reuniu, em sessão especial de 18, e fez publicar no dia seguinte, um domingo, o decreto de dissolução do ministério liberal.

A convicção e a força dos discursos contrários à ascensão do gabinete conservador criaram um sentimento de temor relativo a uma reação liberal mais enfática e violenta. A semana posterior à ascensão dos conservadores iniciou, de

acordo com Sérgio Buarque de Holanda, com ares de golpe de Estado. Buarque de Holanda informa sobre uma concentração espetacular de tropa armada no Paço, algo pouco provável em dias normais ou com descidas e subidas de gabinetes de formas menos traumáticas. Os liberais, contudo, não reagiram com a violência que se esperava deles. Mas deram voz à sua indignação, com acusações e atos políticos. Na província de São Paulo, por exemplo, Saldanha Marinho renunciava à presidência e afirmava ser a ascensão do ministério conservador um estelionato político. Marinho dava início à sua mudança para a seara republicana.

Na mesma cidade, na Faculdade de Direito, Joaquim Nabuco proferiu o discurso da recepção de José Bonifácio o moço, um dos políticos que reagiu mais tenazmente aos conservadores. Discurso tido, por Wilson Martins (1996) como uma das mais bonitas obras de retórica do período. Toda essa movimentação não passou despercebida aos observadores internacionais, os quais, em sua maioria, possuíam entendimento comum ao de muitos analistas brasileiros: a Monarquia estava com os dias contados.

Sérgio Buarque de Holanda (1983, p. 8) informa que no jornal *Anglo-Brazilian Times*, o irlandês Willim Scully publicou o artigo *Primeira Espada do Império*. Os argumentos de Scully estavam em consonância com o dos liberais brasileiros, pois supunha a existência de algo de insólito e de mau agouro para a Monarquia. Buarque de Holanda informa, ainda, que o plenipotenciário norte-americano James Watson Webb, em despacho para o Secretário de Estado em Washington, afirmou estar próxima a queda da única Monarquia da América.

A mudança de Gabinetes desnudou, igualmente, certas incorreções da Monarquia brasileira que o discurso oficial disfarçava. Ela era apontada, pelos áulicos, como um regime preferível àquele das Repúblicas sul-americanas porque possuía estabilidade administrativa. Acreditava-se que essas Repúblicas viviam amotinadas e amedrontadas por medo de assalto ao poder enquanto o Império assegurava um ambiente político sereno com transições pacíficas de gabinetes. A figura do monarca assegurava, para os defensores do regime, um equilíbrio na esfera pública posto o poder ser transferido para membros de uma mesma família impedindo, assim, lutas no interior da nação. Mas a brusca substituição da situação liberal para uma conservadora, mostrou a fragilidade do discurso áulico.

A figura do Imperador era mostrada, pelos áulicos, como a de um líder acima das pequenas disputas pelo poder. O Monarca teria razões para se preocupar com o bom andamento da administração pública, pois ela continuaria sob a responsabilidade de seus herdeiros. Mas a aludida substituição de um gabinete liberal para outro conservador revelou, pelo menos, sua negligência por que a mudança de governos implicou em demissões e remoções de empregados públicos, tal como ocorria nos países de língua espanhola. Holanda (1983, p. 9) ilustra a esta situação por meio do barão de Itaúna que nomeado presidente de São Paulo a 25 de julho de 1868, teve sucessor a 30 de julho de 1869. Mas o barão ocupou o posto entre 27 de agosto e 24 de abril, de modo a preparar o pleito que resultou na câmara unânime reclamada pelo novo governo conservador.

Ao deixar a presidência, o barão de Itaúna tratou a coisa pública de acordo com seus próprios interesses, negligenciando qualquer senso de responsabilidade administrativa. O barão preteriu os primeiro e segundo vice-presidentes, legando o cargo, como se fosse seu, ao terceiro homem da hierarquia que pertencia à ala dos conservadores com quem mais se afeiçoava. Por ter percebido o estado da vida pública nacional, Salvador de Mendonça escreveu a composição da História da Regência – ensaio de regime democrático no Brasil. Mendonça, porém, não se animou a publicar a composição optando por terminar seus estudos e retornar, posteriormente, à Corte.

Acontecimentos políticos são transitórios e se encerram, ou são finalizados, rapidamente. A mudança de gabinetes e os problemas ocasionados aos homens públicos que tiveram seus interesses feridos também foram concluídos, com a “volta à normalidade” da vida monárquica. Mas as questões de fundo, aquelas que não pertencem a um tempo de curta duração, emergiram através de discursos intelectuais e práticos. Eles tratavam, sempre, sobre questões relativas aos problemas do sistema de representação evidenciando suas pretensas falhas, sobretudo, as distorções apresentadas na mudança de governos ainda recente nas memórias dos brasileiros.

Não só o sistema de representação era criticado, o Poder Moderador também foi alvo de ponderações públicas. Contestava-se duramente o Poder Moderador, com a diferença de se ter o monarca na qualidade de manipulador do

jogo político. De igual modo, debateram-se acaloradamente as contradições do regime monárquico através de oposições como a do princípio moderno da soberania popular em contraponto à idéia de sanção divina. Reivindicava-se um sistema nominalmente representativo acusando-se o regime de ser carente de verdadeira representação política e de não possuir aristocracias tradicionais.

Nesse momento, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça encontraram-se no Rio de Janeiro. Mendonça retornou à Corte como advogado e trabalhando no escritório do igualmente advogado Marinho, seu antigo chefe e ex-presidente da província de São Paulo. O primeiro, entretanto, buscou autonomia na carreira e, despedindo-se do escritório de Saldanha Marinho, se associou ao João de Cerqueira Lima para fundar seu próprio espaço onde atenderia clientes. No campo político, Salvador de Mendonça tornara pública sua opção pela República por meio de sua militância ao regime.

Nas lutas políticas, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça estavam juntos. Marinho e Mendonça ajudaram a criar o clube republicano na capital do Império e participaram da publicação do Manifesto Republicano de 70, no qual Mendonça escreveu o capítulo “A verdade democrática” como afirma em artigo do Imparcial de 1 de junho de 1913:

O manifesto de 3 de dezembro, depois de duas conferencias da comissão, foi redigido na mesa de trabalho de Saldanha Marinho, em sua residencia a praia do Flamengo. Quintino Bocayuva dictou-o por inteiro, e eu o escrevi, excepção feita do artigo *A verdade democratica*. Este artigo foi meu. O manifesto sahiu de um jacto da cabeça privilegiada de Bocayuva, como a deusa da fabula, e o combate travou-se no dia seguinte, á luz do sol, deante do maior reducto da monarchia¹⁹.

Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça, ainda, corroboraram na fundação do Partido Republicano e do jornal A República. Neste, Salvador de Mendonça participou até seu encerramento em 1874, quando passou a redigir n’O Globo, de Quintino Bocaiúva. Mendonça apresentou seus motivos para romper com

¹⁹ Optou-se por manter a grafia original em todas as citações.

o jornal A Republica em artigo publicado no dia 9 de outubro anunciando sua solidariedade política para com José Luiz Barbosa e Luiz Barbosa da Silva:

Essa solidariedade de amizade recíproca, que cimentou ainda mais a nossa solidariedade política, guia-me hoje pela ultima vez a estas columnas, onde desde o primeiro dia da existencia desta folha dediquei á causa republicana todo o meu esforço intellectual.

Acompanhando-os, pois, tenho que a crença politica deve ser a mulher de Cesar do democrata: não póde siguer ser suspeitada.

Mais do que nunca necessita o partido republicano de posições definidas: a minha é e continúa a ser aquella que o culto ardente da liberdade sabe inspirar.

Joaquim Nabuco, formado pela Faculdade de Direito de Pernambuco, também retornou ao Rio de Janeiro para trabalhar no escritório de advocacia de seu pai. Mas preferiu o jornalismo e a literatura. Escreveu no jornal liberal Reforma e publicou Camões e os Lusíadas, um ensaio literário e *Amour et Dieu*, um livro de poesias; este quando do seu passeio pela Europa, em 1873. No ano seguinte, repleto de cosmopolitismo, se bateu com José de Alencar nas páginas de O Globo, chegando a proferir provocações pessoais ao romancista.

Apesar das diferenças de opinião sobre a Monarquia, Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco ingressaram em anos próximos no serviço diplomático brasileiro. O primeiro em 1875, como Cônsul Privativo do Império em Baltimore. Mas, com a morte de Luís Henrique Ferreira de Aguiar, o Cônsul-Geral, permaneceu na cidade de Nova York e assumiu interinamente a função. Nabuco ingressou no ano de 1876, nomeado adido nos Estados Unidos e se instalou em Nova York.

Joaquim Nabuco, no entanto, tinha os olhos voltados para a Europa, indo para Londres no ano seguinte. Enquanto isso, Salvador de Mendonça se encantava com a Confederação americana, onde representou o Brasil na Exposição Centenária de Filadélfia. Publicou suas impressões, de forma espaçada, na revista Novo Mundo de José Carlos Rodrigues, como também deu publicidade a suas

correspondências sobre os Estados Unidos nos jornais brasileiros O Cruzeiro, do Rio de Janeiro e no Diário da Bahia²⁰.

No jornal O Cruzeiro foram publicadas as “Cartas Americanas” e no Diário da Bahia as “Cartas dos Estados Unidos”. Nesse período, Cansansão de Sinimbu incumbiu Salvador de Mendonça de colher informações sobre a imigração chinesa nos Estados Unidos, material que resultou no livro intitulado Trabalhadores Asiáticos. Mendonça procurava exemplo de ordenamento civil e, também, de formação de riquezas sem o uso da força de trabalho servil, a qual criticava por princípios liberais que nutria. Ele entendia que nenhum homem poderia ter como propriedade um outro ser-humano, pois também defendia que mesmo as raças sendo muitas, o homem era único como categoria universal de modo que a escravidão não se justificava por nenhuma premissa.

Cansansão de Sinimbu estava à frente de um governo liberal em 1878 e a abolição da escravatura era anunciada como favas contadas, algo que fatalmente aconteceria após as discussões sobre a emancipação dos escravos. Essas discussões, travadas no parlamento brasileiro ao longo da década de 1870, revelavam idéias e posições contraditórias acerca do tema escravidão. Aliás, Sérgio Buarque de Holanda (1983, p. 142) compreende que debater o trabalho servil em 1871 era mais difícil que fazê-lo em 1888 quando a causa abolicionista se consolidara definitivamente.

Buarque de Holanda indica o ano de 1871 porque ele desnudou um novo cenário na vida pública da Monarquia brasileira por meio da cisão dos produtores rurais. Eles representavam a base política do Império e sua ala mais dinâmica não precisava mais do trabalhador cativo, optando por não se opor aos abolicionistas que defendiam uma bandeira cada dia mais popular. Além do que, o trabalho livre garantia maiores liberdades com o poder público, pois não possuía raízes no passado.

²⁰ Uma questão que ocorre ao leitor atento é: quais as razões que levaram Salvador de Mendonça, um militante republicano que defendia publicamente suas convicções, a ocupar cargos e funções de tamanha relevância na Monarquia brasileira? Entende-se que duas repostas são possíveis. A primeira dada pelo próprio Mendonça. Para ele, Pedro II era maior que o Império que regia, pois possuía espírito público suficiente para conviver com as diferenças e respeitar os méritos pessoais dos adversários do regime. Outra hipótese se baseia na prática política de conciliação, a qual prevê a sedução dos adversários pelo acesso ao poder.

Cansação de Sinimbu compreendeu o ambiente inquieto e tenso da vida pública brasileira que se revelava nas discussões sobre a emancipação do escravo, mas não logrou alternativas para solucionar os problemas ocasionados por essa emancipação. Sinimbu defendeu o ingresso de trabalhadores asiáticos para substituir os negros e sua proposta foi apelidada de mongolização do país por Joaquim Nabuco, então deputado geral pela província de Pernambuco. Nabuco, que criticava o estímulo para a imigração de chineses, tinha se afastado da diplomacia em 1878 com a morte de seu pai e se fizera eleger deputado geral na legislatura de 1879. Ocupou cadeira no Parlamento como deputado em 1879-1889. Exceção feita às legislaturas de 1881-1884, 1886 e parte de 1887. Ao longo desses dez anos, discutiu o problema da escravidão dentro ou fora do Parlamento. O tema do trabalho escravo incomodava-o profundamente, bem como o desejo de ter a primazia de sua solução. Atesta-o a criação da Sociedade Anti-Escravagista Brasileira e a publicação do livro *O Abolicionismo*.

Nesse mesmo período, Salvador de Mendonça estava à frente do consulado do Brasil de Nova York, cumprindo ordens dos governos que se alternavam durante a vigência da Monarquia. Destes, o último gabinete foi o do visconde de Ouro Preto, cujo principal intento, conferido a Mendonça, era de organizar missão especial que iria a Washington representar o Brasil na Primeira Conferência Internacional Americana. Esta seria, igualmente, a primeira participação dos Estados Unidos em uma conferência regional visto não ter participado dos encontros anteriores.

Nos trabalhos de organização dessa Conferência, Salvador de Mendonça (1913) comenta ter recusado o pedido da princesa Isabel, feito por intermédio do visconde de Ouro Preto, de nomear Joaquim Nabuco chefe da missão que se dirigia aos Estados Unidos. A desculpa foi de que o pretendido não detinha conhecimentos suficientes para a empreitada, o que gerou um acordo em torno do nome de Lafayette Rodrigues Pereira. Interessante notar que Mendonça, um republicano favorável à americanização do Brasil, tenha impedido Nabuco, um monarquista simpático à Europa, de chefiar a missão aludida. Uma lacuna que o republicano estudado não responde bem como Joaquim Nabuco não comenta, mas que se acredita, o último guardou como revolta muda.

Como hipóteses para compreender o silêncio de Salvador de Mendonça e o de Joaquim Nabuco apontam-se duas possibilidades. A primeira delas, o fato de Mendonça conhecer bem os Estados Unidos de modo a sensibilizar a princesa Isabel e o visconde de Ouro Preto a atender suas observações contrárias a Joaquim Nabuco e a segunda refere-se à vaidade ferida deste que teria preferido o silêncio, como espécie de uma revolta muda nutrida para além do acontecimento²¹. Além do que, existiam monarquistas interessados na aproximação comercial com os estadunidenses. Dentre esses monarquistas, dando-se crédito a Salvador de Mendonça, contava-se o próprio imperador. Por que não se considerar também a empatia de Pedro II por Salvador de Mendonça? As ações humanas não são dirigidas unicamente por objetivos calculados e racionais, elas possuem carga afetiva que, em determinados momentos, representam um percentual significativo nas análises dos homens, incluindo os políticos.

A Monarquia brasileira também não havia participado de outros encontros interamericanos. Não compareceu ao encontro no Panamá de 1826, de Lima nos anos de 1847-1848, ao de Santiago em 1856, ao de Washington também em 1856 e ao de Lima nos anos de 1864-1865 (SANTOS, 2004, p. 21). Quando se decidiu pela participação, o regime demonstrava suas fragilidades. Oliveira Lima, que estava em Lisboa no ano da Conferência, alguns meses antes do dia 15 de novembro de 1889, falava ao conselheiro Saraiva no Hotel Central sobre a inevitável irrupção da República brasileira. Lima afirmava ser a República iminente e, talvez, o conselheiro fosse seu primeiro presidente. A que este respondeu: “(...) Então os senhores verão o que é poder pessoal’ (...)” (SARAIVA apud LIMA, 1937, p. 57).

Salvador de Mendonça foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial nos Estados Unidos, além de Delegado do Brasil na Primeira Conferência Internacional Americana. Quando da mudança de regime na nação brasileira, ele lutou pelo êxito da República nos Estados Unidos, pois existiam desconfiças em relação ao futuro do novo regime visto como um movimento de quartéis e, igualmente, uma mudança profunda sem legitimidade. O

²¹ Oliveira Lima, como será visto mais adiante, percebia certo desprezo de Joaquim Nabuco por Salvador de Mendonça, sobretudo, em temas relativos as relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

povo não teve participação na derrocada da Monarquia, a qual ainda contava com defensores que se pronunciavam através de artigos de jornais e de livros.

Homens públicos norte-americanos manifestavam reservas com a República do Brasil. O senador republicano John Sherman, por exemplo, defendia a prudência, supondo coerente aguardar manifestações da opinião pública brasileira para qualquer decisão oficial. O presidente Harrison, também republicano, parecia esposar a tese do senador. A posição desses políticos estadunidenses preocupava Salvador de Mendonça a ponto de desesperá-lo quando soube, por meio de correspondência do barão de Itajubá, que nenhuma nação européia reconheceria a República antes dos Estados Unidos. Cabia, segundo Itajubá, a Mendonça construir esse reconhecimento.

Salvador de Mendonça adotou o diálogo como estratégia para resolver o problema do reconhecimento da República. Mendonça procurou Andrew Carnegie, Charles R. Flint e Thomas Jefferson Coolidge, os três delegados norte-americanos à Conferência, para mostrar-lhes a conveniência de os Estados Unidos serem padrinho político da nação brasileira. Caso contrário, dizia o brasileiro, algum país europeu tomaria a dianteira. No dia 29 de janeiro de 1890, Thomas Jefferson Coolidge avisou Salvador de Mendonça que o Secretário de Estado James Blaine desejava vê-lo.

James Blaine comunicou a Salvador de Mendonça sua convicção quanto à conveniência dos Estados Unidos serem padrinho político do Brasil e informou que o seu governo reconheceria imediatamente a República. Mendonça, com certeza mais tranqüilo pela nova situação, transmitiu esta decisão do governo estadunidense ao Governo Provisório brasileiro por meio dos ofícios reservados ao Ministério das Relações Exteriores, sob números 1 e 2 de 14 de janeiro e de 6 de fevereiro (MENDONÇA, 1913).

Com a questão do reconhecimento resolvida, Salvador de Mendonça pode se dedicar à Conferência Internacional Americana, sustentando a tese do arbitramento obrigatório por entender ser este o único modo de proteger a soberania das nações sul-americanas. Mendonça, inclusive, participou da redação de um projeto sobre arbitramento obrigatório que seria apresentado na Conferência. Ele e os argentinos Saenz Peña e Manuel Quintana aprovaram o projeto, com algumas correções, em

1890. No tocante a essa Conferência, Tereza Maria Spyer Dulci (2006, p. 1) comenta ter sido ela uma política do pan-americanismo iniciada no final do século XIX, com vista a integrar os países da região sob a liderança dos Estados Unidos, o qual se inspirava nos modelos do pan-eslavismo e do pan-germanismo europeus. A expressão Pan-América e pan-americanismo só teria aparecido na imprensa estadunidense meses antes dessa Conferência. A imprensa norte-americana a designou, doravante e antes mesmo de sua abertura, de Conferência Pan-Americana. Nome que se repetiu às posteriores até 1948 quando se criou a Organização dos Estados Americanos – OEA. O termo pan-americanismo, contudo, se difundiu significando políticas de incentivo à aproximação dos países americanos sob a liderança dos Estados Unidos.

Enquanto isto a República brasileira sofria críticas internas, como as de Joaquim Nabuco publicadas nas páginas do Jornal do Comércio ou as de Eduardo Prado com o livro *A ilusão americana*. No caso de Nabuco, a República era acusada de tornar o Brasil um país instável politicamente, a exemplo dos seus vizinhos na América do Sul. Salvador de Mendonça seguia sua carreira diplomática como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe do Brasil em Washington. Mendonça fora nomeado pelo Ministro do Exterior Quintino Bocaiúva e ele se empenhava em diversas atividades, dentre as quais o convênio aduaneiro e a compra da prata. Por sua vez, Oliveira Lima iniciava sua vida diplomática.

De volta ao Brasil, Oliveira Lima observava o desenvolvimento da vida política brasileira após a proclamação da República, quando foi apresentado a Quintino Bocaiúva pelo conde de São Salvador de Mattosinhos. Lima registraria essas observações em suas obras de História nacional, mas, sobretudo, nas suas memórias. O autor dessas obras se assustava com as transformações produzidas nas pessoas pelo novo regime. Ele não aceitava a ascensão de políticos oportunistas, os quais, em grande parte, saíam das alas monarquistas e se ressentia do abandono dos modos de educação dos homens públicos da Monarquia. Oliveira Lima repudiava as mudanças políticas e sociais, das quais a República era herdeira.

Já em 1891, Oliveira Lima acompanhou seu cunhado Araújo Beltrão, então primeiro ministro da República, a Lisboa. Sua chegada àquela capital aconteceu pouco depois que a Monarquia portuguesa debelara a revolta portuense de 31 de janeiro, assim como dava início à fase dos ministérios extra-partidários. A chegada coincidiu, ainda, com a subida do gabinete que tinha o conde de Valbom como responsável pela pasta dos negócios estrangeiros, e com a circular daquele governo, contrária à emigração para o Brasil, justificada pela acusação de maus tratos a colonos de outros países. Nesse contexto, a República brasileira encontrou resistências, sendo que algumas dificuldades foram causadas pela inabilidade do cunhado de Lima.

Outro fato é que Araújo Beltrão estava aborrecido com a má vontade do governo português, em especial do conde de Valbom, na busca de reparações àquela circular. Procurando se fortalecer Beltrão aconselhou, por telegrama, o barão de Lucena a não dar andamento às negociações para um convênio de comércio favorável à exportação de vinhos portugueses. Ingenuamente, ele acreditava ser possível alterar a relação de forças com o governo português e, especialmente, com Valbom. Este, porém, era astuto e não se deixaria envolver pelas artimanhas do brasileiro.

Araújo Beltrão arquitetara um plano: isolar politicamente o conselheiro Mattoso dos Santos, então no Rio de Janeiro, para pressionar o ministro português de estrangeiros a conceder prova de equidade internacional tal qual se reclamava. O plano de Beltrão não era de todo ruim, mas não deu certo. Ele não considerou a possibilidade das suas correspondências ao barão de Lucena serem interceptadas pelo pessoal do conde de Valbom, o qual não se preocupava em utilizar esses recursos para alcançar seus objetivos.

O telegrama, como recorda Oliveira Lima, foi de fato interceptado e decifrado, contrariando sobremaneira o conde de Valbom. Assim sendo, se os representantes brasileiros em Portugal não eram benquistos, passaram a ser mal vistos. Tanto que Valbom, homem vingativo segundo Lima, aguardou o momento oportuno para prejudicar seus adversários por meio de hostilidades e de intrigas. A possibilidade se manifestou em dezembro de 1891, com o falecimento de Pedro II na capital francesa.

A legação brasileira pediu instruções ao governo de Floriano Peixoto sobre como proceder quanto ao funeral de Pedro II. A resposta oficial proibia a legação de participar do evento, como também orientava que ao ministro diplomático não era lícito despojar-se do seu caráter representativo no país onde se encontrava. O único membro da legação a respeitar a deliberação foi Oliveira Lima que apresentou como desculpas suas núpcias, a qual, segundo Lima, o impedia de comparecer ao evento fúnebre.

O conde de Valbom não poupou os brasileiros. Proprietário do jornal *Novidades*, no qual escreviam seu filho e Barbosa Colen, fez publicar editorial acusando Oliveira Lima de republicanismo por se ausentar do funeral de Pedro II, assim como afirmou que sua irmã, a esposa de Araújo Beltrão, propositalmente desfilou de carro, trajando vestes pouco recomendáveis para o momento, de modo a afrontar a memória do ex-imperador brasileiro. Os representantes brasileiros eram tratados, desse modo, como radicais que desprezavam um personagem que compusera a história recente do Brasil.

Na estratégia de Valbom contou, ainda, a campanha contra o governo brasileiro com auxílio do ministro português Paço d'Arcos que se encontrava no Brasil. Valbom, através dessa estratégia, alcançou a remoção de Araújo Beltrão, de Oliveira Lima e do cônsul geral Vieira da Silva. O primeiro foi removido para Berna e Lima para Berlim (LIMA, 1937, p. 99).

Esses golpes de má sorte também afetariam os destinos de Salvador de Mendonça, o qual seria removido dos Estados Unidos para, depois ser perseguido até seu afastamento ilegal do serviço diplomático brasileiro. Oliveira Lima atribuiria essa má sorte de Mendonça ao fato dele ter representado o governo de Floriano Peixoto com muita lealdade, a ponto de impedir o reconhecimento estadunidense da revolta da armada no ano de 1893. Condenação que lhe será atribuída a partir deste ano até os primeiros do século XX, quando sofrerá as conseqüências da aludida fidelidade àquele governo. Lima irá expor com fatura de detalhes os projetos dos adversários de Salvador de Mendonça para afastá-lo da legação norteamericana. Projetos que demoraram lograr o sucesso, mas que se cristalizariam a ponto de colocar Salvador de Mendonça, por aproximadamente quatro anos, longe da vida diplomática.

Salvador de Mendonça defendeu a República brasileira nos Estados Unidos articulando apoios para o seu governo junto a James Blaine. Todo o processo é narrado no artigo *The Rebellion in Brazil*, de 1894, último ano de sua glória, porque a partir do seguinte ele seria isolado. Prova-o a questão das Missões. Ela foi decidida favoravelmente ao Brasil, contudo, o nome de Mendonça não apareceu nas notícias dos jornais, apesar de que ele tinha acompanhado e participado do processo desde o Império, como relata:

Quanto ao caso das Missões houve alguma coisa mais que a obra excelente de Teixeira de Mello. Houve o meu trabalho constante desde 1889, época em que nosso governo me incumbiu da negociação de um Tratado de Aliança com a Grande União, ao qual já me referi, dando-o como incompatível com as negociações acerca da nossa questão de limites com a nação Argentina.

Depois de haver estudado todos os documentos relativos á questão, como recommendara o Imperador em Petrópolis, no dia em que se declarara estar resolvido a submeter a decisão do caso ao presidente Cleveland, - facto que fui o primeiro a comunicar nessa mesma cidade ao ministro Jarvis dos Estados Unidos, - e depois de haver compulsado os trabalhos de Teixeira de Mello e do Barão de Cotegipe, escrevi a pedido do secretario Blaine um memorandum ácerca do negocio, que elle estudou durante mezes, declarando-me afinal confidencialmente em 1891 que tinha opinião formada quanto ao nosso direito sobre a região que disputavamos aos argentinos e que isso mesmo podia declarar em confidencia ao meu governo (...) (MENDONÇA, 1913, p. 249-250).

A remoção de Salvador de Mendonça da carreira diplomática aconteceu em 1898, com sua ida para Lisboa. No mesmo ano foi exonerado, ficando desempregado. Nesta condição, ele escreveu seu "Ajuste de Contas" nas páginas do *Jornal do Comércio*, bem como dedicou sua vida lutando pela reintegração, do ano de 1899 ao ano de 1901. Mendonça continuou atento ao que acontecia na política internacional, manifestando-se em três artigos publicados naquele jornal em 1902.

Os artigos foram intitulados "A Questão do Acre" e neles Salvador de Mendonça defendia o direito do Brasil a todo o vale do Amazonas. Os textos de

jornal de Mendonça parecem ter incomodado os responsáveis pela diplomacia brasileira, pois ele foi, no ano seguinte à publicação daqueles artigos, reintegrado à carreira diplomática de modo limitado, da qual se aposentaria em 1911.

Os últimos anos de vida foram dedicados ao jornalismo, mesmo que com publicações esparsas, no periódico O Ipiranga e no O Século. Os artigos publicados no primeiro foram utilizados para a organização do seu livro A situação internacional do Brasil, e dentre as matérias que publicou em O Século, segundo salientam-se os “Furtos no Itamaraty” e “A Crise da república”.

A carreira diplomática de Salvador de Mendonça finalizou em 1911. Oliveira Lima conviveu com Mendonça e, nas suas Memórias, recorda-se do falecido, comparando-o sempre a Joaquim Nabuco no tocante a atuação nos Estados Unidos e nas concepções sobre a inserção do Brasil na América que eram bastante diferentes.

2.2 SALVADOR DE MENDONÇA NAS MEMÓRIAS DE OLIVEIRA LIMA

Oliveira Lima teve Salvador de Mendonça como chefe nos Estados Unidos a partir de 1896 e registrou em suas memórias as condições em que ocorreu o seu primeiro encontro com ele. Segundo Oliveira Lima, Salvador de Mendonça possuía má fama na Secretaria de Estrangeiros, pois contava-se que ele sempre seguia uma prática para proteger seu filho Mário, então segundo secretário. Mendonça prejudicaria os seus subordinados sem nenhum pudor.

Salvador de Mendonça queixava-se de todos os primeiros secretários, que eram recebidos com uma chávena de café perfumado e um Cabañas y Carvajal; depois ouviam que, por não existir nada a se fazer poderiam descansar. Esse procedimento, ao que consta, se repetia com todos os designados a primeiro secretário na legação brasileira nos Estados Unidos.

Oliveira Lima chegou aos Estados Unidos no mês de maio e seu chefe havia providenciado quartos no Grafton, hotel próximo à legação brasileira. Os dois se encontrariam no dia seguinte, quando Lima se apresentou oficialmente. Neste

encontro, o secretário lembra os detalhes da conversa e das coisas servidas bem como as descreve com riqueza de detalhes, parecendo ainda sentir o perfume do café e o tom de voz de Mendonça.

Salvador de Mendonça recebeu Oliveira Lima com muita cortesia, convidando-o para uma chávena de café perfumado. A bebida foi servida por um copeiro dinamarquês enquanto Mendonça abria uma caixa de charutos para convidar seu interlocutor a se servir. Após as gentilezas, o chefe observava que a estação estava calma e considerava oportuno que seu secretário visitasse a capital dos Estados Unidos de modo a conhecer um pouco mais o país. Esse tempo sem trabalho não seria danoso, posto que os serviços na legação brasileira não exigiam muitos esforços no momento.

Oliveira Lima assustou-se com o comentário de Salvador de Mendonça, mesmo porque tinha vivo em sua memória os comentários maldosos que indicavam a proteção ao filho Mário, e recusou o convite do seu chefe. Lima talvez tenha percebido uma reação de estranhamento de Mendonça e compreendeu que seus antecessores não declinavam dessa sugestão. Por isso, optou por informá-lo de sua má fama no Brasil. Salvador de Mendonça, segundo Oliveira Lima, sorriu afirmando conhecer o valor do seu novo subordinado, e prometeu que ambos trabalhariam muito após o verão.

Salvador de Mendonça, com o intuito amenizar a situação causada pelas desconfianças de Oliveira Lima, aludiu à possibilidade de ambos serem vizinhos na cidade de Keene Valley onde estava sua casa de campo. Lima aceitou esse convite e alugou quartos em um hotel de Keene Valley, tendo, assim, a oportunidade de conhecer melhor a Mendonça. A relação que estabeleceram nos Estados Unidos se manteve até a morte de Salvador de Mendonça, com visitas a este quando se encontrava aposentado e cego no Rio de Janeiro.

Oliveira Lima comenta características de Salvador de Mendonça, como o faro diplomático e o prestígio na sociedade estadunidense da década de 1890. Para Lima, nenhum outro representante do Brasil foi tão estimado quanto Mendonça, como se observa na passagem que segue:

(...) na gradação descendente que vai do imaginativo Nabuco ao imbecil Cochrane de Alencar e ao fátuo Silvino do Amaral, passando pelo dengoso Domicio da Gama, ainda assim dotado de certa distinção intelectual e de um certo sentimento de reserva social. Nabuco gozou da estima de Elihu Root e de Roosevelt, que apreciaram a sua superioridade espiritual e também o seu vistoso pan-americanismo, mas nunca soube como Salvador percorrer toda a gama sobre o teclado da alma americana (LIMA, 1937, p. 147).

Oliveira Lima recorda a participação de Salvador de Mendonça nos eventos que desmantelaram a revolta da armada. Para Lima, Mendonça era o melhor agente da legalidade no estrangeiro porque comprometido com o governo, conhecedor dos bastidores do poder e da linguagem política praticada nos Estados Unidos. Estas virtudes, o ajudaram a perceber as intenções do ministro estadunidense no Brasil por meio dos seus despachos a Washington.

O representante diplomático norte-americano no Rio de Janeiro pretendia induzir o seu governo a reconhecer o estado de beligerância, porque simpatizava com a marinha brasileira. Salvador de Mendonça soube usar o sentimento nativista e republicano estadunidense, convencendo o Secretário de Estado Gresham que aquele representante sofria influências de congêneres europeus simpáticos à Monarquia. Salvador de Mendonça aconselhou o secretário a fazer descer de Petrópolis o diplomata, afastando-o do contato com os representantes da Europa. Gresham atendeu à sugestão.

Sem tramas e intrigas diplomáticas, Salvador de Mendonça contribuiu ao esforço que impediu a mudança de regime no Brasil. Mas a defesa da homogeneidade republicana na América custou uma intervenção humilhante promovida pela esquadra dos Estados Unidos, que foi energeticamente condenada por Joaquim Nabuco. Condenação que, segundo Oliveira Lima, Nabuco esqueceria mais tarde, tão logo ocupou a embaixada de Washington.

Aliás, Joaquim Nabuco mudava de opinião profunda e rapidamente, dizendo não se lembrar da experiência em Roma onde esteve em missão junto ao árbitro que deu à Inglaterra o acesso à bacia amazônica. Decisão que desprezou a

doutrina dos limites naturais e o princípio do Uti Possidetis na questão de fronteiras envolvendo a Guiana britânica e que valeram fortes críticas do Jornal do Comércio à atuação de Nabuco nessa demanda. Este era acusado de amadorismo e incompetência.

O prestígio de Salvador de Mendonça, por seu turno, revelou-se mais completamente mais tarde, já em 1897, quando assumiu duas secretarias americanas. Uma delas era a União Pan-Americana designada à época Repartição das Repúblicas Americanas, na qual mostrou sua influência junto às autoridades estadunidenses. Para Oliveira Lima, um prestígio que, até então e também depois, nenhum outro brasileiro teve nesse país.

Na União Pan-Americana, Salvador de Mendonça fez prevalecer uma indicação para o cargo de tradutor de francês. A embaixada da França protegia Henry Harrisse enquanto Mendonça preferia duas moças norte-americanas. Mendonça procurou o Secretário de Estado Sherman para expor suas convicções, as quais convenceram o Secretário que intercedeu favoravelmente às pretensões do representante do Brasil em detrimento dos interesses daquela embaixada.

Apesar desse prestígio, Salvador de Mendonça também foi enganado nos Estados Unidos pelo Secretário de Estado James Blaine. Este foi inteligente e velhaco, segundo Oliveira Lima, ao negociar um convênio de reciprocidade comercial com o brasileiro, ou melhor, na ausência de Mendonça que se encontrava adoentado.

O convênio destinava-se aos países hispano-americanos e se prestava igualmente a ser complemento de outro convênio, o de arbitramento obrigatório. Na negociação, James Blaine comprometeu-se a conceder tratamento de exclusividade para o açúcar brasileiro. Como Salvador de Mendonça afastou-se das negociações por conta de um ataque de gripe que revelou seu glaucoma, o norte-americano destinou aquela exclusividade ao açúcar cubano.

Salvador de Mendonça seria duramente criticado no Brasil em função dessa frustração. Ele foi acusado, em especial no Jornal do Comércio, de favorecer os interesses norte-americanos traindo a nação e o povo brasileiro, que ele

representava nos Estados Unidos. As críticas mais amenas atribuíam a Mendonça condição de incompetente enquanto outros comentários responsabilizavam seu problema de saúde pela má negociação. De qualquer forma, a não exclusividade do açúcar o prejudicou sobremaneira. Aliás, no Brasil, Mendonça sofreria outros golpes de traição, como o da sua remoção para Lisboa.

A transferência de Salvador de Mendonça fez parte da estratégia de Fontoura Xavier para ser ministro nos Estados Unidos. A legação brasileira neste país encantava muitas pessoas do serviço diplomático e Mendonça parecia, cada vez mais, se consolidar na função. Mas o incidente daquela negociação permitiu a Xavier articular, junto ao Senado brasileiro, a remoção de Salvador de Mendonça por incapacidade física.

Mas Salvador de Mendonça teve a graça de um editorial do Washington Post dizendo que setenta milhões de amigos norte-americanos davam um saudoso adeus ao diplomata. Setenta milhões era a população dos Estados Unidos na década de 1890. Apesar disso, no Brasil, imaginava-se ou fazia-se imaginar que as boas relações desses países deviam-se ao barão do Rio Branco e a Joaquim Nabuco, desprezando-se todos os esforços brasileiros bem-sucedidos e anteriores ao barão e a Nabuco.

Para Oliveira Lima, as boas relações vinham de João VI, que fundou um império americano, de Pedro I, ao declará-lo parte do sistema americano e do comportamento de Pedro II, bem como dos bons serviços de Salvador de Mendonça que foram atirados no limbo.

Não bastasse, Salvador de Mendonça foi atingido na honra. José Carlos Rodrigues era proprietário do Jornal do Comércio e lançou uma campanha de difamação contra Mendonça. A campanha procurava desmerecer os trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos, de modo a privilegiar o barão do Rio Branco e a Joaquim Nabuco. Rodrigues era exemplo dos bajuladores sem méritos da República, de acordo com Oliveira Lima, tendo negada sua reabilitação para a legação de Londres na presidência Campos Sales.

O ministro das relações exteriores do governo Campo Sales, Olinto de Magalhães, disse preferir que suas mãos fossem cortadas a assinar a reabilitação de José Carlos Rodrigues. Mas Rodrigues fez fortuna no Brasil por meio do resgate das estradas de ferro inglesas quando chefiou uma comissão do governo. Estes fatos despertaram a atenção de Salvador de Mendonça que os criticou e os denunciou junto com outros acontecimentos similares que foram tratados de forma enérgica, no Ajuste de Contas e em outros artigos publicados no próprio Jornal do Comércio.

Oliveira Lima menciona outras qualidades de Salvador de Mendonça, como sua erudição. Mendonça percorria catálogos de leilões de livros e possuía excelente biblioteca, como também colecionava quadros. Se estes não eram todos autênticos a culpa não era sua, pois a esperteza européia dos old masters havia se consolidado nos Estados Unidos.

Apesar da erudição, Salvador de Mendonça nunca ocupou cargos na Academia Brasileira de Letras – ABL, o que Oliveira Lima entende como injustiça ao alegar que ele merecia ter sido seu presidente porque brilhante professor e exímio jornalista que nunca apelou para agressões pessoais. Mendonça possuía méritos suficientes para a tarefa de dirigir a ABL, mas teria sido aí também prejudicado por grupos ligados aos seus desafetos. Lima comenta, ainda, outras perseguições a Salvador de Mendonça.

Salvador de Mendonça sofreu perseguição em função da bajulação de Fontoura Xavier para agradar o ministro do exterior Dionísio Cerqueira, que pretendia obter a demissão de Mendonça sob acusação de proteção dos interesses norte-americanos e de traição ao Brasil. Acusações graves que, fatalmente, justificariam a pretendida demissão como também criariam uma mácula na honra de Salvador de Mendonça.

Fontoura Xavier inventou que comerciantes estadunidenses aumentariam a taxação do café brasileiro e recomendou a Salvador de Mendonça, o representante diplomático do Brasil, exigir novas negociações. O argumento parecia razoável, pois Mendonça o discutiu muito com Oliveira Lima, a época primeiro secretário. Lima e Mendonça, contudo, desconfiaram de Xavier e mantiveram contatos com o Rio de Janeiro para elucidar a questão. Descoberta a trapaça de Fontoura Xavier, eles

comunicaram o despropósito ao Rio de Janeiro. A comunicação fez Dionísio de Cerqueira perder o posto e Fontoura Xavier retornar humildemente ao seu consulado.

Fontoura Xavier sentiu a decisão do governo do Brasil, mas, de acordo com Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, Xavier recuperou-se logo do duro golpe desferido contra suas ambições. Ele teria se articulado com o senador Azeredo no intuito de especular o café brasileiro, o que representava um bom negócio dado o fato de o café ser, nesse momento, importante item da pauta de exportação nacional. Fontoura Xavier e o senador empenharam forças, no que obtiveram sucesso, para conquistar rendosas concessões destinadas a Streng, um grande investidor dos Estados Unidos (LIMA, 1937).

No concernente aos Estados Unidos, Oliveira Lima tece algumas comparações entre Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça no que diz respeito aos seus estilos e também às suas falas. Nabuco teve sua figura diplomática realçada pelo talento como escritor, fazendo palestras em associações e Universidades estadunidenses. Ele, porém, não possuía o mesmo domínio da língua inglesa de Mendonça, o qual Renick dizia ser um puro Maculay (RENICK apud LIMA, 1937, p. 186). O último seria, igualmente, mais centrado e menos pomposo nos discursos.

O elogio de Renick era importante, consoante Oliveira Lima, pois partia do chief clerk do Departamento de Estado da segunda administração Cleveland e do ex-sócio do democrata Woodrow Wilson, futuro presidente norte-americano. Portanto, as considerações desse estadunidense representavam percepções de um importante homem de Estado, o qual expressava, também, posições de um grupo de poder.

Joaquim Nabuco, por seu turno, era uma inteligência formada por três matrizes distintas. A imaginação era latina, a mentalidade francesa e a orientação inglesa. A primeira, todavia, representou o traço capital de sua atividade política e o conduziu ao novo regime, mas não sem obstáculos que provocariam desafetos. Um deles, que acompanharia Nabuco até sua morte, foi o de Carlos de Laet e de Jaceguay.

Jaceguay tentou demover, sem êxito, Joaquim Nabuco de sua decisão de aderir à República, cobrando sua fidelidade à Monarquia. Carlos de Laet também tentou o mesmo, obtendo resultado similar ao de Jaceguay. A desilusão de Laet, entretanto, se transformou em uma amargura que o acompanhou ao longo da vida conduzindo-o a uma atitude pouco elegante: uma crítica póstuma a Joaquim Nabuco. Carlos de Laet proferiu o discurso de recepção ao sucessor de Nabuco na Academia Brasileira de Letras – ABL. No discurso, Laet acusava o falecido de desertor da causa monarquista.

Joaquim Nabuco “desertou da causa monarquista” ao aceitar a tarefa de fazer o tratado de arbitramento relativo ao território de litígio com a Guiana britânica. Oliveira Lima recorda que, na ocasião, conversou com Nabuco aconselhando-o a não aceitar a indicação de um árbitro simpático à Inglaterra. Lima assim procedia porque temia que interesses nacionais europeus pudessem prejudicar as pretensões brasileiras na região como também lograssem se unir para o intento. Joaquim Nabuco não comungava da mesma preocupação.

Oliveira Lima argumentava estar o mar Mediterrâneo sob o controle inglês e a Itália impedida de aliar-se à França, a qual tinha o protetorado sobre a Tunísia igualmente cobiçada pelos italianos. Lima informou a Joaquim Nabuco de que o barão do Rio Branco escrevera sobre o tema para Souza Correa, o qual negociava um tratado de limites com concessões maiores que as dadas pelo arbitramento.

O barão do Rio Branco comentara ser o direito brasileiro difícil de provar no caso da Guiana e, por descuido visto ser muito vaidoso nesses assuntos, dissera-o igualmente mais complicado quando comparado ao caso do Amapá e das Missões. Mas de nada adiantou o esforço de Oliveira Lima, tendo sua argumentação desprezada por Joaquim Nabuco. Este confiava demasiadamente nos seus dotes literários, os quais não foram suficientes para convencer o árbitro do direito do Brasil sobre a região, e a sua derrota no litígio foi explorada pela imprensa.

O Jornal do Comércio apresentou uma exposição depreciativa da questão de modo a convencer que o laudo adverso devia-se à falta de experiência de Joaquim Nabuco. Mas, com a elevação da legação brasileira a embaixada em Washington,

Nabuco seria redimido com a promoção a embaixador nos Estados Unidos esquecendo imediatamente, como também a imprensa esqueceu, o insucesso do Brasil naquele litígio.

Ao assumir a embaixada brasileira nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco apresentou um discurso pomposo, ao mostrar suas credenciais. Nesse discurso, Nabuco defendia, com ênfase, a potência incomensurável de Roosevelt e a valorização internacional do Brasil. Oliveira Lima incomodava-se com tanta pompa, criticando o discurso do seu colega de carreira, mas ele não negava as qualidades de Joaquim Nabuco como a beleza, as maneiras aristocráticas e o vasto conhecimento sempre usado com destreza.

Joaquim Nabuco era um *charmeur*, com expressão atraente e sorriso cativante. Apesar disso, Oliveira Lima e Nabuco romperiam relações porque o embaixador era excessivamente vaidoso e não aceitava críticas ao seu americanismo. Lima, por seu turno, não abria mão do seu direito de discordar e de apresentar suas opiniões. Neste caso, as considerações sobre o tema pan-americanismo eram deveras conflitantes sendo, como observa Tereza Maria Spyer Dulci (2006, p.3), Nabuco seu maior advogado no Brasil e Lima um dos seus maiores críticos.

Nesse sentido, Oliveira Lima faz duas observações. A primeira dá-se pelo fato de Joaquim Nabuco não reconhecer os méritos dos seus predecessores nos Estados Unidos, chegando a desprezar Salvador de Mendonça. A segunda observação deriva da primeira e começou por uma carta escrita na Venezuela, na qual Oliveira Lima criticava Nabuco pela forma com que procurava unir o Brasil e os Estados Unidos. Nabuco desejava estreitar os laços entre esses países numa entente ultra-cordiale que representaria seu triunfo pessoal.

Brasil e Estados Unidos possuíam, segundo Oliveira Lima, uma longa tradição de cordialidade. Desprezar este fato representava negar a própria história brasileira bem como ofender a memória de homens públicos que prestaram serviços relevantes à nação. Além do que, Lima se preocupava com o emprego do termo ultra, sendo suas reservas ilustradas pelo exemplo das panelas de barro e de ferro.

O Brasil seria uma panela de barro e os Estados Unidos uma panela de ferro. A primeira panela, por ser de barro, tem pouca proteção ao se bater com a segunda, a de ferro e, sendo esta, portanto, mais resistente a choques de toda espécie. Oliveira Lima interpretava seu exemplo por meio da relação das duas nações mencionadas. Tal relação seria prejudicial a nação mais fraca, a panela de barro, que poderia tornar-se dependente moral e politicamente do país mais forte, a panela de ferro, ou os Estados Unidos. Joaquim Nabuco, por meio do seu pan-americanismo, dava o exemplo da dependência citada.

As críticas de Oliveira Lima atingiam não só Joaquim Nabuco, mas, também, o barão do Rio Branco. O barão e Nabuco revelaram a dependência moral e política aludida no exemplo das panelas, com o último defendendo interesses estadunidenses através do seu entendimento de pan-americanismo apresentado na Conferência Internacional Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro e que ele presidiu. O primeiro, por meio do poder que possuía, orientava a política brasileira no sentido de ajustá-la aos interesses dos Estados Unidos na busca da sua hegemonia na América.

Os comentários de Oliveira Lima, os quais levaram ao rompimento de sua amizade com Joaquim Nabuco, tinham esse conteúdo. O clima de descontentamento de Nabuco com Lima somente se encerrou com o fim da relação deles e teve início com uma carta escrita pelo primeiro. Ele se dizia favorável à idéia dos Estados Unidos dirigirem o Brasil, o que incomodou profundamente seu interlocutor. Este expressou ironicamente sua opinião, com uma anedota sobre a decisão do Secretário de Estado Root não visitar a América do Sul.

A anedota revoltou Joaquim Nabuco posto ele se esmerar por trazer esse Secretário de Estado norte-americano. A visita do Secretário era um prêmio para a carreira de Nabuco, o qual mostraria aos demais representantes diplomáticos sul-americanos sua influência nos Estados Unidos. Oliveira Lima, insensível a vaidade de seu colega, o apelidou de rootless dando início a uma desavença que transcendeu o campo das correspondências pessoais. Eles se machucariam, ainda, nos bastidores do poder e nos jornais.

Oliveira Lima escreveu para um editorial do Jornal do Recife, apontando divergências suas e de Joaquim Nabuco sobre o tema pan-americanismo. Joaquim Nabuco, irritado por entender a atitude de Lima como provocação pessoal, solicitou ao barão do Rio Branco a disponibilidade de seu ex-amigo e agora um dos seus desafetos. O barão se esquivou ao orientar o requerente que fizesse o pedido oficialmente, para que o mesmo fosse levado ao presidente da República. O pedido não foi feito.

Mas a vaidade de Joaquim Nabuco não foi ferida apenas por Oliveira Lima. Nabuco, de acordo com Lima, também se incomodou com Rui Barbosa que fora convidado para a segunda conferência de paz. O barão do Rio Branco pretendia construir uma delegação de águias, tomando por parâmetro um gabinete de igual nome do Império brasileiro. Este gabinete reuniu os melhores políticos dos partidos conservador e liberal como também se tornou recorrente nas lembranças das gerações que o acompanharam durante sua vigência.

Joaquim Nabuco teria se recusado a participar da delegação de águias por saber que o seu primeiro homem seria Rui Barbosa. De acordo com Oliveira Lima, essa constatação era muito dolorosa para Nabuco, o qual, independente da recusa ao convite do barão do Rio Branco, esteve extra-oficialmente em Bruxelas. Ele procurou influenciar a decisão de Barbosa no sentido de estreitarem-se as posições brasileiras com as dos Estados Unidos. Esforço inútil o dele, pois seus conselhos foram dispensados.

Oliveira Lima também cita a vaidade do barão do Rio Branco na formação da delegação de águias. Rui Barbosa teria manifestado seu desejo de levar Lima como segundo secretário e Jaceguay como delegado técnico. O barão recusou o pedido de Barbosa, pois nunca fora capaz de perdoar Jaceguay e Oliveira Lima. O primeiro porque cometera o erro de criticar o tratado de Petrópolis e o último por nunca tê-lo aplaudido incondicionalmente. Resta, igualmente, uma dúvida. Lima também não teria perdoado o barão do Rio Branco pela recusa do seu nome na delegação de águias e, por isso mesmo, feito uma análise tão apaixonada sobre o tema em questão?

De qualquer forma, essas questões de natureza aparentemente apenas pessoal pertenciam a um ambiente maior de mudanças na história contemporânea brasileira, em especial nas suas relações internacionais com os Estados Unidos. Oliveira Lima e Salvador de Mendonça corroboram na tarefa porque participaram ativamente desse período ativa e passivamente. Eles foram sujeitos, na medida que a História possa ter um, ao contribuírem para aquelas mudanças, as quais também os afetaram para suas alegrias ou para suas tristezas.

Salvador de Mendonça, em particular, oferece possibilidades de leituras da política doméstica brasileira porque trabalhou no jornalismo político. Oliveira Lima contribui com essas reflexões por estar na diplomacia quando da afirmação do regime republicano e sua inserção no mundo do trabalho moderno, construindo representações sobre a República. Esta um ente que eles amaram e odiaram de diversas formas, mas que analisaram para compreender os motivos de suas limitações. Às vezes, nessa busca pelos motivos dessas limitações, Lima e Mendonça encontram os “bandidos” e os “mocinhos” responsáveis por suas desilusões e infortúnios.

2.3 REPRESENTAÇÕES DE REPÚBLICA NAS PONDERAÇÕES DE OLIVEIRA LIMA.

Gilberto Freire (1937) recorda Oliveira Lima pelas diferenças de estilo entre o analista da vida internacional e nacional do Brasil do começo do século XX e o historiador que ele representou. Este era equilibrado porque dono de um discurso objetivo e desprovido de emoções. O analista, por sua vez, lembrava um dom Quixote gordo de Parnamerim²², indignado com os poderosos da República, homens que Lima acreditava desprovidos das virtudes próprias aos estadistas do Império como cultura e responsabilidade com a administração pública.

Entende-se que o discurso de Oliveira Lima enquanto historiador desnuda os referenciais de sentido de sua geração, a qual vivia o que Wilson Martins (1996) denominou de reforma mental. Para Martins, temas basilares do pensamento

²² Gilberto Freire (1934) conheceu Oliveira Lima em 1917 quando era ainda colegial, e se impressionou com a imagem de Lima. O colegial lembra-se do homem gordo que desceu as escadas de um sobrado bem pernambucano, mas encantador por sua erudição e pela sinceridade de suas apreciações. Estas eram carregadas de sentimento e de subjetividade.

brasileiro sofriam alterações de conteúdo de modo a tornar sem sentido teorias e verdades das gerações anteriores. A substituição do ecletismo pelo comtismo como fórmula de explicar a realidade nos campos científico e jurídico é um exemplo dessas mudanças. O comtismo reclamava um caráter científico porque seu praticante acreditava na existência de leis naturais para o desenvolvimento do mundo social, no qual fazia sentido aquele caráter jurídico.

A reforma mental abalava diversos campos do saber humano. Na literatura e na política elege-se uma outra ordem de problemas, como a separação entre a Igreja e o Estado; discutem-se processos de americanização e modernização do país. Percebe-se, ainda, a presença do (s) positivismo (s) como filosofia (s) para compreender os homens e suas formas de agrupamento bem como alternativas para se intervir neles, julgando-os em termos de inferiores e superiores. Podia-se, desse modo, tratar as sociedades em função do povo que a compreendia e deste pelas características de sua raça.

Essas correntes filosóficas representavam um tipo de saber que se desejava científico porque aparelhado por leis. Estas revelariam o estado atual e futuro das sociedades uma vez que bem manipuladas. Oliveira Lima mostra, de forma jocosa, essas filosofias como referenciais de sentido próprios à sua geração:

(...) Guilherme Moniz Barretto, que gostava de ser meu mentor intelectual e que tinha para isso sobeja capacidade, achou muita graça em dizer-lhe eu um dia que me fizera positivista pela comodidade, por achar excelente esse sistema pelo qual tudo quanto não fosse além da órbita da inteligência humana se classificava por assim dizer automaticamente – dentro da hierarquia das ciências, ou da lei dos três estados, ou de uns tantos princípios, idéias e concepções assentes e inabaláveis (1937, p. 28).

Oliveira Lima aceitava a cientificidade do mundo e a hierarquia das ciências, se bem que de forma não ortodoxa. Lima comungava dos princípios daquela filosofia, como respeitava a distância entre o cientista e o objeto estudado. Postura denominada de neutralidade científica, compreensão e denominação comum ao século XIX, no qual os homens educados ainda se encontravam encantados com a

possibilidade de racionalizar todos os fenômenos do mundo. Daí o caráter sóbrio da linguagem do historiador, mencionado por Gilberto Freire (1937).

O analista da vida internacional e nacional do Brasil, contudo, expressava os referenciais de sentido de forma mais livre. Oliveira Lima julgava os acontecimentos por meio da sua experiência diplomática e da proximidade que teve com o poder estatal. Essa liberdade veicula com mais nitidez suas impressões das coisas e das pessoas que conheceu, bem como informam suas representações de República sem muitos pudores. Ele não esconde sua admiração e também desaprovação por homens públicos como também revela seus preconceitos²³ sem nenhum grau de timidez.

Essas representações indicam concepções sobre a idéia de República de forma geral. Oliveira Lima se decepcionou com a experiência brasileira, mas sua reprovação ao regime transcende o caso nacional. Lima criticava o regime de forma mais profunda porque procurava os alicerces comuns das mais diversas experiências republicanas. Ele buscava uma espécie de natureza republicana, algo capaz de superar as contingências das experiências particulares.

Oliveira Lima se escusa de sua opção republicana tratando-a como urticária de juventude. Lima, igualmente, criticava a democracia por entendê-la semelhante à República na promoção de vícios sociais. Estes corromperiam organizações e pessoas, com a valorização de práticas relativas à especulação financeira ou os negócios.

²³ Entende-se o termo preconceito não no seu sentido vulgar de uma opinião que exposta, como ação e/ou fala, normalmente ofende pessoas na sua integridade. O termo é empregado em sentido diverso. Ele é compreendido como conceito que antecede uma reflexão sobre referenciais novos ao observador que os usa. Oliveira Lima analisava um novo conjunto de relações políticas e sociais por meio dos seus preconceitos porque ele foi educado para sentir essas relações e vive-las de determinadas formas. Lima criticava a República por meio desses preconceitos, os quais, em última instância, revelam o ambiente mental da sua geração.

Gente como essa debalde procurei em Lisboa trinta anos depois que a deixei em 1892. A legião não estava dizimada: estava quase extinta. Em vez daqueles cavalheiros de esmerada educação, modelos de urbanidade, deparei demagogos pela maior parte vulgares e grosseiros; os melhores, exceção feita dos poucos *ci-devant* **[com grifos no original]** vindos do outro regime, inçando de vaidade republicana, que é muito pior do que o orgulho aristocrático (...) À porta da Brasileira no Rocio é um enxame de caras patibulares, convindo afastar-se o transeunte por medida de precaução contra alguma bomba desgarrada. Não pensei que uma sociedade pudesse modificar-se tanto em tão pouco tempo. A gente fina de Lisboa, a que caturrava à tarde no Grêmio Literário e à noite se congregava em São Carlos, que era um salão tanto quanto um teatro, sumiu-se, para onde? não sei bem. Para suas casas de províncias? Alguns. Para o estrangeiro? Um pequeno número. Outro pequeno número consorciou-se com a democracia terrorista no templo secularizado dos negócios (1937, p. 35-36).

Os vícios oriundos da democracia e da República indicam dois temas de discussão no discurso de Oliveira Lima. O primeiro relaciona-se às suas conclusões sobre o futuro, e o último tema pauta um conjunto de predicados da sua representação de República, sobretudo, o caso do Brasil o que lhe era naturalmente interessante posto sua condição de brasileiro.

Quanto ao primeiro tema, o das conclusões, Oliveira Lima recobra o passado como padrão de felicidade perdida e aponta o presente como a ruptura nesse padrão. Mas, de forma paradoxal, Lima supõe uma convergência desses tempos no seu discurso ao analisar o futuro. Ele descortina sobreposições de concepções e idéias responsáveis por sua compreensão de realidade e, pela qual, explica as formações políticas e sociais que se consolidam diante dele.

Oliveira Lima reclama as lembranças, no caso da passagem anterior, da gente fina de Lisboa. Ela freqüentava o Grêmio Literário, o salão e o teatro São Carlos. Estes locais eram ambientes de socialização que existiam, igualmente, no Brasil. Lima os freqüentou no país natal pela década de 1890 no Rio de Janeiro. Ele esteve nos salões concorridos do barão de Lucena, de Coelho Rodrigues e Ulisses Vianna.

Nos salões, Oliveira Lima construía seus referenciais de sentido. No caso das recepções de Ulisses Vianna, Lima enfatizava a pessoa do jurista e do publicista por defender causas impopulares como a abolição não imediata. Esta causa era comungada igualmente por ele. Nesses ambientes, descobriu que o pêndulo do poder é suscetível a subjetividades como o ocorrido ao barão de Lucena.

O barão de Lucena tinha bom trânsito com o presidente Deodoro da Fonseca, a ponto de Oliveira Lima comentar a aproximação deles como proveniente de uma relação pessoal. Com o isolamento político do presidente, o barão conheceu o ostracismo. Lima aventa, ainda, como causa suplementar desse descrédito, a insatisfação dos republicanos históricos.

Os republicanos históricos haviam percebido que o poder tendia, cada vez mais, aos antigos membros do partido conservador que aderiram imediatamente e em maioria à República. A título de reforço, aquele barão foi quem iniciou Oliveira Lima na carreira diplomática desse regime (1937, p. 113).

Oliveira Lima colocava no mesmo nível a gente fina de Lisboa e o barão de Lucena. Lima experimentou, naqueles salões, a socialização relativa a formas de comportamento e solidariedade que aceitaria como corretas. Por meio delas, ele foi beneficiado alçando à condição de Adido à legação na capital de Portugal em 1890, sendo imediatamente promovido a Secretário. Acompanhou seu cunhado Araújo Beltrão, o qual se tornou Primeiro Ministro da República em Portugal.

O barão de Lucena privilegiava seus conterrâneos por entender que as margens do Capibaribe representavam o melhor título de recomendação (LIMA, 1937, p. 97). A influência de homens públicos oriundos do regime monárquico era perceptível aos observadores da política interna brasileira, bem como sua intervenção nos assuntos da República.

Através desse processo, os valores aristocráticos de comportamento e solidariedade prevaleciam nas relações das elites na República brasileira. A superação dessas práticas por modelos sociais distintos, como o individualismo e a

preocupação com os negócios, mostrava a Oliveira Lima o desnudamento de um tempo que precisava de novas fórmulas analíticas. Dito de outra forma, Lima percebia com profunda tristeza mudanças nas formas de se compreender e viver o mundo.

Essas mutações na maneira de se compreender e viver o mundo são explicadas por Reinhart Koselleck (1979) como construções culturais do espaço e do tempo humanos. O tempo, particularmente, representa uma concepção que expressa idéias e conhecimento da vida para pessoas em épocas restritas de modo a promover a inteligibilidade e a própria apreensão do devir histórico. Essa operação dá-se entre o já experimentado – o passado – e as possibilidades que se apresentam enquanto futuro ou, como prefere Koselleck, horizonte de expectativas.

Oliveira Lima, dessa forma, julga as possibilidades do futuro pelas experiências que teve nos seus ambientes de socialização. Lima refuta essas possibilidades por meio de predicados como demagogia, grosseria, vaidade republicana e vulgaridade. Os valores forjados pela experiência republicana, brasileira ou estrangeira, foram desabonados porque diferentes das práticas sociais que perdiam sentidos enquanto modelos de conduta. De fato, os cavalheiros de esmerada educação se dizimavam e se encontravam cada vez mais em um passado longínquo.

O regime republicano, contudo, era uma possibilidade de futuro que se consolidara. Para Oliveira Lima, no caso brasileiro, a consolidação deu-se de forma complicada porque cimentada em discursos e práticas nacionalistas. Característica que ofendia a sua dignidade de cidadão do mundo e também da sua geração que se queria cosmopolita.

O cosmopolitismo de Oliveira Lima não o impedia de possuir preocupações nacionais. Lima, porém, recusava a condição de nacionalista por entendê-la limitante e nada conseqüente. Ele pensava que investigar o Brasil não significava perder a visão da América, tampouco a percepção da vida européia. Dessa forma, a discussão sobre a República brasileira implicava apreciar igualmente as estrangeiras.

Oliveira Lima constrói suas considerações, mais uma vez, com seu olhar voltado para o passado. Lima lembra que suas preocupações com as particularidades brasileiras são racionais porque argumentadas. Mas nem sempre elas tiveram esse acabamento.

O jovem Oliveira Lima discutira a República brasileira com o conselheiro Saraiva confrontando-o. Lima criticava a Monarquia por meio do poder moderador que seria prova do autoritarismo do regime. Ele lembra a defesa feita pelo conselheiro, mas a sua convicção não se fundamentava na razão. Ela era motivada pelo desejo de consolidar a República a qualquer custo. Tempos depois, como membro da diplomacia brasileira em Lisboa, Lima recorda que:

(...) Entretanto eu tinha estado trabalhando com entusiasmo contra a campanha de descrédito que em Portugal, e na Europa em geral, se estava fazendo contra a república pelo modo porque esta fora proclamada, por uma sedição de quartéis enxertando-se na propaganda demolidora dos Silva Jardim. Os artigos vibrantes de André Rebouças logo depois de desembarcar, pois que acompanhara a família imperial em sinal de gratidão da sua raça à dinastia que se imolara redimindo-a, e os estudos incisivos e saturados de ironia de Eduardo Prado na *Revista de Portugal* [**com grifos no original**], assinados Frederico de S. E dignos de um Paulo Luiz Courier, reforçaram consideravelmente aquela campanha que se não pode dizer de difamação. Os telegramas do governo provisório, aliás de lavra de Rui Barbosa, prestavam-se muitos deles à crítica e até ao ridículo, mas nós, os amigos do novo regime, não víamos ou não queríamos ver isso. Aquele que mais aparecia e se movia era João Vieira da Silva, depois Cônsul geral em Lisboa; fazia o serviço de fora, as compras e os recados. Eu fazia o serviço de dentro, da cozinha e da limpeza das notícias. Estas chegavam a granel, embora muitas enganadoras. Um dia porém nada tínhamos para publicar e, para não esfriar o caldo republicano, inventei que o conselheiro Lafayette, nosso primeiro delegado à conferência pan-americana de Washington, fora recebido na reunião com uma ovação. Era plausível e era inofensivo. De fato, porém, nem os Estados Unidos, mau grado seu espírito jacobino, acolheram com simpatia a nova república militar, nem Lafayette voltou às reuniões depois do dia 15 de Novembro, tendo dado sua demissão (1937, p. 60-61).

E,

A República no Brasil proveio de um concurso de circunstâncias e procedeu de causas complexas, não restando dúvidas que a propaganda tanto agiu sobre espíritos ávidos de licença e ambiciosos como sobre proprietários lesados nos seus interesses e despeitados. Conta-se que o senador Glicério, politiquero manhoso, eminente advogado administrativo e um dos produtos mais típicos da era nova, confessara um dia que o Império concedera a todos os cidadãos os mesmos direitos civis e políticos, mas que fora a República que verdadeiramente estabelecera o equilíbrio social. Tínhamos liberdade, mas não tínhamos igualdade. A esta ponderação corresponde precisamente o dito cuja autoria desconheço e que é profundamente conceituoso – que o primeiro Imperador foi deposto por não ser nato, e o segundo por não ser mulato (1937, p. 67).²⁴

Oliveira Lima confessa as falhas do novo regime e, também, sua opção para defendê-lo em momento delicado. A República brasileira encontrava dificuldades no sentido do seu reconhecimento internacional. Nos Estados Unidos, as desconfianças se davam quanto à legitimidade do Governo Provisório para manter o poder. Desse modo, Lima maquiava a situação com notícias que escondiam a divisão das forças políticas nacionais, como fora o afastamento de Lafayette.

A República era igualmente vista como uma sedição de quartéis e animada por discursos inflamados. Nesse sentido, parte do receio internacional se dava pelo cenário político interno brasileiro pós-proclamação. Esse cenário foi marcado pelo desequilíbrio econômico e político. Como afirma Oliveira Lima, as forças políticas se dividiam em um mundo branco e outro negro.

Esses mundos branco e negro, segundo Oliveira Lima, tinham nomes. Os habitantes do mundo branco eram os republicanos e os adesistas. Estes mais numerosos. Eles disputavam com os residentes do segundo mundo, os monarquistas e/ou sebastianistas. Dentre os últimos, tinham-se, ainda, os temerários como Pedro de Barros que evocavam seu tradicionalismo. Lima ilustra a convivência desses dois mundos nas dificuldades criadas para a República²⁵.

²⁴ Acredita-se que Oliveira Lima expõe sua concepção de raça, pois Francisco Glicério era além de florianista e republicano histórico, um mulato que contribuiu na fundação do Partido Republicano Federalista, o qual sofreu repressão a partir de 1897.

²⁵ Este tema será discutido, amiúde, no segundo capítulo.

Oliveira Lima apresenta essas dificuldades através dos perfis dos presidentes militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. O primeiro resistiu à mudança dos símbolos da Monarquia, particularmente o hino nacional. Lima lembra que o marechal presidente foi injustamente acusado de tarimbeiro vulgar por seus adversários porque possuía certa nobreza de sentimentos, satisfatória elevação de idéias apesar de pouca ilustração. Mas ele compreendeu ser desnecessário o rompimento radical com símbolos do regime decaído.

Oliveira Lima recorda igualmente que Deodoro da Fonseca se expressava de forma agressiva e rude, como ocorrido quando defendeu a manutenção do hino nacional. Na ocasião, Fonseca indagou sobre a situação de uma mulher divorciada. Responderam-lhe que ela poderia se casar novamente. O presidente disse que “Isto se chama p... e já cá temos há muito tempo” (FONSECA apud LIMA, 1937, p. 89-90).

Por meio dessas expressões, Deodoro da Fonseca respondia às dificuldades relativas à manutenção do poder na República pós-proclamação. Oliveira Lima recorda a forma como Fonseca se referia à oposição, afirmando que “(...) mijaria em cima do Congresso se este lhe fizesse oposição” (FONSECA apud LIMA, 1937, p. 90).

Oliveira Lima informa que seu acesso ao discurso de Deodoro da Fonseca foi indireto, mas o Congresso foi dissolvido. A relação entre oposição e situação permaneceu acirrada com o sucessor de Fonseca, Floriano Peixoto. Lima observa, porém, que os dois presidentes possuíam diferenças de estilos. Elas se manifestavam no comportamento e no modo de responder aos problemas.

Oliveira Lima recorda que Deodoro da Fonseca apreciava uma grande cadeira de balanço na sala de jantar do Itamaraty, quando este não havia sofrido modificações pela italianização. Fonseca era direto nas suas abordagens, como também transparente. Ele conversava com todos os interlocutores a um só tempo, sentado naquela cadeira. Seu vice-presidente e sucessor, Floriano Peixoto, tinha modos bem distintos.

Floriano Peixoto ocupava a residência de São Cristóvão, onde recebia a gente política. Peixoto deixava-se estar à vontade com os pés metidos nos chinelos. Na residência, ele permanecia em um sofá colocado estrategicamente na extremidade da sala. Nesta posição, o presidente atendia os visitantes em uma espécie de confessionário. Os interlocutores do presidente se encaminhavam um por vez, fazendo com que os demais se avolumassem na extremidade contrária (LIMA, 1937, p. 91).

Mas, para Oliveira Lima, os presidentes da República brasileira possuíam caracteres comuns. Estes não eram de caráter e sim provenientes da natureza do cargo e do regime. Lima as denuncia pelo nome de poder pessoal do presidente. Vale ressaltar que essa noção era atribuída pelos liberais e republicanos ao monarca Pedro II.

O poder pessoal existiu, ao menos, nos dois primeiros presidentes brasileiros. Após a conclusão inferida da observação desses dois homens públicos, Oliveira Lima recorda a acusação feita pelo conselheiro Saraiva à República, acima expressa, que nesse regime os brasileiros saberiam, de fato, o que seria o poder pessoal então imputado pelos liberais e republicanos a Pedro II.

O conselheiro Saraiva entendia que no regime republicano havia uma propensão natural para o autoritarismo. Oliveira Lima concorda com o argumento, pois reconhecia que Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto eram autoritários com estilos distintos no mando pessoal. Lima acusa igualmente os principais homens públicos do regime de serem desprovidos de erudição, como também de inábeis na condução das políticas brasileiras.

Por isso, os próceres do regime decaído continuavam à testa das políticas republicanas. Na esfera da vida internacional, Oliveira Lima menciona o barão de Itajubá. O barão contribuiu com a República porque dotado de equilíbrio intelectual e moral. Itajubá também conhecia o cenário político europeu bem como os principais articuladores desse continente. Condição que o tornava comedido e pouco dado a devaneios. Lima afirma, inclusive, que ele ponderava sempre com bom senso.

Outra eminência mencionada por Oliveira Lima foi Carlos de Carvalho. Carvalho foi o titular da pasta do exterior quando da questão da ilha de Trindade. Nela, o ministro agiu com energia, rejeitando a proposta de arbitramento de lord Salisbury então apresentada pelo ministro Phipps. Postura que não era comum aos representantes brasileiros.

Carlos de Carvalho alegava que o direito brasileiro era patente e indiscutível, não importando ser a área de litígio uma possessão desabitada por razões diversas. Carvalho ganhou a disputa contra o governo britânico, logrando a devolução de uma terra anexada por navios ingleses.

A considerar acertada a observação de lord Palmerston, proferida na Câmara dos Comuns, de que o navio de guerra era nesse tempo a encarnação mesma da Inglaterra, o triunfo brasileiro teve grande significado (PALMERSTON apud LIMA, 1937, p. 109).

Mas, segundo Jeffrey David Needell (1993), os êxitos da República brasileira limitavam-se ao campo político. Na economia, por exemplo, o insucesso começava pela política conhecida como encilhamento. Esta representou uma época de especulação financeira, de inflação, de instabilidade econômica e de investimentos propiciado pela inserção do Brasil no sistema internacional.

Nesse sistema, a situação do Brasil era desconfortável porque produtor agrícola periférico que abastecia os centros do Atlântico Norte. Sua economia dependia exclusivamente das boas colheitas e dos preços alcançados no mercado internacional. A consequência dessa relação era a dependência ao centro financeiro internacional que representava a principal fonte de capitais. Como lembra Needell (1993), o processo não podia ser distinto dado a opção econômica do país.

A produção econômica estava presa a um ciclo de investimento, de comercialização e de plantio dependente do crédito internacional. A industrialização brasileira, sendo insignificante, fazia com que o capital acumulado fosse aplicado na compra de produtos manufaturados e artigos de luxo estrangeiros. Processo que Salvador de Mendonça apelidou de viver da mão para a boca porque as

exportações não pagavam as importações e os serviços da dívida pública (1913, p. 23), e que Needell (1993) denominou de intercâmbio colonial.

Para Needell (1993, p. 31), as elites políticas perderam excelente oportunidade de mudar a correlação de forças de modo favorável ao Brasil. O país, em 1890, encontrava-se em plenas condições de industrialização, pois:

(...) o mercado interno fortalecia-se com o aumento do número de assalariados brasileiros e imigrantes, crescera o risco comparativo dos investimentos na agricultura, o valor da moeda caíra para a compra de produtos importados e a mão-de-obra barata afluía não apenas das áreas rurais, mas também de Portugal e da Itália. Rui Barbosa considerou oportuno o momento e usou sua considerável influência política para promover uma enorme expansão do crédito e desregulamentação das atividades econômicas, a cada passo comprometendo ainda mais o Estado.

Oliveira Lima lembra-se desse tempo como o das companhias e das emissões no largo de São Francisco de Paula no Rio de Janeiro. Salvador de Mendonça também se recorda do período, como que comungando a idéia de oportunidade perdida no sentido de se aproveitar o capital estrangeiro em favor da industrialização brasileira.

Oliveira Lima advoga, todavia, que a economia do Brasil se consolidou positivamente no governo Campos Sales, superando as dificuldades do encilhamento. Ela continuava pautada naquele processo de produção, mas tornou o país estável a ponto de cumprir seus compromissos internacionais. A essa altura, Lima estava em Londres trabalhando com Souza Correia.

Souza Correia faleceu na capital inglesa no ano de 1900 e sua substituição revela as fragilidades da economia do Brasil frente ao sistema financeiro internacional. Oliveira Lima foi procurado por Alfredo Rothschild, proprietário da casa bancária Rothschild, que manifestou sua simpatia por Joaquim Nabuco. O banqueiro pediu que Lima intercedesse por Nabuco junto ao governo de modo a

assegurar uma continuidade nas práticas da representação diplomática deixada por Correia.

Oliveira Lima telegrafou ao ministro das relações exteriores do governo Campo Sales, Olinto de Magalhães, e informou a predileção de Alfredo Rothschild por Joaquim Nabuco. Lima informou igualmente Eduardo Prado, o qual ironizou o amigo e a situação dizendo que o envio do telegrama devia-se ao fato de o Brasil não ter condições de retomar o pagamento dos juros da dívida pública com o encerramento do regime de *funding*.

Lima justifica o envio do telegrama de outra maneira. Segundo ele, o ministro do Brasil em Londres era mais acreditado na St. Swithin's Court que junto a St. James's Court. Na primeira localizava-se a casa bancária Rothschild. Além do que, o governo brasileiro retomou o pagamento dos juros da dívida pública. Oliveira Lima, inclusive, confeccionou volumes de recortes laudatórios da política econômica brasileira, os quais foram encomendados ao presidente Campos Sales.

Na perspectiva de Oliveira Lima, a política econômica do governo Campos Sales deu ao Brasil prestígio semelhante ao da República argentina. Os dissabores financeiros viriam com os gastos excessivos da administração Rodrigues Alves. Lima não entendia, tal como Salvador de Mendonça, a imediata necessidade de industrialização brasileira. Os problemas seriam de outra ordem.

A crítica de Oliveira Lima se dirige ao regime republicano, o qual guardava em si os males do autoritarismo e da corrupção moral. Lima compreende que a experiência brasileira assevera esses termos, pois o poder pessoal continuava a existir e, dessa feita, nas mãos de pessoas não preparadas intelectual e moralmente para o mando.

Os itinerários de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça permitem algumas conclusões. A primeira diz respeito à formação de representações sobre a República do Brasil e à postura dos seus homens públicos. A segunda refere-se aos fundamentos dessas representações, as quais foram construídas nos círculos que freqüentaram. Lima e Mendonça reconhecem, no caso da República, uma distorção das expectativas de futuro lançadas no ano de 1889.

A República brasileira foi percebida como alternativa a assegurar a americanização e contribuição ao desenvolvimento do país. Acreditava-se que o Brasil manteria boas relações com as demais nações americanas, incluso os Estados Unidos. Com este, em particular, diálogo próprio a duas nações americanas e republicanas. As expectativas falharam.

Oliveira Lima atribui as causas do fracasso ao próprio regime e Salvador de Mendonça à ascensão de políticos descompromissados com a causa dos republicanos históricos. Lima e Mendonça, entretanto, analisam a situação brasileira sob um mesmo manto de valores que foram confeccionados, como já dito, nos ambientes de socialização e solidariedade comuns que freqüentaram, alguns, em tempos distintos.

Essa identidade de valores dava-se pela formação que tiveram. Freqüentaram os mesmos círculos de poder, a ABL e o Itamaraty, e trabalharam juntos na representação diplomática brasileira nos Estados Unidos. As parcelas de realidade que colheram foram as mesmas. Comungaram os mesmos fatos e instrumentos de análise. Se estas são distintas pontualmente, não o são na reprovação dos homens públicos que conduziram, de acordo com eles, irresponsavelmente os destinos da República brasileira.

Eles criticam o oportunismo dos homens públicos da República brasileira, e Oliveira Lima questiona em particular a falta de qualificação intelectual e moral desses homens. Lima compreendia que, dada essa falta, os políticos do Império assumiram postos importantes no novo regime. Salvador de Mendonça atribui o fenômeno da não realização da República ao analfabetismo do povo, à falta de instituições consolidadas no país e à não participação dos republicanos.

Dadas essas conclusões, optou-se por investigar, no próximo capítulo, as modificações sofridas pela Doutrina de Monroe. Supõe-se que estas mudanças de sentido desnudam aspectos importantes da não realização da República brasileira na ótica de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça.

3 A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A AMERICANIZAÇÃO

Desde a morte do secretário Blaine, em 1891, até à entrega da minha carta revocatória ao presidente dos Estados Unidos, no decurso de sete anos em que ficaram incluídos o final da administração de Harrison, toda a segunda administração Cleveland e o começo da administração Mc Kinley, a doutrina de Monroe, se nenhuma alteração sofreu, foi por vezes diversamente interpretada pelo próprio governo de Washington (MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brasil*, p. 227).

(...) Porque, é mister nunca esquecer, a primitiva doutrina, a de Monroe, visava, no dizer do seu autor, à exclusão de novas conquistas europeias do solo americano, então fremente pela libertação; enquanto que a nova doutrina, a do Sr. Theodoro Roosevelt, proclama, sem ambages, o dever que incumbe – não se diz por delegação de quem – aos Estados Unidos de obrigarem as outras repúblicas do seu continente, as famosas irmãs, a cumprirem suas obrigações para com estranhos (LIMA, Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*, p. 77).

Oliveira Lima e Salvador de Mendonça preocupavam-se com as relações entre os Estados Unidos e as demais nações americanas. Lima e Mendonça percebiam essas relações pelas diversas interpretações da Doutrina de Monroe²⁶, um adendo à mensagem presidencial de 2 de dezembro de 1823, que propunha a inserção internacional dos Estados Unidos em um momento que países sul-americanos buscavam e conquistavam sua independência política da Espanha e de Portugal para se organizarem administrativamente como nações soberanas. Segundo Robert Freeman Smith (2001, p. 611), o Secretário de Estado John Quincy Adams havia declarado, no mês de maio daquele ano, que a política estadunidense deveria neutralizar os esforços europeus que apoiassem projetos monárquicos e monopolizadores no continente americano.

²⁶ Compreende-se que Doutrina de Monroe é um nome vago e com larga extensão de sentidos posto não ser, de fato, uma doutrina. Entende-se que seria preferível usar o termo monroísmo para expressar, com maior exatidão, essa política dos Estados Unidos. Mas optou-se, talvez por um excesso de zelo, por conservar a linguagem de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça.

A declaração de John Quincy Adams mostra a preocupação dos Estados Unidos com o continente americano, expressa pela Doutrina de Monroe. Esta Doutrina servia como uma oposição, a princípio retórica, aos anseios da Santa Aliança que combatia o Direito dos Povos através do Legitimismo ou concepção baseada na anterioridade das prerrogativas das dinastias soberanas, na Europa. Fernando VII, por exemplo, recuperou o trono espanhol graças às forças enviadas por outros monarcas europeus em seu amparo e esses monarcas, reunidos pelo Congresso de Viena, também desejavam pôr fim às revoluções liberais inclusive nas colônias ibéricas. Os estadunidenses reagiam contra eles porque sentiam seus interesses na América do Sul ameaçados como também respondiam às pretensões russas na costa do Pacífico. Ao longo dos anos, a Doutrina de Monroe alteraria as atividades econômicas, políticas e sociais das demais nações sul-americanas.

A Doutrina de Monroe foi redigida pelo secretário de Estado John Quincy Adams que sucedeu James Monroe na presidência dos Estados Unidos. A sucessão de Monroe por Adams revela a continuidade de uma política baseada na expansão territorial, a exemplo da anexação da Flórida, então comprada da Espanha por seis milhões de dólares, no ano de 1819, ainda no governo daquele primeiro presidente. Cristina Soreanu Pecequilo (2005, p. 27), ao estudar esse mesmo período, o compreende como sendo de confecção de um padrão histórico, no qual os estadunidenses preocuparam-se com a consolidação de sua população e do seu território para depois ampliarem a definição de segurança nacional. Tem-se que esse modo de agir não se diferencia muito do comportamento de outros países, mas Pecequilo identifica, nos norte-americanos, a consolidação de uma característica própria ou de uma espécie de traço de caráter. Eles criavam um padrão de inserção internacional, com crenças e prioridades nascidas da República e que se mantiveram vivas até o momento de consolidação dessa nação na primeira metade do século XX.

Oliveira Lima e Salvador de Mendonça percebiam a profundidade da Doutrina de Monroe e de suas alterações de prática e de sentido no tocante às relações dos Estados Unidos com as demais nações americanas. Lima (1980, p. 77), na citação inicial do capítulo, reclamava os primeiros tempos dessa Doutrina, quando os estadunidenses não possuíam força suficiente para impor seus interesses aos outros países da América. Os norte-americanos ainda resolviam questões internas,

como os esforços por impedir a secessão do seu país através do compromisso do Missouri, o qual dividiu politicamente a nação em duas partes: uma contrária à escravidão – o Norte, e a outra escravista – o Sul. A disputa dessas regiões deu-se no âmbito parlamentar, com os sulistas defendendo a instituição da escravidão e, como estratégia, buscando consolidar maioria no Senado. Eles procuravam aumentar o número de estados escravocratas da União para lograr essa maioria. Os nortistas aceitaram participar do jogo propondo a incorporação de estados não escravocratas. O Missouri, estado escravocrata, foi aceito na União. Os nortistas, por seu turno, incorporaram Maine. Para manter o equilíbrio político, os contendores encontraram um acordo: a escravidão foi proibida acima do paralelo 36°30' de latitude norte. Eles nomearam o acordo de compromise line e ele constituiu o compromisso do Missouri.

A divisão entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos resultou em um fracasso, pois a escravidão era apenas um dos problemas que os estadunidenses não conseguiram resolver após a sua independência. Esses problemas passavam pela tarefa de organizar a nação internamente e de conciliar os interesses dos estados, os quais tinham formações econômicas e políticas diferentes entre si. No tocante às opiniões políticas, cada um dos estados concorria com idéias sobre como deveria ser a administração pública envolvendo, igualmente, considerações a respeito das atividades econômicas e o seu desenvolvimento ideal. Existiam correntes de opinião que defendiam um governo central para adotar tarifas protecionistas, as quais incentivariam o desenvolvimento industrial, e posições favoráveis a uma política livre-cambista que garantiria o escoamento de matérias-primas, como o algodão, para trocar por produtos industrializados europeus. Grosso modo, os nortistas defendiam aquelas tarifas e os sulistas se simpatizavam pelo livre-câmbio. Entende-se, porém, que duas questões de fundo contribuíram para o fracasso daquela divisão. A primeira se relaciona as dificuldades dos governos em concertar com as duas correntes aludidas e, assim, não construir um consenso para a nação, como revelava o caráter genérico da Constituição americana que permitia aos estados a definição de suas próprias leis. Exigia-se somente o cuidado para não conflitar suas leis com a orientação da União. A segunda questão relaciona-se a ocorrência de duas concepções de realidade social e de formas de produção de

riquezas concorrentes, as quais, paradoxalmente, atendiam a revolução industrial em curso²⁷.

Oliveira Lima (1980) e Salvador de Mendonça (1913) discutiam as mudanças na Doutrina de Monroe nas citações que abrem o capítulo deste trabalho. Mas Lima, ao contrário de Mendonça, observava as mudanças na Doutrina de forma apaixonada e não considerou a vida doméstica e a política externa dos Estados Unidos na seleção dos artigos de jornais de sua autoria publicada no ano de 1907. Nesse meio tempo, os estadunidenses experimentaram alterações no seu cotidiano com a progressiva expansão do direito ao voto a partir de 1828 e com a incorporação de territórios do interior da nação pelos desbravadores que moviam as fronteiras cada vez mais adiante. Esta expansão promoveu, dentre outros fenômenos, a atração de imigrantes europeus e possibilitou a industrialização do Norte que precisava se abastecer de alimentos e de matérias-primas. Propiciou-se, igualmente, a construção de ferrovias permitindo a aplicação lucrativa de capitais, o comércio para a produção agrícola e a integração de mercados. Todas essas transformações na vida norte-americana foram consideradas nas reflexões de Mendonça (1913, p. 227) que adotou postura distinta de Oliveira Lima, acusando o governo de Washington de titubear no emprego prático da Doutrina de Monroe e ele estabeleceu parâmetros para o comentário de modo a perceber quando as alterações aconteciam.

Acompanhando o raciocínio de Salvador de Mendonça (1913, p. 227) através da citação de abertura, percebe-se sob o título Doutrina de Monroe, um conjunto de tendências políticas diferentes. Mas, nesse conjunto, existia uma característica constante: a expansão dos Estados Unidos. No ano da morte de James Blaine, os republicanos encontravam-se no comando do país através do presidente Benjamin Harrison. Este administrou somente por um quadriênio, foi tempo suficiente para acompanhar o ingresso de seis novos estados²⁸ na União bem como a aprovação

²⁷ Exemplifica a afirmação a invenção de Eli Whitney, o descaroçador de algodão. Este permitiu o aumento da produção de algodão ao sul dos Estados Unidos. A cultura algodoeira, porém, requeria mão-de-obra numerosa e que não onerasse financeiramente seu proprietário. O norte, que tradicionalmente era industrial, não carecia daquela mão-de-obra apesar de necessitar do produto. A citada revolução industrial era atendida pelas energias das duas regiões, com o fornecimento de matérias primas e sua posterior transformação em artefatos industrializados. Mas, do ponto de vista político, a tensão continuava. Esta se desenvolveu, parcialmente, com Andrew Jackson e suas tarifas aduaneiras e totalmente na eleição de Abraham Lincoln.

²⁸ Dakota do Norte e do Sul, Idaho, Montana, Washington e Wyoming.

da tarifa McKinley que, de acordo com Paulo Roberto de Almeida (2002, p. 33), protegia a economia norte-americana ao tornar insubsistentes os regimes preferenciais negociados antes dela.

Paralelamente a essa expansão, os governos dos Estados Unidos cuidavam da formação e da unidade territorial de seu país. Os aludidos governos também se preocupavam com o continente americano, impedindo intervenções européias no continente. Nem sempre, contudo, a atenção dos estadunidenses representava conquista de territórios sobre terceiros. O presidente democrata Grover Cleveland, por exemplo, resistiu à idéia de anexar o Havaí. Cleveland, tanto no primeiro como no segundo mandato, se opunha àquela idéia de anexação e respondeu a seus adversários reconhecendo o Havaí como República constitucional independente. O presidente democrata teve comportamento distinto de outros líderes políticos que o sucederam na chefia do Estado norte-americano, como no caso do republicano William McKinley, o qual foi indicado por Salvador de Mendonça como parâmetro de mudanças na Doutrina de Monroe.

O Havaí, entretanto, foi anexado pelos Estados Unidos em 7 de julho de 1898 na primeira administração do republicano William McKinley que iniciou, segundo observa Robert Freeman Smith (2001, p. 615-ss), o imperialismo norte-americano. Este sentido de imperialismo do governo McKinley, o qual o caracterizou até mesmo em seu país²⁹, foi também notado por Salvador de Mendonça. Ele compreendia esse governo movido por interesses distintos das intenções que animavam até então as relações internacionais estadunidense.

A Doutrina de Monroe, como sugeriu Salvador de Mendonça, possuía sentido distinto do adendo de 1823 e, com o governo de Willian McKinley, adquiriu um caráter imperialista. Este caráter, contudo, estava difundido como correntes de pensamento na opinião pública dos Estados Unidos. A imprensa estadunidense comentava o impasse das forças espanholas com as revolucionárias cubanas por meio de um tom alarmante, noticiando que a população ainda viva nesse país sul-americano sofria demais. Pressionado pela opinião pública, o governo McKinley levou a nação à guerra. Os norte-americanos combateram frotas espanholas fora

²⁹ Nas eleições de 1900, quando William McKinley concorria a mais um quadriênio, seu adversário democrata, o candidato Jennings Bryan, tinha como tema central de campanha a denúncia ao imperialismo do governo McKinley, o qual venceu o pleito.

do porto de Santiago, em Cuba, e ocuparam Porto Rico como também tomaram Manila, nas Filipinas.

Com o bom resultado na contenta contra aquela nação européia, os Estados Unidos que pretextavam lutar por Cuba sem esconder o seu descontentamento com a dominação espanhola nas Antilhas, logrou a realização de um tratado, assinado em Paris no mês de dezembro de 1898. Por meio deste tratado, os norte-americanos foram beneficiados com a concessão das Filipinas e de Porto Rico. Em troca, eles pagaram uma indenização de vinte milhões à Espanha enquanto Cuba tornou-se república independente, com proteção militar estadunidense até o ano de 1906.

As impressões de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça serão lidas dentro desse conjunto de mudanças da Doutrina de Monroe no tocante às relações Brasil/Estados Unidos. Procurar-se-á compreender as representações dos autores apresentados quanto à americanização da política externa do Brasil, transitando no fim do regime monárquico e ao longo dos primeiros anos do republicano.

3.1 A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL: DO FIM DO IMPÉRIO AO COMEÇO DA REPÚBLICA.

A política externa do Brasil sofreu mudanças no período compreendido entre as décadas de 1870 e a de 1880. Na primeira, situa-se o término da guerra no Sul, a qual permitiu, de acordo com Amado Cervo (2001, p. 109), a ascensão e a queda da política do Império brasileiro. Por meio desta, pretendeu-se tornar o país uma potência periférica regional que seria autoformulada, contínua e racional por que guiada por objetivos próprios. Antes da derrocada da Monarquia, no ano de 1889, essas mudanças de fundamento da política externa se manifestaram por tendências de distensão e de universalismo até a emergência da República.

A distensão deu-se por três razões de Estado: os bons resultados na guerra no Sul³⁰, o fim dos atritos com a Inglaterra por conta de questões fronteiriças e o

³⁰ O citado confronto representou um conjunto de disputas com os países da Bacia do Prata que, segundo Amado Cervo (2002, p. 109), passaram por sete fases assim distribuídas: cooperação para defesa das independências (1822-24); guerra da Cisplatina (1825-28); política de neutralidade (1828-43); intervenção (1844-52); presença brasileira ativa (1851-64); novamente a intervenção (1864-76) e

estabelecimento de novas relações com a República da Argentina sem o recurso da guerra posto que, segundo Amado Cervo (2002, p. 134-135), a diplomacia procurou pender a balança de poder para o Brasil. Para lograr o intento, tentaram-se atrair alguns países hispano-americanos para a esfera de influência brasileira, como a Bolívia e o Chile. Ao primeiro se prometeu, por meio de um tratado de amizade assinado em 1867, uma saída para a Bacia Amazônica e o uso da estrada Madeira-Mamoré, a ser construída. Com o Chile, deu-se a troca de representantes diplomáticos de alto nível. No caso da Inglaterra, como lembra Leslie Bethell (2001, p. 589), suas relações com a América Latina eram, no período em tela, comercialmente favoráveis de modo que os interesses políticos ingleses estavam contemplados no continente americano.

O universalismo, por seu turno, baseou-se na busca de extensão e de prestígio para a ação externa da Monarquia. Para isso, o imperador visitava diversas regiões do mundo e o país participava de feiras, foros de arbitramento e congressos internacionais. Procuravam-se, também, contatos com o Oriente e o Brasil envolvia-se com o pan-americanismo em companhia dos Estados Unidos, mas com reservas. A diplomacia do Império brasileiro temia um sistema interamericano por entender que nele, os estadunidenses imporiam sua força e também conquistariam sua hegemonia. Além do que, a simpatia dessa diplomacia estava, ainda, voltada para a Europa.

No tocante à aproximação do Brasil com os Estados Unidos, Salvador de Mendonça (1913, p. 82) comentou sua conversa com o presidente norte-americano Grover Cleveland e posterior comunicação da mesma a Pedro II no ano de 1887. O presidente desejava um tratado comercial com a Monarquia brasileira por entender que "os bons negócios fazem os bons amigos". Os interesses estadunidenses nas demais nações americanas era, a esse tempo, de caráter comercial, o que se manifestaria na Primeira Conferência Internacional Americana.

O presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland afirmava ser do seu intento a amizade das nações do continente americano, como previsto pela Doutrina de Monroe. Informava que Mc Greary havia apresentado projeto de lei³¹ que permitia

o retraimento vigilante (1877-89).

³¹ O projeto de lei foi apresentado a 29 de março de 1886.

ao presidente convidar as nações americanas para uma conferência, na qual seriam estudadas a expansão dos mercados e o melhoramento das relações comerciais sob a égide da paz. A Conferência Internacional Americana ocorria em um período de crescimento comercial e industrial para a economia estadunidense, colocando, a partir da segunda metade do século XIX, os fatores econômicos e financeiros em posição privilegiada no relacionamento entre os Estados Unidos com os demais países. James Blaine convocaria as nações do hemisfério, excetuando-se o Canadá, para a conferência internacional americana nesse contexto (BUENO, 1997, p. 4).

Pedro II, que estava na Europa, gostou do que ouviu e orientou Salvador de Mendonça (1913, p. 85) a retornar ao Brasil para convencer o governo sobre a urgência do pretendido tratado comercial. Mendonça chegou ao Rio de Janeiro no mês de dezembro de 1887 para conversar com o governo, o qual era conservador. Ele encontrou resistências àquele tratado comercial no governo por parte de Francisco Belisário, ministro da fazenda, que entendia a aproximação com os Estados Unidos como prejudicial à Monarquia brasileira. Com a mudança de gabinete, Salvador de Mendonça pensou poder obter algum êxito para o tratado, mas os conservadores continuaram no poder com conselheiro João Alfredo e as resistências continuavam. No gabinete conservador de João Alfredo, Mendonça encontrou a indisposição do ministro de estrangeiros, Rodrigo Silva, do ministro da agricultura Antonio Prado e do ministro do Império Costa Pereira. Outra ocasião em que o desejo de aproximação com os Estados Unidos se manifestou deu-se quando Pedro II chamou Mendonça a Petrópolis. O monarca expôs a intenção de convidar o presidente dos Estados Unidos para árbitro na questão das Missões.

Essa política de distensão e universalismo procurava, ao mesmo tempo, inserir o Brasil em um cenário internacional e dar respostas a uma vida doméstica conturbada, com problemas relativos à abolição da escravatura, a propaganda republicana e a necessidade de mão-de-obra. Problemas que, para Boris Fausto e Fernando J. Devoto (2004, p. 59), dizem respeito ao ocaso de uma classe dirigente e ao término de um sistema político, os quais não teriam deixado muitos nostálgicos no Brasil posto a República ter absorvido, com relativa velocidade, parcela significativa dos homens públicos do regime decaído.

No caso da inserção internacional do Brasil, as relações internacionais baseavam-se na expansão colonial européia, no crescimento da concorrência internacional, em uma nova onda de progresso, na queda dos preços agrícolas, no retorno do protecionismo e na suas conseqüentes disputas de tarifas e rivalidades quando fracassavam os concertos em torno dos tratados de comércio (CERVO, 2002, p. 130). Dessa forma, enfocam-se os ambientes políticos externos e internos que envolviam a atenção brasileira.

Quanto ao cenário internacional, três países se destacavam. A Alemanha bismarckiana, os Estados Unidos e o Japão adquiriram proeminência porque desejavam ampliar seu papel nesse cenário. Eles adotaram posturas imperialistas nas relações estabelecidas entre as nações. A Alemanha, por exemplo, administrava as relações inter-européias e os Estados Unidos ambicionavam o controle da América Latina por meio do comércio no momento em que a Inglaterra perdia o controle do equilíbrio do poder europeu.

Tendo esse cenário por pano de fundo, a proposta do presidente norte-americano Grover Cleveland a Salvador de Mendonça (1913, p. 96) é bastante sugestiva. A Cleveland interessavam as relações bilaterais Brasil/Estados Unidos econômica e politicamente. Mendonça (1913, p. 96) as percebia como interessantes do ponto de vista econômico, porque favoreceria ao seu governo o escoamento da produção agrícola, bem como:

(...) podíamos ainda garantir a isenção de direitos, já existente para os nossos principaes productos de exportação, o café e a borracha, e alcançar isenção igual para o nosso assucar e alguns favores para outros productos nossos, carecedores de mercado, em troca de algumas concessões de nossa parte. A penuria e que se achavam os Estados do Norte, - excepção feita do Pará e do Amazonas, - em razão do baixo preço que obtinha a sua produção, levou os tres estadistas³² citados a acceitarem o meu alvitre, e ao deante veremos que se não enganaram.

³² Os três estadistas citados são os conselheiros João Alfredo, José Antonio Saraiva e Thomaz Coelho.

Para os Estados Unidos, o mercado brasileiro representava uma oportunidade de enfrentar a concorrência e o domínio britânico na América Latina. Os estadunidenses, no último quartel do século XIX, redescobriram essa porção da América e formularam uma política externa pan-americana com claros objetivos econômicos. Na década de 1850 à década de 1870, comerciantes e industriais norte-americanos preferiram não concorrer com os ingleses e contribuíram para que seu governo privilegiasse tratados bilaterais com países latino-americanos. Com a mudança de planos, o mercado brasileiro tornou-se interessante por ser o mais próspero da América do Sul bem como, ao Brasil, pendia uma balança de poder favorável no continente sul-americano.

Como lembra Amado Cervo (2002, p. 131), a saída brasileira do Prata prejudicou a estabilidade institucional e financeira da Argentina. No tocante ao Chile, o não pagamento da dívida afetou apenas o barão de Mauá que, de acordo com Jeronymo Ferreira Netto (2008), auxiliou financeiramente a Monarquia brasileira a pedido do visconde do Uruguai. A ajuda do barão se deu em virtude da França ter retirado recursos financeiros do Chile, no momento que o visconde procurava resolver a questão do Prata através do acesso fluvial a Mato Grosso. Por meio deste acesso fluvial, ele procurava estabelecer a política brasileira contra o governo de Rosas, de Buenos Aires, e o de Oribe, do Uruguai. O visconde do Uruguai adotava essa postura agressiva para atender a solicitação de Andrés Lamas, Ministro do Uruguai no Rio de Janeiro. Mas, com o término da questão, o governo do Brasil não cobrou as dívidas do Chile e abandonou Mauá a própria sorte. Para Cervo, a atitude do governo contribuiu com interesses ingleses de falência internacional do barão de Mauá e do retorno das aplicações e regras de cobrança britânicas.

Uma outra vantagem dessas relações bilaterais, para o Brasil, se dava com seu projeto de modernização conservador, porque não previa indústrias de transformação de matérias-primas. Depois, o país acumulava excedentes por conta dos superávits da balança comercial. Estes excedentes contribuíram para amortizar empréstimos e custear as exportações, importações, transportes e seguros. Grover Cleveland solicitava esses recursos brasileiros para fazer negócios com os Estados Unidos, uma vez que havia um desequilíbrio comercial entre as duas nações americanas.

Salvador de Mendonça (1913, p. 82) conversou com o presidente estadunidense que, na ocasião, comparou dados estatísticos sobre o comércio dos dois países. O Brasil só importava o equivalente a uma oitava parte do volume de produtos brasileiros que entravam nos Estados Unidos. As exportações deste eram taxadas na sua totalidade, enquanto as brasileiras alcançavam o índice de 6%. Grover Cleveland criticava esse desequilíbrio comercial que, segundo ele, prejudicava as duas maiores nações americanas.

Salvador de Mendonça (1913, p. 84) contra argumentava no sentido de defender as rendas aduaneiras do Brasil. Mendonça noticiava que os Estados Unidos eram-nos superiores industrialmente e que poderiam fornecer tudo quanto os brasileiros importavam da Europa de modo a comprometer aquelas rendas aduaneiras, tidas como indispensáveis à despesa nacional. Mas o presidente Grover Cleveland insistia no equívoco do brasileiro quanto às rendas aduaneiras, porém, apresentou uma proposta como se observa na passagem a seguir:

(...) os Estados Unidos não **(sic)** nos podiam fornecer 45% dessa importação que isso nos deixaria ainda renda avultada. Fazendo eu ali a conta aproximada do que renderiam esses 45% da nossa importação, pude provar-lhe a insuficiência dessa receita para as nossas despesas administrativas. Offereceu-me então um alvitre radical: constituírem os Estados Unidos e o Brazil um *zolverein* com a troca de produtos livre de todos os direitos e impostos, sommarem as suas receitas **(sic)** aduaneiras e dividirem-as depois por capitação. E logo mostrou-me que, em tal hypothese, a nossa renda triplicaria.

Mas, ao contrário do que possa parecer, existiam resistências, no mercado brasileiro, a pressão exterior que se identificava com os produtos da revolução industrial. Nacionalistas defendiam a manufatura nacional (CERVO, 2002, p. 138). Salvador de Mendonça, nos seus últimos artigos de jornal, insistiu em algumas teses nacionalistas, advogando em favor da industrialização do Brasil. Neste ínterim, quanto a assuntos internos, a política doméstica apresentava sinais de fragilidade da Monarquia.

A Monarquia era acusada de manter o país no atraso tecnológico e de torná-lo um corpo estranho a América republicana. Reclamava-se a americanização do Brasil e sua modernização como alternativa viável para o desenvolvimento econômico e político da nação. Fábio Murici dos Santos (2005, p.1) comenta, a esse propósito, que a partir da segunda metade do século XIX, a América passou a representar um símbolo de rejuvenescimento e de purificação para parcela significativa de homens públicos e intelectuais ibero-americanos. No caso brasileiro precisamente, buscavam-se também referências para reformar o sistema monárquico, as quais miravam os Estados Unidos ou contemplavam uma utopia mais ampla de unidade continental. A América passava a ser, assim, uma noção que sugeria promessas para esse continente conferindo-lhe um papel decisivo nas próximas etapas da história humana.

As considerações de Salvador de Mendonça (1913, p. 3) a respeito da simpatia brasileira pela América e pela República parecem concordar com a idéia de Fábio Murici dos Santos. Mendonça, que era defensor da inserção do Brasil no continente americano e militante republicano, afirmava que até a gente humilde, o povo analfabeto, escutava com adoração os oradores republicanos Lopes Trovão e Silva Jardim. A propaganda escrita, por seu turno, destinava-se aos homens educados. Dentre estes estavam os monarquistas vira-casacas que traíram a Monarquia e a incipiente República.

(...) A nossa Republica, puxada para o palco quando a encenação não estava completa, e exposta ás vistas da platêa admirada, - Aristide Lobo disse-a bestificada, - tem sido até hoje um verdadeiro conto do vigario para os republicanos sinceros que a queriam melhor que o regimen decaído. Como os crentes eram apenas um punhado de homens, suppriram-lhes a falta multidões de adhesistas, que para logo viram para onde se mudara a gamella do orçamento. Ora, como os monarchistas que vraram **[sic]** casaca não constituíam em sua maioria a flor do partido, é claro que os homens de mais elevada qualidade moral, quer liberaes quer conservadores, deixaram-se ficar aonde estavam e olharam com desdem para esta Republica sem republicanos (MENDONÇA, 1913, p. 1-2).

Os monarquistas vira-casacas formavam uma aristocracia desprovida de valor, segundo Salvador de Mendonça (1913, p. 94-95). Para Mendonça, essa aristocracia se afastou da Monarquia porque não possuía tradições meritórias ou de serviços à pátria e, conseqüentemente, não se sentia responsável pelos destinos da Coroa brasileira. Ela fazia simplesmente proteger seus interesses, os quais, uma vez ofendidos como o foram com a abolição, a libertaram de qualquer compromisso com o monarca e o regime.

Salvador de Mendonça desferiu outros golpes de retórica contra a aristocracia brasileira. Mendonça lembrava que, na Europa, os aristocratas prestavam serviços às suas nações por que se sentiam comprometidos com elas. No Brasil, os aristocratas nunca se apresentaram para servir o país na guerra ou na paz. Na guerra, a aristocracia não conquistou terras ou dominou mares. Na paz, ela não prestou serviços relevantes nas artes ou nas ciências.

De acordo com Salvador de Mendonça (1913, p. 95), os aristocratas, que não tinham títulos nobiliárquicos, faziam dos nomes de família os seus brasões. A experiência aristocrática brasileira era, assim, epidérmica e superficial. Daí porque arredaram o trono quando perderam suas fortunas, e se tornaram republicanos vira-casacas posto não estarem afeitos ao hábito de firmar compromissos com idéias mais nobres e projetos nacionais.

Oliveira Lima (1937, p. 67) também refletia a esse respeito, mas por outro prisma, entendendo que as tensões vividas na Monarquia eram provocadas por espíritos ambiciosos e por proprietários lesados pela abolição. Lima não comungava da má idéia sobre a aristocracia brasileira de Salvador de Mendonça, inclusive ele atribuía a essa aristocracia a formação de excelentes estadistas que teriam cada qual em seu tempo, contribuído com a vida pública no Brasil. Os políticos que arredaram o trono eram pessoas com má disposição de caráter, as quais nunca serviram com honradez a própria República.

Para Oliveira Lima, os propagandistas republicanos se beneficiavam daquele cenário porque encontravam um público ávido pelos seus discursos, bem como se favorecia a emergência de um novo tipo de homem público. Estes foram denominados, por Lima, de políticos manhosos. Eles eram inescrupulosos e

defendiam somente seus próprios interesses, de modo que não possuíam compromisso com a Monarquia ou com a República.

No Rio de Janeiro, capital do Império, os políticos manhosos aderiam aos republicanos e combatiam os monarquistas: “O facto da bomba republicana ter explodido quando se achava no poder uma situação liberal fez com que os conservadores adherissem mais depressa ao novo regimen e que os liberaes se sentissem obrigados a um curto retrahimento – a semana de nojo nas casas de finados (...)” (LIMA, 1937, p. 85).

Os republicanos foram igualmente analisados por Oliveira Lima (1937, p. 86), através do Partido Republicano de Pernambuco. Este partido era pouco numeroso apesar da forte incorporação de senhores de engenho desgostosos com a Monarquia. O partido também era recente e, por isso mesmo, não se relacionava com os apelos republicanos de 1817. O jovem Isidoro Martins Junior, discípulo de Tobias Barreto e influenciado pelas novas teorias do Direito de carácter positivo, comandava a agremiação. Lima compreendia a República brasileira como uma construção incoerente e sem bases históricas, pois esses republicanos não possuíam tradição com movimentos anteriores que se manifestaram antes e durante a independência do Brasil. No caso dos políticos oriundos da Monarquia, tem-se forte alusão ao oportunismo desses homens públicos posto aderirem ao novo regime com a única opção de preservar suas carreiras.

As representações de Oliveira Lima e de Salvador de Mendonça convergem no que tange aos discursos sobre os adesistas da República. Monarquistas viracacas ou políticos manhosos, eles não possuíam um projeto de nação, animando-se apenas contra perdas materiais causadas pela abolição. Como esta aconteceu na Monarquia, a popularidade do regime diminuía sensivelmente. Mas nada impedia que eles se movessem contra a novel República, caso esta ferisse seus interesses ou mesmo não os beneficiasse nas fileiras públicas.

O americanismo e a americanização da política externa do Brasil, por seu turno, pertenciam enquanto discurso aos republicanos históricos, como Salvador de Mendonça. Mas sua prática indica um conjunto de transformações de sentidos na confecção da República brasileira, os quais Mendonça condenará ao afirmar que o

regime brasileiro não se tornou, nem de longe, com o sonhado pelos republicanos de boa fé.

A Monarquia brasileira limitou suas relações internacionais na América aos Estados Unidos porque estas eram úteis no sentido de conquistar vantagens comerciais e proteger o país de retaliações. Como afirma Amado Cervo (2002, p. 140-41), construiu-se, assim, uma cordialidade pragmática e utilitária. Esta cordialidade não incluía, propriamente, o continente sul-americano que não foi plenamente contemplado como o seria nos primórdios da República.

Essa cordialidade fundava-se na ampliação do mercado norte-americano para o café brasileiro, na não ingerência do governo estadunidense frente às ações brasileiras sobre o Prata, na disposição deste governo de apoiar diretamente a ocupação da Amazônia. Como contrapartida brasileira, tem-se a abertura da economia nacional para inventos e investimentos sem, contudo, ceder tratado para restringir a soberania das decisões externas do Brasil.

Os pragmatismo e utilitarismo, talvez, representassem uma estratégia de enfrentamento político contra a Doutrina de Monroe que perdia seu caráter hemisférico. A política externa estadunidense promovia uma expansão de fronteiras territoriais desde antes mesmo do governo de James Polk. Antecedeu a este governo, a administração de John Tyler. Com Tyler, que assumiu o comando do país com a morte de Martim Van Buren, iniciou-se a questão do Texas.

O Texas pertencia ao México, como previsto na Constituição deste país, fazendo parte do estado de Coahuila. Esta região foi colonizada por grande número de imigrantes oriundos dos Estados Unidos, principalmente dos estados escravistas. Quando a Constituição do ano de 1824 foi revogada em 1833, os colonos do Texas se rebelaram e formaram o governo autônomo de 7 de novembro de 1835, que foi combatido pelo presidente mexicano António López de Santa-Anna. As forças militares de Santa-Anna foram derrotadas no mês de abril de 1836 em San Jacinto. Nesta oportunidade, os texanos se declararam independentes e constituíram uma República. Ao longo de nove anos, a República texana permaneceu em paz, até que, em 1845, pedisse sua incorporação aos Estados Unidos.

O general Mariano Paredes y Arrillaga comandava o México nesse período e ele movimentou suas tropas no sentido de manter o Texas como território mexicano. As tropas de Mariano se bateram com forças estadunidenses, pois, nos Estados Unidos, a questão do Texas dividia opiniões. Existiam grupos de homens públicos que defendiam a autonomia da região enquanto outros agrupamentos de políticos desejavam anexar a região aos Estados Unidos.

O governo de John Tyler acompanhava amiúde a questão do Texas, mas de forma ainda tímida. As medidas mais incisivas, entretanto, foram promovidas pela administração do democrata James Knox Polk que impediu a reeleição de Tyler ao derrotá-lo nas urnas. Polk defendia a expansão dos Estados Unidos e a citada anexação lhe era assunto de grande gravidade.

James Knox Polk pertencia ao grupo que desejava a anexação, a qual de fato aconteceu em dezembro de 1845. Como o México não se conformou, os dois países pelejaram. As forças de António López de Santa-Anna, que retornara ao poder substituindo o general Mariano Paredes y Arrillaga, enfrentaram as tropas norte-americanas comandadas pelo general Zachary Taylor. As tropas estadunidenses já ocupavam o norte do México e a derrota deste último país era inevitável. O fim do combate, com a derrota do México, deu-se em 14 de setembro de 1847 e a paz foi concluída pelo tratado assinado em Guadalupe-Hidalgo em 2 de fevereiro de 1848.

Esse tratado de paz beneficiou deveras os Estados Unidos que anexou, além do Texas, vasta região contribuindo, assim, para o projeto expansionista de alguns de seus homens públicos. Anexou-se também os estados da Califórnia, de Nevada e Utah, além de parte do Colorado e a maior parte do Novo México e do Arizona. Reconheceu-se como fronteira meridional da Federação o Rio Grande.

A anexação beneficiou os Estados Unidos, pois logo mais James Marshall descobriria ouro na Califórnia. Com a descoberta de Marshall, a nação norte-americana conheceu um forte fluxo migratório que se deu através das áreas anexadas. O povoamento dessas áreas foi, em certa medida, um golpe de sorte

dado com a descoberta de ouro. Mas ele impulsionou a conquista de zonas de fronteiras e a conseqüente expansão do país.

O fenômeno migratório representou um movimento interno e também de milhares de pessoas de outras partes do mundo. Os Estados Unidos tornavam-se, assim, uma espécie de país de diversas nações, com diversas matrizes culturais e de pessoas que se sustentavam pelo sonho de um novo começo. Este fenômeno, igualmente, modificou a política estadunidense, como revela a derrota de James Knox Polk para um destacado militar da guerra do Texas, Zachary Taylor, que faleceu depois de empossado.

A título de curiosidade, Millard Fillmore substituiu Zachary Taylor. Com Fillmore, a questão da escravidão retornou ao primeiro plano da agenda política norte-americana. Acredita-se que, com a anexação do Texas e de outros territórios conquistados na guerra contra o México, e também com a proposta do deputado David Wilmont de abolir o trabalho escravo nessa área, o ambiente de falsa cordialidade provocado pelo compromisso do Missouri se desfaria. Contudo, o importante para este nosso estudo são os novos sentidos adquiridos pela Doutrina de Monroe. Com essa guerra, seu foco se restringiu à esfera da América do Norte para atender ao expansionismo territorial norte-americano em curso.

As alterações de sentidos do monroísmo foram observadas pelas demais nações da América do Sul. Elas compreendiam a Doutrina de Monroe, sobretudo após a anexação do Texas, como uma doutrina de interesse nacional estadunidense que visava a expansão norte-americana. A política de James Polk reforçava um sentimento de desconfianças no continente americano contra os Estados Unidos, a ponto de se ter, inclusive, uma conversão momentânea do pan-americanismo para um pan-latinismo, o qual visava promover a união americana com a exclusão dos Estados Unidos. Amado Cervo (2002, p. 141), que comenta essa conversão momentânea, infere que o fracasso dessa iniciativa deu-se pela falta de adesão de todas as Repúblicas sul-americanas.

O Brasil, por exemplo, distava das demais nações por sua composição social e forma de governo. Este distanciamento dificultou sua participação nessa pretendida união que excluía os Estados Unidos. Mas a Chancelaria brasileira

cuidou de justificar, com muito zelo, a sua ausência. A Monarquia não desejava criar um foro hispânico de caráter antibrasileiro.

O sentimento americanista, todavia, não encantava a diplomacia do Império brasileiro que se simpatizava muito mais com o continente europeu, ainda assim, de uma Europa Ocidental. Essa diplomacia criticava os ideais bolivarianos por supô-los extravagantes e por demais idealistas, o que incomodava o caráter pragmático dos diplomatas brasileiros. Além do que, os ideais bolivarianos eram visto como uma representação estranha ao Brasil, pois, de alguma forma, eles manifestavam preocupações de segurança da América hispânica que ainda se sentia ameaçada pelos espanhóis.

O Brasil não estava só nas críticas. Argentina e Estados Unidos também acusavam esses ideais de devaneios, percepções desprovidas de praticidade. O desprezo por doutrinas de arbitramento dos litígios internacionais era, contudo, algo próprio dos brasileiros. Compreensão que mudou junto com a alteração de regime no Brasil, pois os republicanos históricos, ao contrário dos monarquistas, percebiam a citada doutrina como benéfica para o Brasil.

No caso particular dos Estados Unidos, nota-se certa despreocupação com os congressos americanos, apesar da tentativa frustrada em assistir os trabalhos do Congresso do Panamá. Os dois delegados estadunidenses não compareceram porque Richard C. Anderson faleceu durante a viagem e o outro, John Sergeant, não saiu de Washington ao saber que o evento havia sido interrompido e prosseguiria, posteriormente, em Tacubaya, no México (BUENO, 1997, p. 2). Os norte-americanos, porém, não admitiam qualquer tentativa de libertar Cuba do domínio espanhol, uma idéia acalentada pelos patriotas hispano-americanos bem como não pensavam em abandonar sua neutralidade opondo-se a qualquer tipo de aliança que julgassem comprometer seus interesses. Talvez, por essas posições, os norte-americanos realizariam o seu próprio Congresso no ano de 1889. Este acontecia quando a Doutrina do Destino Manifesto, pouco citada no discurso oficial desde a década de 1850, voltava à cena.

A Doutrina de Monroe, ao fim e ao cabo, justificava o expansionismo estadunidense como direito de um povo eleito por Deus e senhor de experimentos

políticos de caráter excepcional, que Cristina Soreanu Pecequilo (2005) identifica como um modelo republicano-democrático-liberal. Os norte-americanos supunham esse modelo como criação sua e também original por que distinto dos padrões europeus de organização civil. Modelo que, virtualmente, preservava a individualidade e premiava o mérito de sujeitos de bom coração, de muita energia e trabalhadores.

A Primeira Conferência Internacional Americana, também conhecida pela designação de Primeira Conferência Pan-Americana, realizada na capital dos Estados Unidos, contou com a participação de dezoito países da América. Para Clodoaldo Bueno (1997, p. 4), o encontro tinha a intenção de ampliar o intercâmbio comercial norte-americano com a América Latina, promovendo a prosperidade dos diversos Estados americanos por meio da união pan-americana de comércio. Esse encontro, também, se diferenciava do Congresso do Panamá no sentido de privilegiar o comércio como elo integrador das nações.

O Brasil esteve presente para deliberar sobre a adaptação do sistema monetário, a conquista da paz continental, a criação de uma união aduaneira – mercado comum – do continente, a fundação de um banco continental, a modernização das comunicações e a unificação da legislação comercial. Para Amado Cervo (2002, p. 144), entretanto, a Conferência pretendia construir um programa de dominação capitalista para a América, como sugere Cervo (2002, p. 144):

(...) As intenções do governo norte-americano visavam estabelecer, pela via do pan-americanismo, uma reserva de domínio continental, a exemplo de como procediam os colonialistas europeus em suas áreas de expansão. Com isso, poderia manter o protecionismo diante das outras potências capitalistas e o liberalismo regional, em hábil manobra nacionalista. O congresso não era convocado por algum pretexto ocasional, como ocorrera anteriormente, mas em função de metas estruturais do desenvolvimento capitalista, de que se apropriavam os Estados Unidos para enquadrar em proveito próprio o continente como um todo.

Salvador de Mendonça era representante diplomático nos Estados Unidos e participava da Primeira Conferência Internacional Americana quando soube da alteração de regime no Brasil. Ele informou que o secretário de Estado norte-americano, James Blaine, comunicou pessoalmente a notícia de tal mudança aos brasileiros por meio da apresentação de cópias dos telegramas enviados por Roberto Adams, ministro norte-americano no Rio de Janeiro. Dada a notícia, os acontecimentos se sucederam.

Salvador de Mendonça foi acusado de tramar contra a Monarquia a partir dos Estados Unidos. Nesse sentido, Mendonça (1913, p. 113) se defendia afirmando que:

A verdade, porém, - e digo-a sem reboço, - é que nutrindo a mesma crença republicana que sempre nutri, no primeiro momento estive para retirar-me á vida privada, por não acreditar na efficacia do processo empregado para a mudança do regimen politico. Preferi-a feita no Parlamento, como a desejava o conselheiro Saraiva quando para isso estivesse o Brazil preparado e fosse esse o voto da maioria da nação (...).

E

Entretanto, posto de parte todo o interesse pessoal, acreditando sinceramente que a Republica viera para ficar e acceitando desde longo tempo o lemma de Franklin que “só dentro d’agua se aprende a nadar”, entendi não poder negar meu concurso ás novas instituições, que durante toda a minha vida de imprensa procurara doutrinar com profunda sinceridade (...).

Salvador de Mendonça (1913, p. 112) revelava profunda admiração e respeito a homens públicos do Império, como o fez ao congratular a inteligência do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira e Saldanha da Gama. Para Mendonça, a presença de Gama e Pereira no Brasil, talvez, contribuíssem com outro desfecho nos últimos acontecimentos que culminaram na derrocada da Monarquia e na proclamação da República brasileira.

Salvador de Mendonça afirmava que o conselheiro Lafayette impediria o presidente do conselho de entrar no quartel general e ele proporia conduzir a família imperial para Minas Gerais. Saldanha da Gama comandaria o Riachuelo obstando a defecção da esquadra. Mendonça (1913, p. 112) refutou, contudo, qualquer estratégia sua para favorecer a República apesar de professar fé inabalável neste regime desde sua carreira na imprensa.

A República brasileira, entretanto, foi bem acolhida por parte das demais nações americanas. Argentina e Uruguai reconheceram o novo regime do Brasil, nas datas de 29 e 20 de novembro de 1889, respectivamente. O Chile o reconheceu posteriormente, em 13 de dezembro do mesmo ano (BUENO, 2002, p. 151). Os Estados Unidos se manifestaria somente em 29 de janeiro de 1890.

Quintino Bocaiúva tornou-se ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório e renovou os poderes da Missão Especial. Os membros desta reagiram de formas distintas. O conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira afastou-se ao recusar a renovação. Amaral Valente telegrafou para o barão de Canindé orientando-o a transferir suas economias para Londres. Iniciativa reprovada por Salvador de Mendonça (1913, p. 114), pois “(...) a confiança que assim mostrava no governo novo do Brazil era quanto bastava para que o demitisse”.

As desconfianças com o futuro do novo regime brasileiro, contudo, não partiam somente de Amaral Valente. O presidente norte-americano, Benjamim Harrison e o senador John Sherman, ambos republicanos, compreendiam coerente aguardar a manifestação da opinião pública brasileira. Temia-se um movimento que, com apoio popular, fizesse retornar a Monarquia ou, como sugere Salvador de Mendonça, o monarca Pedro II havia conquistado os norte-americanos apesar de seu espírito republicano.

Situação complicada para a República do Brasil, como lembra Salvador de Mendonça (1913, p. 118), que, mesmo assim, administrou a situação de modo a beneficiar o novo regime do Brasil junto a James Blaine³³.

³³ Cf. p. 31-32.

Clodoaldo Bueno (2002; 152) analisa a atitude dos Estados Unidos por meio de duas hipóteses: a boa impressão causada por Pedro II na sua visita a esse país no ano de 1876, e a ocorrência de indícios de que a República brasileira tendia a evoluir para uma ditadura militar. Das constatações de Bueno sobre a atitude estadunidense, a idéia da boa impressão causada por Pedro II coincidia com as considerações de Salvador de Mendonça.

Essas constatações dividiam as opiniões dos congressistas norte-americanos. Existiam dentro dos dois partidos dos Estados Unidos, aqueles que defendiam a cautela e outros o imediato reconhecimento da República brasileira. Dos parlamentares simpáticos a idéia do reconhecimento do novo regime do Brasil, destaca-se a figura do senador Morgan. Ele apresentou uma moção ao Senado no mês de dezembro de 1889, recomendando o reconhecimento formal do regime em voga.

Os defensores da moção do senador Morgan argumentavam que o reconhecimento fortalecia os Estados Unidos. O governo estadunidense, ao impedir as nações européias de colocar em perigo a República brasileira, mostraria ao mundo que o seu país não se intimidaria perante ameaças contra o continente americano.

Afora o caráter romântico do discurso, pode-se contemplar um desejo bem prático por parte dos Estados Unidos. Defender o Brasil significava, também, incluir mais uma nação americana na esfera de influência estadunidense no momento em que a América Latina era redescoberta pelos norte-americanos, os quais disputavam comercialmente a região, sobretudo, com os ingleses (BUENO, 2002, p. 152).

O reconhecimento norte-americano foi aprovado no Congresso por unanimidade. Decidiu-se, igualmente, por uma moção congratulatória ao povo brasileiro pela adoção da República. Como afirma Clodoaldo Bueno (2002, p. 153), a moção congratulatória insinuava interesses pelas mudanças institucionais no Brasil. Neste, também, afluíam desejos de aproximação com a potência hegemônica da América.

Não se pode negar, contudo, que o reconhecimento dos Estados Unidos contribuiu com a afirmação da República brasileira que, como visto, estava sob risco de não ser reconhecida por países da Europa. As nações européias, a partir da decisão estadunidense, reconheciam formal ou informalmente o novo regime do Brasil.

A Grã-Bretanha relacionava-se oficiosamente com o governo republicano porque o Foreign Office compreendia a mudança institucional como fato consumado. A Inglaterra, porém, optou pela cautela até maio de 1891 quando reconheceu formalmente a República do Brasil (BUENO, 2002, p. 154).

A França retardou por algum tempo seu reconhecimento por dois motivos. Não se cogitava desagradar às monarquias européias e/ou encorajar republicanos espanhóis e portugueses. Por último, o decreto brasileiro de naturalização não era claro, bem como existia problema de limites com a Guiana. A França, entretanto, reconheceu o Governo provisório em junho de 1890.

Outras nações européias reconheceram a República brasileira após a iniciativa dos Estados Unidos. Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália e Portugal esperaram as eleições para proceder ao reconhecimento. A Rússia o fez em 26 de maio de 1892, após a morte de Pedro II (BUENO, 2002, p. 155).

O novo regime do Brasil vencia, portanto, uma primeira fase de turbulências, todas relativas à sua aceitação internacional. Dessa forma, os representantes diplomáticos desse país participavam dos trabalhos da Primeira Conferência Internacional Americana, os quais se encerraram em 1890. Salvador de Mendonça, especialmente, se dedicou ao assunto principal do encontro: o arbitramento obrigatório de forma criativa e bastante entusiasmada.

Salvador de Mendonça (1913, p. 138) pediu instruções ao governo brasileiro, manifestando o interesse de se alinhar às posições dos Estados Unidos e da maioria dos países americanos porque:

As instrucções que recebera do ultimo gabinete do Imperio a Missão Especial para os trabalhos da primeira Conferencia Internacional Americana, tendo aliás o cunho liberal que era de esperar da politica que as dictara, no que dizia respeito ao assumpto principal da Conferencia – o arbitramento obrigatorio, estavam em desaccôrdo não só com o pensamento dos Estados Unidos da America, como também com o da quasi unanimidade das nações deste continente. Excepção feita do Chile, cujos delegados deviamos acompanhar nessa questão, abstendonos de a discutir e votar, si tanto fosse preciso, todas as outras nações votariam unanimemente pela medida, cujas vantagens eram por todas reconhecidas

Salvador de Mendonça (1913, p. 136) acreditava, assim, lograr posições mais republicanas para o Brasil na Primeira Conferência Internacional Americana. A resposta foi positiva e Mendonça (1913, p. 136), convicto da consistência destas posições, procurou os delegados argentinos Roque Saenz Peña e Manuel Quintana. Ele os convidou para redigir um projeto de arbitramento obrigatório, o qual foi aprovado com algumas modificações em 18 de abril de 1890.

O esforço da política externa defendida por Salvador de Mendonça, a mesma política que possibilitou o seu adorado plano de arbitramento obrigatório, é criticado por pesquisadores contemporâneos.

Clodoaldo Bueno (2002, p. 170) entende essa política como uma ruptura inocente com a prática do Império. Esta defendia o Brasil no sentido de impedir seu ingresso no subsistema de poder patrocinado pelos Estados Unidos.

O Império refutava o arbitramento por temer que os estadunidenses se tornassem árbitro perpétuo na América. Já Amado Cervo (2002, p. 144-ss) acusa Mendonça de romper com a tradição de autonomia e cordialidade anteriores por ser um caudatário dos interesses econômicos e políticos norte-americanos. Discorda-se aqui das duas interpretações.

De acordo com Salvador de Mendonça (1913, p. 164), a Primeira Conferência Internacional Americana foi esquecida porque o presidente Harrison

articulou, junto ao Congresso dos Estados Unidos, a reprovação do projeto de arbitramento obrigatório.

Segundo Salvador de Mendonça (1913, p. 165), o presidente norte-americano temia que James Blaine se favorecesse politicamente com o projeto porque estava “(...) receioso de que o secretario Blaine, então apellidado de *the Plumed Knight* pelos seus partidarios, se enfeitasse com a victoria do arbitramento obrigatorio e da abolição da conquista entre as Nações Americanas na sua plataforma de candidato á successão presidencial (...)”. A iniciativa de Harrison foi seguida por outras nações americanas, sacrificando o que Mendonça entendia como o resultado mais proveitoso dessa Conferência.

Salvador de Mendonça (1913, p. 167-168) ainda estava envolvido com as discussões sobre o arbitramento obrigatório quando Quintino Bocaiúva manifestou a intenção de realizar um tratado de aliança com os Estados Unidos. Este foi preterido por James Blaine, que preferia um tratado de comércio ou convenções aduaneiras tendo por base favores recíprocos. Mendonça consultou o governo brasileiro, que atendeu a proposta de Blaine. O discurso oficial do governo brasileiro informava que, sendo os norte-americanos árbitros da questão das Missões, não era ético ter alianças com os juizes da contenda.

James Blaine e Salvador de Mendonça (1913, p. 173-185) discutiram os resultados da Conferência Internacional Americana. Blaine e Mendonça consideravam a Conferência um meio sucesso, pois nela se estudaram as cláusulas para a convenção aduaneira e não se consolidou o tema principal: o arbitramento obrigatório. Brasileiro e estadunidense compreendiam que, para se lograr a eficiência do arbitramento faltava elaborar sanções mais pormenorizadas de modo a forçar as nações americanas a reconhecê-lo. Segundo Salvador de Mendonça, James Blaine cogitava meios de completar o arbitramento em uma nova conferência que se realizaria no Rio de Janeiro para esse fim.

Uma alternativa, sugerida pelo norte-americano, era a de se realizar uma nova conferência Pan-Americana. Desta feita, no Rio de Janeiro. O brasileiro informa que ela não aconteceu porque James Blaine foi preterido para a sucessão de Benjamin Harrison.

A derrota de James Blaine representou, igualmente, o sepultamento do plano Blaine-Mendonça. Ele pertencia ao programa de governo do norte-americano e previa a criação de tribunais internacionais de arbitramento, como também modificações substanciais na Doutrina de Monroe.

Supunham-se fundamentos de uma confederação, ou ao menos, de uma dieta continental americana. Salvador de Mendonça (1913, p. 173-185) exemplificava a idéia utilizando como recurso a Primeira Conferência Internacional Americana que, como já afirmado, representava aquelas dezoito nações do continente.

Pelo plano Blaine-Mendonça, a participação das dezoito nações americanas se daria por meio de uma equação com índices no voto. Para cada nação se asseguraria um voto por soberania. A este voto se somaria um outro, oriundo de fração de cinco milhões de habitantes ou, pelo menos, de quinhentos mil. Cada país, entretanto, possuiria o voto por população mesmo não alcançando meio milhão de habitantes.

A idéia surgira como complemento do arbitramento obrigatório, com o qual se pretendia eliminar de vez o direito à conquista e salvaguardar a soberania das nações americanas. O Tribunal Internacional Americano as protegeria. Por ter caráter permanente, o Tribunal se tornaria objeto principal do Congresso a se realizar no Rio de Janeiro.

O Tribunal Internacional Americano seria composto por dois juízes nomeados por cada país. Eles teriam mandato de doze anos, mas um só votaria. Para substituí-lo, o seu governo obedeceria rigorosamente duas disposições: o impedimento ou a morte do juiz.

O Tribunal Permanente, de disposição trina, constituir-se-ia no local sorteado ao fim das reuniões e deliberaria questões internacionais americanas entre si ou com nações externas à América. Caso uma das partes não concordasse com a sentença, convocar-se-ia o tribunal pleno. Este seria formado pela totalidade de

juízes das nações americanas, teria a mesma sede e à sua sentença não caberia apelação.

Com vista a manter a autoridade do Tribunal Internacional Americano e obediência às sentenças, cada nação concorreria para a formação de forças regulares de mar e terra como também por seus respectivos armamentos. A contribuição seria proporcional à população e receita de cada país, bem como as forças se constituiriam somente por ordem do tribunal pleno.

O comando das forças regulares respeitaria a precedência das patentes e, sendo estas iguais, seria dada prioridade à idade. Contudo, vale ressaltar que as nações disporiam de total autonomia para resolver seus negócios internos. Para Salvador de Mendonça, essa disposição substituiria a Doutrina de Monroe, a qual ofendia a dignidade latino-americana por favorecer o protetorado tácito dos Estados Unidos.

O plano Blaine-Mendonça, no fundo, guardava a concepção de América do brasileiro, a qual continuou no plano das boas idéias que são conduzidas ao esquecimento e ao silêncio imposto pelas interpretações hegemônicas.

Salvador de Mendonça (1913, p. 187) tratou de assuntos práticos na Primeira Conferência Internacional Americana. O Convênio Aduaneiro de 31 de janeiro de 1891 prova a afirmação. O Governo Provisório o promulgou, por decreto, simultaneamente à proclamação do presidente dos Estados Unidos em 5 de fevereiro.

O Convênio Aduaneiro e Salvador de Mendonça foram duramente criticados no Brasil. Tinha-se o Convênio como fator de empecilho à criação das indústrias manufatureiras. Clodoaldo Bueno (2002, p. 172) afirma, inclusive, que se provocaram celeumas na opinião pública brasileira porque muitos produtos vindos dos Estados Unidos possuíam tratamento tarifário preferencial no mercado brasileiro.

Salvador de Mendonça (1913, p. 187-188) contra-argumentava ao afirmar que os discursos protecionistas se equilibravam sobre duas ilusões, pois não

existira até então esforços estatais de fundo para incrementar a industrialização no Brasil.

A primeira ilusão, citada por Salvador de Mendonça, referia-se à farta emissão de papel moeda para produzir capitalização e promover a criação de novas indústrias.

A segunda se pautava na falsa concepção de que tarifas aduaneiras protegiam indústrias nacionais contra similares estrangeiras. Para as indústrias nacionais faltavam elementos como facilidade de transporte, matéria prima no próprio país e operários idôneos.

Aliás, esse comentário de Salvador de Mendonça (1913, p. 187-188) apresentava desafios que se desenhavam para a consolidação da República do Brasil no plano interno. A economia brasileira estava comprometida pela instabilidade institucional, em grande medida, resultante das disputas pelo comando do país. A instabilidade também comprometia a confiança internacional no regime.

Oliveira Lima (1937, p. 81) encontrava-se no Rio de Janeiro nesse período de incertezas na vida pública brasileira. Ele aguardava a ida para Portugal, acompanhando o cunhado Araújo Beltrão. O barão de Lucena os indicara e, assim, iniciava-se a carreira diplomática de Lima.

Lima (1937, p. 81) acompanhava como analista privilegiado, durante a espera da viagem, os distúrbios da política doméstica, dada sua proximidade do centro de poder. Nas suas lembranças, destacam-se os movimentos de opiniões e práticas nas ruas da capital.

O Rio de Janeiro era um turbilhão multifacetado nas representações de Oliveira Lima, pois vários mundos se confundiam nessa cidade. Adesistas, monarquistas – sebastianistas – e republicanos combatiam-se e mesclavam-se nos seus movimentos. Todos eles, porém, envolviam-se apaixonadamente com os negócios da Bolsa em uma experiência coletiva conhecida pelo nome de Encilhamento.

O Encilhamento significou uma tentativa de industrialização, com expansão do crédito e desregulamentação da economia brasileira, como se pode observar:

O Rio, que eu conheci em 1890, com suas ruas estreitas em xadrez, que a diagonal da *gran-via* ainda não cortava, com seus *bonds* de burros que vinham até a intersecção de Gonçalves Dias e Ouvidor, com o Lyrico e a febre amarella que, no dizer de um patriota, era o que nos salvava do dominio estrangeiro, dividia-se como a Roma de ha tempos passados, em um mundo branco e um mundo negro: d'um lado os republicanos e os adhesistas, muito mais numerosos estes; do outro lado os monarchistas, já alcunhados de sebastianistas. Havia os temerários, como Pedro de Barros, que se afoitavam a proclamar no meio da rua o seu tradicionalismo, mas no geral o elemento monarchico importava-se mais com os negocios da bolsa do que com a familia imperial (...) (LIMA, 1937, p. 81).

Essa iniciativa – o Encilhamento – foi liderada por Rui Barbosa em um cenário complexo que envolvia muitas variantes. O Brasil era produtor agrícola e abastecia centros do Atlântico Norte. Sua produção dependia de boas colheitas e dos valores praticados no mercado internacional.

O ciclo de investimento brasileiro, de plantio e de comercialização, vinculava-se ao crédito estrangeiro, aumentando a dependência do país perante o centro financeiro internacional. Deve-se observar, ainda, o insignificante desenvolvimento industrial que resultava da aplicação de capital acumulado com as exportações na compra de produtos manufaturados.

Por outro lado, como lembra Jeffrey David Needell (1993, p. 31), o mercado interno brasileiro estava fortalecido. Aumentara o número de assalariados, deu-se o crescimento do risco comparativo de investimentos na agricultura, caiu o valor da moeda para a compra de produtos importados e a mão-de-obra barata, vinda de áreas rurais da Itália e de Portugal, abundava.

Salvador de Mendonça (1913; p. 23) também observava o mercado interno brasileiro e a respeito desse assunto ele era muito crítico. Mendonça afirmava faltar

capitalização para o desenvolvimento da economia do Brasil, a qual fazia o país viver de mão para a boca. O exemplo de o país viver de mão para a boca dava-se com as exportações não pagarem as importações e tampouco os serviços da dívida pública. Como consequência, o capital estrangeiro que entrava na nação era usado para o pagamento de grandes dividendos e o Brasil não explorava suas potencialidades, como sugere Salvador de Mendonça (1913; p. 23-24):

Possuindo terras e climas propios para quasi todos os productos necesarios á vida, chegávamos a importar de terras estrangeiras quasi todos os cereaes e fructos exóticos. Importavamos milho da Argentina, arroz da India e das Carolinas, fumo de Cuba e dos Estados Unidos, supplementando a nossa desidia com a compra risivel até de palha de milho para capas de cigarro. Tinhamos as mais extensas florestas do mundo e importavamos madeiras e mobílias estrangeiras. Neste particular o erro está sendo corrigido pela Natureza: possuímos uns bichos proteccionistas que vão desacoroçando esta importação. Si até importavamos palitos!

Os problemas internos do Brasil não passavam despercebidos aos observadores estrangeiros, os quais associavam a crise econômica à política. Quintino Bocaiúva publicava notícias nos mais importantes jornais de Londres para conter especulações que desvalorizavam títulos brasileiros.

Cogitava-se, na bolsa britânica, que a instabilidade brasileira redundaria em prejuízo de ordem financeira aos investidores. Vale salientar que os ingleses investiam nos denominados países novos e, conforme Clodoaldo Bueno (2002, p. 155-156), do conjunto dos recursos aplicados, parcela significativa era destinada ao Brasil.

As suspeitas inglesas se fortaleciam quando, no Brasil, Deodoro da Fonseca se indispunha com as oposições e fechava o Congresso. Ou quando, de acordo com Oliveira Lima (1937, p. 92), na abertura da Constituinte, monarquistas convertidos liam às pressas *O Federalista* para entender de direito constitucional americano, então matéria inédita no Brasil.

(...) No seu seio havia juristas de valor como José Hygino, Amphilophio, João Barbalho, outros mais, familiares com Story e Kent, mas as discussões técnicas tiveram sobretudo lugar na comissão dos 21, que preparou o projecto de lei orgânica. O grosso dos congressistas, os luzeiros da democracia e os monarchistas convertidos e, como no geral acontece aos neófitos, ardendo em fé, tinha lido às pressas o *Federalista* e realmente não podiam eles ter melhor texto para o seu curso de direito constitucional americano, em que o Brasil era leigo (...)

Os comentários críticos ao Brasil avançavam com muita rapidez. O cônsul inglês em Santos, F. H. Cowper, pedia paciência aos investidores do seu país. Cowper os aconselhava a esperar a consolidação da situação e definição do quadro político brasileiro.

O ministro de Portugal no Rio de Janeiro, conde Paço d'Arcos, acreditava no ingresso do país em um período de crise financeira com risco de desmembramento territorial (BUENO, 2002, p. 156).

O começo da República brasileira foi complicado, sobretudo pela consolidação e implantação de novas instituições. Passadas duas décadas, Salvador de Mendonça (1913, p. 1) discutiu o tema na qualidade de veterano militante republicano, afirmando que o regime substituto da Monarquia não passava de um ensaio mal feito e incapaz de transmitir confiança porque se arredava do povo.

Dessa forma, se inviabilizava: “O futuro da nação brasileira está pejado de incertezas. O ensaio mal feito até hoje do regime democrático presidencial que substituiu a Monarquia representativa, não tem inspirado em vinte e três anos, quando já ultrapassa o período de minoridade, a menor confiança em sua permanência (...)”.

A maioria da população do Brasil era analfabeta e, por isso, não possuía consciência da mudança histórica que se operava no país. O analfabetismo do povo dificultou e, em grande medida, inviabilizou a missão dos republicanos históricos.

A organização do Brasil ficou comprometida porque o regime republicano e/ou democrático supunha a liberdade pautada na lei escrita. Esta era inalcançável para a maioria da população, o povo.

Um povo que não sabe lê e que portanto não pôde conhecer as leis de sua terra é também claro que não pode obedecer a ellas, e na obediencia á lei está o requisito principal de um bom regimen democratico. A obediencia á lei exclue a hypotese das revoluções, que se tornam desnecessarias pelo livre exercicio do voto (...) (MENDONÇA, 1913, p. 4).

No povo, os republicanos repousaram o alicerce para a mudança de regime. O alicerce era frágil e nunca exerceu a liberdade, em especial, a do voto. Para Salvador de Mendonça (1913, p. 4) "(...) o pico de pena dos mandões, fabricantes de atas falsas, escritas por ordem dos politiqueiros do centro aliados às oligarquias constituídas nos diferentes Estados" não o permitiu.

A ausência popular na política favoreceu, de acordo com Salvador de Mendonça (1913, p. 2), a ascensão dos monarquistas vira-casacas. Eles alteraram a gamela do orçamento como também as políticas públicas. No fim, construíram uma República sem republicanos ou um ensaio mal feito, como Mendonça sugeriu anteriormente. Esses monarquistas originaram-se, principalmente, dos grupos de cafeicultores e de aliados que giravam em sua órbita.

Mas, entre os monarquistas existiam pessoas que acreditavam nas promessas de futuro trazidas pela república. Salvador de Mendonça (1913, p. 2) cita Afonso Pena, Antonio Prado, Rodrigues Alves e o conselheiro Saraiva como exemplos. Lembra-se que Afonso Pena e Rodrigues Alves foram presidentes da República, com o primeiro sucedendo o último.

Por meio desta leitura, Salvador de Mendonça (1913, p. 3) discordava do discurso comum de que o vício de origem da República brasileira era o militarismo. Mendonça (1913, p. 3) considerava um erro esta asserção porque, no Governo Provisório, as opiniões de civis predominavam.

Aristides Lobo, Campos Sales, Demetrio Ribeiro e Quintino Bocaiúva não eram militares e exerciam influência nesse Governo. Para Salvador de Mendonça, as falhas que comprometiam o regime se relacionavam a falta de instrução popular.

A falta de instrução popular também se refletia na qualidade das forças armadas brasileiras, mais precisamente na ausência de disciplina dos seus membros. Para Salvador de Mendonça (1913, p. 79-80), a ilustração corroboraria para corrigir essas distorções.

Em uma nação bem organizada tudo deve crescer harmonicamente. Si a instrução popular estivesse mais diffundida, a disciplina militar seria mais facil, pois o marinheiro e o soldado tivessem consciencia de que são a força em que repousa a Republica, que instituiram, e vissem respeitados os seus direitos, inclusive o da intangibilidade da propria pelle, não se daria o espectáculo miserando da ultima revolta de marinheiros, os assassinatos de officiais, a asphyxia e o fuzilamento de marujos, e não se daria tambem tal espectáculo porque não seria ainda chegado o tempo das velleidades de adquirir semelhante material sem que para elle tivessemos o dinheiro e o pessoal. Sempre que imagino nos nossos dois souberbos couraçados, supponho estar vendo um pobretão com um grande brilhante no peito.

Quanto ao tema da consolidação de instituições e militarismo, o ano de 1893 é crucial em função da revolta da Armada. Esta revolta provocou marinheiros a matarem oficiais e seqüestrar ingleses, os únicos brancos a bordo das naus, para cuidar das máquinas.

Salvador de Mendonça (1913, p. 55) lembrava que guarnições de um cruzador e dois navios menores aderiram ao movimento, comandado pelo negro João Candido. Este ordenou que as bebidas do couraçado Minas Gerais fossem lançadas ao mar e deu voz às reclamações contra castigos corporais, rendimentos insuficientes e trabalho excessivo.

Os marujos se inspiraram na revolução de Lisboa, aliás, cidade de onde retornavam para o Brasil. Eles exigiam atendimento a suas queixas bem como

anistia para os envolvidos na revolta. Ameaçavam a cidade do Rio de Janeiro e, como prova de suas intenções, dispararam com canhão de menor calibre. O disparo deixou muitas pessoas feridas e duas crianças mortas (MENDONÇA, 1913, p. 55).

Desses eventos, Salvador de Mendonça (1913, p. 58) recobrava a memória de Euclides da Cunha. Cunha estava na sacada do Itamaraty, acompanhando o presidente Floriano Peixoto. O presidente, quando dos disparos de canhão contra a cidade do Rio de Janeiro, expressou, unicamente, um gesto de mão espalmada. Euclides da Cunha não tinha a exatidão do sentido desse gesto, mas Mendonça (1913, p. 58) o interpretava como prognóstico de mau agouro. Algo como o fim de uma promessa. No caso, a manutenção da República do Brasil.

Salvador de Mendonça (1913, p. 200) estava distante dos tiros de canhão, porém, não era alheio aos problemas políticos que eles criavam, acompanhando de Washington, desde o mês de dezembro, os desenlaces da revolta, por meio das ordens do governo brasileiro. Estas o informaram da adesão de Saldanha da Gama à revolta da Armada.

(...) Confesso que, a 7 de dezembro, ao saber que o contra-almirante Saldanha da Gama se havia declarado pelos revoltosos, meu coração se confrangeu e foi preciso procurar alento no fundo do amor de minha terra para proseguir na tarefa que a consciencia me impunha. Jámais dois homens se haviam tão claramente compreendido um ao outro em relação á causa publica, e se ligado pelos laços de longa e sincera amizade, como Saldanha da Gama e eu. Minha affeição e admiração pelo illustre brazilleiro que, pelo seu character, intelligencia e saber, era o maior ornamento de nossa Armada, só encontraram limites na calma região do dever.

Saldanha da Gama era amigo de Salvador de Mendonça, o qual se abalou com a notícia do primeiro estar envolvido com a revolta da Armada. Mendonça viu-se, desse modo, obrigado a enfrentar o amigo e também seus detratores.

Vilipendiado junto ao presidente Floriano Peixoto, Mendonça (1913, p. 200-201) era acusado de ser agente da restauração porque se relacionava com

monarquistas do brilho do conselheiro Lafayette em um momento de desconfianças mútuas e também propícias para acatar boatos e mentiras de toda ordem.

Salvador de Mendonça (1913, p. 201-204), que para Oliveira Lima era o melhor agente do florianismo, combateu diplomaticamente a revolta da Armada. Mendonça não vacilou ao enfrentar seu amigo e seus detratores, defendendo a República brasileira nos Estados Unidos.

Sua defesa foi descrita por meio de três estratégias: a revogação do contra-almirante Edward Stanton, a negação dos direitos de beligerância aos revoltosos e o rompimento do bloqueio do porto do Rio de Janeiro pela marinha norte-americana. Os casos são apresentados por Salvador de Mendonça (1913, p. 201-204) em uma ordem cronológica.

Salvador de Mendonça (1913, p. 202) recebeu cabograma do ministro das Relações Exteriores datado de 21 de outubro, incitando-o a conhecer a opinião do secretário de Estado norte-americano sobre o comportamento do contra-almirante Stanton.

O contra-almirante chegara ao Rio de Janeiro no dia 20 de outubro e salvara a bandeira dos revoltosos e, mais grave ainda, não visitara as autoridades legais. O secretário Gresham surpreendeu-se com a notícia e prometeu levar a informação ao presidente Grover Cleveland.

Gresham respondeu a Salvador de Mendonça (1913, p. 203) que seu governo exigira explicações a Stanton. Mendonça, no mesmo dia, telegrafou ao ministro das Relações Exteriores perguntando sobre a salva. Desejava saber se ela tinha sido dada por Stanton à terra e se o contra-almirante já tinha visitado as autoridades legais. O governo deu resposta afirmativa à primeira pergunta e negativa a segunda.

O brasileiro construía evidência de fato incontestável de procedimento irregular do comandante estadunidense que, ainda, recebeu visita do chefe dos revoltosos, o qual, ao retirar-se, foi saudado militarmente pelo oficial norte-americano.

Salvador de Mendonça (1913, p. 203) não tardou a procurar o secretário Gresham, informando das dificuldades de ação do governo legal causadas pelo comandante norte-americano, e responsabilizou antecipadamente o governo dos Estados Unidos pelas possíveis conseqüências dessas dificuldades.

Gresham mais uma vez conversou com o presidente e convidou Mendonça (1913, p. 203-204) para uma reunião com o representante da Marinha estadunidense. Nesta reunião, transmitiu-se a ordem do presidente, de revogação do comandante Stanton, bem como se anunciou a recusa do reconhecimento dos beligerantes como revoltosos.

O representante brasileiro telegrafou no mesmo dia dando notícia do bom término do incidente. Mas a revolta não cedia, sendo alimentada por três potências européias: Inglaterra, Itália e Portugal. Elas procuravam o reconhecimento estadunidense do estado de beligerância.

Salvador de Mendonça (1913, p. 205) comenta a estratégias dessas potências. Elas informavam a Washington que, caso reconhecessem o direito de beligerantes aos revoltosos, as nações européias acompanhariam os Estados Unidos. Além do que, a mudança do governo brasileiro não implicaria na alternância de regime.

Essas notícias, segundo Mendonça (1913, p. 206), fizeram alterar a atitude do governo estadunidense frente ao governo brasileiro. Mendonça estava preocupado e temia o pior para a sua República. Procurou sensibilizar a opinião pública daquele país dando entrevistas diárias e escrevendo artigos para revistas.

Procurei apoio na opinião publica da grande União, que já se manifestava contra a situação democratica pelo facto de haver mandado restaurar a Monarchia nas ilhas de Hawai. Diariamente attendia a uma legião de *reports*, quer em Washington, quer em Nova York, chegando a recebel-os em grande numero simultaneamente, por não ter tempo de falar a cada um de per si. De um volumoso *in-folio*, que remetti ao governo, constam todas essas informações, nas quaes a nota predominante foi sempre a confiança mais inabalavel na vitalidade da Republica. Em artigos de revista, afim de attingir as classes dirigentes do paiz, affirmei esta mesma confiança.

Mas a situação parecia, a cada dia, menos favorável. Gresham, inclusive, chamou o representante brasileiro para queixar-se do seu governo. Desejava explicações sobre a mudança de ancoradouro de navios estrangeiros, do fundo da baía para as ilhas das Cobras e das Enxadas. Entendia a atitude como tentativa de formar um escudo com as embarcações estrangeiras.

O brasileiro tranqüilizou o secretário de Estado Gresham, dizendo que a iniciativa do governo brasileiro era de proteger as embarcações estrangeiras, por isso os tirava da linha de fogo porque os revoltosos ameaçavam bombardear a cidade do Rio de Janeiro.

A prova de boa intenção era o acordo feito com os comandantes das divisões estrangeiras, que previa a volta ao fundo da baía desde que superada a situação de perigo. Salvador de Mendonça (1913, p. 207) respondeu à reclamação do secretário sobre os saveiros para a descarga, informando ser o serviço prestado por empresas particulares. Na ocasião, contradisse os ministros europeus.

Mostrou e comentou o manifesto do contra-almirante Saldanha da Gama que ovacionava a Monarquia. Gresham, ao sentir-se enganado, deu ordens ao contra-almirante Benham de seguir a toda velocidade à baía do Rio de Janeiro e assumir o comando da divisão norte-americana. Ordenou, igualmente, ao ministro dos Estados Unidos no Brasil, Thompson, que se retirasse de Petrópolis e fosse para a sede do governo federal ao qual estava acreditado.

Benham tinha ordem de romper à bala, caso necessário, o bloqueio do porto do Rio de Janeiro pelos revoltosos. Salvador de Mendonça (1913, p. 208-209) seria acusado de ferir a soberania do Brasil, com o recurso da intervenção estrangeira contra navios que arvoravam a bandeira brasileira.

De acordo com Salvador de Mendonça (1913, p. 209), a intervenção deu um golpe profundo na revolta e as ações da divisão norte-americana, no sentido de proteger a descarga dos navios mercantes dos Estados Unidos, era legítima. Também o era a intimação do navio revoltoso que procurou manter o bloqueio.

Oliveira Lima (1937, p. 145-146), que durante a revolta da Armada estava na Alemanha, avaliou a atuação de Salvador de Mendonça. Para Lima (1937, p. 145-146), Mendonça percebeu as intenções do ministro norte-americano no Brasil que pretendia induzir o seu governo a reconhecer a beligerância.

Salvador de Mendonça, porém, manipulou o sentimento nativista e republicano estadunidense para convencer o secretário de Estado Gresham de que seu diplomata era influenciado por europeus simpáticos à Monarquia. Gresham fez o citado diplomata descer de Petrópolis, afastando-o dos representantes da Europa³⁴.

As dificuldades de institucionalização da República brasileira avançaram outros campos além do econômico e político. A diplomacia também foi alvo de tormentas, as quais Clodoaldo Bueno (2002, p. 160) denominou de republicanização da diplomacia.

Discutia-se no Congresso, a substituição do corpo diplomático e a supressão de legações no exterior sob o pretexto de economia nos gastos públicos. Oportuno comentar que as ações propostas pelo Legislativo eram atribuições exclusivas do Poder Executivo. Ocorria, assim, flagrante confusão entre os poderes.

Duas hipóteses complementares e concorrentes podem ser contempladas para se pensar esse atropelo. A substituição do corpo diplomático e a supressão de legações foram realizadas porque se perseguia diplomatas vindos do Império, ou o Legislativo brasileiro se animava por referenciais distintos com atenção maior à América e preocupações relativas a incentivos ao comércio internacional.

Considera-se oportuno aceitar as duas hipóteses transformando-as em uma única. O Congresso pretendia as duas coisas, perseguir diplomatas monarquistas e dar maior atenção à América e ao comércio internacional.

A atenção e a perseguição sugeridas, por certo, variavam de acento. Em alguns momentos, sentia-se mais a uma do que a outra. No caso da atenção dada

³⁴ Cf. p. 39.

ao continente sul-americano, recorrem-se aos exemplos de criação de legações como a da Colômbia e a do Equador, bem como a manutenção da já existente nos Estados Unidos (BUENO, 2002, p. 161-62). Os argumentos utilizados para justificar tanto criação ou permanência se relacionavam aos interesses comerciais e a questões de limites eventuais e/ou pendentes.

No concernente à perseguição de diplomatas oriundos do Império, Oliveira Lima (1937, p. 102-104) comentou o caso do barão de Itajubá. Este era familiarizado com a política européia e dela conhecia bem seus atores e tramas. O barão não se iludia com devaneios e intrigas diplomáticas, além de possuir a virtude da incorruptibilidade³⁵.

Mas, no Brasil dos primeiros anos da República, um homem público que no passado possuía relações cordiais com o Império recebia a peja de sebastianista. O barão não escapou ileso porque Medeiros e Albuquerque, segundo Lima (1937, p. 102), foi o principal responsável por vilipendiar esse diplomata.

Oliveira Lima não poupou Medeiros e Albuquerque. Este foi comparado a uma caricatura ruim de Saint Just, imitando-o na crueldade e incapaz de fazê-lo na conduta reta com a coisa pública. Medeiros e Albuquerque, sedento por poder, traiu todos que julgou necessários para lograr sua ambição. Barbosa Lima, que era governador de Pernambuco, elegeu-o deputado para, logo depois, ser isolado pelo ambicioso.

(...) Elle proprio me disse que, quando elegeu deputado Medeiros e Albuquerque, foi para ter na Camara quem, conhecendo bem suas idéias, as pudesse por elle expressar e advogar. O plano não era máo: má foi a escolha porque o escolhido carecia do requisito essencial da lealdade. Pouco depois estava lisonjeando Rosa e Silva, enfileirado entre aquelles amigos politicos que acompanhavam o governador, promptos porém a desertar-o e a renegar-o logo que o mando passasse a outras mãos (...) (LIMA, 1937, p. 107)

³⁵ Cf. p. 58.

Mas a republicanização da diplomacia brasileira não significou apenas perseguições e vilipêndios a diplomatas oriundos do Império. Ela reorientou as relações internacionais do Brasil para a América. Se esta política resultou de um sentimentalismo republicano, como afirma Clodoaldo Bueno (2002, p. 162), ou representou um conjunto de ideais acalentados por uma tradição concorrente a concepções hegemônicas da Monarquia, entende-se que o ponto central se dá pela mudança de foco da diplomacia brasileira.

No Congresso brasileiro discutia-se, por exemplo, a extinção de representações diplomáticas na Europa. No concernente a América do Sul, criavam-se e mantinham-se legações, mesmo com as críticas de que poucas nações sul-americanas atendiam comercialmente às demandas do Brasil.

Clodoaldo Bueno (2002, p. 162) compreende essas ações como extravagâncias do jacobinismo brasileiro. Talvez o tenham sido, porém, revela-se a oposição de concepções da política nacional que concorreram em uma relação de forças bem distintas a partir do governo de Campos Sales.

Essas forças combatiam, sobretudo, nas representações de fundo dos discursos sobre a extinção de missões diplomáticas na Europa. Os contrários à tese acusavam a política externa republicana de temerária, porque provocaria um auto-isolamento do país em um momento que a sociedade internacional alcançava um importante estágio de evolução. Este embate interferia, também, no Executivo.

A permanência de representantes na pasta de Relações Exteriores brasileira era fluida. Na administração de Deodoro da Fonseca, essa pasta teve como ministros Quintino Bocaiúva e Justo Leite Chermont. O sucessor de Fonseca, Floriano Peixoto, designou sete ministros; Fernando Lobo Leite Pereira, Serzedelo Corrêa, Antônio Francisco de Paula Souza, Felisbello Freire, João Felipe Pereira, Carlos Augusto de Carvalho e Cassiano do Nascimento. O presidente civil Prudente de Moraes nomeou dois, Carlos Augusto de Carvalho e Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira. Na gestão de Campos Sales tem-se continuidade das políticas na pasta, Olinto de Magalhães foi o único a assumir o cargo (BUENO, 2002, p. 163).

Apesar da fluidez sugerida, um tema permanecia constante na pasta de Relações Exteriores da República do Brasil, a ruptura com a política exterior do Império. Procurava-se por um pan-americanismo e, importante, não só com os Estados Unidos. Contemplava-se a aproximação de nações hispano-americanas.

Uma forma de compreender esse fenômeno se assenta no fato de proeminentes figuras da república ser adeptas da americanização brasileira. Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, por exemplo, reivindicaram no Manifesto do Partido Republicano de 1870 o direito de serem americanos porque oriundos do América. Percebe-se, assim, uma outra perspectiva de inserção internacional que gerou debates acalorados na política nacional.

O deputado republicano Aristides Maia se inscrevia nesses debates acalorados ao falar, no Congresso brasileiro, sobre a importância de uma relação de amizade do Brasil com as demais nações da América do Sul, pois, dessa forma, se acabaria com as desconfianças destas últimas com os brasileiros (BUENO, 2002, p. 166). Maia propôs, no Congresso, estreitar-se a amizade dessas nações através de uma Confederação Sul-Americana, a qual defenderia os interesses comerciais de todos os países sul-americanos em uma espécie de guerra comercial contra a Europa. O deputado republicano defendia, ainda, que o Brasil não assinasse tratados com nações do continente europeu e suprimisse legações nesse continente.

A Europa provocava sentimentos ruins, o que, talvez, tenha contribuído para aproximar o Brasil dos Estados Unidos no concernente ao modelo de organização política, pois o primeiro país adotou o presidencialismo e principalmente o federalismo. Reforça-se, entretanto, que a americanização pensada nesse período não se resumia aos norte-americanos. O movimento era maior porque se tratava do ideal de uma fraternidade americana. Salvador de Mendonça (1913, p. 76) aludia ao tema quando informava que:

Quanto á diplomacia, a Republica teve em seu inicio a orientação acertada de Quintino Bocayauva, que aliás não teve tempo de pôr por obra o seu plano bem concertado. Seguiram-se-lhes os aprendizados dirigidos pelo Visconde de Cabo Frio, com excepção apenas da gestão de Carlos de Carvalho, que sabia o que queria e projectava a alliança das tres maiores republicas sul-americanas (...)

As atitudes tomadas por Carlos de Carvalho e Quintino Bocaiúva, nos comentários de Salvador de Mendonça, permitem uma reflexão sobre os esforços da política externa do Brasil no começo da República, bem como suas mudanças quando os vira-casacas assumiram o comando da gamela do orçamento e a chave da política nacional.

Quintino Bocaiúva envolveu-se com o Tratado de Montevideú de 25 de janeiro de 1890, o qual negociou a região de Palmas – Missões com o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Estanisláo Zeballos. O titular das Relações Exteriores da República brasileira antecipou-se ao laudo arbitral que seria dado pelo presidente dos Estados Unidos. Como, segundo Clodoaldo Bueno (2002, p. 167), Bocaiúva atendia sugestão do governo argentino de fazer-se um acordo direto e, nas negociações se dividiu o território litigioso, a opinião pública brasileira repudiou o tratado. O Congresso do Brasil o reprovou, pois a maioria dos parlamentares compreendia que se o território fosse nacional então era despropositado ceder metade dele. Ademais, a metade que se cedia mudaria o mapa brasileiro de forma a se por em risco a unidade nacional.

Quanto ao ministro das Relações Exteriores do governo de Prudente de Moraes, Carlos Augusto de Carvalho afirmava o americanismo da diplomacia brasileira e a applicava na perspectiva de um desejo de fraternidade americano. Carvalho acusava a política externa do Império de *chauvinisme patriotique* dos homens públicos desse regime e, por isso, defendia uma política internacional direcionada às demais nações da América do Sul. Procurou, inclusive, um tratado de comércio com a Argentina por entendê-lo como possibilidade de vincular essas nações.

As pretensões de Carlos de Carvalho, porém, encontravam dificuldades para se concretizar porque Argentina e Brasil eram as nações com maior projeção internacional da América do Sul. Dada a importância dessas nações, surgiam dificuldades de várias ordens, como as relativas a leis alfandegárias.

Ambos os países interessavam-se pela inserção nos mercados entrando em competição. A Argentina, por exemplo, desejava ampliar sua participação no Brasil através, sobretudo, da farinha de trigo. Ela disputava com os Estados Unidos que tinham tratamento tarifário diferenciado no mercado brasileiro, pois a última nação era o principal comprador do café brasileiro. Além do que, ocorria uma disputa de imagens entre os países sul-americanos para seduzir imigrantes oriundos da Europa.

Argentina e Brasil também nutriam desconfianças mútuas. Quando neste último país se discutiu a reequiparação nos mares devido ao perceptível descaso das autoridades com a Marinha de Guerra³⁶, os argentinos se preocuparam com a notícia porque também se armavam contra um possível confronto com o Chile. Esta, a terceira maior república daquela citação de Salvador de Mendonça.

Além do que, nesse intrigado jogo político americano, os Estados Unidos promoviam sua inserção na política mundial com a edificação de um subsistema internacional baseado na ampliação de sua presença comercial na América Latina desde 1898.

A opção estadunidense de ampliar sua participação comercial na América Latina provocava a hegemonia britânica e o principiante imperialismo alemão. No caso da hegemonia britânica, salienta-se que a proximidade de interesses da Argentina com a Inglaterra corroborou para acentuar desconfianças quanto ao Brasil, o qual se movimentava rumo aos Estados Unidos.

Para Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, a política externa brasileira rumava de forma temerária consoante os interesses dos políticos manhosos e

³⁶ Clodoaldo Bueno (2002, p. 168) explica este descaso por dois motivos. O primeiro se relaciona com a emergência da República, a qual foi inaugurada pelo Exército. A Marinha de Guerra, dessa forma, perdeu relevância no novo regime. O segundo motivo se refere à revolta da Armada, quando o poder naval foi sensivelmente reduzido.

monarquistas vira-casacas. Eles nivelavam as relações comerciais e as políticas de modo a simplificar a aproximação com os norte-americanos, os principais compradores do café nacional.

Oliveira Lima e Salvador de Mendonça focaram suas críticas mais contundentes à condução da política externa do Brasil a partir do ano de 1902. Neste ano, o barão do Rio Branco assumiu o comando da pasta das Relações Exteriores e principiou uma política pautada, segundo Clodoaldo Bueno (BUENO, 2002, p. 177) na perseguição de uma supremacia compartilhada no continente sul-americano, na restauração do prestígio internacional do Brasil, na intangibilidade das fronteiras brasileiras, na defesa da agroexportação e na resolução de problemas lindeiros.

3.2 RIO BRANCO E A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA BRASILEIRA.

Uma das acusações de Salvador de Mendonça ao barão do Rio Branco se refere à forma como este inverteu a política exterior do Brasil. Essa política ganhou caráter pessoal, tornando-se contraditória e indecisa.

Salvador de Mendonça fundamentou seu discurso com a afirmação de que, ao falecer, o barão legou uma relação de suspeitas recíprocas com a Argentina. Lauro Muller, que o sucedeu na pasta das Relações Exteriores, precisou dissipar diligentemente essas suspeitas.

No campo das contradições de Rio Branco, Salvador de Mendonça (1913, p. 37) comentava a transferência de um milhão de hectares no Mato Grosso a proprietários estrangeiros e o acordo com um sindicato anglo-americano para resgatar o território do Acre vendido por Aramayo.

Este resgate foi exaustivamente rememorado porque também implicava, para Mendonça (1913, p. 37), mudanças na política externa do Brasil nas relações com os Estados Unidos. Neste caso, ainda, ocorreram afetações na Doutrina de Monroe.

Si estas transferencias de territorio ao estrangeiro são assim tão inocuas, porque foi que o sr. Rio Branco tão apressado resgatou das mãos do sindicato Anglo-Americano o território do Acre, vendido pelo sr. Aramayo a um Baronete Inglez, que foi logo ao Wall Street buscar um corretor que lhe mettesse na directoria um primo do sr. Roosevelt com o duplo fim de cobrir-se com o protecção da famosa doutrina de Monroe e impressionarnos com o seu pessoal de directoria? Pois não bastava “a jurisdição e a soberania” que disputavamos á Bolivia para “dominarmos do alto essas relações juridicas”?

Clodoaldo Bueno (2002, p. 187) afirma, ao contrário de Salvador de Mendonça (1913, p. 37), que o barão do Rio Branco era realista por reconhecer os Estados Unidos como centro de um subsistema de poder. Bueno (2002, p. 187) ainda insiste que o barão também teria méritos ao integrar o Brasil, de forma não passiva, nesse subsistema.

Essa integração contribuiu, inclusive, para negociar problemas de fronteiras na América do Sul dentre os quais o do Acre³⁷. Aliás, Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores³⁸ encontrando esta questão em aberto.

O barão do Rio Branco optou por estratégia distinta de seu antecessor no concernente à questão do Acre. Rio Branco reinterpretou o segundo artigo do

³⁷ A questão diplomática iniciou-se com a viagem clandestina da canhoneira norte-americana Wilmington que se dirigia a Iquitos. Ela aportou na cidade de Belém em 10 de março de 1899, com problemas mecânicos. A canhoneira causou um incidente diplomático que a imprensa do Amazonas e do Pará denominou de imperialismo econômico. Cria-se nos artigos jornalísticos em um acordo do ministro da Bolívia no Brasil, Paravicini, com o cônsul dos Estados Unidos K. K. Kennedy. A suposta crença, de fato, correspondia aos interesses do ministro boliviano no Acre. Paravicini desejava concertar com os Estados Unidos e encaminhava uma proposta ao presidente MacKinley pelo comandante da Wilmington. Na proposta previa-se o auxílio estadunidense na manutenção da soberania boliviana nos territórios do Acre, Purus e Iaco. Comentava-se, igualmente, que os norte-americanos receberiam concessões aduaneiras e territoriais pelo auxílio prestado. O Acre era território boliviano reconhecido pelo governo brasileiro, o qual respeitava o Tratado de Ayacucho de 27 de março de 1867. Mas o Acre vinha sendo ocupado extensiva e ostensivamente por migrantes do nordeste brasileiro. Para reforçar sua autoridade, o governo boliviano criou uma aduana na cidade de Puerto Alonso e arrendou o território para um consórcio que exploraria suas riquezas naturais ao longo de trinta anos. O consórcio denominava-se Bolivian Syndicate e sua presença em uma região de fronteira consistia em riscos para o Brasil. O ministro das Relações Exteriores da época, Olinto de Magalhães, tratava a questão com muita cautela porque a população brasileira no Acre encontrava-se em estado de revolta. Para se evitar maiores constrangimentos, o ministro afastou o Bolivian Syndicate usando como justificativa a Doutrina de Monroe. O grupo possuía capitais europeus, configurando uma exploração colonial típica como as que existiam na África e na Ásia.

³⁸ 3 de dezembro de 1902.

Tratado de Ayacucho, transferindo a linha divisória do território. Dessa forma, o Acre tornava-se oficialmente litigioso.

Como desdobramento da querela, tem-se um acordo assinado a 28 de fevereiro de 1903 pelo qual o governo brasileiro indenizou o Bolivian Syndicate com 114 mil libras (BUENO, 2002, p. 192). Salvador de Mendonça (1913, p. 38), a este propósito, afirmava que Page Bryan, ministro norte-americano no Rio de Janeiro, considerava abusiva a quantia paga pelo governo. Bryan considerava que cinco mil libras seriam suficientes porque comporiam um valor justo.

As negociações referentes ao Acre envolveram o governo boliviano por meio de permuta. O governo brasileiro cedeu três mil e duzentos quilômetros quadrados, mais uma indenização de dois milhões de libra-ouro, em troca de cento e noventa e um mil quilômetros quadrados. Este acordo resultou no Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903. Mas a questão do Acre foi finalizada, apenas, com o Tratado de 8 de setembro de 1909 celebrado com o Peru (BUENO, 2002, p. 193).

No tocante à Doutrina de Monroe, Salvador de Mendonça (1913, p. 230) criticava-a como uma doutrina de defesa continental que assegurava a hegemonia norte-americana em um subsistema internacional. O barão do Rio Branco reconhecia essa hegemonia como legítima, pois concordou com o bloqueio naval anglo-germânico à Venezuela, em 1908.

O referido bloqueio deu-se pela cobrança de dívidas e consumou-se com a anuência do governo norte-americano. A Inglaterra, reconhecendo os Estados Unidos como potência e a Venezuela enquanto área de influência sua, consultou o governo estadunidense. Este se manteve neutro, mas sob protestos de parcela significativa da opinião pública do continente sul-americano.

O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luiz Drago, foi quem melhor representou o estado de espírito dessa opinião pública ao encaminhar nota ao Departamento de Estado norte-americano. Oliveira Lima (1980, p. 21) comentava, a este respeito, que:

(...) O Sr. Drago visou com seu ato, incontestavelmente de estadista que vê mais longe do que as agruras das questões do momento, latinizar o monroísmo, desmanchando-lhe o exclusivismo norte-americano, que o tem caracterizado e dado foros de antipática doutrina protetora; alargando-lhe a significação e o alcance, que apenas vedam as anexações e não cogitam das ocupações temporárias e privação de rendas aduaneiras, que constituem toda a economia de algumas das repúblicas do centro e do sul; dando-lhe, numa palavra, o apoio e a consagração da América Latina e sobretudo da nação, entre as de origem espanhola, que aspira a ser o fanal das demais; ao mesmo tempo mostrando que nem só a grande República tem voz no capítulo, havendo mais quem cante deste lado do Atlântico

O ato do ministro Drago, manifesto na nota encaminhada ao Departamento de Estado norte-americano, constituiu-se em uma tese. Esta se opunha ao uso da força para cobrança de dívida pública e tornou-se conhecida pela alcunha de doutrina Drago.

O barão do Rio Branco, à frente do ministério das Relações Exteriores do Brasil, manteve distância do discurso do argentino e defendeu publicamente os Estados Unidos. O barão informava que o seu país não era mau pagador e a questão da Venezuela implicava caso que não permitia apelo à Doutrina de Monroe.

Para Oliveira Lima (1980, p. 22), as qualidades de Luiz Drago eram singulares quando comparadas a de outros representantes da diplomacia sul-americana, a brasileira inclusive. Drago percebeu que a associação da América Latina com a Doutrina de Monroe era desastrosa para a primeira.

Compreende-se que a posição da chancelaria brasileira corroborava, igualmente, para favorecer os Estados Unidos no seu papel de polícia internacional, bem como sua neutralidade implicava duas questões de fundo.

Primeiro, o bloqueio naval anglo-germânico não significava conquista de território no continente sul-americano e, segundo, constituía uma humilhação para as demais nações americanas. Nenhuma delas possuía recursos para defender a Venezuela das ações dos países europeus envolvidos no caso.

Os Estados Unidos emprestaram, no começo do século XX, novo sentido à Doutrina de Monroe. Sentido que perpassava os interesses de uma nação erigida como potência mundial não-européia na sociedade internacional de então.

Potência que freou a ingerência da Europa na América cobrando dos latino-americanos sua inserção no subsistema internacional de poder liderado por eles. O novo sentido dado àquela Doutrina pressupunha que os estadunidenses poderiam dirigir povos menos competentes. Esta interpretação tornou-se conhecida como corolário Roosevelt. A este respeito, Oliveira Lima (1980, p. 77) comenta que:

Isto chamou o Sr. Roosevelt não deixar fossilizar-se a já octogenária doutrina e adaptá-la às necessidades crescentes deste hemisfério, mas dando às coisas o seu nome, deve isso chamar-se o estabelecimento de uma tutela que pode hoje fazer ressalvas, mas poderá amanhã, no delírio do imperialismo e nas mãos de chefes menos escrupulosos, ameaçar igualmente todas as nações que se desdobram ao sul da grande e expansiva Federação, do Rio Grande do México até o cabo Horn.

A diplomacia brasileira estreitava relações com os Estados Unidos e buscava, também, estabelecer intimidade com os norte-americanos. Este movimento convinha aos dois países.

O Brasil era periferia do sistema capitalista e, de acordo com a divisão internacional do trabalho estabelecida no fim do século XIX, exportava produtos tropicais. Para os Estados Unidos, importava a posição estratégica do primeiro país. Ela favoreceria seus investimentos e concorreria com a Argentina que tinha vínculos estreitos com a Grã-Bretanha. Estes vínculos, segundo Clodoaldo Bueno (2002, p. 178) conduziam a um estranhamento dos estadunidenses.

Uma outra perspectiva para o estreitamento das relações Brasil/Estados Unidos era, para a política externa do período Rio Branco, a possibilidade de compor ações de defesa e de manipulação das relações com as nações vizinhas da América do Sul.

Os Estados Unidos se consolidavam como potência tendo na América Latina sua área de influência. Dessa forma, não convinha opor-se aos propósitos estadunidenses para a América. Acalentava-se, igualmente, a idéia de um sistema continental que estava presente nos discursos e nos interesses brasileiros no plano sub-regional. A este respeito pode-se ler

Dos esforços combinados de Joaquim Nabuco e Rio Branco em favor das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, conheço apenas a celebre moção que á quarta conferencia Internacional Americana de Buenos Aires teve ordem de apresentar em julho de 1910 a Delegação do Brazil, e em que Joaquim Nabuco queria que nós outros Latinos manifestássemos aos Estados Unidos o nosso “reconhecimento” pela doutrina de Monroe e o barão do Rio Branco o nosso “applauso” á dita doutrina. Às objecções da Argentina e do Chile devemos nós outros Latinos do continente Americano não ter sido endossada tal doutrina nem agradecido e aplaudido esse protectorado, offensivo da nossa dignidade de nações soberanas (MENDONÇA, 1913, p. 255).

Oliveira Lima (1980, p. 85) comenta, a este propósito:

Verdade é que, entre os resultados enumerados, alguns se contam inofensivos como a reorganização da Secretaria das Repúblicas Americanas, que volta periodicamente como as sezões, e outros platônicos a adesão ao princípio do arbitramento (...)

Com efeito, um dos resultados da conferência de Washington foi, se bem que lhe faltasse depois a necessária ratificação e assim se anulasse, permanecendo todavia o efeito moral, a conclusão de um tratado de arbitramento “obrigatório” para todas as questões, exceção feita daquelas que, no juízo exclusivo de qualquer das nações interessadas na contenda, pudessem comprometer a sua própria independência. Os que elaboraram esse tratado chamavam-se Manuel Quintana pela República Argentina, e Salvador de Mendonça, pelo Brasil.

A forma como a aproximação era conduzida no período do barão do Rio Branco não passou despercebida a Salvador de Mendonça, Oliveira Lima e a observadores internacionais. A imprensa de Nova York tratava a política externa do Brasil como de defesa da Doutrina de Monroe na América do Sul.

Na América do Sul, o jornal argentino *La Nación* afirmava que o rearmamento naval brasileiro representava uma aproximação com os Estados Unidos de modo a se construir uma hegemonia do Brasil no continente sul-americano sob a tutela estadunidense (BUENO, 2002, p. 183).

As relações do Brasil com os Estados Unidos provocaram fortes indisposições com a Argentina. Esta nação acusava a diplomacia brasileira de ser imperialista porque comungava com os norte-americanos o desejo de partilhar o domínio do continente.

Como a desconfiança argentina fundava-se, principalmente, na reorganização naval do Brasil, Rio Branco propôs a aproximação dos três mais importantes países da América do Sul – Argentina, Brasil e Chile.

A proposta tornou-se conhecida como ABC e derivou em um projeto cordial de inteligência. Este não se concretizou com Rio Branco que o tinha como uma contribuição a Washington no sentido de edificar um condomínio oligárquico de nações.

À guisa de conclusões, a política externa de Rio Branco deu especial atenção aos tratados de limites. A questão do Acre mediou-se por meio de negociações diretas com a Bolívia. Estabeleceram-se fronteiras com a Colômbia pelo tratado de 24 de abril de 1907. Outras fixações se deram com o Peru no tratado de 8 de setembro de 1909. Com o Uruguai teve-se o tratado de 30 de outubro de 1909 e, com a Guiana Holandesa, em 1906.

Ainda sobre a questão de limites, tem-se o tratado com o Equador de 6 de maio de 1904. Neste as fronteiras com o Peru deixaram de ser limítrofe com o Brasil e, conseqüentemente, esse tratado perdeu sua aplicação. Com referência ao Uruguai, o Brasil cedeu no ano de 1909, espontaneamente e sem compensações, o

condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, em nome da concórdia sul-americana (BUENO: 2002; 197).

Observa-se, igualmente, que Oliveira Lima e Salvador de Mendonça não concordavam com a orientação dada pelo barão do Rio Branco à política externa brasileira em relação aos Estados Unidos e à América do Sul. As discordâncias de Lima e Mendonça, quanto à orientação do barão, se fundamentavam nas mudanças de sentido da Doutrina de Monroe. Desses sentidos eles temiam, sobretudo, o corolário Roosevelt.

Os dois brasileiros entendiam que a aproximação com os Estados Unidos, com este na condição de potência mundial não europeia, implicava riscos significativos à soberania brasileira e à das demais nações americanas. Salvador de Mendonça revelava essa preocupação desde 1890 por meio da aprovação do arbitramento obrigatório.

Salvador de Mendonça já cogitava os perigos para o continente americano em se deixar os Estados Unidos sem amarras jurídicas. Estas o impediriam de, enquanto nação hegemônica da América, submeter os demais países aos seus interesses. Para Mendonça, o momento apropriado era o da Primeira Conferência Americana, porque o gigante não possuía, ainda, noção exata da sua força.

Oliveira Lima também discorria no sentido perigoso de se deixar os Estados Unidos livres para defender seus interesses. Lima argumentava que a anuência da diplomacia brasileira ao pan-americanismo do norte contribuía para tornar o continente alvo fácil para os interesses norte-americanos. Neste caso, cabe a observação de uma preocupação de consolidação de laços com a Europa. Tema quase ausente nas representações de Salvador de Mendonça.

Por fim, Oliveira Lima também tinha elogios ao barão do Rio Branco. Lima (1980, p. 17) saudou o discurso do barão na inauguração da Conferência Internacional Americana de 1906, realizada no Rio de Janeiro. Rio Branco, na ocasião, obstou a “enfeudação do Brasil” e afirmou que o país possuía tradições próprias.

Observando as preocupações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, optou-se por investigar-lhes as impressões sobre a formação das nacionalidades brasileira e estadunidense, no sentido de se pensar a construção de uma ordem civil democrática, industrial e liberal. No caso de Lima, a investigação pressupõe a observação do desenvolvimento das Américas espanhola, inglesa e portuguesa.

Considera-se o plano justo, posto que já se perseguiu o itinerário de Lima e Mendonça para investigar os ambientes e círculos de formação das suas representações.

Depois se contemplou suas representações sobre a política externa brasileira, em conformidade com as alterações na Doutrina de Monroe e os avanços da política externa norte-americana. Tratou-se, igualmente, das mudanças nas orientações na República que foram criticadas pelos autores.

4 AMÉRICA IBÉRICA E INGLESA: PERCEPÇÕES DE OLIVEIRA LIMA.

Um traço existe todavia commum ás duas civilizações, o qual tendia a favorecer e realmente favoreceu o andamento da nossa. Era esse traço o do particularismo, cuja influencia se desenha em todos os aspectos da evolução da America, quer iberica, quer saxonica. Onde menos se espera encontra-lo, elle surge a explicar, senão a justificar a marcha dos acontecimentos, a dispor os planos do quadro da cultura (LIMA, Oliveira. *America Latina e America Ingleza: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*, s/d, p. 61).

Oliveira Lima discutia o desenvolvimento da América, enquanto continente, considerando a formação das nacionalidades por um prisma histórico e social. Para Lima, as Américas, as quais compunham o continente, possuíam evolução própria por conta das raças ali desenvolvidas. Mas elas tinham, igualmente, convergências que Oliveira Lima denominou de particularismos. Lima defendeu a idéia de particularismos americanos, também, em universidades estadunidenses. Ele apresentou conferências, ministradas em inglês, na universidade de Stanford³⁹, Berkeley/Califórnia⁴⁰, Lawrence/Kansas⁴¹, Chigaco⁴², Madison/Wisconsin⁴³, An Arbor/Michigan⁴⁴, Cornell/Ithaca⁴⁵, Columbia/Nova York⁴⁶, Vassar/Poughkeepsie⁴⁷, John Hopkins/Baltimore⁴⁸, Yale/New Haven⁴⁹ e Harvard/Cambridge⁵⁰. Oliveira Lima as repetiu, posteriormente, na Escola de Altos Estudos do Rio de Janeiro em setembro e outubro de 1913.

O geólogo e professor norte-americano John Branner organizou essas conferências nos Estados Unidos. Branner era propagandista do Brasil sendo, inclusive, autoridade sobre geologia desse país. Ele esteve na região, pela primeira vez, no ano de 1874 ao acompanhar Hartt e Orville Derby na qualidade de

³⁹ 1, 2, 3, 8, 9 e 10 de outubro de 1912.

⁴⁰ 7 de outubro de 1912.

⁴¹ 15 de outubro de 1912.

⁴² 17 de outubro de 1912.

⁴³ 21 de outubro de 1912.

⁴⁴ 24 de outubro de 1912.

⁴⁵ 28 de outubro de 1912.

⁴⁶ 30 de outubro de 1912.

⁴⁷ 1 de novembro de 1912.

⁴⁸ 4 de novembro de 1912.

⁴⁹ 13 de novembro de 1912.

⁵⁰ 14 de novembro de 1912.

estudante da Universidade de Cornell (LIMA, s/d, p.1). Retornaria com Hartt novamente ao Brasil, no ano de 1883, para estudar fibras vegetais que poderiam ser usadas na confecção de lâmpadas incandescentes e, também, pesquisar insetos prejudiciais à cultura do algodão. Seu encantamento pela nação brasileira era tamanho que escreveu uma gramática da língua portuguesa e publicou artigos de jornal para advogar o aprendizado dessa língua⁵¹.

Entende-se, contudo, que os esforços de John Branner transcendiam o seu conhecimento geológico sobre o Brasil ou sua simpatia por este país; simpatia que, aliás, foi construída por meio de intensa convivência com brasileiros. Branner redigiu artigos de jornais defendendo a aprendizagem e o ensino da língua portuguesa como também trabalhou duro na organização das conferências de Oliveira Lima nas universidades dos Estados Unidos de modo que elas pudessem transcorrer bem. Pensa-se que esse empenho demonstrava a predileção de um grupo político norte-americano pelo Brasil como parceiro comercial e político na América Latina.

O mesmo John Branner defenderia essa predileção no seu discurso na Câmara de comércio portuguesa de São Francisco ao mostrar-se favorável à aproximação desses dois países americanos. O discurso de Branner, transcrito na íntegra por Oliveira Lima, tinha o mesmo conteúdo da fala das elites políticas brasileiras. Para as elites e o estadunidense, o Brasil era portador de uma tradição ordeira e pacífica, a qual teria assegurado sua prosperidade material e tranqüilidade espiritual.

John Branner compreendia, igualmente, que as demais nações sul-americanas desenvolveram-se de forma diferente à experiência política e social brasileira. Essas nações aplicaram suas energias em guerras civis, pré e pós-

⁵¹ Um exemplo foi o artigo Tanto português como hespanhol publicado no jornal Springfield Daily Republican, Massachusetts, de 3 de outubro de 1912. Supõe-se que esse texto tenha sido editado em língua portuguesa, pois Oliveira Lima não menciona tê-lo traduzido ou mesmo cita seu título em língua inglesa. Procurou-se a referência dada por Lima observando-se o dia, o mês e o ano comentados pelo autor. Mas a pesquisa não encontrou a gazeta que deveria conter o artigo de John Branner. Assim sendo, os argumentos de Branner são analisados por meio das interpretações feitas pelo acadêmico e diplomata brasileiro. Para Oliveira Lima, o estadunidense afirmava a importância da língua portuguesa no trato de temas comerciais e políticos na América do Sul defendendo, contudo, a existência de uma herança ibérica de ressentimentos mútuos. Espanhóis e portugueses guardariam, uns pelos outros, sentimentos de desconfianças que se observavam também nos seus descendentes americanos. Não seria de bom tom, portanto, a um estrangeiro conhecedor da língua espanhola se comunicar através dessa língua, com pessoas letradas, no Brasil.

independência, não logrando, como o Brasil, um caminho seguro para a paz. Resulta disso, esse país de origem portuguesa ser o mais extenso como também a nação mais forte da América do Sul. Estaria, outrossim, realizando progressos proporcionais a suas riquezas naturais e ao seu tamanho (BRANNER apud LIMA, s/d, p. 4-5).

O discurso de John Branner não era inocente, pois, ao longo de sua exposição, Branner conclamava a união das Américas como condição de desenvolvimento dos dois continentes. Ele entendia que as raças americanas deveriam unir-se e, na América do Sul, o Brasil orientaria essa união dada sua posição central e dominante. Além do que, cabia à nação brasileira:

(...) um dever especial, um dever nacional e internacional, um dever com relação a si próprio, e um dever com relação aos seus vizinhos e ao mundo civilizado. E esta posição do Brasil na América do Sul me parece muito similar à posição dos Estados Unidos na América do Norte. É claro então que o socego, a paz, a indústria e o progresso da América estão nas mãos dessas duas nações – do Brasil e dos Estados Unidos (BRANNER apud LIMA, s/d, p.5-6).

John Branner fazia um discurso político e, através dele, procurava elevar o Brasil e os Estados Unidos à condição de nações mais importantes na América. No caso dos norte-americanos, essa importância se justificava por sua afirmação enquanto potência mundial não européia. Branner atribuía a esta nação, e também a brasileira, a responsabilidade de unir as Américas. A ação conjunta se daria porque existiam entre os dois países “(...) sentimentos de estima mútua, de confiança e de amizade sem a qual a cooperação não é possível” (BRANNER apud LIMA, s/d, p. 6). Resta saber como considerar o caso daquele país sul-americano, pois ele não era uma potência a exemplo do primeiro e o orador não indica uma concepção que permita observar para além da retórica.

Considera-se, entretanto, que o discurso de John Branner tenha duas representações de fundo para desnudar elementos imersos naquela retórica. Uma representação está relacionada à semelhança de conteúdos da fala de Branner com

a das elites brasileiras a respeito do desenvolvimento político-social do Brasil comparado ao da América hispânica e outra diz respeito aos interesses comerciais dos Estados Unidos na América do Sul. No primeiro caso, Demétrio Magnoli (1997, p. 81) fornece pistas importantes com a noção de um Destino Manifesto luso-brasileiro, a qual se expressava no desejo de grandeza ou desígnio nacional e na vocação expansionista lusitana. Para Magnoli, já se cogitava a transferência da Corte de São Cristóvão para o continente americano com D. João IV em 1661. Esperava-se, com a transferência, estabelecer um projeto de monarquia mundial ao unir os dois lados do Atlântico e, ao mesmo tempo, se construía um novo começo para Portugal longe da política de poder europeia. A mudança de fato ocorreria, se bem que motivada pela resposta inglesa ao Bloqueio Continental⁵² e pelas guerras napoleônicas.

Com a transferência da Corte portuguesa para a América, outra questão, desta feita relacionada à posição estratégica do Brasil para essa Monarquia europeia, ganharia fôlego. As elites políticas lusitanas discutiam a relevância brasileira no campo econômico e político. No começo do século XIX, Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares então chanceler joanino, já defendia um importante papel para o Brasil na reorganização do Império de Portugal, tornando a colônia um destacado entreposto comercial entre a Ásia e a Europa. Coutinho era favorável à mudança de status da colônia americana, pensando-a um Reino Unido a Portugal e Algarves. Para Demétrio Magnoli (1997, p. 83), a idéia defendida pelo conde de Linhares vogou entre os restauradores do Congresso de Viena. Talleyrand, ex-ministro de Napoleão e posterior restauracionista nesse Congresso, havia sugerido a delegação portuguesa chefiada pelo conde de Palmela a elevação do Brasil a condição de Reino Unido de Portugal e Algarves para impedir o avanço republicano na América hispânica.

Existiam setores das elites portuguesas que eram contrários àquela idéia do conde de Linhares, pois eles supunham decorrer da elevação da colônia a Reino Unido conseqüências ruins para a Corte. Uma primeira, e imediata conseqüência, seria ferir o prestígio português em relação às demais Cortes europeias. Além do que, para esses setores, o Brasil não passava de um expediente conjuntural, então

⁵² O Bloqueio Continental representou a proibição francesa, asseverada pelo Decreto de Berlim de 21 de abril de 1806, de acesso aos portos de nações submetidas ao seu Império por parte de navios ingleses. Napoleão procurava, assim, isolar comercial e economicamente a Inglaterra.

útil quando da fuga da família real em fins de 1807. Mas, a idéia de um Destino Manifesto permaneceria corrente, se bem que resignificada, nas representações políticas das elites, como aconteceu ao primeiro imperador brasileiro. Pedro I, a quem coube a tarefa de construir um Estado imperial na América do Sul, manifestou essa representação quando da construção da unidade territorial da ex-colônia portuguesa promovendo processo distinto aos demais países da América do Sul. Ele também respondeu a problemas relacionados à citada unidade tais como: compor com as elites estabelecidas no Brasil, defender interesses brasileiros no cenário internacional e transformar antigos domínios coloniais da Metrópole em uma unidade geopolítica. Neste último caso, em especial, o monarca americano impôs um processo político diferente ao que aconteceu na América hispânica, a qual se fragmentou em diversas repúblicas oligárquicas. No Império do Brasil destruíram-se, com muita violência e nenhuma civilidade, todos os processos separatistas. Esse processo de construção da unidade territorial foi considerado, pelas elites que primeiro escreveram a História nacional e pelas que se formaram a partir desta história, como acertado. Os modelos explicativos, de forte conotação patriótica, contribuíram também para justificar uma pretensa superioridade administrativa e política da América portuguesa sobre a América hispânica. Em última instância, esses modelos compuseram uma espécie de justificativa ideológica⁵³ para a construção da unidade territorial brasileira e a idéia de um Destino Manifesto, agora resignificado como brasileiro, na noção de Império americano.

Como lembra Francisco Iglesias (2000, p. 60-61-62), a historiografia teve seu esforço mais sério, no Brasil, a partir de 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Anteriormente, se encontravam alguns trabalhos esparsos sobre a história do país normalmente feitos por estrangeiros e, no geral, voltados para uma narrativa regional. Com o IHGB, a vida intelectual brasileira inicia uma nova fase com traços marcadamente nativistas, como no trabalho do cônego Januário de Cunha Matos intitulado História da América Portuguesa. Associado ao nativismo do Instituto encontra-se, ainda, o cuidado com a documentação e o gosto pela pesquisa. Nesse ambiente descrito por Iglesias, a política era tratada de forma

⁵³ Reconhece-se a forte carga semântica deste termo, inclusive as pejorativas, mas optou-se por ele para significar um conjunto de idéias pré-concebidas, de trânsito livre em uma dada cultura e, por isso mesmo, tida como opiniões aceitas sem questionamento. No caso, as elites políticas brasileiras reconhecerem seu processo de construção nacional como superior, pois civilizado, quando comparado ao da América hispânica ou, ainda, o acento na grandeza do Império do Brasil, o qual teria assegurado paz e segurança a nação e que a República viria a manter quando superada sua fase revolucionária.

superficial até porque se limitava ao culto dos grandes vultos do Estado imperial tido como modelo ideal. Mesmo na obra do alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, que ganhou o prêmio dado pelo IHGB a melhor monografia sobre como se escrever a história do Brasil, o tratamento dispensado a vida pública e aos políticos era também epidérmico favorecendo, pelo silêncio, aquela construção da unidade territorial. Martius insistiu no discurso sobre o papel desempenhado pelo índio, o negro e o português no desenvolvimento da nacionalidade brasileira.

O modelo de Karl Philipp von Martius influenciou a historiografia posterior como a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, por exemplo. Além dos trabalhos deste visconde, outras pesquisas sobre a história do Brasil foram desenvolvidas de forma próxima a de Martius, como os estudos de Oliveira Lima sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira. Reforça-se que Lima pertenceu à elite política que conviveu com John Branner e, talvez por esse pertencimento, ele tenha refletido as diferenças de formação de nacionalidades na América através daquela noção de superioridade do Brasil sobre as nações oriundas da colonização espanhola⁵⁴. Por isso, optou-se por mostrar duas falas de Oliveira Lima recolhidas de textos diferentes. Na primeira, observa-se citação do livro *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, no qual o autor discorre sobre as raças que formariam o povo brasileiro em um acontecimento do período colonial: a expulsão dos holandeses. Vale ressaltar, contudo, que Martius entendia ser necessário, ao historiador, o exercício de compreensão das raças que formariam a brasileira, em especial a indígena. Lima procura seguir o conselho daquele autor, afirmando que:

⁵⁴ Oliveira Lima foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, no qual planejou a Academia de Altos Estudos. A Academia era um órgão do IHGB existindo entre o ano de 1916 ao ano de 1920. Para Francisco Iglesias (2000, p. 64-65), esse órgão foi uma espécie de faculdade de filosofia, ciências e letras com o predomínio do conhecimento histórico. A Academia de Altos Estudos ofereceu cursos proferidos por Alberto Rangel, Aurelino Leal, Basílio de Magalhães e Viveiros de Castro, por exemplo.

Quando, após a vitória definitiva, os representantes das quatro classes da população, o rico mercador Fernandes Vieira, emigrado ainda jovem da ilha da Madeira, o mestre-de-campo Vidal de Negreiros, originário da Paraíba, o cacique índio Camarão, e o capitão do regimento dos negros Henrique Dias – foram condecorados e enobrecidos, a metrópole reconheceu tacitamente tudo que lhes devia, a todos e a cada um em particular, pela conservação do império americano. Reconhecia os elementos de que se havia de compor no futuro o povo da grande nação, que Portugal havia formado, e que se mostrava capaz de defender-se, antes de se mostrar na altura de se bastar (1997, p. 90).

No plano político, Oliveira Lima não esconde a violência do Império do Brasil contra os movimentos separatistas. Lima comenta os processos revolucionários, para ele de impressões detestáveis, na Bahia e na capital de Pernambuco. Na primeira província deu-se a união da Câmara Municipal para protestar contra atos do imperador Pedro I, os quais feriam preceitos liberais caros à época. Os revoltos da Bahia exigiam do imperador a liberdade de deputados deportados e presos. Em Pernambuco, porém, a situação tomou proporções mais sérias e resultou na morte de Frei Caneca, um frade carmelita, então importante panfletário da revolução de acordo com Oliveira Lima. Lima, contudo, sublima essa violência ao afirmar, n'Ó Império Brasileiro (1822-1889), que:

A instituição parlamentar tonificou, porém, a atmosfera social nos anos imediatos de 1828, 29 e 30, estimulando a rivalidade entre o executivo, sustentado pelo soberano, e o legislativo, sustentado pelo eleitorado, e determinando a progressiva separação dos poderes que, juntos, formavam a soberania nacional, mas com esferas de atividades diversas. A Coroa entrou a ser mais ameaçada pelos seus possíveis excessos de autoridade e repúdios da vontade popular do que por *quaisquer* conluios locais, com revolucionários de fora em prol da integridade republicana do continente. Theóphilo Ottoni foi um dos que sacrificaram seu ideal democrático a dois temores: o temor da anarquia demagógica e o temor do despotismo militar, entre um e outro baixio soçobrando a América espanhola. Não renunciavam eles às suas crenças políticas, mas num espírito de oportunismo, falavam de republicanizar a Constituição imperial, conservando muito embora a forma de governo. O Brasil converter-se-ia naquilo em que de fato veio a transformar-se – uma democracia coroada (1986, p. 18).

Pensa-se que a correspondência de idéias e representações de John Branner com as das elites políticas do Brasil, com as quais o primeiro conviveu, sejam reveladas pela noção de superioridade brasileira sobre as demais nações da América hispânica. Idéias e representações construídas por meio da confecção da unidade territorial do país e da história patriótica que se seguiu a partir dessa confecção. Mas, contudo, Branner apresenta uma outra representação para a conveniência de uma desejada composição dos brasileiros com os norte-americanos no sentido de unir o continente americano. Pretensões que deram vazão as conferências de Oliveira Lima nos Estados Unidos e que se relacionam aos interesses comerciais destes naquele continente então explorado, em grande medida, pelos ingleses como assevera Oliveira Lima ao comentar a participação indireta de George Canning na Doutrina de Monroe. Nesse sentido, Lima afirma n' O Reconhecimento do Imperio:

A doutrina de Monroe acabava de dar, na expressão de Canning, o *coup de grâce* ao Congresso de que cogitavam as potencias continentaes para regular aquella questão⁵⁵. Ora não convinha por algum modo á Inglaterra deixar tomar-se a dianteira pelo Governo de Washington, o qual, mediante a famosa declaração presidencial e o connexo reconhecimento das novas nações latino-americanas⁵⁶, andava grangeando influencia e popularidade no Novo Mundo(...) (s/d, p. 45-46).

⁵⁵ Oliveira Lima refere-se aos esforços da diplomacia inglesa junto ao governo de Fernando VII, da Espanha, para mediar às independências da América hispânica. Lima recorda que esses esforços foram malogrados, pois os espanhóis se sentiram ofendidos com a proposta de mediação da Inglaterra. Os primeiros se diziam feridos na sua dignidade e na sua soberania pelos últimos.

⁵⁶ Segundo Héctor Bruit (2002, p. 1), a idéia de América Latina está vinculada a uma consciência cultural do continente americano que não existia no século XIX, sendo rara sua expressão por intelectuais desse século. Eles preferiam o termo América Ibérica dentre outros. A idéia de América Latina e também seu nome se popularizaram após a Segunda Guerra Mundial, marginalizando populações indígenas e negras porque relacionado a tradições culturais estranhas a essas populações. Bruit (2002, p. 7) menciona que alguns intelectuais do século XIX usaram a palavra América Latina sem, contudo, expressar conteúdos de fundo. Exceção feita ao diplomata peruano Francisco Garcia-Calderon que teria sido, talvez, o primeiro intelectual americano a dar um significado de latinidade a essa idéia. Garcia-Calderon entendia a latinidade do continente como resultado do catolicismo, da legislação romana e da cultura francesa. Conforme Héctor Bruit, a lei romana cimentou a legislação espanhola a partir de Alfonso X, o Sábio, com as Partidas. O catolicismo estava indissolúvelmente unido à autoridade romana na pessoa do Rei, pois, na Espanha e na América, o Príncipe era, igualmente, o pastor da Igreja. Essas duas categorias, o catolicismo e a legislação romana, latinizariam a América porque contribuiriam na aprendizagem e no respeito às leis e a disciplina na vida religiosa e na vida civil. As idéias francesas surgem para preparar, primeiro a revolução, em seguida governariam os americanos da independência até os dias atuais. Vale citar que Oliveira Lima cita profusamente esse diplomata peruano quando analisa as diferenças entre as Américas.

E,

É curioso que Canning tivesse indirectamente sido o maior causador da doutrina de Monroe. Havendo proposto ao ministro americano Rush uma acção conjuncta dos Estados Unidos e da Inglaterra na questão da America Latina, dirigida contra a politica reaccionaria da Europa continental, obtivera como resposta achar-se o ministro sem poderes especiaes para acceitar tão imprevisto alvitre, não duvidando comtudo assumir tamanha responsabilidade si a Grã Bretanha quizesse começar por proceder ao reconhecimento politico dos novos paizes hispano americanos (s/d, p. 45-46).

Por meio da alusão de Oliveira Lima percebe-se que a proposta de cooperação, presente no discurso de John Branner, revelava interesses estadunidenses no sentido de limitar a influência européia, sobretudo a inglesa, na América Latina. Robert Freeman Smith (2002, p. 615) também comenta as relações dos norte-americanos com as demais nações da América do Sul, indicando que os Estados Unidos perdiam espaços comerciais consideráveis entre as nações latino-americanas.

Smith (2002, p. 615) revela que a relação comercial da América Latina com os Estados Unidos, no ano de 1880, portanto nas últimas décadas do século XIX, não era nada favorável ao último. Os estadunidenses importavam 176 milhões de dólares dos latino-americanos e exportavam somente 58 milhões para estes. Na busca de um sistema americano que pudesse reverter esses índices e isolar os europeus, o Brasil apresentava-se como parceiro importante no continente.

Dentro desse contexto, as conferências de Oliveira Lima fornecem indícios importantes para reflexão. Pode-se imaginar que existia, da parte dos estadunidenses, o desejo de conhecer a nação brasileira sob prismas de ordem cultural, histórico, político e social. Lima, contudo, forneceu representações mais abrangentes sobre as Américas, no sentido de se perceber seu desenvolvimento desigual.

Dessa forma, procurar-se-á compreender as representações de Oliveira Lima a respeito desse desenvolvimento desigual por meio da idéia de particularidades

americanas e raças da América, de modo a contemplar a categoria nacionalidade denominada, por Lima, de civilização.

4.1 O PARTICULARISMO AMERICANO: CAUDILHISMO, ESCRAVIDÃO E PACTO FEDERATIVO.

O desenvolvimento das Américas ibéricas e saxônica guardavam, de acordo com Oliveira Lima (s/d, p. 61-62), particularismos ou instituições contemporâneas e similares. Tem-se a escravidão como instituição ou particularismo. Ela foi comum a todas as colônias americanas. No Brasil, especialmente, ela se manteve apesar da centralização do poder através da Monarquia. Antes de se consolidar esta centralização, entretanto, tem-se como um outro particularismo, pelo menos com maior acento na América do Sul, a corrupção de pessoas do exército para atender a interesses e paixões individuais que ameaçavam decompor a sociedade porque animava todo tipo de discórdias entre facções rivais, as quais derramavam sangue de nacionais (LIMA, 1986, p. 84). Na história brasileira, em particular, esse período correspondeu, para Lima, à Regência.

Outro aspecto que contribuiria com esse particularismo, no Brasil, relaciona-se às diferentes condições econômicas de suas províncias. Elas se dividiam entre as que mais precisavam e as que podiam abandonar a instituição do trabalho servil sem ônus. Destas, Amazônia e Ceará servem de exemplo. Ambas as províncias possuíam poucos escravos e libertá-los era tarefa menos árdua. Pernambuco e São Paulo, entretanto, se aferravam à escravidão em função do número de cativos. Algo parecido com os Estados Unidos, onde o elemento servil também dividiu a nação em terras de trabalhadores livres e de escravos. As diferenças se davam quanto as formas e condições de solução do problema que, na nação brasileira foram, segundo Oliveira Lima, resolvidas por via parlamentar e dentro de um ambiente pacífico.

Esse particularismo, no Brasil, provocou, como indicado, uma divisão entre províncias. A divisão das províncias com escravos e as livres do trabalho servil também possibilitou um tipo de ordenação da nação brasileira, a qual se deu por meio de localidades distintas quanto ao modelo de trabalho. Para Oliveira Lima,

uma das conseqüências desse ordenamento foi a realização da idéia de federalismo. Este foi comum a todas as nações da América e não só aos Estados Unidos, então tidos por muitos como o país onde essa idéia e também a sua prática de fato existiram.

Oliveira Lima admitia que o federalismo tivesse entre os norte-americanos seu exemplo triunfante. Mas no Brasil, o federalismo, por exemplo, não significou apenas uma cópia republicana do modelo estadunidense (LIMA, s/d, p. 63). Ele possuía uma tradição própria, a qual lhe dava um conteúdo que Lima denominaria de espírito colonial (1986, p. 85). Este espírito se manifestou nos movimentos nativistas de forma a dispersar a atenção do povo da idéia de uma grande pátria ou de compreender o país como um todo de língua e tradições comuns. O povo o percebia, como no período colonial, enquanto municipalidades e sentia-se preso ao que o autor denominava de pequena pátria ou região em que havia nascido e se criado.

Os brasileiros, segundo Oliveira Lima, aceitaram e se adaptaram ao federalismo a partir de 1822. Neste ano se construía o único Império americano que, para Lima, consolidou a unidade nacional brasileira de forma distinta e, de acordo com ele, superior aos esforços dos vizinhos hispano-americanos. O autor afirmava, igualmente, que a própria Constituição imperial de 1825 resguardava o federalismo. Este último, contudo, seria mais perceptível com a Regência quando, através do ato adicional de 1834, descentraliza-se o poder do Estado. Atitude de conseqüências dissolventes para a nação, pois colocaria em risco aquela unidade por meio de revoluções. Mas, segundo Oliveira Lima (1986, p. 86), as distorções seriam corrigidas com a situação conservadora de 1841, na qual:

(...) Os liberais tinham no ano anterior feito a maioria e o país, fatigado de revoluções e tomado de incerteza quanto ao futuro, estava com eles de coração, mas ainda mais o estaria com os conservadores que não tardaram a ocupar o poder onde prosseguiriam a obra de reação, já restabelecendo a 23 de novembro de 1841 o Conselho de Estado, suprimido pelo Ato Adicional, já retirando às assembléias provinciais (decreto de 18 de setembro de 1841) o direito de designarem os vice-presidentes respectivos, já revogando leis provinciais por contrárias à Constituição, acusação imerecida, de fato reduzindo (pela lei de 3 de dezembro foi reformado o código de processo criminal) a quase federação de 1834 a uma muito moderada descentralização.

Oliveira Lima tentava mostrar, através de sua fala, que o federalismo no Brasil teve existência anterior à República instalada no ano de 1889. A existência do federalismo tinha uma história com adaptações, conquistas, insucessos e triunfos. Ora ele possuiu maior acento e, depois, fôra reduzido para proporções menores. Mas, entretanto, nunca desapareceu da vida brasileira. O federalismo, em toda a América do Sul, seria também uma herança ibérica posto se relacionar com o transporte de instituições da Península Ibérica para a América Latina que era, a esse tempo, um novo cenário para novos elementos.

A América Latina como um todo comungaria desse particularismo, o qual diferenciava esse continente do europeu. Para Oliveira Lima, a citada diferença se relacionava à política de nacionalidades que, no Velho Mundo, favoreceria a prática de grupamento como se verificava pelos exemplos que iam de Napoleão a Bismarck. No Novo Mundo, Simón Bolívar não logrou reunir porções homogêneas de um mesmo império. Lima (s/d, p. 64) lembrava que Bolívar viu-se obrigado a separar a Audiência de Charcas elevando-a a nação batizada com seu nome. Como contraponto ao discurso de Oliveira Lima, merece registro a opinião de Eric Hobsbawm (2000, p. 126) acerca das nacionalidades na Europa. Hobsbawm não percebe aquela prática de grupamento, antes concebe uma afirmação de nacionalidades rivais em um ambiente onde se procurava o direito de ser um Estado independente. Ocorriam, igualmente, outros fenômenos que poderiam parecer, em um primeiro momento, um simples processo de grupamento como asseverado por Lima. Como lembra Eric Hobsbawm, a Alemanha e a Itália se

unificaram sob os reinos da Prússia e da Savóia respectivamente. A Hungria alcançou um governo doméstico pelo Compromisso de 1867 e o Estado romeno foi resultado da fusão de dois principados danubianos.

Quanto a América Latina, Oliveira Lima entende que Simón Bolívar não conseguiu manter unidas as parcelas homogêneas de um mesmo vice-reinado, o de Nova Granada. Após a independência da América espanhola, segundo Malcolm Deas (2004, p. 505), criou-se uma unidade política que reuniu a audiência de Quito, a capitania-geral da Venezuela e o vice-reino de Nova Granada. Essa unidade, denominada de República da Gran Colombia, foi dissolvida. Lima entende essa dissolução como sendo prova da incapacidade de Bolívar no sentido de preservar Quito unida à Grande Colômbia que, posteriormente, se fragmentaria na Nova Granada e na Venezuela. Oliveira Lima também afirmaria que a citada dissolução manifestava um federalismo em fase de gestação, o qual seria, igualmente, um particularismo americano. Deas tem outra compreensão. Aquela república era um ente transitório que cumpriu sua finalidade antes mesmo da morte de Simón Bolívar, pois as distâncias das províncias para o governo localizado em Bogotá eram enormes e não havia vínculos econômicos fortes dessas províncias entre si. Nos Estados Unidos, igualmente, dava-se guerra cruenta para separar os estados do Norte e do Sul comprometendo-se a União. Enquanto que, na Europa, se travava guerras para construir unidades como a da Alemanha e da Itália. Bem verdade que o caso alemão era ímpar, posto que o feudalismo germânico ainda existisse quando Oliveira Lima pensava a América. Além do que:

(...) Na América Latina vemos ter sido o movimento centrífugo igualmente inicial, pois que todo o genio de Bolívar o não pode contrariar nas ex-colônias hespanholas. Haveria mister a fundação de um throno – como aconteceu no Brazil – para manter-lhe ou antes crear-lhe a soberba unidade que circunstancias de lingua, de religião, de costumes e de sentimentos bem favoreciam, comquanto a embaraçassem circunstancias não menos fortes de historia, de geografia e de imaginação política (LIMA, s/d, p. 65).

O gênio de Bolívar assemelhava-se aos anseios dos federalistas norte-americanos. Eles desejavam diluir a autonomia das partes pela autoridade do todo,

sobrelevando-se os interesses coletivos sobre os individuais. Revela-o a demarcação territorial na América espanhola, a qual se deu através do princípio do *uti possidetis juris*.

Esse foi o caso da desavença de limites entre Argentina e Chile, arbitrada pelo rei da Inglaterra. Da contenda entre Argentina e Paraguai, decidida pelo presidente norte-americano Chester Alan Arthur Hayes. Da disputa entre Bolívia e Peru pelos territórios do Acre, adquiridos pelo Brasil, e decidida pelo presidente argentino. Outras como da Colômbia e Venezuela arbitrada pela rainha regente da Espanha.

Outra característica do aludido gênio de Simón Bolívar foi a superação do militarismo. Bolívar apelou ao princípio regulador entre as nações, o qual residia no arbitramento. O historiador equatoriano Jorge Nuñez (s/d, p. 1), na sua biografia sobre Bolívar, comenta que o biografado, no tocante ao gênio, foi também vivaz tendo decidido a vitória, através do seu ímpeto pessoal, da única batalha travada no território do atual Equador. Entende-se que Simón Bolívar teria contribuído, por meio do seu ímpeto, na diplomacia ou na guerra, com a consolidação da independência e das Repúblicas na América hispânica. Dessa forma, os discursos de Jorge Nuñez e de Oliveira Lima enfocam prismas diversos de um mesmo objeto e coincidem naquela virtude relacionada ao ímpeto.

Simón Bolívar teve, ainda, o mérito de retirar as nações hispano-americanas da esfera estreita do patriotismo, bairrismo para Oliveira Lima, elevando as relações dos países da América espanhola para o nível superior da harmonia internacional e na busca de um projeto de alianças continentais. Contudo, o espírito desse

personagem era autocrático⁵⁷ e inspirou, no organismo político dessa América, seu imperialismo disfarçado de unidade de raças (LIMA, s/d, p. 65).

Simón Bolívar, assim, contrariava antecipadamente a Doutrina de Monroe no tocante à preocupação com a afirmação e a segurança das independências latino-americanas. Estas transformaram as ex-colônias espanholas em Repúblicas ainda frágeis e imbuídas de princípio federativo. Aliás, todas as ex-colônias americanas reconheciam esse princípio que, consoante Oliveira Lima (s/d, p. 67), representava o traço fundamental da política americana. Uma política que tinha suas bases nas metrópoles ibéricas.

A política americana possuía antecedentes na tradição de governo local dessas metrópoles. A Coroa portuguesa, por exemplo, reviveu no Brasil o sistema feudal. A Coroa distribuiu, na primeira metade do século XVI, vastas capitâneas para fidalgos da Corte e personagens de consideração. Ao monarca reservavam-se os direitos suseranos, a saber: aplicação suprema da justiça e a cobrança de certos tributos (LIMA, s/d, p. 69-70).

Houve um esboço de centralização no Brasil quando da união das Coroas espanhola e portuguesa. Uma centralização ilusória (LIMA, s/d, p. 70). A Espanha até se afeiçoava a essa prática, pois retirou as atribuições judiciárias dos chefes locais ou governadores da colônia portuguesa na América.

⁵⁷ Quanto a este assunto, Luis Perú de Lacroix, oficial francês que serviu como coronel no Estado Maior do exército de Simón Bolívar o Libertador, apresentou um retrato de seu comandante, constante do Diário de Bucaramanga, e no qual se lê: "El Libertador es enérgico, sus resoluciones férreas, y sabe sostenerlas; sus ideas jamás comunes: siempre grandes, elevadas y originales. Sus modales afables, con el buen tono de los europeos de la alta sociedad. Practica la sencillez y modestia republicanas, pero tiene el orgullo de un alma noble y elevada, la dignidad de su rango y el amor propio que da el mérito y conduce al hombre a las grandes acciones. La gloria es su ambición, sus laureles haber libertado diez millones de hombres y haber fundado tres repúblicas. Su genio es emprendedor, y une a esta calidad la actividad, la viveza, infinitos recursos em las ideas y la constancia necesaria para la realización de sus proyectos. Es superior a las desgracias, al infortunio y a los reveses; su filosofía lo consuela y su espíritu le suministra medios para repararlos; sabe aprovecharse y valerse de ellos, cualesquiera que sean; su política no perdona ninguno, pero, como conoce a fondo el corazón humano, sabe dar o negar su estimación... Es susceptible de mucho entusiasmo. Grande y constantemente generoso, su desinterés es igual a su generosidad. Le gusta la discusión; domina en ella por la superioridad de su espíritu, pero se muestra algunas veces demasiado absoluto, y no es siempre bastante tolerante con lo que le contradicen. Desprecia la vil lisonja y los bajos aduladores; la crítica de sus hechos lo afecta; la calumnia lo irrita vivamente, y nadie es más amante de su reputación que el Libertador. Pero su corazón es mejor que su cabeza. La ira nunca es en él duradera; cuando ésta se manifiesta, se apodera de la cabeza y nunca del corazón, y luego vuelve éste a tomar su imperio y destruye al instante el mal que la otra pudo hacer" (apud NUÑEZ, s/d, p. 2).

A partir de 1580, inclusive, quase não existiam mais donatários. Mas a reintegração da autoridade portuguesa e sua posterior recuperação dos domínios americanos reorientaram a organização brasileira.

As capitânicas retornaram à condição de unidades administrativas sujeitas diretamente à metrópole. Cada unidade administrativa tinha vida própria e se tornava mais independente de suas vizinhas. Esta prática foi recorrente em Portugal, onde a divisão administrativa citada unificou a nação:

(...) Suas provincias eram meras divisões administrativas, apenas diferenciadas no pittoresco dos trajes regionais. Este resultado seguira-se logo á conquista do paiz aos mouros e á sobreposição da realeza, apoiada nas comunas, á nobreza territorial que noutras terras tanto embaraçou a obra da unificação nacional (LIMA, s/d, p. 71).

A unificação espanhola deu-se por processos distintos da portuguesa. Oliveira Lima (s/d, p. 72) a entendia pelo enlace das dinastias aragonesa e castelhana. Enlace que integrou territorialmente a Espanha de forma precária e tardia. As instituições mantiveram-se peculiares e observavam-se nos habitantes diferenças de caráter e civilização.

Os espanhóis, pela sua tradição, transplantaram para a América um sistema de esferas de governo. Suas possessões tinham vice-reinados com capitânicas gravitando ao seu redor. Tentou-se a mesma experiência no Brasil, quando da união ibérica. Dividiu-se a América portuguesa em dois e até três estados. Tendência centralizadora que ia de encontro com as intenções de Lisboa.

Para Oliveira Lima (s/d, p. 74-75), as tradições ibéricas transplantadas para o novo mundo deram à América hispano-portuguesa uma missão conspícua na história da humanidade. Neste sentido, a Espanha foi mais conseqüente:

(...) com a sua orientação constitucional do que Portugal, porquanto, ao mesmo tempo que recortava o seu imenso imperio colonial em diversos grupos administrativos separados e isolados, deixava cultivar-se com maior carinho a semente das franquias municipaes, as quaes eram occasionalmente tomadas de assalto nas possessões portuguezas, particularmente no Brazil.

Essa missão conspícua pertencia às Américas espanhola, inglesa e portuguesa. Elas representavam a união federativa. Nos Estados Unidos, a missão dessa união foi obra dos primeiros homens de Estado. Na cidade de Caracas, ela foi proposta a outras cidades colombianas⁵⁸ e proclamou-se autonomia municipal em 1810, um ano antes da independência da Venezuela.

Indicava-se, assim, a união federativa como meio de obstar a política expansionista de Napoleão, no sentido de uma grande confederação americana. A solução foi reiterada, em 1809, pelos cabildos de Buenos Aires e Caracas. Lembra-se, igualmente, que a aplicação daquela política na Península Ibérica foi o ponto de partida da organização das nacionalidades neo-espanholas na América (LIMA, s/d, p. 76).

Contudo, o último vestígio do sistema espanhol de agrupamento deu-se com o projeto do conde de Aranda. O conde previa que Cuba, Porto Rico e uma posição da América do Sul, a ser determinada, dependeria imediatamente da Coroa espanhola. Do resto das Índias Ocidentais resultariam grandes reinos, como Nova Espanha – México, Peru e Terra Firme – Nova Granada. Oliveira Lima (s/d, p. 77) comenta o projeto do conde bem como aprecia um plano semelhante destinado aos Estados Unidos pelo ministro inglês Pitt. Lima expõem que:

⁵⁸ Entende-se que Oliveira Lima usa de forma inconveniente o termo colombianas, pois seria melhor identificar essas cidades como neo-granadinas. O nome Colômbia, proposto por Francisco de Miranda, só se institucionalizou em 1817.

(...) os quaes seriam dados em investidura a infantes de Hespanha, conservando todos o Rei como imperador ou soberano e devendo-se sómente consociar de futuro com princezas hespanholas.

Plano analogo a este acariciou o primeiro Pitt, que em 1762 comprehendeu perfeitamente, pela vossa recusa de juntar vossos esforços aos da corôa inglesa na guerra contra a França, que não tardaria a hora da emancipação das colonias britannicas da America. Para impedir uma separação completa, concebeu o notavel ministro o projecto de uma confederação ligando-se atravez do Oceano. Formaria o Canadá, então conquistado, o apanagio de principe inglez como monarchia independente, e nas demais possessões britannicas se organizariam outros reinos, porções da liga anglo-americana.

No tocante aos Estados Unidos independentes, Oliveira Lima (s/d, p. 78) afirma sua reticência para com os agitadores pró-independência na América Latina⁵⁹. Jefferson, ministro na França em 1787, desanimou o brasileiro Maia. Este pedia apoio para a libertação do Brasil.

Monroe, Secretário de Estado em 1812, defendia a neutralidade na contenda hispano-americana em que Napoleão tomava parte. Ainda assim, os Estados Unidos serviram de exemplo para as novas nacionalidades que se formavam na América. A predileção pelo modelo estadunidense dava-se por ele ser, à época, o único tipo de governo autônomo da América aceitável, segundo Oliveira Lima. Existia um outro exemplo de autonomia, o do Haiti. Este, contudo, era tido, pelas elites que conduziam as independências hispano-americanas, como a pior alternativa que deveria ser evitado a todo custo. Dessa forma, era natural que os demais países pretendessem imitar os norte-americanos. Mas existiam, ainda assim, aqueles que preferiam a monarquia.

Oliveira Lima (s/d, p. 80) revelava que os congressistas de Tucumàn e revolucionários de Buenos Aires compreendiam, porém, ser:

⁵⁹ Indica-se, nesta fala de Oliveira Lima, um anacronismo. O termo América Latina, como proposto por Lima, não é conseqüente posto não existir uma concepção e um sentimento de latinidade que pudesse fornecer sentido aos “agitadores da independência”.

(...) a solução monarchica a mais adequada para livrar o seu paiz da indisciplina das paixões e dos horrores da guerra civil. Se um Infante da Hespanha, se a propria dona Carlota Joaquina, irmã mais velha de Fernando VII, casada com o Principe Regente de Portugal e então residente no Rio de Janeiro, tivesse desembarcado no Prata, era certa sua aclamação delirante.

Até a Venezuela, importante foco hispano-americano de irradiação do sentimento de independência, se ressentia de não ter uma cabeça para coroar, como atesta a proposta feita em carta a Simón Bolívar em 1826, quando este se encontrava no Peru, redigida pelo general venezuelano José Antonio Paez. Nesse ambiente, a Inglaterra, aliada à Espanha contra a França, não pôde apoiar oficialmente a causa da independência da América Espanhola, mas não reprimiu os interesses dos patriotas que transitaram por seus domínios procurando asilo, contatos, empréstimos, etc. O governo britânico mediou as relações entre Brasil e Portugal.

A independência da América do Sul representou suporte para a Inglaterra. A Europa fora pacificada com a derrota de Napoleão e a Santa Aliança criou sentimentos de antipatia ao liberalismo britânico, de modo que os ingleses necessitavam de novos lugares para desenvolver sua economia.

Vale lembrar que os Estados Unidos, apesar de uma forte corrente de opinião favorável, também não apoiaram oficialmente os insurgentes. Por outro lado, tendo sido forçados a uma dura guerra contra a Inglaterra, não poderiam concorrer com esta no atendimento às novas nações nos campos diplomático e financeiro.

No campo diplomático, importava à Inglaterra prejudicar o império colonial francês na América. Prejuízos que de fato ocorreram com as perdas do Canadá, da Índia, do Haiti e da Luisiana a partir da guerra dos 7 anos. Aos ingleses importava, igualmente, enfraquecer o poderio naval da França no Atlântico e no Pacífico.

A França, bem como a Espanha, contribuíram de forma decisiva, fornecendo tropas e recursos bem como a Espanha, para a independência dos Estados Unidos. A influência britânica, porém, foi mais acentuada na hispano-américa. Oliveira Lima (s/d, p. 84-85) a compreendia por meio de dois vetores, o econômico e o político:

(...) político, no tocante á eventualidade franceza; á qual se oppunha obstaculo por antecipação, na previsão de acontecimentos que se poderiam dar; economico no tocante á realidade hespanhola, pensando-se converter em commercio licito com os novos Estados o contrabando de ha longo tempo exercido em detrimento da antiga metropole.

As independências na América do Sul, outrossim, criaram dois pares de tendências. Oliveira Lima (s/d, p. 86) as denominou de autocrática/democrática e monárquica/republicana. Elas se combinaram no México, onde se proclamou Imperador o próprio rei da Espanha e na ausência de um infante logrou surgir a monarquia militar de Iturbide. Apresentaram-se também no exemplo de José de San Martín que, ao libertar o Chile, subiu até o Peru para expulsar a metrópole de seu principal reduto sul-americano.

Após expulsão mencionada seguiu-se a vitória de Carabobo⁶⁰, a qual permitiu a Cochrane e San Martín a conquista do Peru. Neste local, os realistas substituíram o vice-rei Pezuela por La Serna.

A reação de Fernando VII aos acontecimentos foi infeliz. Ele apelou para as potências da Santa Aliança e, assim, beneficiou Chateaubriand. Este obteve em Verona o direito de intervenção, retomando por conta própria o plano das monarquias hispano-americanas. Simón Bolívar até cogitava a solução monárquica, mas não admitia príncipes espanhóis (LIMA, s/d, p. 88).

No que concerne à solução monárquica, José de San Martín e Simón Bolívar não se entendiam quanto à concepção realista do primeiro. Oliveira Lima (s/d, p. 89) afirmava que os dois possuíam sentimento monárquico, o qual levou Martín a abandonar a vida pública. Ele também sofrera conspirações de seus imediatos, em especial, depois da libertação do Chile, porque os libertadores já não mostravam a mesma fibra guerreira na capital do Peru.

⁶⁰ Oliveira Lima (s/d, p. 24) cita o venezuelano Laureano Vallenilla-Lanz, o qual afirma ter sido a batalha de Carabobo o combate decisivo da sorte da colônia. Lima pretende, com esta citação, identificar a Venezuela como uma democracia de cor, algo pejorativo, pois representava a derrota da raça branca superior.

A idéia monárquica nesse ambiente de mudanças na América Latina tinha caráter oportunista. A Europa desejava tratar com governos americanos responsáveis e os insurgentes, por seu turno, queriam o reconhecimento das nacionalidades criadas por eles. Dessa forma, a idéia monárquica se apresentava como oportuna para as questões políticas que se punham. Além do que, os libertadores da América espanhola formaram-se no espírito progressivo de Carlos III⁶¹.

Belgrano, Bolívar, Miranda, O'Higgins e San Martín estiveram em tempos próximos na Espanha. Neste país, eles contataram aspirações liberais que inspiravam espíritos educados. Estavam aí, segundo Oliveira Lima (s/d, p. 94), os germes da emancipação.

Emancipação que já fora, de certa maneira, anunciada nas impressões dos estrangeiros na América espanhola e em várias obras dos jesuítas expulsos de suas terras de missão. O relato de Galvez, o visitador⁶² da Nova Espanha, fornece argumentos à idéia.

Galvez comunicou ao seu governo os sentimentos dos *criollos* no ano de 1761 nas seguintes expressões: "(...) Los españoles nos no dejan tomar parte en el gobierno de nuestro país y se llevan nuestro dinero" (apud LIMA, s/d, p. 95). Os *criollos* pediam a Carlos III, por meio de requerimento, que lhes concedesse o exercício dos cargos públicos.

Esses *criollos* já nutriam um sentimento de nativismo, o qual se resguardava de qualquer tipo de intervenção estrangeira. O apoio material inglês oferecido a Miranda esfriou a vontade das classes dominantes venezuelanas, fazendo gorar o movimento separatista de 1806.

O apoio britânico a Miranda já teve um sentido diferente da expedição contra Buenos Aires no mesmo ano. A Inglaterra não desejava mais uma possessão, mas o rompimento da Venezuela com a metrópole. Coisa diferente ocorreu aos estadunidenses, os quais aceitaram ajuda francesa.

⁶¹ Carlos III reinou do ano de 1759 ao de 1788. Seu reinado se encerra um ano antes da tomada da Bastilha.

⁶² Segundo Oliveira Lima (s/d, p. 94-95), visitador era o comissário real encarregado de proceder a inquéritos sobre a administração de um capitão geral ou um vice-rei.

As independências americanas guardavam mais uma particularidade, elas não se deram por tipos populares. Tanto na América do Norte como na América do Sul, os tipos aristocráticos conduziram a emancipação dos continentes. Além do que, a emancipação do novo mundo foi uma questão política e não social. Oliveira Lima (s/d, p. 100) acusa, nesse quesito, a existência de concepções intelectuais e de formas voluntárias.

Exceção feita a um período da história mexicana. No México, o movimento de independência do cura Hidalgo teve caráter popular. Com o cura Morelos, um desdobramento do movimento de Hidalgo, o alcance possuiu raio de influência maior.

Os padres guerreiros representavam um nacionalismo, pois o baixo clero, em toda a América Latina, era de mestiços e nacionais. O alto clero, ao contrário, formava-se de europeus de espírito e nascimento sendo na sua maioria absolutista. Este setor de elite do clero se diferenciava do similar europeu posto que, na Europa, seu caráter era liberal e republicano (LIMA, s/d, p. 101).

O clero também agiu no Brasil. A revolução de 1817, em Pernambuco, foi um movimento de padres. Este assumiu uma organização constitucional, implantou uma República por meses e pediu auxílio aos Estados Unidos. Os curas participaram, igualmente, da constituinte brasileira com posições ultra-liberais, sendo os mais avançados em matéria de política (LIMA, s/d, p. 102).

Feijó exemplificava com maior relevo a atuação dos padres na política brasileira. Ele foi enérgico e radical em um período que exigia essas qualidades. Período apelidado de experiência do sistema republicano por Joaquim Nabuco.

Oliveira Lima (s/d, p. 102) informava que: "(...) não trepidou Feijó, no poder, em licenciar o exercito eivado do peor virus militarista, despertar o ardor civico entre os cidadãos, confiar-lhes a defesa da ordem, debellar a anarchia e assegurar a justiça". Outrossim, só com o Syllabus o espírito ultramontano alcançou o clero brasileiro, provocando efeitos salutaes na moralidade dos padres sem prejudicar seu patriotismo (LIMA, s/d, p. 102).

Os perfis apresentados revelavam para Oliveira Lima (s/d, p. 103), o ambiente mental da emancipação americana como também sua maior conseqüência, o pacto federativo. O cura Hidalgo, por exemplo, era homem de ação e ilustração. Leitor dos filósofos franceses do século XVIII, defensor da doutrina fisiocrática, reformista político e social das velhas sociedades.

Hidalgo teve nos camponeses, que ostentavam o estandarte da Virgem de Guadalupe, sua primeira força revolucionária. Os camponeses gritavam morras aos espanhóis e também vivas ao rei. Com os morras, eles aspiravam à igualdade de direitos. Os vivas indicavam fidelidade à dinastia⁶³.

O historiador venezuelano Carlos Villanueva, no entender de Oliveira Lima (s/d, p. 104-105), compreendera com exatidão o que se daria como prosseguimento nas lutas de emancipação, no México, ao comentar que:

A restauração da Constituição hespanhola de 1812 pela revolução liberal de Cadiz de 1820 (o chamado grito de Riego) produziu no Mexico profunda sensação, mormente entre a gente do clero, porquanto ficavam por aquella lei organica abolidos os privilegios da Igreja. Vendo então que o novo regimen constitucional da metropole lhe não concedia condições melhores do que as que lhe poderiam outorgar os independentes mexicanos no caso de triumpharem, o clero julgou que alliando-se com estes, lograria talvez salvar alguma cousa dos seus fóros. Com taes vistas logo prestou seu auxilio á nova revolução, a qual tomou um caracter teocratico, mais definido do que o assumido por occasião do brado do cura Hidalgo em Dolores, pois agora era o alto clero quem se collocava á frente do partido da emancipação, partido que encontrava nos sucessos da Peninsula a occasião azada para volver á luta (VILLANUEVA apud LIMA, s/d, p. 104-105).

Apesar do caráter popular e da inspiração religiosa da independência mexicana, sua emancipação obedeceu ao que Oliveira Lima (s/d, p. 105-106) denominou de direção dos elementos superiores da população ou tipos aristocráticos.

⁶³ Para Oliveira Lima (s/d, p. 103), os camponeses não entendiam nada de igualdade de direitos e possuíam vaga suspeita de fidelidade.

Encontrou-se a solução monárquica, com Iturbide aclamado como Augustin I. Ele era oriundo de família abastada e, principalmente, de origem européia. Um possível elemento para legitimar Augustin I no poder assentava-se no fetiche plebeu pela Coroa.

Por esse tempo, na América espanhola, existiam três classes de pessoas. A primeira era partidária da autonomia e formada pelo baixo clero, gente da terra e intelectuais. Da segunda classe, defensora do regime colonial, participavam o alto clero, autoridades espanholas e os privilegiados. Na terceira classe encontravam-se *criollos* ou europeus comerciantes, industriais e plantadores. Eles se ressentiam da má administração local e da política econômica, mas temiam os excessos partidários pela liberdade (LABRA apud LIMA, s/d, p. 106-107).

O elemento conservador estava na terceira classe. Pérez Triana (apud LIMA, s/d, p. 107) afirmava que uma vitória espanhola em Ayacucho em 1824, mesmo com a independência consolidada, seria suficiente para a Espanha reconquistar as possessões perdidas. Esse elemento conservador ou moderado acentuou o liberalismo quando os europeus exageraram sua tendência reacionária.

Na América do Sul, porém, Argentina e Venezuela foram os dois centros irradiadores das idéias de emancipação do continente sul-americano. Para Oliveira Lima (s/d, p. 108), o levante mexicano foi simultâneo, mas à parte desses centros. Estes também personificaram seus líderes, José de San Martín e Simón Bolívar.

O cabildo de Buenos Aires, por exemplo, foi sujeito da autonomia política e da primeira experiência de regime representativo na América do Sul. A sessão franca de 14 de agosto de 1806 ordenou Sobremonte, o vice-rei, a entregar a autoridade civil à Audiência e o mando militar a Jacques Liniers. Na Venezuela, ocorreu a resistência do capitão geral à ação da junta local, dando lugar à violenta luta civil que ensangüentou a América Latina.

No Brasil o desafio era outro, o de preservar a coesão do Estado. Para isso, devia-se absorver a região do Pará-Maranhão. Ela possuía aparente desproporção com a nação brasileira, mas as contribuições estranhas à herança portuguesa

havam desaparecido ao longo do tempo. Além do que, a integração se daria por elementos comuns como a língua e a religião (LIMA, s/d, p. 110).

O agrupamento político brasileiro coube a José Bonifácio. Bonifácio vislumbrou no Regente dom Pedro o instrumento ideal para a confecção desse agrupamento. A emancipação brasileira ocorreria, assim, sem tanto custo como na América espanhola. Nesta, dada a guerra, construiu-se com uma auréola os vultos de José de San Martín e Simón Bolívar.

José de San Martín era venerado na Argentina enquanto Simón Bolívar era adorado na Venezuela. Os extremos dessa adoração transformaram os dois personagens das independências hispano-americanas em mártires nos países citados e também concorreu para acirrar uma disputa de imagens. Os argentinos que adoravam San Martín exaltavam seu herói de modo a diminuir os méritos de Bolívar, então cultuado por venezuelanos. Estes, por seu turno, agiriam em conformidade com os argentinos desprezando o valor do outro patriota. Francisco Garcia Calderón traçou perfis para esses dois homens:

Dois grandes nomes concentram esse movimento americano: Bolívar e San Martín. Sua *psychologia* diferente reflectia as duas tendências revolucionarias. Num o rompimento estrondoso com o passado, a imitação da Revolução Francesa e da Confederação Americana, a igualdade em detrimento da liberdade; no outro o espírito conservador da revolução, o tradicionalismo mitigado, o respeito e a amplificação do ideal monarchico, a liberdade acima da igualdade. Essas duas forças, o homem do Norte e o homem do Sul, uniam-se para a negação do passado e separavam-se no que dizia respeito á firmação e á construcção do futuro (CALDERON apud LIMA, s/d, p. 111).

Simón Bolívar era ambicioso e egoísta, mas grande e visionário. Ele desejava organizar tudo. José de San Martín expressava um espírito devotado às tradições, sensato e tímido. Mas, além dos aspectos psicológicos, Oliveira Lima (s/d, p. 112) entendia que eles representavam o jogo de duas forças históricas.

Nesse jogo, Simón Bolívar imitava Napoleão e San Martín lembrava Washington. Os dois realizaram a obra democrática, contudo, o primeiro trouxe a centralização administrativa, a desclassificação social, a igualdade exagerada e a instabilidade política.

Bolívar desejava a liberdade americana pela confederação e a solidariedade política da raça. Ele foi o primeiro a dirigir o organismo revolucionário. Seu poder foi grande porque alterou limites, dominou soberanamente o Peru, distribuiu províncias, fundou a Colômbia, governou povos e instituiu a República da Bolívia.

San Martín visava a objetividade política, desprendendo-se das fatalidades dos fatos. Martín apresentava o espírito da moderação e o respeito pela evolução lenta das realidades ou, como sugere Oliveira Lima (s/d, p. 113-114):

(...) Como Washington, vê 'no tempo e no costume' as verdadeiras forças da organização social: nutre o culto religioso da liberdade, o mesmo civismo e a mesma religiosidade puritana que elle. Ambos são antes de tudo os heroes da paz.

A comparação dos libertadores latino-americanos com os estadunidenses Hamilton e Jefferson revelava tendências comuns às Américas. Hamilton e San Martín aceitavam a aristocracia como também o federalismo. Defendiam as tradições e temiam o exagero democrático. Bolívar e Jefferson, este mais liberal do que o primeiro, exaltavam as autonomias e odiavam os privilégios.

No caso particular de Simón Bolívar, Oliveira Lima (s/d, p. 116-117) declarava que suas vitórias em Boyacá e Junín inspiraram os princípios de arbitramento obrigatório e integridade territorial no âmbito internacional americano. Esses princípios, contudo, não lograram êxito no duplo continente de modo a impedir as guerras de conquistas. Eles, porém, substituíram o emprego da força bruta quando da constituição das nacionalidades neo-espanholas.

Nesse âmbito, deu-se o pacto firmado em Panamá a 15 de julho de 1826. Nele existiam artigos para instituir princípios de direito das gentes, mas, como somente a Grande Colômbia o ratificou, o pacto não vingou.

Oliveira Lima (s/d, p. 118) negava, assim, aos Estados Unidos, a precedência dos esforços pelo arbitramento. Os norte-americanos, inclusive, se absteriam de integrar-se ao pacto por dois motivos: a repugnância a uma aliança militar que sobrepusesse uma aliança comercial, e os interesses das elites do Sul norte-americano. Esta era a região mais influente nos negócios públicos e rechaçava todos os discursos relativos à abolição do trabalho servil.

Simón Bolívar teria, igualmente, antecedido os Estados Unidos no pan-americanismo. Bolívar, contudo, possuía um americanismo que não recusava o culto ao nacionalismo.

Para Oliveira Lima (s/d, p. 120), o libertador também era capaz de generosidade pública, como acontecido no Congresso de Angostura de 1819. Neste se esboçou a organização da Grande Colômbia e nele Bolívar manifestou compreensão de que o Congresso seria soberano para revogar seus decretos e leis. Implorou, somente, a confirmação da liberdade absoluta dos escravos.

Bolívar mostrava-se atento às tendências de adaptação política de seu povo no programa de Cartagena, de 1812. Segundo Oliveira Lima (s/d, p. 121), o libertador manifestara-se com as seguintes expressões:

Geralmente falando, reza seu programa de Cartagena, de 1812, não se acham ainda nossos concidadãos em condições de exercerem por si mesmos e amplamente seus direitos, porque carecem das virtudes políticas que caracterizam os verdadeiros republicanos, virtudes que se não adquirem nos governos absolutos, onde se desconhecem os direitos e os deveres do cidadão.

Talvez por isso, os libertadores posteriores a Simón Bolívar seguiram uma escala descendente. Eles eram resultados da confusão social, dos crimes

cometidos que reclamavam expiação, da degradação moral, da devastação material e das guerras fratricidas. Esses libertadores tinham maior intimidade com o meio social no qual viviam (LIMA, s/d, p. 121).

Os ideais de José de San Martín e Simón Bolívar seriam resgatados tempos depois pelo colombiano Francisco José Urrutía e outros homens de Estado de sua envergadura. Esse grande lapso de tempo dava-se pela civilização. Urrutía encontrava-se em uma civilização mais adiantada, na qual a defesa da soberania e do território acompanhava aspirações de justiça da sociedade de nações da época de Oliveira Lima.

Além do que, o destino dos libertadores foi trágico. Oliveira Lima (s/d, p. 125) apontava como sepulcro de Simón Bolívar, o mar dos Caraíbas. O brasileiro José Bonifácio passou seus últimos dias no exílio⁶⁴. O venezuelano Miranda morreu em um calabouço. San Martín faleceu em terras estrangeiras enquanto Sucre caía nas montanhas de Berruecos. A desgraça dos libertadores deu-se:

(...) Quando os elementos de baixo vieram reclamar o preço do seu concurso para a obra commum da libertação politica, o facto é que não encontraram a resistencia precisa da parte dos elementos de cima, entibiados no seu ardor apoz a lucta travada e não sabendo onde apoiar-se na paz, uma vez passada a confusão da guerra. Rompendo e avassalando as oligarchias conservadoras e aristocraticas da primeira hora, essas novas camadas, anarchicas ellas proprias, tudo anarchizavam (LIMA, s/d, p. 125).

Oliveira Lima (s/d, p. 126-127) apelidou o processo descrito acima de transformação das pseudo-democracias formadas da desagregação colonial espanhola. Da transformação resultaram tiranos a exemplo de Rosas, na Argentina. O argentino pertencia a uma família abastada apesar de apoiar-se na plebe para arriar os godos⁶⁵, substituindo-os nos proventos e regalias.

⁶⁴ Oliveira Lima se equivoca, Bolívar foi sepultado no porto colombiano de Santa Marta, e José Bonifácio não morreu no exílio.

⁶⁵ Oliveira Lima (s/d, p. 127) informa que o termo godos se applicava a velhos partidários da metrópole, os conservadores. Eles fundaram seus interesses políticos na hierarquia social e os revolucionários desejavam, simplesmente, alcançá-los para gozar suas regalias.

As tiranias que resultavam dessas transformações pseudo-democráticas eram realizadas pelos de baixo, os quais se guiavam pela inveja e pelo ódio. Com eles, a anarquia minou a moral pública de todas as nações hispano-americanas. Dessa anarquia saía-se, de tempos em tempos, pelas crises de despotismo e de prepotência.

As tiranias também comprometeram o elo federalista. As unidades administrativas degeneraram na América Latina republicana. Formaram-se aglomerados de satrapias que se sujeitavam aos abusos dos chefes satélites sob comando de chefes maiores.

A deturpação da política federalista criou o paroxismo da autonomia local (LIMA, s/d, p. 18-129). Os chefes cuidavam dessa autonomia, posto representar a sua onipotência. E ao zelarem por ela, provocavam guerras civis em repúblicas contrafeitas à imagem e semelhança dos Estados Unidos.

Apesar do paroxismo da autonomia local, a construção das novas nacionalidades resguardou a emancipação intelectual. O argentino Mariano Moreno exemplifica essa proteção. Moreno foi secretário da junta revolucionária de Buenos Aires e, com ação decidida, defendeu a liberdade de pensamento.

Ele garantiu a criação de bibliotecas, de escolas e de imprensa. Os libertadores, consoante Oliveira Lima (s/d, p. 134-135), também valorizavam conteúdos construídos pela inteligência ocidental.

Os libertadores sul-americanos formavam seu cabedal por meio de pensadores europeus. Bolívar encantava-se com o ceticismo de Hume, pelos devaneios de Rousseau, pela ética de Espinosa, com a doutrina utilitária de Bentham, pelos princípios dos enciclopedistas franceses, pelo materialismo de Holbach, pela metafísica de Helvetius, pelo racionalismo de Hobbes e pela visão política de Montesquieu. San Martín gostava dos livros militares de Guibert a quem *Mademoiselle de Lespinasse*⁶⁶ dirigiu epístolas inflamadas (LIMA, s/d, p. 134).

⁶⁶ Oliveira Lima faz uso do argumento de autoridade, no sentido de convencer seu leitor da importância de Guibert para o pensamento ocidental e, também, de reforçar a idéia de erudição de San Martín. Julie-Jeane-Eleonore de Lespinasse, a mademoiselle de Lespinasse, conviveu com os principais personagens do século das luzes, ou iluminismo francês. Frequentavam o salão filosófico da mademoiselle de Lespinasse figuras como Jean D'Alembert, o qual, ao lado de Denis Diderot,

A partir dessas leituras, os libertadores se nutriam de espírito liberal. O congresso de Tucumán, sem o qual a Confederação Argentina não existiria, estava imbuído desse espírito. A Constituinte de 1823 no Brasil também comungava dele. Consoante Oliveira Lima (s/d, p. 137-138), a Constituinte fora dissolvida como facciosa por sua independência funcional. Desconfiava-se de sua lealdade ao Império.

Outro aspecto desse espírito liberal foi a tolerância religiosa. Ela arrastou de toda a América Latina, o fanatismo tradicional. Na expressão de Simón Bolívar: “Numa constituição política não deve prescrever-se uma profissão religiosa. A religião é a lei da consciencia. Toda lei sobre aquella anulla esta, porque impondo a necessidade ao dever, tira o merito á fé que é a base da religião” (BOLÍVAR apud LIMA, s/d, p. 125).

Mas as reformas na América do Sul não foram fáceis, pois os reformadores não encontravam meios de desenvolver a contento sua missão. As dificuldades se relacionavam ao meio cultural e social latino-americano. Francisco García Calderón (apud LIMA, s/d, p. 139) compreendia essa dificuldade como oriunda de uma Idade Média americana. Ela teria três fases.

A primeira fase era de indisciplina e lutas. A segunda marcada pela atividade colonizadora e a última sendo de calma mental e moral. Os reformadores enfrentavam esta última fase, movidos pela agitação de 1789.

Do conjunto das transformações logradas pelos reformadores, tem-se o desenvolvimento de novas correntes intelectuais na América do Sul. Uma delas, a escola de direito natural do dominicano espanhol Francisco de Vitória (1486-1546), proporia uma representação diversa sobre os índios. Estas representações inspiraram, também, outras formas de sentir as coisas sul-americanas (LIMA, s/d, p. 140).

As novas formas de sentir, na América do Sul, encontravam-se, sobretudo, na prosa heróica. Don Eduardo Blanco, na obra *Venezuela heróica*, revelava um

participou dos esforços de coordenação dos trabalhos da famosa Enciclopédia francesa. Esta a razão que levou os participantes desta empresa a serem, a partir daí, denominados de enciclopedistas.

sentimento patriótico de vibração guerreira tendo Simón Bolívar como figura épica. No Brasil, o indianismo ou idealização heróica do selvagem se afirmava na lírica de Gonçalves Dias e na prosa de José de Alencar. No Equador Juan León Mera escreveu *Virgem do Sol*, poesia que valorizava o índio como herói.

Oliveira Lima (s/d, p. 146) entendia que o indianismo figurou mais forte no Brasil porque sua emancipação foi quase sem violências. No caso da poesia e da prosa existiam diferenças, as quais se percebiam pelas heranças de raças de Gonçalves Dias e José de Alencar. Neste existia algo de mais artificial e convencional, pois Alencar era de pura raça européia. Na poesia, o indianismo era espontâneo e natural porque Dias era mestiço de índia e de português.

Na literatura da América espanhola ocorria algo de diferente da brasileira. O poeta peruano Santos Chocano, autor do volume de versos denominados *Alma América*, dedicava sua obra ao rei da Espanha.

Para Oliveira Lima (s/d, p. 149), os autores dessa América buscavam um passado comum à antiga metrópole. Do ponto de vista internacional, desejava-se a união ibero-americana. Desejo oriundo de uma harmonia intelectual que remediava a desagregação política.

Na América do Sul do século XIX, contudo, a influência predominante era francesa. Esta influência deu-se na filosofia, na literatura, na política e no verso. Autores franceses como Alfredo de Musset, Lamartine e Victor Hugo referenciavam inteligências latino-americanas. Somente a partir da primeira metade do século XIX, quando as preocupações sociais tornaram-se mais importantes, o evolucionismo de Herbert Spencer passou a influir na literatura e na política da América Latina.

A influência de Herbert Spencer correspondia à importância do positivismo como escola filosófica. No Brasil, a escola abrigou grande número de desafetos e de oficiais que combateram no Paraguai. Consoante Oliveira Lima (s/d, p. 153), nas fileiras do positivismo encontravam-se os propagandistas ciosos por integralizar a América à democracia e os senhores de escravos privados de indenização quando da abolição.

O idealismo também teve importância na vida inteligente da América Latina. No Brasil, Tobias Barreto, paradoxalmente, foi responsável por auxiliar a introdução do idealismo. Barreto, pelos anos 1880, renovou o ensino de Direito no país, despindo-o de sua metafísica natural. Malgrado o tenha feito por meio da tradição germânica, então eivada de lembranças idealistas.

Oliveira Lima (s/d, p. 154) asseverava que a evolução moral da América Latina deu-se pelo idealismo posto que:

(...) Sua emancipação espiritual foi regulada pelas noções da justiça, da liberdade, dos direitos humanos e do progresso, que a França lhe mandou envoltas em roupagens filosóficas, que a Inglaterra consubstanciara no seu desenvolvimento modelar e que na Península Iberica acordavam velhos echos adormecidos. A severidade religiosa dos peregrinos ingleses, a temeridade friamente allucinada dos conquistadores hespanhoes, a imaginação melancolicamente arrebatada dos bandeirantes brasileiros eram outros tantos aspectos do idealismo, feição hereditaria que os appetites materiaes não conseguiam eliminar, mas que a rudez da vida colonial e a indole geral de tempos posteriores tinham ajudado a dissimular.

O idealismo aparecia nas novelas contemporâneas da América Latina. Mesmo com a predominância dos elementos fisiológicos na literatura, sugestões de ordem psicológica guardavam importância. O brasileiro Coelho Neto e o venezuelano Díaz Rodríguez, por exemplo, eram realistas no método, porém, idealistas nas tendências.

Esse idealismo corroborou para falhas no caráter latino-americano. García Calderón (apud LIMA, s/d, p. 155-156) comparava-as com o desenvolvimento anglo-americano. A primeira falha assentava-se na ausência de um individualismo, o qual manifestasse a vida interior como ação e reflexão conscientes. A religião na América do Sul, por exemplo, não expressava um sentimento íntimo senão que uma projeção pomposa.

Outra falha foi a educação. Ela se encontrava em nível mais baixo quando comparada ao ensino nos Estados Unidos. Uma terceira, a vida política. Na América do Sul, não se apresentava a mesma estabilidade estadunidense. A economia sul-americana, entretanto, tinha dimensões mais humanas posto a riqueza não ter a mesma importância como para os norte-americanos (CALDERON apud LIMA, s/d, p. 155-156).

Oliveira Lima (s/d, p. 156) entendia o idealismo como a maior garantia de futuro da raça sul-americana. O idealismo permitia, ao espírito dos povos da América do Sul, vôos altos. Na América espanhola, especialmente, acentuava-se o culto da raça, ou melhor, de sua integração com a metrópole.

A raça também imprimia um outro traço na América do Sul, a integração moral. Essa integração representava uma fusão de sentimentos mais expressiva e profunda que uma associação política, a qual era provocada por interesses. Oliveira Lima (s/d, p. 160) exemplificava essa integração moral pela ocupação holandesa no Brasil colonial. Para ele, a reconquista portuguesa do território deveu-se às três raças que pelejaram juntas contra o inimigo comum, a Holanda.

Na Venezuela, o exemplo deu-se quando do centenário de Independência. Nele ocorreu a inauguração do monumento em homenagem a Alexandre Pétion, o presidente mulato do Haiti e que era, igualmente, inimigo político dos chefes negros de sua época. Ele acolheu Simón Bolívar, que estava foragido e, além de abrigá-lo, Pétion também forneceu-lhe armas, dinheiro, munições, navios, soldados e víveres. O foragido possuía um compromisso com o presidente, o de emancipar o continente da escravidão.

O sonho de Simón Bolívar era o de congregar nações para realizar a paz. Mas, como afirmava o venezuelano Cesar Zumeta (apud LIMA, s/d, p. 161), Bolívar construiu uma verdadeira Torre de Babel. Esta se explicava pela mestiçagem, sobretudo, pela inferioridade da raça africana frente à européia.

A mestiçagem social e moral sul-americana era a razão do seu mal. A desarmonia resultante expunha a incompatibilidade de ideais grandiosos com a

pequenez de fatores componentes de novas raças ou sub-raças constituídas pela fusão no território.

Os ideais grandiosos seriam, assim, de impossível assimilação para as raças sul-americanas. O boliviano Arguedas (apud LIMA, s/d, p. 162) afirmava que:

os principios da seductora apparencia que produziram os direitos do homem foram a causa primeira da irriquieta vida institucional dos nossos povos, porque foram “tomados” como ideaes, mas não “sentidos”; e um ideal cujas raizes não penetraram fundo na consciencia, não tende a ser realizado simplesmente, porque não constitue necessidade do espirito.

Oliveira Lima (s/d, p. 162) compreendia o problema pela ótica do boliviano. Explicava, igualmente, que a América do Sul era vista, pelos europeus e norte-americanos, como terra de instabilidades políticas e sociais.

Os europeus compreendiam a América do Sul como vítima de uma incurável febre revolucionária. Asseverava-se, também, na América espanhola, o vício do militarismo. Este se relacionava a concepção de res publica, como se observa na passagem que segue:

(...) A população baixa, plebe que não merecia o nome de povo, offerecia na verdade um terreno optimo para a cultura da obediencia, mas de uma obediencia passiva e por assim dizer inconsciente. O solo de si era apto á acclimatação do militarismo despotico, pela ausencia do sentimento de personalidade, pela preeminencia dos instinctos collectivos, pelas proprias tradições de raça (LIMA, s/d, p. 165).

Por isso, Simón Bolívar não logrou a mesma paz doméstica da Monarquia brasileira. Quando a quase totalidade da América do Sul experimentava a anarquia, no Brasil associava-se liberdade com paz doméstica. A prova maior da sentença estava na unidade brasileira. A América espanhola havia malogrado nesse intento (LIMA, s/d, p. 168).

Em meio à balburdia, centralização e federalismo eram nomes que, na América espanhola, justificavam desmandos e violências. Rosas tiranizou a Argentina e Portales modelou o Chile por meio dessas justificativas. No fundo, o que se sobrelevava era o individualismo cujo caudilhismo servia de disfarce.

Oliveira Lima (s/d, p.170) percebia o caudilhismo na América espanhola na:

(...) primitiva democracia rural, na sua rudeza e crueldade, como foi o de Rosas na Argentina; ora com resabos de fausto e cavalheirismo colonial, como foi o de Castilha no Peru; ora solitário e ascético, como foi o de Francia no Paraguay; ora folião e grotesco; como foi o de Sant'Anna no Mexico; ora envernizado e protocollar, como foi o de Guzman Blanco em Venezuela; ora brutal e alcoolico, como foi o de Melgarejo na Bolivia; ora tincto de mysticismo religioso, como foi o de Garcia Moreno no Equador; ora progressista e financeiro, como foi o de Porfírio Diaz no Mexico (...)

O federalismo era impossível nos países onde imperava o individualismo. O imperialismo na América espanhola se relacionava com a centralização para manter a ordem, com expressões moderadas ou tirânicas. O federalismo, desprovido de seu sentido ideal e/ou tradicional não passava de desordem.

No Brasil imperial, a federação correspondeu ao particularismo que fundamentou a organização administrativa da colônia. Na hispano-América republicana, a fragmentação pareceu a alguns o corretivo do despotismo oriundo da revolução.

No tocante a América do Sul como um todo, Oliveira Lima (s/d, p. 172) compreendia falhas na construção do continente. A primeira foi a educação, uma obra ruim porque perdeu a luta contra a resistência do passado local.

Outra falha se relacionava a incapacidade de lograr-se um sistema representativo. Neste caso, Lima (s/d, p. 174) afirmava que os mestiços atrapalhavam, pois:

(...) ao ser-lhes este franqueado, quanto aos nossos tupys, cujas mulheres preparavam a carne de moquem para os festins do cannibalismo, ou os aztecas, cujos sacerdotes, conforme relata Bernal Diaz, oleavam os cabellos com o sangue dos sacrificios humanos. Pode avaliar-se que farandola louca não dançaria tal multidão, investida num abrir e fechar de olhos das attribuições da soberania, como o povo que se reunia na agora de Athenas para discutir os negocios da Republica ou se congrega nos cantões helveticos para resolver pelo referendum qualquer assumpto momentoso para a comunidade.

Contudo, a Monarquia brasileira contribuiu com o progresso do país. A Constituição de 1824 encaminhou o problema federativo com a descentralização administrativa. Esta se estabeleceu desde 1831 por meio de concessões à tendência particularista, como a do contraste entre a nação cosmopolita que elaboraria um tipo étnico e social e a nação tradicionalmente portuguesa. A Monarquia resolveu sem abalos a emancipação dos escravos.

Como notas finais deste tópico, tem-se a idéia de que para Oliveira Lima, o progresso sul-americano deu-se no Brasil e naqueles países onde a mestiçagem foi de menor intensidade.

O Brasil progrediu em função do regime de liberdade e de ordem. Argentina e Chile, pela proporção menor de mestiçagem. No Chile, por exemplo, o elemento negro⁶⁷ foi inferior numericamente prevalecendo os Araucanos. Eles formavam uma raça batalhadora e guerreira, provendo os chilenos de um caráter belicoso e sofredor.

Compreende-se, portanto, a importância da concepção de raça nas representações de Oliveira Lima. Essa concepção corrobora seu entendimento das Américas, sobretudo, o aludido desenvolvimento desigual. Lima recorre à história, mais especificamente ao processo de conquista que envolveu as tidas raças originárias do continente. Ele pensou, igualmente, os desdobramentos da conquista,

⁶⁷ Para Oliveira Lima (s/d, p. 176), o negro representava o elemento mais baixo da escala social porque subserviente na degradação servil e aviltante no cruzamento.

com a edificação das instituições americanas. Por isso, se contemplará o discurso do autor nesse quesito, com vista a analisar suas representações acerca da mestiçagem.

4.2 OLIVEIRA LIMA E A MESTIÇAGEM NAS AMÉRICAS.

Oliveira Lima (s/d, p. 176) considerava que a raça branca estava naturalmente apta ao governo liberal e ao progresso material. Neste último caso, elogiava a percepção de dom João VI, no Brasil, e Mariano Moreno, na Argentina. Os dois entenderam a necessidade do industrialismo moderno como fator de expansão econômica de terras e teriam calculado com correção as possibilidades dessa expansão.

Argentino e brasileiro vislumbraram que, com o industrialismo, ter-se-ia uma civilização progressiva e utilitária. Essa civilização corroboraria para que os povos tivessem consciência dos seus direitos e de suas responsabilidades.

A virtude da consciência era algo raro na América do Sul. Sua construção como continente poderia mostrar as causas dessa raridade e suas possibilidades futuras.

Para lograr esse exercício, Oliveira Lima pensou o contato do conquistador europeu com os nativos da América e, mais adiante, a ocorrência dos negros na condição de escravos em algumas regiões do continente. Considerou, igualmente, os casos de miscigenação e suas implicações nas instituições da América.

4.2.1 *Pensando a conquista.*

A conquista da América hispano-portuguesa representou um dos eventos importantes no desenvolvimento espiritual e material do mundo Ocidental. Dado seu significado, nenhum círculo de pessoas educadas a desconheciam. De acordo com Oliveira Lima (s/d, p. 10-11):

(...) fazem parte da cultura mediana. A conquista do Mexico e do Peru constitue outrosim o trecho mais impressionante desses fatos e a feição mais interessante da violenta e fecunda obra castelhana no Novo Mundo, porquanto as civilizações barbaras se assim posso chamar as semi-civilizações – o qual a ellas substituiu, se bem que manchada de cobiças e de crimes, a civilização christã, tanto mais elevada e progressiva, - representavam a expressão informe, mas em todo caso a menos grosseira, do desenvolvimento attingido pela raça americana autóctone ou emigrada.

Observa-se a conquista européia manchada de cobiça pelos exemplos de Guatimozin e Atahualpa. Eles foram vítimas da sede dos conquistadores por ouro e prata. Os conquistadores eram espanhóis, ingleses e portugueses que desejavam a abundância de diamantes e ouro no planalto das Minas Gerais do Brasil e das minas mexicanas, na época colonial.

No caso particular dos espanhóis, a cobiça tinha razões muito práticas. O império ultramarino da Espanha era de uma opulência mais aparente que real. Houve, consoante Oliveira Lima (s/d, p. 12), um processo de despovoamento nesse país com a expulsão maciça de judeus e de mouros pelas guerras européias e pela violência provocada pelo Santo Ofício através de suas fogueiras de queimar gente.

As conseqüências do processo de despovoamento na Espanha foram a extinção de indústrias seculares bem como a eliminação dos árabes. Provocaram-se prejuízos na manufatura, pois os árabes representavam força intermediária, produtora e traficante que desviou o melhor do lucro da América para centros de trabalho profissional. A Espanha possuía outra tradição, a da glória conquistadora.

A glória conquistadora “(...) fallava mais de perto á fantasia popular” espanhola (LIMA, s/d, p. 12). Esta era talhada pela tradição céltica que tinha moldes guerreiros. Como afirmava José María de Heredia (apud LIMA, s/d, p. 12), as expedições destinadas à América eram realizadas de forma bastante entusiasmada. Deste entusiasmo, participavam fidalgos e plebeus que assaltavam com ímpeto selvagem as riquezas encontradas.

Os portugueses, a princípio, não partiram com ímpeto semelhante na sua possessão americana. Portugal possuía a península hindostânica, na qual: “(...) A civilização hindú, antes de produzir seus efeitos deletérios, como a sombra lendária da mancenilheira, deslumbrava e provocava nos invasores sonhos deliciosos e facilmente realizáveis de concupiscência e de gozo” (LIMA, s/d, p. 13).

O volume de pessoas oriundas da Espanha e Portugal dados a gozos terrenos era muito grande. Elas colonizaram a América hispano-portuguesa, a qual teve a sorte de contar com uma outra classe de homens, os religiosos. Oliveira Lima (s/d, p. 13) os entendia como defensores da raça oprimida, os índios, julgados sem alma e sem moral pelos colonizadores.

Anchieta e Las Casas revelavam o elemento religioso na defesa dos índios da América. O primeiro, um jesuíta que atuou no Brasil. O último religioso esteve, sobretudo, nas Antilhas. Esta, a região das primeiras aventuras e ocupações espanholas. Suas congregações, especialmente a dos jesuítas, representaram a condição de agentes da cultura americana dos séculos XVI e XVII. Período de adaptação da nova sociedade ao novo meio, como afirmava Oliveira Lima (s/d, p. 14).

Os padres catequizavam os índios e, assim, transplantavam a moral européia para a América. Eles intervinham favoravelmente aos indígenas posto que o governo metropolitano estivesse muito longe para observar o cumprimento dos decretos reais junto aos tribunais que exerciam jurisdição nas colônias. Outrossim, no caso português, os tribunais foram gerados durante a união das Coroas de Espanha e de Portugal.

As colônias americanas não eram locais agradáveis, chegando a ser bestiais, mas de porfia lucrativa e de muita sensualidade. Neste caso, a casta *criolla* se distinguia como base da pureza da raça. Os *criollos* eram os brancos americanos, descendentes dos conquistadores e povoadores, os quais formavam a nobreza regional.

Afora a nobreza regional, existiam os mestiços. Nos vice-reinados de Bogotá, Lima e México prevalecia o cruzamento com índios. Na América portuguesa, a

hegemonia dava-se no cruzamento com negros. Mas, ao contrário do que se possa imaginar, as mestiçagens não tornavam mais humanas as relações entre as pessoas porque:

(...) É até sabido que não havia geralmente escravos mais infelizes do que os possuídos por senhores de côr, onde estes os podiam possuir, e que os feitores, classicos algozes da servidão, saham dentre os libertos ou provinham da descendencia mestiça, mais do que elemento europeu emigrado (LIMA, s/d, p. 15).

A mestiçagem revelava outros fundamentos da ocupação européia da América. Os espanhóis encontraram população indígena mais densa e disciplinada. Esta permitiu aos colonizadores da Espanha maiores facilidades para o recrutamento forçado dos índios, coincidência que não se deu aos portugueses.

Além do que, o tratado de Utrecht dificultou à Coroa espanhola o comércio de negros. O tratado de Utrecht, de 1713, fez a Espanha abandonar o sistema de monopólio comercial. A França negociava com o Chile e o Peru pelo Cabo Horn. Coube à Inglaterra, o privilégio do tráfico de africanos nas possessões espanholas, a ponto de estabelecer feitorias.

Na paisagem étnica da América espanhola, os *criollos* reclamavam direitos singulares, funções e postos que as leis da metrópole lhes asseguravam. Mas ser filho da colônia, a época, implicava inferioridade na vida pública. Os melhores postos destinavam-se aos homens vindos da Espanha, desconsiderando-se o esforço coletivo da conquista e mesmo os méritos pessoais.

Oliveira Lima (s/d, p. 16) recordava, entretanto, que no funcionalismo e na magistratura abundavam os brancos *criollos*. Os mulatos e negros não disputavam a primazia desses brancos e os índios não eram totalmente excluídos. Destes, alguns membros pertenceram à elite, a qual nunca deixou de ser européia.

Aos mestiços, de sangue índio ou negro, era vedada a matrícula na Universidade de S. Marcos de Lima. Aliás, a eles não se facultava ingresso nos

estabelecimentos de ensino superior da capital. Um mestiço de pele clara poderia entrar na Universidade por ser difícil provar a sua raça, mas, descobertas indicações de um cruzamento étnico, anular-se-ia o grau concedido ao estudante, como se observa na passagem seguinte:

Se algum mestiço de tez muito clara alli chegava a penetrar, era por ser difficil provar o não ser pura a sua raça: um dos vices-reis, o conde de Monclova, chegou, porem, a decretar que em casos uma vez authenticado o cruzamento, fosse annullado o grau concedido. A ordem deve ter suscitado protestos e recursos perante o Supremo Conselho das Índias, pois que reaes cedulas a confirmaram em 1732 e depois de 1758, banindo das profissões liberaes todos os subditos coloniaes que não fossem descendentes só de hespanhoes e aquelles que em 1697 tinham sido declarados limpos de sangue, fidalgos aptos para o desempenho de toda funcção nobre, quero dizer, os caciques indios e sua prole (LIMA, s/d, 17).

O Estado era menos liberal que a Igreja. Esta admitia os mestiços, de sangue índio ou negro, e os elevava ocasionalmente ao sacerdócio. O Estado espanhol, no começo do século XVIII, vendeu atestados de brancura ou as famosas cédulas de gracias al sacar. A venda deu-se por necessidades do erário. A Igreja, assim, se anteciparia às revoluções políticas de cunho liberal, não fosse aceitar a escravidão negra.

Oliveira Lima (s/d, p. 18-19) compreendia, entretantes, que os índios foram beneficiados por uma longa legislação protetora. Esta se assentava nos esforços dos jesuítas. Mas, em meados do século XVIII, na administração do marquês de Pombal, despertaram interesses pela sorte dos negros.

Na América espanhola, a abolição da escravidão foi determinada pelos processos de independência. A bem da verdade, a escravidão nesta América era atividade econômica bem menos importante que no Brasil.

No Brasil, a escravidão teve vida mais longa. O tráfico durou para além de 1851 e a instituição acabou somente em 1888. Oliveira Lima (s/d, p. 19) entendia

essa demora como uma gradual evolução que garantia a normalidade institucional em uma espécie de concórdia liberal. Esta concórdia não acontecera na América espanhola, na qual o processo marcou-se por crise em meio a transformações.

O processo de crise em meio a transformações indicava os sentimentos que afloravam na América espanhola, como o de lealdade política. Ele se espalhou nas raças inferiores depois de retemperado na guerra porfiada e terrível. Também se apresentou nos nacionais de ascendência européia. Esse sentimento explicava a pronta abolição da escravidão nessa porção de mundo latino.

Mas, na porção saxônica, algo de parecido aconteceu no que se refere à abolição. Oliveira Lima (s/d, p. 20) comparou os processos na América espanhola e nos Estados Unidos:

(...) Aconteceu o mesmo que entre vós, com Lincoln. A abolição foi por certo a realização de um bello ideal humanitario, mas o que o fez vingar de chofre foi a lucta promovida pela resistencia do elemento partidario da escravidão. A União não teria decretado a libertação subita, completa e sem compensação, do elemento servil, si a unidade não houvesse sido por amor delle violentamente quebrada e não estivesse em campo e encarniçado o pleito. Acto de humanidade portanto, sim, porem tambem acto de represalia, o que lhe não annulla o alcance moral nem lhe destróe o effeito benefico.

No Brasil, ao contrário dos dois casos anteriores, se estabeleceu um *modus vivendi* econômico. Ocorreu uma reconciliação com os portugueses, posto que não houvesse uma guerra civil na nação brasileira. Manteve-se, igualmente, o trabalho servil que, por um influxo político, desapareceu por meio de processo legislativo.

Na América espanhola aconteceu a guerra civil nos processos de independência. As guerras fragmentaram um império. Na independência dos Estados Unidos, a contenta entre França e Inglaterra pelo primado dos mares e pela supremacia colonial concorreu para a afirmação do individualismo e do governo próprio – *self government* – estadunidense.

No caso da América espanhola, as guerras de independência tiveram caráter de contenda civil. Este caráter provocou profundas conseqüências para a soberania das nações derivadas dessa América. O colombiano Carlos Holguín Mallarino afirmava que:

(...) ficou desde então estabelecido ser a guerra um meio lícito como qualquer outro de obter vantagens pessoais, para o qual podem apelar todos os desesperados com fartas probabilidades de chegarem a ser senhores dos seus concidadãos, constituindo o sacrosanto direito à insurreição o fundamento da República e a fonte de todos os demais direitos (apud LIMA, s/d, p. 21-22).

Oliveira Lima (s/d, p. 22) afirmava que o aspecto de libertação das guerras de independências da América espanhola guardava semelhanças com a Revolução Francesa no tocante ao seu apelo de salvação e às desgraças posteriores. O próprio Simón Bolívar falava a seus compatriotas que a massa popular estava desencaminhada pelo fanatismo religioso e seduzida pela anarquia.

Nos Estados Unidos os fanáticos ou inimigos domésticos⁶⁸ foram superados. Na América do Sul, o Chile logrou vencer esses inimigos dado o sucesso do povoamento. Os colonos chilenos derrotaram os temidos Araucanos e realizaram agrupamentos definidos. No momento da separação, essa nação preservou uma organização social baseada na separação de classes e no predomínio de uma oligarquia branca.

A Venezuela representava um outro caso, posto ser uma escola guerreira. O venezuelano Vallenilla-Lanz (apud LIMA, s/d, p. 18-19) afirmava que o caráter guerreiro contribuiu para que a classe alta e nobre de Bolívar sucumbisse. Essa classe foi substituída, depois de Carabobo, por uma classe bárbara que implantou uma democracia de cor naquele país.

Essa democracia de cor romperia com a sociedade colonial americana. Esta era estável e regular, com índios tendo personalidade civil e discutindo-se a

⁶⁸ Termo atribuído por Oliveira Lima (s/d, p. 23) a Édouard René de Laboulaye, professor de Direito Comparado do Collège de France.

redenção dos negros. Oliveira Lima (s/d, p. 24-25) descreveu essa sociedade constituída de:

(...) altos funcionarios europeus, ás ordens do vice-rei ou do capitão general, no vertice da pyramide de troços sobrepostos; logo abaixo os brancos nobres da terra, proprietarios ruraes quasi todos; em seguida, disputando-lhes o valimento, os homens do commercio, vindos da metropole a enricar no ultramar; e na base, finalmente, as differentes camadas populares numa grande mescla – mestiços livres, indios aparentemente livres, negros e mulatos escravos.

A religião se acomodaria à sociedade colonial americana. Ela explorava os índios como o faziam os encomenderos. A encomienda, como lembrava Oliveira Lima (s/d, p. 25), foi uma prática que dava ao usufrutuário de uma mercê real extensão territorial habitada por índios. Estes seriam convertidos, instruídos e protegidos pelo encomendero que raramente cumpria sua parte no acordo. A encomienda se fundou no privilegio de renovação de prazos e transmissão de posses. Uma prática abusiva que foi abolida por Carlos III.

Antes e depois das reformas de Carlos III, os religiosos na América estavam mais próximos da experiência mundana. Na sua maioria, eles fracassaram na ocidentalização dos índios.

Oliveira Lima (s/d, 26) atribuía esse fracasso ao fim da febre de evangelizações, quando as disposições legais da Espanha e de Portugal, então dirigidas espiritualmente pelos jesuítas e ordenadas pelos monarcas, tornaram-se letra morta.

Oliveira Lima (s/d, p. 27), contudo, elogiava os jesuítas. Ele afirmava que a atuação desses religiosos foi importante na América do Norte e na América do Sul. Nesta, eles desempenharam maior ação social no Brasil. Mas os jesuítas teriam influenciado o destino de Cristóvão Colombo quando este pousou no mosteiro de La Rábida. Aponta-se uma falha histórica nesta sentença de Lima. A Companhia de Jesus foi fundada no ano de 1534 e Colombo deixou aquele mosteiro na

madrugada de 3 de agosto de 1492. Erro de um século, portanto. Além do que, La Rábida, que homenageava a Virgem dos Milagres⁶⁹, estava sob os cuidados dos franciscanos.

Os jesuítas, ao longo de três séculos⁷⁰, conflitaram com os bandeirantes no Brasil. Os últimos eram caçadores de escravos e pesquisadores de ouro. Os religiosos se bateram com esses caçadores e pesquisadores, pois protegiam os índios do cativeiro. No geral, as tribos indígenas desertavam do litoral, passadas as primeiras hostilidades. Aliás, esses confrontos atestavam o ódio de raças.

O ódio de raças se manifestava pela violência dos conflitos. Mas, para Oliveira Lima (s/d, p. 28), o desprezo dos contendores se desvanecia na sensualidade. Por meio desta, gerou-se uma multidão de mestiços que, através de processos de evolução e seleção, originavam uma nova variedade de raça branca com predominância do europeu: “(...) sobre o triplice fundamento do retrahimento e decrescimo da população aborigine, da cessação da importação de africanos e do aumento constante e consideravel da imigração europeia (...)”.

Oliveira Lima (s/d, p. 28-30) apoiava-se nas conclusões de J. B. Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e delegado brasileiro no Congresso das Raças de Londres⁷¹, para pensá-las no Brasil.

A conclusão de Lacerda que mais importou a Lima foi a primeira. Ela se referia ao tipo étnico variável fruto da união sexual do branco e do negro. Esta união não produzia uma raça porque os seus produtos tendiam a regressar a um dos matizes do cruzamento. Caso um mestiço de sangue branco e negro se unisse ao branco, o resultado se aproximaria mais deste.

Assim, a seleção sexual no Brasil contribuiria para a extinção dos mestiços. A imigração dos povos de raça branca seria o fator de mudança na paisagem étnica brasileira. O país tendia, em um futuro próximo, a tornar-se um foco de civilização latina com acento na brancura de sua gente.

⁶⁹ Santa Maria de la Rábida que teria aparecido a pescadores palermos, no justo instante em que eles se preparavam para atirar suas redes ao mar.

⁷⁰ Séculos XVI XVII e XVIII. No XVII, consoante Oliveira Lima (s/d, p. 28), os conflitos foram mais intensos.

⁷¹ Ocorrido em julho de 1911.

No campo político, Oliveira Lima (s/d, p. 30) atribuía ao sistema de exclusivismo e prestígio próprio da Europa, a condição de causa das independências americanas. Nos Estados Unidos, existia a resistência a se pagar taxas estabelecidas pela Inglaterra. Nas colônias da Espanha e de Portugal o sentimento era o mesmo, apesar dos abusos das metrópoles serem maiores.

A Venezuela fora entregue à Companhia de Guipuzcoa que a administrava discricionariamente. Essas companhias eram congêneres à holandesa do século XVII e também portadoras de monopólios.

No Brasil, elas ganharam, em especial, o Pará-Maranhão. Neste último caso, vale ressaltar que as companhias organizadas pelo marquês de Pombal, nos meados do século XVIII, valorizaram a região até então abandonada à própria sorte. Essas companhias também tinham:

(...) além do fito primordial economico, o fito politico de emancipação do paiz da tutela financeira da Inglaterra, á qual a nação portugueza estava servindo de simples intermediaria, alli se provendo industrialmente e para alli escoando o seu ouro: os processos das novas sociedades não podiam porem variar, consistindo naturalmente em vender mais caro os generos europeus e comprar mais barato os generos coloniaes (LIMA, s/d, p. 30-31).

Os mercadores de Sevilha seguiam os mesmos métodos dessas companhias. Eles faziam da Terra Firme e do Panamá centros de distribuição e logravam lucros de exportação para as Índias Ocidentais. O tráfico era exclusivo dos súditos de Castela e os catalães só desfrutaram do tráfico, legalmente, nos anos de 1765 e 1775.

As colônias da Espanha e de Portugal na América padeciam, dessa forma, comercial e industrialmente as políticas protecionistas de suas metrópoles. Na América espanhola, proibiam-se a produção da oliveira e da vinha para proteger o

azeite e o vinho da Espanha. No Brasil, fechou-se uma tipografia no século XVIII tão logo se soube do delito em Lisboa.

As duas Américas se diferenciavam, quanto ao citado protecionismo das metrópoles, no tocante ao liberalismo relativo à reprodução de informações. No México fundou-se a primeira tipografia do continente no ano de 1538. De acordo com Oliveira Lima (s/d, p. 32), a tipografia de Filadélfia ocorreu em 1686.

As universidades do México e do Peru são de meados do século XVI. Mas o desapego intelectual contrastava com o apego econômico porque as normas espanholas eram mais severas que as portuguesas, criando-se obstáculos à coesão nacional.

Os Estados Unidos também sofreram dificuldades de coesão nacional. Os organizadores desse país encontraram entraves mercantis entre os estados da Federação. Estes entraves dificultaram a formação de uma consciência comum necessária ao desenvolvimento conjunto da nação. No tocante à vida inteligente, a América espanhola partia na frente na ocorrência de universidades.

A bem da verdade, as universidades da América espanhola eram abrigos contra as novidades intelectuais do Ocidente. Nelas imperava o espírito teológico, o mesmo presente nas escolas de nível superior da Espanha. Aliás, Espanha e Portugal representavam a Europa católica que, no século XVI, pretendia guardar sua unidade religiosa de dois inimigos, os quais Oliveira Lima (s/d, p. 33) denominou de dissidente protestante e infiel muçulmano.

O “infiel muçulmano” fora expulso da Espanha nos fins do século XV. A Espanha apoderou-se de Constantinopla e criou o primeiro imperador cristão do Oriente para unir os mundos asiático e europeu nos fins do século XVI. O dissidente protestante arrastava países para a reforma, a qual subtraía nações do universo católico e dividia o cristianismo entre inimigos e partidários de Roma.

Esse espírito teológico isolou intelectualmente o mundo ibérico das novidades que ocorriam nos saberes. As colônias foram prejudicadas, nesse tópico, pelas metrópoles. A relação entre colônias e metrópoles permitia esse prejuízo,

posto ser de tutela governamental das últimas sobre as primeiras. Nessa relação, ocorriam censuras civis e eclesiásticas:

(...) Uma e outra allivavam-se n'alguns pontos, como por exemplo na legislação relativa á imprensa, que estatua que qualquer trabalho concernente ás possessões ultramarinas precisava, mesmo para ser lá impresso, a licença do Conselho das Indias, o qual funcionava em Madrid (lei de 21 de Setembro de 1560) (LIMA, s/d, p. 34).

Americanos e espanhóis obedeciam a ingerência oficial nos seus modos de observar o mundo. O controle espanhol atingia obras de devoção, de jurisprudência colonial, trabalhos de lingüística indígenas e panegíricos cortesãos. Mas livros com doutrinas filosóficas entravam na América Latina, como ocorrido em 1794 com os Direitos do Homem. Ele fora traduzido e impresso em Bogotá.

Oliveira Lima (s/d, p. 36-37) recordava, entretanto, que o mundo ibérico sofreu transformações intelectuais. Com Carlos III, a Espanha foi influenciada por uma renovação geral das idéias no ambiente culto. Portugal, com Pombal, conhecia novas idéias econômicas e pedagógicas oriundas, em grande medida, da abolição da Companhia de Jesus. Esta também foi abolida em França e na Espanha. No último país, Carlos III confiscou os bens da ordem e os passou para uma junta denominada de temporalidades.

A extinção da Companhia de Jesus desferia duro golpe nos estabelecimentos de beneficência e ensino das colônias e das metrópoles. Ensejava-se, assim, a substituição de velhos processos conhecidos como ensino religioso por métodos próprios da situação ocidental à época. Como afirmava dom Vicente Quesada:

Findava o século (...) sentindo-se em todas as colônias certa inquietação instintiva, precursora de vida nova; as ideias tomavam outro vóo, e os “*criollos*”, os filhos da terra, os que eram verdadeiramente interessados no progresso do país, começavam a inteirar-se dos meios convenientes de prover às suas necessidades: os antigos pupillos verificavam que não careciam dos seus tutores peninsulares, nem de pedir licença, quer para emitir seus pensamentos, quer para promover seu bem estar (apud LIMA, s/d, p. 37-38).

Os filhos das colônias que visitavam a Europa encantavam-se com as aspirações e os pensamentos hegemônicos franceses e ingleses. Dos brasileiros que se encantaram com essas ideias, dois conseguiram proeminência. Basílio da Gama, autor do poema *Uruguai*, e Alexandre de Gusmão. Este foi secretário privado de dom João V e, também, crítico do reinado. Segundo Oliveira Lima (s/d, p. 40), as epístolas de Gusmão são as melhores críticas do período.

O Brasil não possuía universidades, de modo que os brasileiros recorriam a Coimbra para estudar. A participação brasileira na vida intelectual de Portugal representou de certa feita a desforra dos colonos.

No caso da América espanhola, a participação de filhos das colônias foi menor. Esta América possuía universidades e maiores dificuldades de comunicação entre os portos de Cadiz e Sevilha. As regiões das Antilhas, do Pacífico e do Prata não proporcionavam viagem tão fácil quanto do Brasil para Lisboa e vice-versa.

Oliveira Lima (s/d, p. 41) comentava, contudo, que:

O continente americano no hemisfério sul e na costa oriental como que avança em busca da civilização do Velho Mundo: a configuração do golfo do México faz supôr á primeira vista o contrario, o que todavia não obsteu a que fosse seguida e estreita a ligação administrativa e economica, tampouco deixando de ser apreciavel o numero de colonias que visitavam a Europa.

Desses coloniais, pode-se citar Bolívar que foi colega de folgedos de Fernando VII, Príncipe de Astúrias e posterior Rei da Espanha. Outro personagem de destaque é Francisco Miranda, que atuou como militar na campanha de independência dos Estados Unidos e na revolução francesa, e tornou-se franco-maçom na Inglaterra. Na Rússia, foi convidado de Catarina.

A loja maçônica criada por Miranda prolongou ramificações até o Brasil. Ela fora criada na capital da Inglaterra e pretendia emancipar politicamente o continente ainda escravizado. Essa loja avançou o mundo hispânico ao influenciar a revolução pernambucana de 1817.

Para Oliveira Lima (s/d, p. 42), o começo do século XIX indicava a evolução política sul-americana. A América do Sul tornou-se palco de contestações favoráveis a governos autônomos e próprios bem como acolhia uma corte européia que fugia de Napoleão. Neste último caso, a administração local ultramarina tornava-se capital de uma dilatada Monarquia.

Contestações em favor de um governo autônomo e próprio partiam de grupos dotados de ilustração. O grosso da população estava alheio ao debate. Oliveira Lima (s/d, p. 42) justificava o fato porque o compreendia comum até aos países vanguardas da civilização. Mas lembrava, igualmente, que sob certos aspectos, as colônias sul-americanas eram superiores às colônias anglo-americanas.

Os Estados Unidos se distanciaram das demais nações americanas somente após a independência. Oliveira Lima (s/d, p. 43) entendia como causa desse distanciamento o fato do meio, do momento e da raça não corroborarem para a gestão consciente dos destinos da América do Sul.

No tocante à raça, Oliveira Lima (s/d, p. 43) culpava o sangue negro pelo atraso da América do Sul. Os negros possuíam concepções erradas de morte e de vida, criando fetiches grosseiros. Além do mais, tinham vícios de linguagem e sangue de modo a não compreender elevados sentimentos de dignidade e honra humanas. Mas compreendia-se, igualmente, que a influência moral européia, no mestiço, seria poderosa, haja visto os exemplos de Gonçalves Dias e Machado de Assis.

No mestiço, cujo corpo continha sangue das denominadas raças inferiores, ocorria a eficiência do cruzamento de idéias. De modo que a mestiçagem imprimia sinais físicos e morais. Nesta última, podiam-se observar traços de degradação e de elevação.

O meio local sul-americano possuía vícios de tirania e de violência. Para Oliveira Lima (s/d, p. 44), no momento da emancipação, havia pouca harmonia entre as pessoas que viveriam sob o signo de uma mesma nação. O descortino intelectual e a diferença na educação eram as grandes responsáveis pela desarmonia citada.

Nos Estados Unidos, o problema das raças parecia resolvido. Mas a impressão era falsa pois, ao contrário da América do Sul, a questão permanecia premente. Os sul-americanos liquidaram razoavelmente a questão por meio da miscigenação, a qual permitiu a fusão de sangues. Nesta fusão, o elemento inferior se perdia no superior europeu, permitindo o fim dos mestiços. Processo que não ocorreu na vida estadunidense.

Dessa forma, o antagonismo das raças nos Estados Unidos era perigoso. Nesse país, houve o afastamento dos brancos e dos negros, garantindo a superioridade da civilização estadunidense. Mas raças que não se misturam tendem a se hostilizar com riscos de se criar populações irredutíveis porque de cores diversas.

Na América do Sul existiam organizações coloniais que aproveitavam os resultados da miscigenação, como a casa de expostos, o colégio de Santa Cruz de Tlatelolco e o seminário de São José, todos no México.

A casa de expostos data de 1553 e acolhia frutos de relações fortuitas entre soldados espanhóis e índias. Quando se justificava a atribuição da paternidade obrigava-se o genitor a custear seus filhos naturais. A casa também recebia moças mestiças para educar e casar.

O colégio de Santa Cruz de Tlatelolco foi criado pelo bispo Zumárraga no ano de 1536. Do colégio saíam mestres índios para educar filhos de espanhóis. O

seminário de São José era, ao mesmo tempo, escola primária e instituto profissional eclesiástico. Crianças índias eram alfabetizadas nele e o seminário fora quase contemporâneo da conquista do território mexicano aos astecas.

A caridade, fundamento das representações cristãs, chegou mais cedo no novo mundo ibérico. Por isso, aos iberos americanos deram-se, em menor tempo, os benefícios da instrução. No período colonial, a cultura na América do Sul era mais brilhante e sólida quando comparada à anglo-americana. A expansão, de longe, mais fecunda. A vida social, por seu turno, ampla e desassombrada.

Oliveira Lima (s/d, p. 47) recordava que, no Brasil, o lirismo de Minas Gerais superava o convencionalismo neoclássico de Portugal nos fins do século XVIII. A conquista do Oeste brasileiro iniciou-se no século XVI e se completou no século XVIII, logrando todas as suas possibilidades. Nos Estados Unidos, conquista semelhante deu-se no século XIX. Além do que, Virginia não se comparava, em luxo, com a capitania do ouro das Minas Gerais.

A diplomacia brasileira também representava exemplo dessa superioridade. Ela se beneficiou dos tratados entre espanhóis e portugueses na fixação de limites do Brasil com os países vizinhos. Oliveira Lima (s/d, p. 48) citava os tratados de 1750⁷² e 1777⁷³, os quais:

(...) representavam o reconhecimento internacional da conquista territorial realizada por Portugal muito além da órbita que lhe fôra traçada pela bula papal do século XV e pela convenção diplomática de Tordesilhas, a qual reconciliara theoreticamente as côrtes de Madrid e Lisboa.

A expansão ultramarina dos ibéricos, nos seus aspectos econômicos e políticos, foi o ponto inicial da organização das novas nacionalidades na América do Sul. A organização citada era o transplante, feito pelos europeus, das instituições romanas para a América. Os cabildos das colônias espanholas e as câmaras municipais da colônia portuguesa mostravam o transplante citado.

⁷² Tratado de Madri.

⁷³ Tratado de Santo Ildefonso.

Os cabildos e as câmaras municipais foram sementeiras das franquias liberais. Mesmo estando à sombra do despotismo real, deu-se a constituição dessas franquias. Oliveira Lima (s/d, p. 49) as entendia populares na sua índole e observava sua significação na Península Ibérica. Na Espanha, essas organizações eram comunais e se estendiam pelos territórios tomados aos mouros, com jurisdição sobre aldeias e vilas.

Em Portugal, os conselhos tiveram privilégios e recompensas por guerras contra os mulçumanos. Continuou-se, contudo, a ter nos burgueses a matéria prima parlamentar até a coroa absorver todas as regalias.

No caso dos cabildos e câmaras municipais, a nobreza européia levantou-se contra as corporações municipais. A nobreza desprezava o texto constitucional e, para protegê-lo, o tratadista de direito político Castilho de Bovadilla homologou com precedente na Roma imperial e republicana as reuniões plenas do *cabildo abierto*, o qual era uma assembléia popular. A discussão alcançava, também, as colônias.

As opiniões sobre os cabildos coloniais não eram consensuais. Elas oscilavam entre os que acreditavam e os que desconfiavam deles. Os defensores dos cabildos afirmavam que eles contribuía para a boa administração das novas cidades americanas. Essas congregações asseveravam a soberania do povo e Oliveira Lima (s/d, p. 51) as relacionava ao presidencialismo americano importado pelo Brasil e pelas demais nações latinas.

Oliveira Lima (s/d, p. 51) ensinava que o cabildo era uma organização política com a seguinte configuração: “(...) ao lado do conselho deliberativo existia com amplos poderes o magistrado executivo: ao lado ou antes acima do Senado, o ‘imperador’. Apenas o ‘corregidor’, que punha em execução as deliberações do cabildo, era de nomeação régia e não de eleição popular”.

Mas os cabildos tinham um vício de origem, a falta de base representativa. O povo não intervinha na organização política. O primeiro conselho era formado por nomeação direta do Governador. Os “regidores” elegiam seus próprios sucessores,

de modo a permitir abusos na eleição como a cessão pecuniária oficial das varas dos vereadores.

O povo colonial, entretanto, intervinha nas deliberações comunais por meio dos cabildos abertos. José Salgado comentava a esse respeito que: “(...) convocados às vezes por iniciativa da corporação, outras vezes nascidos do accordo espontaneo dos vizinhos afim de resolverem sobre os assumptos mais graves e transcendentaes” (apud LIMA, s/d, p. 52). Nesses encontros, as opiniões eram respeitadas de modo a influenciar as decisões tomadas.

Comenta-se, outrossim, a respeito dos *fueros*. Eles eram reconhecidos pela Coroa espanhola porque representavam a reconquista cristã e significavam um contrato livre de mútua defesa e respeito.

Oliveira Lima (s/d, p. 54) percebeu o funcionamento dessas instituições quando do repúdio à invasão inglesa de Buenos Aires em 1806. O cabildo de Montevideu elevou o governador ao posto de chefe supremo para reconquistar o território tomado pela Inglaterra, uma vez que o vice-rei deserdera ao combate. No processo de independência, o cabildo de Buenos Aires operou a revolução dentro da legalidade.

A separação do Uruguai e sua posterior organização seguiram processo semelhante ao descrito anteriormente. O general Mitre advogava que em Montevideu representaram-se duas cenas. A independência por meio de um cabildo franco e a cena do governo próprio nomeado pelo povo.

Oliveira Lima (s/d, p. 54-55) afirmava que no Brasil deu-se o mesmo. O império brasileiro convergia de juntas provinciais eleitas pelo povo. Por isso, a constituição dependeu da ratificação das municipalidades.

Mas, ao zelarem pelos direitos do rei da Espanha, os cabildos subtraíram as possessões da Coroa. Essas instituições defenderam a América espanhola dos mandos despachados da Europa. As câmaras municipais, no Brasil, assumiram a mesma postura. Quando, em 1816, as cortes constituintes de Lisboa pretendiam

acabar com o reino ultramarino, o príncipe real tornar-se-ia o primeiro imperador constitucional brasileiro.

Nesse último caso, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi peça fundamental. Coube a ela a iniciativa do movimento de independência do Brasil. Emancipação distinta da América espanhola, a se considerar que não houve guerra. Para Oliveira Lima (s/d, p. 56):

(...) se encontrava um poder constituído pela tradição e pela legitimidade, que devia entretanto servir de égide contra aspirações revolucionárias e que se ostentava relativamente forte pelo respeito que inspirava e pela *sympathia* que despertava entre o maior numero, assim conseguindo sobrepor-se aos seus inimigos, isto é, aos partidários do modelo republicano, a quem attrahia uma tal miragem.

Na América espanhola ocorreu violência na separação, promovendo problemas para a reconstrução política e social pós-independência. Cada uma das colônias reclamava interesses próprios, o que impediu acordos. Elas alteraram suas constituições ao decretarem liberdade de comércio, de indústria e de religião. Estas, consoante Oliveira Lima (s/d, p. 57), deram-se no Brasil através da Monarquia que teve como restrição a cessação do tributo pessoal dos índios, o fim do trabalho servil e a supressão da nobreza.

No tocante aos negros, Oliveira Lima (s/d, p. 57-58) insistia no discurso de uma evolução brasileira quando se comparava com as abolições na América espanhola e nos Estados Unidos. No Brasil, o processo deu-se de modo pacífico dada a indisponibilidade dessa instituição com o grau de civilização do meio.

Oliveira Lima (s/d, p. 58-59) reclamava, igualmente, uma simpatia da América do Sul com os índios. Essa simpatia não descartava abusos, perseguições e violências. Mas as perseguições opunham-se ao reconhecimento do direito da raça inferior de educação intelectual e moral bem como com sua elevação social. Citam-se os colégios para filhos brancos de europeus e de índios. Na província de Nova

Granada, atual Colômbia, apesar do difícil acesso e dos poucos recursos, existiam vinte e três colégios e outras tantas escolas primárias no século XVII.

Por fim, a educação na América Ibérica foi essencialmente religiosa. Esta deu lugar a uma cultura refinada com acento no verniz retórico. O saber era apegado às exterioridades e formal, valorizando-se sobremaneira o verbal.

Para Oliveira Lima (s/d, p. 61), falhava-se nas instruções de ciências históricas, políticas e naturais. A ausência de educação política criaria, assim, nas sociedades da América do Sul, a inabilidade para governar-se. Nos Estados Unidos, entretanto, existia uma tradição distinta. O governo da colônia encontrava-se, de fato, nas mãos de seus filhos.

Após a exposição das representações de Oliveira Lima acerca do desenvolvimento desigual das Américas, pretende-se contemplar as idéias de Salvador de Mendonça sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos. Indagar-se-á sobre suas representações de República e suas percepções de nacionalidade.

5 BRASIL E ESTADOS UNIDOS: PERCEPÇÕES DE SALVADOR DE MENDONÇA.

Por meio de comparações, o commercio será estimulado e esclarecido, e o principio de fraternidade entre os homens da America firmemente estabelecido. Este será o centro de vida industrial para todos os habitantes das terras compreendidas entre o Atlantico e o Pacifico. Sentados ás suas mesas, os directores desta instituição, ao chamado de qualquer mercador deste Continente, distribuirão informações pelo correio e pelo telegrapho e, em um instante, dirão ao commerciante de Manáos, de Valparaiso, de Buenos Aires, de Chicago e de Jacksonville, qual a existencia real da borracha, do salitre, da lã, do trigo e das laranjas nos mercados do mundo (...) (MENDONÇA, Salvador. A Situação internacional do Brasil, p. 212-213).

Salvador de Mendonça comentou suas impressões acerca das relações internacionais das nações sul-americanas entre si e delas com os Estados Unidos, na inauguração dos Museus Comerciais de Filadélfia, na qualidade de orador do corpo diplomático da América do Sul. Mendonça, que discursou no dia 02 de junho de 1897, teve como ouvinte o presidente norte-americano William McKinley. O presidente ouviu o representante brasileiro sem saber que, este, estava se aproximando do fim de sua carreira diplomática na nação estadunidense.

Mendonça expunha sua fé na união americana, a qual se daria pelo progresso material das nações do continente. Expectativa esta, esposada por estadunidenses que desejavam ampliar sua participação comercial na América do Sul, o que denotava, também, uma reorientação na política externa dos Estados Unidos.

Débora Bithiah de Azevedo (1998, p. 513) estuda períodos posteriores das relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos, porém, indica o século XIX como momento da construção discursiva para se apresentar uma unidade americana e/ou comunidade pressuposta, a qual contemplava, ou não, a participação norte-americana. Salvador de Mendonça apresenta um discurso marcado por esses símbolos de unidade, com a participação estadunidense. A política externa dos Estados Unidos, outrossim, se preocupava com os interesses das potências européias nas décadas que encerravam o século XIX⁷⁴.

⁷⁴ Para Cristina Soreanu Pecequillo (2005, p. 32), o período compreendido entre o ano de 1898 e o ano de 1917, portanto, momento contemplado neste trabalho de tese, representou uma nova fase da história dos Estados Unidos. Este país vivia um desenvolvimento interno, condicionado por uma outra

As nações européias concorriam entre si pela partilha do mundo. A África já se encontrava dividida e a demarcação da Ásia quase no estágio final. As disputas se davam devido a controles de mercados, territórios e recursos. Mas essas nações reclamavam uma missão civilizatória e cristianizadora. Robert Freeman Smith (2001, p. 615) argumenta que as potências européias moviam-se pela idéia imperial de poder e prestígio nacional. Tais potências intensificaram suas disputas comerciais, atingindo regiões não coloniais e temiam sua exclusão na busca de novos mercados.

Wolfgang Döpcke (2001, p. 115-116), por seu turno, entende o período compreendido entre os anos de 1871 e 1914 como de domínio europeu da economia mundial. Esta foi transformada em uma única economia global, orientada por relações sociais de tipo capitalista, como atesta o aumento do comércio internacional que afetava as relações econômicas entre os Estados. Döpcke afirma que, nesse período, não existiu qualquer restrição a exportações de capitais ou repatriação de lucros. A respeito do desenvolvimento industrial norte-americano, pode-se indagar se aquele país se tornou líder industrial do mundo entre os anos de 1880 e 1900. O autor responde que este desenvolvimento não ameaçou o domínio europeu, pois os Estados Unidos cresceram para dentro de si mesmo, pois, até a Primeira Guerra Mundial, sua economia foi amplamente direcionada para o mercado interno.

Tem-se que, internamente, os governos das potências européias se protegiam por meio de arranjos unilaterais especiais no exterior. Estes arranjos, sobretudo os comerciais, prejudicavam outras nações como os Estados Unidos, que emergiam enquanto potência não-européia. A opinião pública norte-americana, na sua maioria, mostrava-se atenta e preocupada com a reordenação do mundo no fim do século XIX⁷⁵. Compreendia-se a necessidade de resguardar uma área tida como de sua influência: a América do Sul. Percebia-se, igualmente, a necessidade de enfrentar as condições internacionais colocadas pela rivalidade das potências européias.

vida doméstica, que os impulsionou ao exercício de um papel mais ativo no sistema internacional a ponto de transformar o cenário político vigente à época.

⁷⁵ Vale ressaltar que a divisão mundial do trabalho, estipulada entre os anos 1871 e 1914, punha de um lado os países fornecedores de matérias-primas e de outro os produtores de bens industrializados. Somente os Estados Unidos, segundo Wolfgang Döpcke, rompeu com essa divisão ao mudar sua inserção no mercado mundial, passando de fornecedor de matérias-primas, a partir de 1890, para exportador de produtos industrializados.

Em um ambiente onde as potências européias disputavam seu quinhão do mundo, aquele discurso de Salvador de Mendonça era muito agradável aos ouvidos norte-americanos porque indicava a possibilidade de uma amizade continental baseada na prática do comércio. Nos Estados Unidos, inclusive, alguns líderes políticos criam na existência de uma cordialidade americana. Esses políticos apontavam, igualmente, para a possível construção de uma comunidade de interesses, posta sob a liderança estadunidense e que concorreria para estabelecer a ordem econômica, política e social no continente, que afastasse a sombra do poder europeu na América. Essa comunidade cimentaria as relações interamericanas através do comércio exterior, prática de relevância dos norte-americanos desde os tempos coloniais. O discurso de Salvador de Mendonça na inauguração dos Museus Comerciais de Filadélfia se inscreve nessa crença de cordialidade americana, a qual esbarrava nas desconfianças nutridas contra os Estados Unidos por países ibero-americanos. Os estadunidenses corroboraram para essas desconfianças ao se ausentarem dos processos de emancipação na América do Sul.

A ausência estadunidense permitiu à Inglaterra decidir, algumas vezes, a sorte de nações que lutavam por sua independência ainda na década de 1830. Oliveira Lima (s/d, p. 41-42; 44) informa em seu livro *História diplomática* que no reconhecimento do Império, os ingleses obtiveram vantagens econômicas e políticas com o espírito de independência, em especial, na América espanhola. Emissários britânicos percorreriam as ex-colônias da Espanha para se informarem da situação política e social de cada nova República que se constituía, fazendo com que o Foreign Office tivesse informações seguras a respeito da região. Por meio dessas informações, Canning decidiu-se pela consolidação de relações comerciais com Buenos Aires, em julho de 1824; com a Colômbia e o México em dezembro do mesmo ano. A influência inglesa nessas nações, inclusive, alcançou o século XX na economia e na política. Os interesses britânicos voltavam-se, especialmente, para a América Central, mas também para o Brasil, o Chile, o México e a região do Prata. Já os franceses se interessaram, em menor grau, pelo México e pelo Prata.

De acordo com Robert Freeman Smith, não só os ingleses fizeram sentir a sua presença na América do Sul independente, o que devia preocupar os norte-

americanos, os quais se mantiveram arredados dos processos de emancipação dos seus vizinhos do Sul. Segundo Smith, a presença europeia tornou o mar das Caraíbas seu espaço, pois diversas ilhas eram colônias da Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Inglaterra e Suécia (2001, p. 609).

As intervenções das potências europeias aconteceram, assim, até a década de 1890. Essas intervenções variavam no uso da força militar conforme a intensidade exigida pelos interesses então disputados. Elas defendiam prerrogativas europeias no continente americano através de diferentes formas de retórica, mas coincidiam na ação. Preservavam-se aqueles interesses por meio de intervenções militares, as quais mantinham a influência da Europa na América do Sul. Tais intervenções podiam se apresentar como mediações de conflitos entre países vizinhos na América ou mesmo como atos de proteção de cidadãos europeus que reclamavam maus-tratos e rudezas de governos sul-americanos.

A reclamação era algo comum, visto que a prática internacional no século XIX visava à proteção de propriedades e de vidas de nacionais em terras estrangeiras, bem como à promoção de padrões civilizados de comportamento. Em caso de qualquer ato ofensivo aos seus nacionais, haveria ações militares como punição aos patrocinadores de ataques a estrangeiros ou de interferência no comércio internacional. A própria supressão do tráfico transatlântico de escravos se inscrevia na promoção de comportamento civilizado. Outros tipos de reclamações também motivavam intervenções militares europeias na América do Sul.

As reclamações financeiras de europeus em terras americanas geraram também muitas intervenções. As ações britânicas e francesas no Prata, entre 1836 e 1850, exemplificam o argumento. Elas duraram mais de dois anos e foram bloqueios navais contra Buenos Aires, os quais ocorreram em 1836, promovidos pela França, e no ano de 1845, como movimento conjunto de franceses e de ingleses. Todos, porém, se baseavam no revide ao comportamento de Juan Manuel de Rosas. Vale lembrar que esse líder argentino feriu interesses estrangeiros e incomodou seus vizinhos brasileiros e uruguaios.

A França também bloqueou o porto de Veracruz, em abril de 1838. O governo do México se recusou a pagar uma conta de 600 mil pesos, derivados de diversas

reclamações dentre as quais a invasão da loja de propriedade de cidadão francês. O episódio tornou-se conhecido como Guerra de los Pasteles, pois sua principal reclamação deu-se contra um oficial do exército mexicano, o qual teria comido tortas que, juntas, somavam algo em torno de 800 pesos.

Em 1861, Espanha, França e Inglaterra cobraram cerca de 80 milhões de pesos, referentes a dívidas e reclamações. Na ocasião, o monarca francês Napoleão III autorizou o desembarque de soldados para empossar Maximiliano da Áustria como imperador. Espanha e Inglaterra se retiraram da operação, permanecendo no país americano, a Legião Estrangeira e 34 mil soldados regulares (SMITH, 2001, p. 610).

Maximiliano da Áustria permaneceu no poder até 1867, quando o monarca Napoleão III compreendeu os riscos de um império francês na América. Além do que, as complicações na Europa avançavam vertiginosamente e os Estados Unidos terminavam sua guerra civil com a vitória do Norte. Os estadunidenses liberavam, desse modo, boa parte do exército para operações em outros lugares. Mas, com a saída das tropas francesas, Maximiliano foi fuzilado e a Imperatriz Carlota, que já se encontrava na Europa, foi enviada para um manicômio.

A Espanha, por seu turno, desejava reaver seu domínio imperial no continente. Os espanhóis assumiram o controle de Santo Domingo em 1861 permanecendo lá até 1865. Os espanhóis tomaram o poder nas ilhas Chinha, ao largo da costa do Peru, em 1863. Pretextava-se atender reclamações de seus cidadãos. Contudo, enfrentaram uma frente comum vitoriosa formada pela Bolívia, Chile, Equador e Peru. Observa-se que Chile e Peru eram rivais.

Ao longo desses acontecimentos, os Estados Unidos permaneceram arredios e pouco se envolviam com as questões internacionais na região. Quando das independências na América do Sul, os estadunidenses preocupavam-se com a restauração da antiga ordem de autoritarismo político e de mercantilismo econômico. Mas temiam confrontos com a França e com a Inglaterra em função de sua limitação militar e também por conta de preocupações com conflitos domésticos.

Somente em dezembro de 1823 se prefigurou um esboço de sistema americano com a declaração do presidente Monroe. Na sua declaração, ganhavam destaque a liberdade civil, política, religiosa e também os princípios econômicos liberais. Na verdade os ideais sofreriam mudanças quando deparados com a política de poder internacional. No último caso, acentuou-se a rivalidade entre Estados Unidos e Inglaterra. A rivalidade era motivada porque ambos os países desejavam influenciar a América do Sul.

A partir de meados da década de 1840, o Texas insuflou interesses ingleses e norte-americanos. Essa província se separou do México e agentes ingleses encorajavam texanos a não se juntarem aos Estados Unidos. O governo da ex-província, porém, aceitou a anexação provocando a guerra contra o México⁷⁶.

Os expansionistas norte-americanos entendiam que o vasto território entre o Pacífico e o Texas aguçava as ambições européias e, também, colocava em risco o Destino Manifesto estadunidense que previa o avanço norte-americano do Atlântico ao Pacífico (SMITH, 2001, p. 611-612).

Com a vitória na guerra contra o México⁷⁷, os Estados Unidos se voltaram para o Caribe. A área era entendida como rotas de trânsito que cruzavam a América Central e permitiam a expansão até o Pacífico. Nela, Estados Unidos e Inglaterra se confrontaram mais uma vez e os ingleses tomaram a ilha de Roatán, ao largo da costa setentrional de Honduras, em 1836. De acordo com Robert Freeman Smith (2001, p. 612), o governo britânico restabeleceu o protetorado sobre os índios Mosquitos ao longo da costa oriental de Honduras e da Nicarágua em 1843.

Em 1846, os Estados Unidos negociavam com Nova Granada, o Tratado Bidlack, que estabelecia direitos iguais para cidadãos de Nova Granada e estadunidenses no sentido de atravessar o istmo do Panamá. Com o Tratado, os norte-americanos ganhavam duplamente, posto que assegurava o livre trânsito e a neutralidade do istmo. Porém, o governo inglês reagiu no ano de 1848, ao consolidar o protetorado de Mosquito, com a ocupação da cidade de San Juan, que passou a se chamar Greytown.

⁷⁶ Cf. p. 78-79.

⁷⁷ 1846-1848.

Essa ocupação encorajou um oficial inglês que, em 1849, invadiu a ilha Tigre, no golfo de Fonseca. A atitude isolada criou clamor nos Estados Unidos e provocou o repúdio do governo britânico. Logrou, porém, a abertura de negociações que resultaram no Tratado de Clayton-Bulwer, assinado em 19 de abril de 1850. Este Tratado determinava que:

(...) nenhuma das partes “ocuparia”, “colonizaria”, ou exerceria “domínio” sobre qualquer porção da América Central. Estipulava ainda que, no caso de ser construído um canal no futuro, nenhum país poderia fortificá-lo ou exercer controle exclusivo dele (SMITH, 2001, p. 612).

O Tratado, ao menos no começo, de nada adiantou. A Inglaterra anexou a ilha de Roatán e outras adjacentes à Colônia das Ilhas Bay, em 1852. Os estadunidenses reclamavam traição e, em 1854, bombardearam Greytown como vingança ao ataque sofrido por um diplomata estadunidense. Havia rumores de guerra, que não se concretizou porque a América Central não era prioridade para o governo britânico, o qual se preocupava com a Guerra da Criméia. Tanto que, em 1856, assinou-se novo tratado, pelo qual a Inglaterra cedia as ilhas Bay a Honduras e renunciava ao protetorado de Mosquito.

Apesar de os Estados Unidos não ratificarem o tratado, os ingleses resolveram a questão centro-americano em obediência a ele. A Inglaterra somente não atendeu a uma reivindicação, transformando Belize nas Honduras Britânicas, em 1862. Posteriormente, de acordo com Robert Freeman Smith (2001, p. 612), quarenta anos a partir daquele ano, para ser mais exato, os norte-americanos dominariam a região.

Aliás, o presidente estadunidense James Buchanan defendia que o seu país deveria exercer papel de polícia na América Central e no Caribe, sob pena das potências européias o fazerem. Buchanan, inclusive, pediu autorização ao Congresso para usar força armada na América Central e no Caribe. O Congresso

negou a autorização. Os Estados Unidos afirmariam poder de polícia no Caribe somente quando passados cinqüenta anos, através do corolário Roosevelt.

Acredita-se que Salvador de Mendonça possuía esses referenciais do passado das relações internacionais dos Estados Unidos, quando pronunciou aquele discurso. Mendonça apresentava, dessa forma, sua concepção de uma América republicana, na qual as nações seriam soberanas nas suas relações e que cimentariam sua cordialidade através do livre comércio.

Salvador de Mendonça trabalhou vinte e três anos⁷⁸ naquele país e apreendeu com maestria as angústias e crenças dos estadunidenses. O seu segundo matrimônio, o qual culminou na sua viuvez, ocorreu com uma jovem norte-americana⁷⁹. Mendonça também acompanhou, muito de perto, as alterações de sentido da Doutrina de Monroe, bem como o comportamento estadunidense com as demais nações americanas⁸⁰.

Dentro desse ambiente de experiências, Salvador de Mendonça refletiu a inserção internacional do Brasil sob a bandeira republicana da qual foi co-participante, como relata em artigo de 18 de março de 1913, publicado no *Imparcial*:

⁷⁸ Do ano de 1875 ao de 1898, quando foi exonerado.

⁷⁹ Salvador de Mendonça, em carta endereçada a José Maria Machado de Assis, descreve sua noiva observando suas virtudes de espírito e físicas: "Mary tem 26 anos, mas 26 com essa primeira flor de mocidade que não conhecemos no nosso clima abrasador. É alta, esbelta, nem clara nem morena, olhos azuis e cabelos castanhos quase negros, rosto oval e harmonioso, com as mais finas e corretas sobranceiras que já vi, nariz irrepreensível e um pequeno buço que a torna mais morena do que clara. Tem umas mãos que nunca me deixaram entender bem à lição. Quanto ao caráter, fôra insuficiente um livro para pintar-to: é a perfeita mulher americana, educada em uma casa de puritanos, trabalhando todos os dias apesar de possuir suficiente de seu, e encarando um homem em face com a dignidade de um *gentleman*. Escreveu durante três anos, sob pseudônimo, para uma revista alemã aqui. Os seus versos ingleses são formosíssimos. Lê Virgílio e Horácio como a sua Bíblia. Aprendeu desenho com a mãe e faz aquarelas admiráveis. Canta com uma voz velada e doce como nunca ouvi. Quando conversa, nunca levanta a voz além de um diapasão que estou crente ser do côro angélico nos céus. Diante disto, meu Machado, o único partido é sucumbir com glória: caso-me" (apud MENDONÇA, 1960, p. 107-108).

⁸⁰ Cf. Capítulo II.

Em S. Paulo, depois que Saldanha Marinho deixara a Presidencia da Provincia, mantivera commigo durante um anno uma correspondencia semanal, na qual communicavamos um ao outro tudo quanto chegava ao nosso conhecimento ácerca da propagação da idéia republicana. Essa correspondencia, que é possível que, pelo menos em parte, ainda venha á luz, é um verdadeiro repositório de todas as manifestações de repulsa ao regimen Monarchico, em toda a extensão do Brasil (...)

No mesmo *Imparcial*, de 8 de junho de 1913, Salvador de Mendonça lembra-se das listas secretas apresentadas ao Clube Republicano e de uma particularmente. Nesta, Mendonça informa que:

(...) Seja-me apenas licita uma indiscreção, visto haver Quintino se referido a essa excepção: na primeira linha da segunda pagina na lista de Pompílio de Albuquerque figura o nome de Floriano Peixoto, que portanto já era Republicano dezoito annos antes da proclamação da Republica

Artur Vieira Peixoto e Francolino Camêu (1983, p. 49-50), o primeiro, cunhado e primo de Floriano Peixoto, informam que Pompílio de Albuquerque procurava reunir forças republicanas capazes de tomar o Rio de Janeiro após a ida de Pedro II para a Europa. Albuquerque, com este propósito, alistava os oficiais do exército enquanto o tenente Rosa Júnior procedia de igual forma na Armada. Camêu e Peixoto, sem citar a autoria do artigo, deram esta informação, ao comentar este artigo do *Imparcial*. Eles somente lembravam que Quintino Bocaiúva havia dito ser a sua amizade com Floriano Peixoto de longa data, estando o nome de Peixoto registrado entre os papéis mais antigos do arquivo de Bocaiúva.

O olhar de Salvador de Mendonça, na qualidade de militante republicano, alcançava muito dos atores e dos cenários que embalavam a, ainda prometida, República brasileira. Deve-se observar, porém, que Mendonça acreditava nas promessas de futuro da República até no plano religioso porque frades paulistas, companheiros de crença do padre Feijó, faziam sua propaganda. Mas ele não informava os planos de Pompílio de Albuquerque, o qual desejava a tomada de

poder quando da ida de Pedro II para a Europa. O militante republicano desconhecia os propósitos de Albuquerque, denunciados por Artur Vieira Peixoto e Francolino Camêu, ou era mais cômodo para ele esquecê-los?

Salvador de Mendonça propalava a doutrina democrática que também aparecia na forma de discursos na Assembléia de São Paulo. Nesta Assembléia, homens públicos como Campos Sales, Jorge de Miranda e Martinho Prado Júnior a defendiam ardorosamente e faziam crer que a República se daria pela via parlamentar como manifestação da vontade da nação brasileira, então sedenta de modernidade para o país. Aliás, segundo Fábio Murici dos Santos (2005, p. 3-11), parcela significativa dos intelectuais reformistas brasileiros também estavam unidos desse desejo de democracia e modernidade, o que provocava neles uma antipatia à Monarquia, entendida como fator principal do atraso industrial e tecnológico do Brasil. Para Murici dos Santos, existia como pano de fundo desses sentimentos, uma concepção otimista de América que se associava aos Estados Unidos, onde a criatividade e a liberdade dos homens estariam plenamente garantidas para a construção de um Novo Mundo. Os estadunidenses também inspiravam a crença no individualismo, o qual seria capaz de liberar as energias humanas promovendo a virtude da autoconfiança. O homem comum norte-americano aparecia como responsável pela realização da sua própria história, tornando sem sentido a tutela de uma aristocracia. O poder, igualmente, se encontrava regulado por valores baseados na crença do esforço individual e pelo respeito à diversidade de práticas e opiniões sobre a realidade.

Fábio Murici dos Santos continua o desenho do quadro referencial dos Estados Unidos que teria inspirado aqueles intelectuais, dos quais Salvador de Mendonça fazia parte, como já indicado. Nesse quadro referencial tinha-se, em grande medida, uma rejeição às aristocracias ou a qualquer classe que não houvesse conquistado riquezas e sucessos por mérito. A ociosidade e a ostentação eram, igualmente, tidas como comportamentos viciosos. Estas concepções tornaram-se mais claras quando Thomas Jefferson disputou o poder com Alexander Hamilton. Jefferson defendia que, para a realidade social estadunidense, eram irrelevantes quaisquer mecanismos de controle, os *checks and balances*, da Constituição de 1787, inspirados nas propostas de Montesquieu. O argumento a respeito da nulidade desses mecanismos de controle se baseava na idéia de que

não se precisava temer o povo, como acontecia na Europa ou Velho Mundo. Neste, as aristocracias desejavam o controle político para impedir uma possível guerra de classes. Na América, a realidade seria diferente, pois o aludido conflito de classes não existia, dado o fato da propriedade não estar relacionada ao poder, estando vinculada à liberdade, a pedra angular do exercício republicano que deveria estimular a ação popular sob regras consensuais estabelecidas pela maioria. De acordo com Santos, essas questões também se manifestaram na vida pública ibero-americana, mais precisamente a respeito do papel das elites em meio às crises civis correntes no continente.

Maria Lígia Coelho Prado (2002, p. 10-16) percebe a importância dos Estados Unidos para essa intelectualidade reformista brasileira por um prisma distinto do apresentado por Fábio Murici dos Santos. Prado defende a existência, entre os intelectuais brasileiros, de uma idéia de duas Américas distintas, sendo a de colonização espanhola tida por inferior à colonizada pelos portugueses. Tal compreensão criou um fosso que separava os brasileiros dos demais americanos do sul. Distinção que não cessou com a instalação da República, a qual, para a autora, deveria promover uma nova representação dos vizinhos do Brasil, invertendo “o sinal de negativo para positivo”. Mas as diferenças imagéticas continuaram no período republicano, surpreendentemente, através dos argumentos utilizados na época da Monarquia. Prado alicerça parte de suas constatações no fato da historiografia brasileira mostrar que os republicanos não produziram um discurso distinto o suficiente para opor, fortemente, esses dois períodos políticos. A República seria devedora dos princípios positivistas e, por isso mesmo, ela era entendida como uma etapa necessária ao progresso da nação. Ou seja, a monarquia foi superada sem a necessidade de destruir o seu legado ao Brasil, a começar pela asseverada “manutenção da unidade e grandeza do território”. Uma das conclusões que seguem dessa superação é a permanência impoluta da figura de Pedro II, ao qual eram atribuídas as qualidades de monarca bem intencionado e regente preocupado com os problemas nacionais. Outra possível consequência relaciona-se à idéia do Império ter sido uma exceção positiva no conjunto das nações sul-americanas; idéia que permaneceria inalterada na República.

Dado esse conjunto de permanências das representações do Império, a aproximação da República do Brasil com os Estados Unidos pode significar, além da afirmação do novo regime brasileiro, um aprofundamento das trajetórias históricas que afastavam a América portuguesa das nações hispano-americanas na perspectiva de uma parcela significativa da intelectualidade brasileira. No tocante ao campo das idéias, Maria Lígia Coelho Prado informa que aconteceu, no Brasil republicano, uma tímida aproximação oficial com a América espanhola através da iniciativa de um concurso público para a elaboração do primeiro manual escolar de História da América. Rocha Pombo foi o único concorrente a esse concurso tendo seu texto aprovado e, posteriormente, publicado com o parecer positivo de Manuel Bomfim. Nesse ambiente, em que o Brasil estava de costas para a América do Sul, Salvador de Mendonça labutava diplomática e/ou intelectualmente pelo regime democrático brasileiro, tendo por referencial o modelo estadunidense. O aludido regime restaria frustrado na sua realização e Mendonça o analisaria nos seus fracassos guardando boas lembranças do monarca, mas possuindo más impressões da Monarquia.

No tocante ao regime democrático no Brasil, Salvador de Mendonça informa que a doutrina democrática era acolhida na forma de correntes de opinião, no Norte e no Sul do país. Saldanha Marinho o comunicava sobre correspondências entusiasmadas de republicanos paraenses e do Rio Grande do Sul. Marinho, inclusive, já era reconhecido como líder republicano e, no Rio de Janeiro, como observa Mendonça, em artigo de 6 de julho de 1913, no *Imparcial*:

Ao chegar ao largo de S. Francisco de Paula, não raro o aguardava um grupo de mais de uma duzia de pessoas, ali retidas pela presença do tilbury, só com o fito de o cumprimentarem ou lhe dirigirem uma phrase amistosa. Entre os seus admiradores, havia gente de toda a classe, principalmente crescido numero de estudantes de todas as escolas (...) É que toda a população dir-se-hia esperar delle alguma cousa nova em beneficio da Nação. Conheciam todos a sua hombridade, o seu desinteresse, o seu patriotismo. Se delle não viesse alguma melhora para a cousa publica, de quem poderia vir?

Mas as promessas de futuro da República brasileira, desenhadas por Salvador de Mendonça, não se cumpriram. A proclamação do novo regime no Brasil falhou justamente no campo do patriotismo, no qual vislumbravam aquelas virtudes atribuídas a Saldanha Marinho. Promoviam-se, assim, desencantamentos que culminaram em um futuro de incertezas para os quais João Cruz Costa (1974, p. 45-48) encontrava explicações. Cruz Costa entendia a República como uma nova composição das classes dominantes, das quais emergiram setores interessados em dominar o Estado para colocá-lo a seu inteiro dispor. Esses setores construíram alianças com uma nascente classe média que se construía em torno das Forças Armadas, levando Aristides Lobo a afirmar que a instalação do novo regime “foi deles (dos militares), deles só” (apud COSTA, 1974, p. 46).

Cruz Costa adverte, igualmente, que a República brasileira nascia limitada e assim permaneceria ao longo de trinta a quarenta anos de sua existência. Ela não transformaria a ordem política do Brasil, falhando nos campos jurídico e social. Basta lembrar que parte significativa das instituições governamentais e da legislação do novo regime vinha da Monarquia, mais precisamente do Segundo Reinado. Ainda, segundo Costa, a República teve o mérito de desnudar o poder das oligarquias regionais até então encoberto pelo véu do patriarcalismo monárquico. A este respeito, Raymundo Faoro (2001, p. 516-517) argumenta que o novo regime provocou mudanças significativas na estrutura de poder porque rompeu com o conteúdo ideológico, substituindo-o pelos vínculos de classes. Faoro comenta que, na época do Trono, homens sem posses, como o visconde do Rio Branco, ascendiam a posições proeminentes visto que não disputavam contra interesses poderosos e indicavam sua fidelidade política ao Imperador com vistas a ocupar uma vaga no Senado vitalício. Com a República, o processo mudaria no sentido de prevalecer os objetivos de grupos como os fazendeiros de café de São Paulo. João Cruz Costa e Raymundo Faoro constroem argumentos por métodos distintos, mas concordam que o regime implantado em 1889 desnudou o poder de oligarquias regionais, as quais jogariam papel importante no cenário político, observado e vivido por Oliveira Lima e Salvador de Mendonça.

Salvador de Mendonça analisa e constrói explicações sobre o desenvolvimento da República brasileira dentro desse conjunto de derrotas e vitórias do regime que substituiu a Monarquia. Mendonça se preocupa, sobretudo, com as

promessas de futuro não cumpridas e a continuidade de práticas e representações de idéias acerca do Brasil. Neste caso específico a inserção do país na América, tendo os Estados Unidos por potência hegemônica do continente. Suas análises são feitas por meio de referenciais adquiridos ao longo de sua experiência diplomática e de militante do regime democrático, promovendo indagações sobre as razões das falhas do regime que substituiu a Monarquia em 1889. Mendonça pretendia vislumbrar um futuro sem as incertezas que tanto o incomodavam e, segundo ele, também, aos brasileiros.

Pretende-se compreender as opiniões de um futuro sem incertezas, através do presente nublado de Salvador de Mendonça. Esse presente nublado, que inicialmente pode parecer uma forma demasiado subjetiva e turva, indica o horizonte de expectativas de Mendonça. Neste horizonte, construído por idéias que se compõem e recompõem em seus artigos jornalísticos, apresentam percepções sobre o Brasil e as Américas contemplando práticas diplomáticas americanas e brasileiras bem como denúncias acerca de atores e cenários nos quais se desenrolaram tramas de poder. As narrativas do autor pesquisado, nesse sentido, desnudam relações de personagens com o poder de modo a elucidar representações sobre as falhas da República no Brasil, apesar dos discursos guardarem muito de paixões e subjetividades.

5.1 REPÚBLICA BRASILEIRA NOS “FRAGMENTOS”⁸¹ DE SALVADOR DE MENDONÇA: CONDIÇÕES DE ESTABELECIMENTO DO REGIME E SEU DESENVOLVIMENTO.

Para Salvador de Mendonça (1913, p. 1), a República do Brasil não passava de um ensaio mal feito. Apesar dos seus vinte e três anos de existência, ela não inspirava confiança. As instituições eram frágeis e a política vista, por boa parte dos brasileiros, como uma prática corrupta. Mendonça (1913, p. 1) refletia as fragilidades do regime por meio da falta de consciência histórica e política do povo⁸². Emília Viotti

⁸¹ O termo fragmentos alude a duas perspectivas autônomas de sentidos. A primeira se relaciona a angústia de Salvador de Mendonça. Ele militou pelo regime republicano e/ou democrático e, ao escrever sobre a República do Brasil, possuía seu espírito fragmentado pela decepção das ilusões perdidas. A última perspectiva refere-se ao método de apresentação das fontes. Optou-se por fragmentá-las relacionando seus conteúdos.

⁸² Cf. p. 94-95.

da Costa (1999, p. 398-400), em dado momento do seu trabalho, comenta o tema apresentado pelo autor estudado por meio dos testemunhos de monarquistas e republicanos. Viotti da Costa, após inquirir as suas fontes, comenta que, no começo do século XX, portanto o momento da fala de Salvador de Mendonça, o movimento republicano havia deixado claro quais os setores beneficiados e os prejudicados por ele. Costa indica as classes rurais, vinculadas aos grupos importadores, como fazendo parte dos agraciados pela República e os industrialistas, com discursos nacionalista e protecionista, na qualidade dos onerados. Uma parte dos brasileiros se indispunha com o novo regime e dirigia suas críticas, em particular, às oligarquias paulistas que compunham a maioria do primeiro grupo, o dos importadores. Por isso a autora assevera que, no começo daquele século, republicanos desencantados analisavam a falência da República do Brasil⁸³.

Salvador de Mendonça, na qualidade de republicano desencantado, mas, ao contrário de Oliveira Lima, ainda defensor da República, também escreveu sobre a experiência desse regime no Brasil. Mendonça reconstruía, a partir da sua compreensão dos fatos, a história republicana brasileira. No artigo intitulado “A abdicação do sr. D. Pedro II”, de 1913, ele recordava as palavras do conselheiro Saraiva ao Imperador, como indicativo das condições adversas ao surgimento da República que, inevitavelmente, se realizaria:

(...) O Imperador recebera o Conselheiro Saraiva com manifesta satisfação, e fazendo-o sentar perto de si, ouvira de sua boca, pouco amiga de cortezanias, mas sempre leal, sincera e respeitosa, a exposição clara e franca da situação política. A República ahi vinha e nada estava preparado para recebê-la. Assustava-o a perspectiva da anarchia e o desencadeamento das paixões. Era preciso ir ao seu encontro para se evitarem os abalos que fatalmente acarretaria. – “E minha Filha?” inqueriu o Imperador commovido.
– O reinado de Vossa Filha não é deste mundo”, respondeu o Conselheiro Saraiva (...)

Como indica Salvador de Mendonça no artigo, setores das elites políticas do Segundo Reinado compreenderam, a certa altura, que a República era fava contada.

⁸³ Emília Viotti da Costa cita como exemplo desses republicanos A. Coelho Rodrigues, autor do livro *A República na América do Sul*, publicado em 1906.

Para Mendonça, alguns homens públicos, como o Conselheiro Saraiva, eram lúcidos o suficiente para sugerir mudanças institucionais que preparassem o Brasil para o advento do novo regime. Mas as correções institucionais não foram feitas e a República surgiria com equívocos, pois o ambiente não lhe era propício. Para piorar, o povo brasileiro era analfabeto e não compreendia a profundidade das mudanças operadas na vida civil tampouco seu alcance na história nacional⁸⁴. De algum modo, na fala de Salvador de Mendonça a República surge como um passo de superação da Monarquia, como naquele espírito positivista sugerido por Maria Lígia Coelho Prado, mas sem um caráter romântico porque Mendonça entende que a Monarquia não preparou seus súditos para assumir e responder por seus atos como ocorreria com os cidadãos estadunidenses. Não existia, assim, o cidadão brasileiro posto que este não tivesse uma consciência civil e patriótica.

O não comprometimento popular com o regime que substituíra a Monarquia, inclusive, partia dessa falta de consciência civil e patriótica. Sem o desejar, pelo menos intencionalmente, o povo dificultava as ações dos republicanos de boa-fé, os quais não logravam governos capazes de organizar o país sob o signo do regime democrático produzindo uma imagem de desequilíbrio das forças que mantinham o poder. Mas, entre os republicanos, também ocorriam erros de análise. Salvador de Mendonça, em artigo de 25 de maio de 1913, no *Imparcial*, rememorava a organização da República do Brasil e sua inoperância em aproveitar “(...) o conselheiro José Antonio Saraiva para seu Thiers (...)” posto ele ser o “(...) o estadista do Imperio mais sagaz (...)”.

Contar com políticos do regime decaído não era procedimento incomum na novel República, fato que João Cruz Costa (1974, p. 47-49) compreende como sendo prova de um espírito de ambição, audácia, aventura e enriquecimento próprio ao regime que substituíra a Monarquia. Cruz Costa informa que, talvez por influência desse espírito, os conselheiros Saraiva e Paulino Soares de Sousa tenham, tão prontamente, se condicionado ao novo regime. Salvador de Mendonça, ao contrário, atribuía o vício não à República, mas aos adesistas. Mendonça lembrava que, após a proclamação, existiam mais oportunistas e menos republicanos de direito e fato incorporados ao regime. Ele reconhecia a adesão de oportunistas à

⁸⁴ Cf. p. 95-96.

República, mas discordava do senador Rangel Pestana que afirmava a existência de apenas dois republicanos antes da proclamação⁸⁵.

O número de defensores desse regime era reduzido, mas o senador desprezava o espírito democrático, próprio da alma americana, no Brasil. Eduardo Scheidt (2006, p. 1) explica que o termo alma americana, empregado por Salvador de Mendonça, compunha uma longa lista de representações sobre a América então recorrentes durante o século XIX. Estes termos, segundo Scheidt, indicavam sentidos essencialmente políticos e eles se articulavam, normalmente, a outras palavras como independência, liberdade, nação, república e revolução. Dessa forma, alma americana expressava menos a condição de ter nascido no continente americano senão que um defensor da independência e do republicanismo em contraposição a monarquia identificada ao colonialismo europeu. Em artigo do *Imparcial*, datado de 18 de maio de 1913, Salvador de Mendonça afirma que:

Pondo de parte as tentativas frustadas de Pernambuco e de Minas – no XVIII Seculo e os movimentos revolucionarios de 1817 e 1824 em Pernambuco e no Sul, no Centro e no Norte, a Guerra dos Farrapos, o movimento de São Paulo e as revoluções dos Luzias e dos Praeiros – factos historicos que claramente demonstram ter existido entre nós, desde os tempos Coloniaes, o espirito de democracia, que se poderia chamar a alma da America, - pôde-se, sem receio de contestação, affirmar que de 1860 a 1890 houve no Brazil outros Republicanos. Não se contavam por muitas dezenas, mas foram mais de dous.

Salvador de Mendonça respondia ao senador Rangel Pestana ao mesmo tempo em que fornecia indícios para pensarem-se as razões do espírito democrático, próprio da alma americana, não triunfar no Brasil. Esta alma americana e/ou espírito de liberdade era uma representação recorrente de Salvador de Mendonça. No periódico *A Legenda*, de 21 de agosto de 1860, Mendonça afirmava que:

⁸⁵ Rangel Pestana cita a si e a Quintino Bocaiúva.

(...) O espirito de liberdade, innato no coração dos Brasileiros, revoltou-se contra as tendencias para o despotismo. Surgiu essa opposição enriquecida por tantos talentos illustres e que, na expressão de um joven escriptor, teve por luzeiro de seus triumphos a palavra luminosa do Mirabeau do Brasil: no Senado foram os mais proeminentes membros Vergueiro, Paula Souza e Costa Ferreira, que aproveitando-se das garantias concedidas pelo regimento da casa, embargaram durante grande numero de sessões os projectos reaccionarios do governo, que tinha em mente destruir os efeitos salutaes do glorioso 7 de abril e reconduzir o paiz ao estado anomalo, em que havia jazido por longos annos.

No artigo citado, Salvador de Mendonça criticava práticas da Monarquia, como homenagens a homens públicos sem serviços pela pátria e defendia a idéia da imprensa ser o depósito do pensamento humano. Mendonça apelava a esse depósito no sentido de salvaguardar a memória dos políticos que julgava dignos de nota porque teriam corroborado com a afirmação do espírito democrático na nação brasileira, ainda sob o signo da Monarquia. Neste ponto do discurso, o autor estudado não fornece contribuições originais para se pensar o período em tela, mas comunga de opiniões correntes entre os republicanos, como as considerações de Oscar Araújo e Suetônio de que os males do Império deviam-se mais a instituição do que ao imperador, sendo este último uma “vítima ilustre” (VIOTTI, 1999, p. 387-388).

Ao homenagear esses homens públicos, Salvador de Mendonça revelava sua crença em um espírito de liberdade próprio aos brasileiros. Mais tarde, entenderá esse espírito como sendo uma alma americana também presente no Brasil. Alma que seria obliterada com o sacrifício do regime democrático, como indicado ao longo do capítulo.

Salvador de Mendonça (1913, p. 3) compreendia que a adesão de oportunistas ao novo regime, o analfabetismo do povo, a ausência de um ambiente institucional consolidado e os erros dos republicanos sacrificaram o regime democrático ou republicano. Deve-se considerar, ainda, que um regime democrático não prescinde da rigorosa obediência à lei escrita. Mas como exigir esse rigor em terra de analfabetos? A obediência à lei asseguraria também, defesas contra

revoluções porque os pressupostos da organização nacional atenderiam a todas as demandas e interesses.

No caso particular de se disputar o mando sobre os demais cidadãos, a lei regularia o acesso ao poder. A representação não seria maculada, pois a única alternativa para alcançar o poder seria o voto que, por seu turno, se equilibrava na liberdade do seu exercício por parte do cidadão. Hannah Arendt, que desenvolveu um seminário sobre Os Estados Unidos e o espírito revolucionário na Universidade de Princeton⁸⁶ na primavera de 1959, comenta que os estadunidenses conseguiram transformar um conjunto de princípios políticos em valores sociais como, por exemplo, transmudaram liberdade pública em liberdade civil e o espírito público em bem-estar individual do maior número (2001, p. 272). Esse fenômeno, descrito por Arendt, teve sua força na opinião pública que governava uma sociedade democrática igualitária. Dessa forma, os norte-americanos possuíam como prática corrente, a correção de desvios na vida pública com a certeza de manter a estabilidade do regime, algo que a autora citada afirma ter sido o desejo maior dos políticos do século XIX. Desejo que, como visto também se manifesta nas representações de Salvador de Mendonça.

No conjunto das representações de Salvador de Mendonça sobre o tema acima aludido, pode-se recorrer a dois exemplos para se pensar a liberdade do exercício do voto e suas conseqüências na vida civil. O primeiro se relaciona ao Brasil do Segundo Reinado e o último ao segundo governo do republicano Ulysses Grant. No primeiro caso, Mendonça denuncia no jornal *A República*, de 14 de dezembro de 1871, cerceamentos a liberdades, pois:

⁸⁶ Este seminário foi realizado sob os auspícios do Programa Especial sobre a Civilização Americana e teve subsídios da Fundação Rockefeller. Hannah Arendt transformaria, posteriormente, suas reflexões no livro *Sobre a Revolução*, no qual discute, comparativamente, as diferenças entre os sistemas políticos dos Estados Unidos e da Europa partindo do estudo das revoluções americana e francesa.

O mais grave dos attentados que podem registrar os annaes de um povo, que se diz livre e regido pelo systema constitucional representativo, foi hontem acomettido pelo governo do imperador.

A magestade da lei está ultrajada.

(...)

Sob a pressão das bayonetas da policia tem-se até hoje violado a urna, de que têm sahido os pretensos representantes do povo.

(...) Sob a pressão das bayonetas do governo se não representado as forças contristadoras do systema eleitoral do imperio.

Nos Estados Unidos também ocorriam desvios na vida pública, como os da segunda administração do general republicano Ulysses Grant. Grant, seu secretário particular e o da Marinha desejavam esconder a malversação do dinheiro público, bem como implantar uma ditadura porque se registrou abuso de emissões de moedas que faliram bancos, corrupção nos fundos do governo para o desenvolvimento do Oeste, o incêndio de Chicago, o retorno do spoils system⁸⁷ e revoltas indígenas.

Vale destacar aqui uma pequena ressalva a Salvador de Mendonça nas suas reflexões concernentes ao governo do general republicano Ulysses Grant. Mendonça se esquece que no governo de Ulysses Grant apresentou-se a Emenda XV da Constituição, a qual proibia o cerceamento do direito de voto fosse por motivo de cor ou por oposição de raça.

O povo dos Estados Unidos conteve os republicanos tornando os democratas a maior bancada da Casa dos Representantes. Salvador de Mendonça (1913, p. 4) compreendia que no Brasil, algo parecido com a iniciativa estadunidense, seria, ao menos imediatamente, impossível. Supunha, por isso, que a liberdade do voto era inexequível para os brasileiros, propondo, assim, o regime presidencial. Neste regime:

⁸⁷ Sistema de despojos, criado no governo do general Andrew Jackson, que permitiu ao general demitir todos os seus oponentes dos cargos públicos que ocupavam. A medida provocou uma reviravolta na vida pública dos Estados Unidos, fosse pela revolta dos adversários do presidente e/ou por uma questão mais de fundo: Jackson feriu o poder das elites litorâneas ao ascender como um político do Oeste. Na condição de político do Oeste, Andrew Jackson procurou fortalecer o poder central lutando contra o Banco dos Estados Unidos e estabelecendo tarifas aduaneiras que provocou revolta, sobretudo nos estados sulinos como a Carolina do Sul, os quais eram fortes na cultura do algodão e não tinham indústria de tecidos.

(...) as duas casas do Congresso elegessem o presidente da Republica e que pretendido voto popular elegesse apenas a Camara e o Senado Federaes. Dir-se-ha que ficaria tudo no mesmo. Em rigor assim é. Mas como os membros do Congresso são em geral tirados da classe mais educada, é mais provavel que tivessem tambem melhor de sua responsabilidade e mais independencia na eleição do chefe do Executivo. A lei Saraiva, que elevou o nivel do eleitorado brasileiro, chegou a dar raro espectaculo da derrota de membros do Gabinete⁸⁸ (MENDONÇA, 1913, p. 5).

Como se percebe, a aludida união das duas Casas do Congresso, as quais escolheria o Presidente da República, substituiria o voto popular, o qual formava a Câmara e o Senado Federais. Salvador de Mendonça estava certo que os parlamentares escolheriam, com mais consciência e liberdade, o chefe do Executivo por serem oriundos de classes mais educadas. Eles seriam cientes de suas responsabilidades como membros da Nação. Para Mendonça, valia a tese liberal que associava educação à ética.

Outro argumento para privilegiar o regime presidencial apoiava-se no pressuposto fracasso do parlamentarismo na experiência política brasileira durante o Império e, segundo Salvador de Mendonça, também na República. O povo brasileiro, que vivia sob o signo do parlamentarismo, não percebia nenhum impedimento institucional no sentido de barrar a interferência do Executivo nos demais poderes e, com isso, não se conseguia responsabilizar nenhuma das autoridades políticas nacionais:

⁸⁸ A referida lei, tornada pública na data de 9 de janeiro de 1881, concedia direitos de elegibilidade aos acatólicos e naturalizados, mas exigia prova de renda dos participantes do processo eleitoral. Saraiva, o chefe do gabinete liberal responsável pela aprovação da referida lei, haveria dito, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1983, p.243), que se sentiria satisfeito caso, se na primeira eleição a se realizar pela lei Saraiva, o seu ministério e o seu partido fossem derrotados. Ele entendia, assim, que se provaria a possibilidade de eleições livres no Brasil. Salvador de Mendonça informa, pela citação, que o ministério e o partido liberal foram derrotados no pleito. Sérgio Buarque de Holanda, porém, é mais contido e noticia não ter havido aquela derrota, apesar dos conservadores conquistarem um terço da Câmara.

(...) no Brazil depois da pratica do regimen parlamentar durante sessenta e sete annos, parece mais natural que continuassemos esse regimen representativo, substituindo o imperador pelo presidente da Republica, figura de prôa menos nociva pela impossibilidade de fazer o mal, quando o bem não fizesse, com os seus ministros responsaveis perante o Parlamento. No regimen actual que desfructamos e com as invasões do poder Executivo no terreno dos poderes Legislativo e Judiciario não ha responsabilidade effectiva de membro algum do Executivo. Dentro em pouco, - si já não é esse o facto, - o presidente da Republica será o poder unico do Brazil, com a engraçada alternativa de obedecer ao eleitor dos presidentes (MENDONÇA, 1913, p. 5-6).

Salvador de Mendonça compreendia ser necessário que as autoridades respondessem por seus atos diante de fóruns competentes. Com esta prática, Mendonça acreditava que a República brasileira não arriscaria a soberania do país, como já ocorria por falta de habilidade ao enfrentar perigos externos e internos, fazendo com que os únicos brasileiros satisfeitos com o regime fossem os beneficiados pelas grandes concessões alimentadas pelos órgãos do Estado.

Aliás, satisfeitos estavam os brasileiros e os estrangeiros beneficiados por grandes concessões. No caso dos estrangeiros, Salvador de Mendonça (1913, p. 7) mencionava o Sindicato Farquhar que subtraía considerável porção de terras brasileiras “(...) a começar do território do Amapá e a terminar nas fronteiras da Nação Argentina (...)”. Mendonça entendia que tal procedimento comprometia cada vez mais a soberania nacional brasileira.

O Sindicato Farquhar era uma associação de capitais escoceses, franceses e ingleses; um truste que comprometia a indústria nacional ao impedir qualquer tipo de concorrência. Salvador de Mendonça (1913, p. 21) lembra que o Sindicato adquiriu matas no Paraná para explorar sua riqueza florestal. Uma das conseqüências dessa compra foi a falência de serrarias particulares estabelecidas nessas matas.

O Sindicato Farquhar, apesar de ser uma organização estrangeira, dominava os meios de transportes e impedia a saída dos produtos das serrarias para obtê-las por preço vil. Como lembra Salvador de Mendonça (1913, p. 17-18), parecia que o Sindicato estava:

(...) empenhado em obra tão colossal como a dos filhos de Loyola, com a diferença para pior de que dispõe no XX século de instrumentos de conquista mais aperfeiçoados e por isso mesmo mais efectivos que os XVI, XVII e XVIII séculos podiam fornecer á Companhia Negra.

A Constituição da República brasileira permitia que estrangeiros tivessem possibilidades como as tinha o Sindicato Farquhar. A Constituição concedia, aos estados, as terras devolutas situadas nos seus territórios. Enquanto que à União cabia porção territorial indispensável a construções militares e de estradas de ferro, em defesa das fronteiras e fortificações. Permitia-se, portanto, a aquisição de imóveis por estrangeiros. Para Emília Viotti da Costa (1999, p. 169-170), a política de terras depende do desenvolvimento econômico do país e, nos casos do Brasil e dos Estados Unidos existiam claras diferenças de desenvolvimento. Viotti da Costa, ao comparar as duas nações em questão quanto ao tratamento dispensado, a questão de terras afirma que a evolução capitalista brasileira e estadunidense produziu políticas distintas porque tomou formas diferentes.

Nos Estados Unidos, a aquisição de terras era diferente. Somente os estadunidenses tinham direito à propriedade imóvel, com uma única exceção: os herdeiros de franceses que possuíam imóveis quando celebrado o tratado de 1778 poderiam ter propriedades. Nesta questão, vale um contraponto a Salvador de Mendonça.

Emília Viotti da Costa (1999, p. 181-183) informa que, dado o desenvolvimento norte-americano no século XIX, doavam-se terras a todos os que almejavam se instalar no país. Viotti da Costa cita o Homestead Act de 1862, o qual teria refletido a força da imigração, da industrialização e da urbanização sobre a sociedade dos Estados Unidos ao garantir a pequena propriedade da terra também a imigrantes. Esperava-se, igualmente, que o Homestead Act desse fim à especulação da terra provocada pela manutenção de grandes áreas inexploradas⁸⁹.

⁸⁹ Emília Viotti da Costa (1999, p. 181) compreende que o Homestead Act revelava contradições sobre terra e trabalho bem como desnudava o conflito entre o Norte e o Sul, como se percebe na seguinte passagem: “O projeto foi inicialmente (1842) defendido por deputados sulistas interessados na expansão para o Oeste. Estes retiraram seu apoio quando se tornou claro que a expansão em direção ao Oeste implicaria trabalho livre. Para os representantes do Norte e do Oeste, que defendiam o projeto, terra livre e trabalho livre eram conceitos inseparáveis”.

Salvador de Mendonça compreendia os esforços estadunidenses para impedir a especulação pelo rigor da sua legislação. Apesar do rigor da legislação, os estrangeiros continuariam entrando no país. Segundo Mendonça (1913, p. 14), a migração internacional não diminuiu como também a lei não evitou que:

(...) varios membros da aristocracia européa, notadamente da inglaterra e outros clientes estrangeiros possuam de facto grandes propriedades ruraes, taes como fazendas de criação, que no oeste se denominam *ranches*, e vastas culturas de cereaes. Em algumas cidades os procuradores nacionaes mantêm a ficção legal até ao ponto de arredarem os predios aos proprietarios de facto.

Os procuradores nacionais eram agentes, bancos e procuradores. Eles se esmeravam para driblar a lei e, assim, permitir aos membros da aristocracia européa acesso a terra. Os europeus normalmente possuíam, mesmo que indiretamente, grandes propriedades rurais e vastas culturas de cereais. Vale salientar que europeus não-aristocratas e outros povos também entraram nos Estados Unidos, criando uma sociedade de imigrantes ou, como propunha Walt Whitman, uma proliferação de nações (apud BURCHELL; HOMBERGER, s/d, p. 166).

Alemães, escandinavos e irlandeses procuraram os Estados Unidos no período compreendido entre o ano de 1896 ao ano de 1921, pois se encantavam com a idéia de um mundo em crescimento e de uma sociedade empreendedora e jovem⁹⁰. Inspirado no exemplo estadunidense, Salvador de Mendonça (1913, p. 15-16) propunha que aquisições feitas por estrangeiros deveriam ser prescritas por leis brasileiras. Eventuais litígios teriam foro no Brasil.

O modelo brasileiro de aquisição de terras promovia um outro problema. Ele reforçava a emergência de núcleos numerosos de imigrantes de uma mesma nacionalidade. Na prática, corria-se o risco de se criar um Estado dentro de outro Estado. Há que se considerar o período compreendido entre o ano de 1880 e o ano

⁹⁰ Os Estados Unidos, a Nova América de acordo com William Hepworth Dixon, excitava os estrangeiros em função do vertiginoso aumento populacional da Europa e do dinamismo da economia estadunidense. Os imigrantes se moviam animados pela promessa de oportunidades fecundas e pela esperança de um recomeço promissor.

de 1914, em que o nacionalismo significava, no mundo ocidental, o direito de um povo à autodeterminação, entendida como direito a um Estado independente e soberano que ocupa uma porção territorial (HOBSBAWM, 2002, p. 126), a reclamação de Salvador de Mendonça estava plena de sentidos. O público que o lia nas páginas do livro *A Situação Internacional do Brasil* deveria compreender, e alguns até concordarem com as ponderações de Mendonça. Além do que, a concessão de terras nacionais seria um erro comum à Monarquia e à República, considerando-se o cenário internacional.

O cenário internacional promovido por arranjos diplomáticos e interesses das grandes nações européias era perigoso para países como o Brasil. Nesse cenário, existia a insatisfação alemã em relação às compensações territoriais, a exemplo do Congo francês. Considera-se, também, a impossibilidade alemã de entrar no litoral norte-africano dominado por ingleses. Dos britânicos, salienta-se a preparação para anexar o Egito, assim como a ação italiana na Líbia e o domínio definitivo do Marrocos por parte dos franceses. Eric Hobsbawm (2005, p. 89-90), a propósito, comenta que entre 1880 e 1914, o mundo, em quase sua totalidade, havia sido dividido em territórios governados - direta ou indiretamente - por outro Estado ou por um pequeno grupo de nações⁹¹. Hobsbawm excetua dessa divisão as Américas e a Europa, desenhando um conjunto de relações de dominação e interesses. No continente europeu, Espanha e Portugal foram as maiores vítimas das principais potências modernas. A primeira nação perdeu seu domínio americano (Cuba e Porto Rico, como também as Filipinas, no Pacífico), para os Estados Unidos em 1898. Angola e Moçambique continuaram sendo territórios portugueses na África posto que aquelas potências não conseguiram entrar em acordo para dividir esses territórios. Os grandes impérios asiáticos permaneceram nominalmente independentes, embora, de fato, tenham se tornado “zonas de influência” ou, como no caso de Sião, se transformado em um Estado-tampão que separava as zonas britânicas das zonas francesas no Sudeste Asiático. O único Estado não-europeu, segundo Eric Hobsbawm, a resistir à colonização, foi a Etiópia, que triunfou sobre os interesses da Itália, o mais fraco dos Estados imperiais.

⁹¹ Este grupo seria formado pela Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália e Japão.

Salvador de Mendonça (1913, p. 65) temia esses arranjos diplomáticos e os interesses das grandes nações européias quando voltados para o Brasil. A este respeito, sua discussão com Luiz Rose, redator do jornal *Deutsche Zeitung* de São Paulo, ilustra as bases desse temor. Rose acusava Salvador de Mendonça de invencionices ao afirmar o uso da língua alemã em jornais de Blumenau e também nos documentos oficiais da cidade. Mendonça (1913, p. 65) declarava igualmente que:

(...) uns celebres mappas editados pela casa Justus Petters, da Allemanha, espalhados profusamente pelos interessados na germanização do Estado, em que grande numero de colonias, villas e cidades catharinenses nelle figuram com o seguinte distico: *Allemanha Antártica!* E` exacto que taes mappas foram retirados logo de circulação, tal o escandalo que produziram; mas, si me não engano, o illustre dr. Demetrio Ribeiro deve ter um exemplar em seu poder, segundo estou informado.

Salvador de Mendonça (1913, p. 66) tinha como situação mais perigosa e vexatória, a manifestação desses desejos ocorrerem à revelia dos governos. Nos últimos anos do Senado monárquico, Cotegipe interpelou o governo para saber se:

(...) era exacto serem as actas de algumas Camaras Municipaes de Santa Catharina redigidas em allemão. Acudiu o sr. senador Taunay em aparte – São escriptas em allemão porque não sabem o portuguez.
– Pois é tempo que o saibam, porque isto aqui é Brazil, e não a Allemanha, retrucou o orador.

Salvador de Mendonça comungava com a postura do barão de Cotegipe por entender a língua como índice de nacionalidade e soberania do país. Para Eric Hobsbawm (2002, p. 126-127), a língua seria, inclusive, no período pesquisado, o critério central e decisivo para a existência de uma nação. A língua, igualmente, cimentava os movimentos nacionais porque munia uma comunidade de letrados de instrumentos culturais que os diferenciava de outras comunidades através de fronteiras geográficas e políticas. Além do que, no século XIX, a noção de Estado

nacional pressupunha a existência de um povo com concepções comuns e vivendo em uma mesma porção de terra, o território, então definido por fronteiras.

Salvador de Mendonça (1913, p. 67) acreditava na existência de um sentimento comum, com a finalidade de unir o povo brasileiro. O sentimento aludido se expressou no ano de 1863 com a Questão Christie, quando o povo reclamou a honra nacional. Francisco Iglésias (1982, p. 88-89) comenta o episódio como resultado da arrogância de William Dougal Christie, diplomata inglês que criou indisposições com o governo brasileiro por conta de dois casos insignificantes. O primeiro caso se relacionava à pilhagem da fragata Prince of Walles naufragada no ano de 1861, nas costas do Rio Grande do Sul. Os assaltantes da fragata teriam fugido. O segundo incidente deu-se no ano de 1862, no Rio de Janeiro, com dois oficiais britânicos da fragata Fort, sendo presos por desacato a autoridades brasileiras. Iglésias informa que os dois oficiais foram logo soltos, mas Christie exigiu indenização pelo primeiro caso e satisfações pelo segundo. O diplomata inglês, considerando que o governo do Brasil não agia a contento para solucionar o impasse, ordenou que navios da Inglaterra se apossassem de naus brasileiras gerando comoção pública. O imperador Pedro II viveria sua maior popularidade por meio desse incidente diplomático, pois assumiu a defesa da honra nacional pagando o valor exigido e pedindo satisfações pelo que se fizera contra o seu país. Como a resposta da Grã-Bretanha não satisfez o imperador, o Brasil rompeu relações com essa nação européia⁹². De acordo com Mendonça, a outra questão que envolveu aquele sentimento levando o povo a se revoltar, foi a morte do pescador Nepomuceno, a qual é narrada com minúcias por Salvador de Mendonça.

Mendonça (1913, p. 67) narra a morte de Nepomuceno em artigo que intitulou *A tomada de Santa Catharina*, de 1913. Nepomuceno e Sabino saíram para o mar com o fito de pescar quando identificaram um navio de guerra. Os tripulantes da nau, ao avistarem os brasileiros, içaram a bandeira do Brasil. Mas os pescadores, sobretudo Sabino, conheciam:

⁹² A questão, que foi arbitrada pelo rei da Bélgica, favoreceu o Brasil.

(...) uma por uma todas as nossas unidades navaes. Vogaram cautelosos, e apenas perceberam em cima da amurada gente ruiva e estranha, viraram de bordo apressados. Alguns tiros de carabina mataram Nepomuceno e apenas o companheiro logrou voltar á terra e ir ter com o telegraphista do Cabo.

Sabino comunicou, por telegrama, o ocorrido tão logo chegou a terra. A Estação Central da Praça 15 de novembro o recebeu às dez horas e seu diretor o encaminhou ao ministro da Marinha, o qual não se encontrava no gabinete. Neste estavam os funcionários e um repórter que, em função do mistério criado em torno da comunicação recebida, compreendeu tratar-se de algo importante.

O repórter empenhou-se em descobrir o conteúdo do telegrama, obtendo sucesso. Uma hora depois, a opinião pública brasileira recebia a notícia da ocorrência de um navio de guerra estrangeiro encalhado perto de Cabo Frio. Salvador de Mendonça (1913, p. 69-70) recorda-se do furor e mal-estar causados pela nota, posto que:

(...) a população de Rio de Janeiro poz-se toda na rua. O alarma era geral: não havia panico, porém; havia a indignação que taes successos acordam de improviso no animo do povo. Todos os officiais do Exercito e da Marinha apresentaram-se fardados nas respectivas repartições, aquartelamentos e navios.

O almirante e também barão de Teffé visitou o presidente do Brasil, solicitando o comando geral da esquadra. O presidente confiou o comando ao barão, o qual partiu para o Sul. Outro oficial a se envolver na contenta foi o general Mendes de Moraes. Ele partiu de trem especial para São Paulo e Paraná, com vistas a assumir o comando geral das forças que operariam no Sul. Todavia, o primeiro a chegar foi o general Pinheiro Machado.

No mar, o almirante Teffé seguiu no couraçado São Paulo acompanhado por torpedeiras e contratorpedeiras que estavam sob o comando de outro oficial, almirante Alexandrino de Alencar. O couraçado Minas Gerais acompanhava-os.

Depois de sete dias, Lauro Müller telegrafou dando notícias do teatro de operações, e assinou nota circular às potências para comunicar o desagravo brasileiro.

No telegrama apresentava-se um resumo do que acontecera no mar frente à Cananéia. As notícias contidas na comunicação de Lauro Müller não eram animadoras, sendo desfavoráveis ao Brasil. Os brasileiros perdiam o couraçado São Paulo. Este havia sido atacado, simultaneamente, pelos couraçados alemães Helgoland, Ost Friesland e Thuringen.

Salvador de Mendonça reforça, no seu discurso, a coragem da tripulação do couraçado São Paulo. Este, sob o comando do almirante Teffé, foi a pique, afundando junto com seus tripulantes, os quais teriam demonstrado coragem e patriotismo frente à desgraça que lhes sucedia. Após a tragédia, no oitavo dia, um corpo do exército argentino, com vinte e cinco mil homens, vinha para auxílio aos brasileiros. Eles tinham por base militar a cidade de Posadas, e também defendiam o estuário do Prata.

Os países da Entente, igualmente, se envolveram na situação. Uma esquadra inglesa e uma francesa partiram para o teatro de operações. Esses países, contudo, tinham conhecimento das intenções alemãs. França e Inglaterra assentiram com o ataque para proteger seus próprios interesses. A França recebera a Alsácia e a Lorena, enquanto a Inglaterra, que poderia assegurar os capitais empregados no Brasil por meio de seu poder militar, via-se livre da ameaça germânica. A esquadra norte-americana chegou com atraso de três semanas (MENDONÇA, 1913, p. 73-74).

Salvador de Mendonça (1913, p. 75-76) concluía ao fim dos acontecimentos narrados que: “A independência e a integridade de uma nação só podem ser mantidas pela diplomacia, pelas armas ou por uma e outras conjuntamente. Ora, nós não temos nem uma nem outras”. A alusão de Mendonça recorda as reflexões de Eric Hobsbawm (2005, p. 439) acerca do período das relações internacionais. Hobsbawm afirma que “(...) No oceano do planeta, todos os Estados eram tubarões e todos os estadistas sabiam disso”. Dessa forma, consoante Mendonça, o Brasil não contava com estadistas que conduzissem a nação nesse oceano.

Das categorias citadas, no caso específico das armas, faltavam pessoal e material, assim como uma percepção distinta de serviço à pátria. A idéia de morrer pela nação deveria ser substituída pela de vencer por ela e pela República. Um segundo problema adjacente a esse era a precariedade da instrução popular. Caso houvesse melhor, com mais investimentos e projetos viáveis, a disciplina militar ganharia sobremaneira.

Nesse tópico, Jeffrey David Needell (1993) afirma a precariedade da instrução brasileira como legado pela Monarquia. A classe abastada, a qual tinha acesso à instrução formal, freqüentava aulas baseadas em conhecimentos humanísticos e seus discentes decoravam as lições dadas por seus mestres. Lilia Moritz Schwarcz (2004, p. 23-25) fornece um quadro interessante sobre a questão discutida. Para Schwarcz, as instituições educacionais, entendidas como instituições de saber estável, no Brasil, são relativamente recentes. Importante frisar que, nesse período, a instrução na colônia portuguesa estava muito aquém da existente na América espanhola. Nessa colônia, o ensino limitava-se à fase elementar e, ainda assim, controlado pelos jesuítas. No começo do século XIX, com a vinda de D. João VI e de parte significativa da Corte portuguesa, instalaram-se, no país, centros de formação superior com o intuito de preparar profissionais para cuidar das doenças da população. Datam desse período as escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro⁹³. Após a independência, Pedro I incentivou a criação de novos centros de saber, a exemplo das escolas de Direito, que deveriam elaborar um código único para desvincular o jovem Império da tutela colonial, bem como formar uma elite intelectual autônoma. Esta, de fato foi formada e possuía caráter homogêneo no tocante à carreira e formação. Só a partir da década de 1870, ela seria questionada, segundo Lilia Moritz Schwarcz, em função de diferenças de interesses das oligarquias regionais promovendo uma diversificação nas áreas de atuação das elites intelectuais nacionais. Considera-se oportuno citar que, a partir daquela década, o avanço tecnológico promovido pelos Estados Unidos e pela Europa não somente encantam as jovens elites da América do Sul como criam a necessidade de se importar tal tecnologia abrindo espaço para novas carreiras como a engenharia.

⁹³ Com D. João VI foram criados, também, outros estabelecimentos de fomento cultural no Rio de Janeiro, como a Biblioteca, a Imprensa Régia, o Museu Real e o Real Horto.

No Brasil, o ensino das tecnologias se restringia às escolas militares que, geralmente, não atendia aos abastados. Os alunos ingressos nestas escolas eram, quase sempre, oriundos de uma condição comum. Os filhos de pequenos proprietários rurais e os jovens de camadas médias urbanas que possuíam duas vias de acesso a um diploma de nível superior e ao prestígio e posição social decorrentes dele, seguiam para um Seminário, que era a prática mais comum no começo do século XIX ou, ainda, se dirigiam para escolas técnicas do Exército, opção preferida no final desse século.

Como se percebe, os estudos eram mais sedutores que o serviço militar. Por meio deles, obtinha-se um diploma de engenharia e aproveitavam-se as oportunidades decorrentes dos progressos técnicos da Europa e dos Estados Unidos. As escolas militares consolidavam-se como centros de formação e treinamento para jovens que se tornariam resolutos modernizadores do meio urbano e, também, em sua maioria, críticos da Monarquia.

Outra conclusão passível de se inferir do discurso de Salvador de Mendonça é a existência de uma nacionalidade brasileira. O povo se reuniu para defender a dignidade do país e, independente de classe social ou grau de escolaridade, voltou-se contra estrangeiros que ameaçavam o Brasil. De acordo com Salvador de Mendonça (1913, p. 73-74):

A população do Rio de Janeiro, que durante uma semana vivera mais na rua que em casa, angustiada, acometida da febre contagiosa das multidões, excitada pelos demagogos, ao conhecer a extensão do nosso desastre, dirigiu-se a alguns palacetes de Botafogo e circumvisinhanças, e em bandos armados que vociferavam maldições, trouxera as suas vítimas para a Avenida há tantos dias apinhada de povo. Ora, é sabido que há na Avenida muitos braços de lampeões e que cada corda tem duas pontas.

A nacionalidade brasileira estava em evolução, como propunha Salvador de Mendonça (1913, p. 43) na sua defesa contra os argumentos de James Bryce, que entendia o Brasil como uma nação mal governada e possuidora de inúmeras

riquezas naturais. Concluía que seu povo não tinha competência para comandar o país e, conseqüentemente, essas riquezas.

Salvador de Mendonça acusava James Bryce de desconhecer a história e a vida brasileira, as quais corroboravam para entender a nacionalidade que se desenvolvia no país. Mendonça dividiu seu discurso em duas representações: a da raça e a da terra. Nesta, informava a Bryce que as zonas do território brasileiro, especialmente o vale amazônico, não eram passíveis de obras hidráulicas como as realizadas as margens dos rios Levees e Mississipi. Com isso, refutava a idéia de intervenção estrangeira de uma nação provida de enormes capitais para desenvolver essas obras.

No tocante à raça, Salvador de Mendonça refutava a tese de James Bryce, que percebia os brasileiros como inferiores. Esta inferioridade, segundo Bryce (apud MENDONÇA, 1913, p. 43) se expressava pelo desgoverno da República. Mendonça (1913, p. 45) respondia que:

Transplantado para o Brasil o tronco Celto-Romano, quando mais ornado se achava de troféus de descobertas e conquistas em três continentes, imolaram-lhe em derredor milhares de índios e o tronco meteu fundo as raízes no solo. Regado abundantemente com o sangue do negro, cresceram-lhe rebentos vigorosos e estendeu-se a fronde verde-escura a mitigar o calor dos trópicos.

A evolução da nacionalidade brasileira, advogada por Salvador de Mendonça (1913, p. 48-49-50), estava para além da metade e indicava uma outra percepção com a idéia de raça. Estar para além da metade significava contrariar os argumentos de James Bryce, o qual a entendia ainda no começo. No tocante à raça brasileira, Mendonça não a entendia inferior e a concebia em condições de partilhar da cultura ocidental. A presença negra, o sangue negro da citação, não representava nenhum problema para um bom futuro da nacionalidade. A representação de Salvador de Mendonça sobre o tema contrastava, dessa forma, com a compreensão de muitos dos seus contemporâneos, inclusive com as idéias de Oliveira Lima. Para este, ao ponderar suas impressões sobre os Estados Unidos, a presença negra na América significava:

(...) não só uma questão que ha suscitado as mais acerbas paixões na historia politica dos Estados Unidos e de outros paizes do Novo Mundo, como uma das que mais particularmente nos devem interessar. Fomos até bem poucos annos uma nação onde a escravidão era reconhecida (...)

Na actualidade, ao expirar o seculo XIX, deve dizer-se que o negro na America é incontestavelmente um mal, da mesma forma que foi a escravidão uma peste social. Ninguem, penso, cogitará de negal-o. Attesta-o aqui o Sul dos Estados Unidos, cuja decadencia ainda dura desde a guerra de Separação, mau grado a capacidade de trabalho da raça branca e especialmente dos Nortistas que affluiram apoz o triumpho federal, e mau grado tambem a opulencia natural do solo, producto extraordinario de assucar, algodão e fumo, rico em carvão de pedra, ferro e outros mineraes (1899, p.19).

Quanto a questões étnicas, ao contrário de Oliveira Lima, o negro não aparecia como elemento inferior para Salvador de Mendonça. A história revelava, na evolução da nacionalidade brasileira, a importância das raças. Nas batalhas contra o domínio holandês, na Bahia e em Pernambuco, a sua união foi crucial. As raças se apresentavam no negro Henrique Dias, no índio Felipe Camarão e no português Vidal Negreiros, que expulsaram os invasores. Além do que, a mistura das índias com portugueses proporcionou descendência enérgica e ousada: os paulistas.

Salvador de Mendonça percebia a evolução da nacionalidade brasileira também na vida inteligente do país. A evolução revelava-se, ainda no século XIX, nas mais diferentes esferas da ação e do conhecimento humano. Mendonça relacionava funções e personalidades em uma longa lista, mostrando como o Brasil contribuía com o desenvolvimento do mundo civilizado e/ou ocidental. Na lista constavam estadistas como José Bonifácio, o patriarca da Independência; o padre Feijó e Floriano Peixoto; financistas a exemplo dos viscondes de Cairú e de Itaboraí; os jornalistas Hipólito da Costa e Quintino Bocaiúva. Marques de Abrantes e Monte Alverne eram os oradores. Nabuco de Araújo e o visconde do Uruguai os juristas. Dentre os historiadores, estavam Oliveira Lima e Varnhagen. Salvador de Mendonça (1913, p. 49-50) não poupou exemplos, citando o barão do Rio Branco e o senador Candido Mendes como geógrafos. O barão de Capanema e Oswaldo Cruz eram personagens das ciências. O barão de Teffé foi mencionado como astrônomo e Feijó participava, também, do catálogo dos médicos.

Com a exaustiva lista, Salvador de Mendonça (1913, p. 51-52) acreditava que a participação brasileira na civilização estava afirmada, pois:

Este nosso Brazil, apesar de arredado da civilização, como o declara o sr. James Bryce, pode gabar-se de que seus antigos fidalgos residentes na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, já comiam em baixellas de prata e, bebiam em copos de ouro, e tinham garfos copiados dos italianos, quando ainda na corte de Isabel de Inglaterra ainda não era conhecido o uso do talher, e por falta de garfo comia-se com a mão; e que as nossas damas patricias dormiam em camas de talha de pau santo forrados de couro guarnido a fogo, em coxins de penna cobertos de seda e colchas de setim da India, quando Maria Stuart no seu palacio de Holyrood conciliava o somno em uma cama de pinho encoberto com belbutina ordinaria pregada com espiguilha commun.

Em um primeiro momento, essas representações podem parecer próprias de um discurso ultranacionalista que estranha qualquer tipo de elemento não nacional. Mas Salvador de Mendonça não refutava o capital estrangeiro como elemento para desenvolver a economia brasileira.

Salvador de Mendonça, com intenção de justificar seu argumento, usava o exemplo estadunidense. Os Estados Unidos experimentaram um período de paz entre o fim da guerra de 1812⁹⁴ até a Guerra Civil. No governo de James Monroe, por exemplo, experimentou-se a Era da Concórdia, quando os estadunidenses consolidaram seu país como líder do continente. Nessa mesma administração deu-se a guerra contra os índios Semínoles, na qual o general Andrew Jackson se destacaria. No plano da política interna deu-se o compromisso do Missouri e a política externa propalava a Doutrina de Monroe.

⁹⁴ Alusão à denominada Segunda Guerra de Independência ocorrida durante o governo Madison. Depois dela, os Estados Unidos conquistaram o direito incontestável de fazer comércio nos mares. Ela se deu contra a Inglaterra que pelejava com a França. O combate dos países europeus motivou o confronto entre estadunidenses e ingleses. Estes recrutavam a força os primeiros para compor seus exércitos. Os britânicos tinham os norte-americanos por súditos reais. Para enfraquecer os pretensos súditos, insuflaram-se índios do noroeste no sentido de atacar povoações vizinhas. Grosso modo, a guerra se dividiu em dois momentos. O primeiro deu-se ao longo do ano de 1812, com a arremetida dos estadunidenses sobre o Canadá. A última fase ocorreu no ano de 1813 na região dos Grandes Lagos, quando os combatentes estabeleceram um tratado de paz, o tratado de Ghent, ratificado pela nação americana em fevereiro.

Essa paz foi interrompida por meio da contenda com o México, período também de rápido desenvolvimento industrial, provocado pela entrada de capitais que sobravam na Europa⁹⁵. O desenvolvimento industrial estadunidense assustou a Inglaterra que, temerosa da concorrência da sua ex-colônia, concertou com Napoleão III e o governo da Áustria, ações para desmembrar os Estados Unidos. Os europeus aproveitaram-se da Guerra Civil e os britânicos, especialmente, do incidente com o Trent. Este conduzia emissários da Confederação do Sul.

A Inglaterra deu um *ultimatum* aos Estados Unidos, o qual foi aceito por Lincoln. Ele atendeu prontamente os ingleses, apesar da Rússia oferecer sua esquadra fundeada na cidade de Nova York para um eventual confronto com os britânicos. Para Salvador de Mendonça (1913: p. 25-26), os norte-americanos reconheciam suas deficiências na defesa marítima e a necessidade de melhorá-las. Havia, igualmente, o conflito interno que consumia a nação. Essas constatações fizeram com que, posteriormente, os estadunidenses criassem navios blindados e os primeiros monitores.

Vencida a Guerra Civil, os Estados Unidos afirmariam seu prestígio por meio de dois acontecimentos. O primeiro se refere à capitulação do Appomatox⁹⁶ e o envio de tropas do exército para as fronteiras do México. Apoiava-se, assim, Juarez contra a invasão patrocinada por Napoleão III.

O segundo acontecimento relaciona-se ao incidente entre Inglaterra e Venezuela. Salvador de Mendonça (1913: p. 27) recorda que o presidente Cleveland ameaçou os ingleses por meio de comunicação ao *Foreign Office de Londres*. Os

⁹⁵ Brien Lee e Robert Reinders (s/d, p. 223-224) possuem compreensões distintas da opinião de Salvador de Mendonça (1913, p.25). Eles entendem que o processo de industrialização e urbanização estadunidense acelerou-se depois da Guerra Civil por meio de uma intensa atividade empreendedora, a qual provocou profundas mudanças nos padrões de valores socialmente aceitos pelos norte-americanos. Os autores não negam a existência de princípios tecnológicos antes da Guerra, contudo, informam que eles não eram suficientes para provocar um rápido desenvolvimento industrial.

⁹⁶ A capitulação de Appomatox representou o fim da Guerra Civil norte-americana, com a rendição do general confederado Robert Lee ao oficial da União, o general Ulysses Grant, o qual se tornaria presidente dos Estados Unidos na sucessão de Andrew Johnson. Este último, o vice-presidente que assumiu o poder com a morte de Abraham Lincoln. O exército do general confederado estava esgotado pela guerra, mas, ainda assim, eles ensaiaram uma reação na Virgínia do Norte. Robert Lee, após a derrota sofrida para os inimigos, recuou para o Oeste onde continuou perseguido pelas tropas de Grant. Cercado, Lee se viu obrigado a aceitar a rendição incondicional. Depois de uma intensa troca de bilhetes, os dois oficiais acordaram uma reunião na casa de Wilmer McLean, no condado de Appomattox, na data de 9 de abril de 1865, onde concertaram a rendição dos confederados.

britânicos cederam à comunicação e aceitaram o arbitramento exigido pelos norte-americanos. Mendonça concebia o prestígio dos Estados Unidos ao seu vínculo com o capital estrangeiro e argumenta que:

Attribuem muitos ao só prestígio moral da grande Republica, ainda então sem exercito e sem esquadra, tão estrondoso triumpho. Tenho que o grande alliado do governo de Washington foi o interesse dos enormes capitaes europeus, principalmente inglezes, que poz seu veto ao conflicto imminente.

O capital estrangeiro também seria benéfico ao Brasil, observando-se condições para o seu ingresso. Em resposta a um artigo publicado no Jornal do Comércio de 24 de dezembro de autoria do senhor V. V⁹⁷, Salvador de Mendonça (1913: p. 61) se defendia da acusação de temer esse capital. Mendonça dizia desejá-lo em empresas particulares, com diversas atividades para estabelecer concorrência e baratear a produção industrial. Beneficiar-se-ia a população de uma região ao mesmo tempo em que se oporia aos trustes. Nos Estados Unidos, inclusive, os dois partidos se uniam no combate aos trustes através de leis severas.

Dever-se-ia, desse modo, repensar duas questões: a noção de liberdade e a prática das relações internacionais. No primeiro caso, Salvador de Mendonça (1913: p. 35-36) comentava essa noção como sendo um arremedo da fase de organização do Brasil, a qual oferecia riscos semelhantes aos acidentes ocorridos na revolução francesa porque não expressava costumes e idéias do povo brasileiro:

⁹⁷ Medeiros e Albuquerque.

A liberdade é uma excelente coisa, mas em um período de organização, usada sem limites, pode, como na famosa revolução francesa, levar-nos á anarchia e ao proprio descalabro nacional. A alimentação é essencial á vida, mas ingerida em excesso pode causar pertubações que cheguem a trazer a morte.

Cheios de entusiasmo pela conquista revolucionária, fizemos do dia para a noite um arremedo de Constituição Americana, sem termos sequer consultado os usos e costumes do povo brasileiro. Por um figurino estrangeiro, alguns alfaiates chamados á pressa cortaram-nos esse par de calças que nos saiu em demasia comprido porque não temos pernas yankees para o encherem, e por isso, andamos sempre pisando na bainha, ameaçados de queda a cada passo.

No artigo intitulado *O barão do Pindaré*, de 28 de agosto de 1860, Salvador de Mendonça também comenta sua representação de liberdade com moderação ao elogiar a figura de Antonio Pedro da Costa Ferreira:

Collocado pela provincia na Camara quatriennial logo na segunda legislatura, mostrou-se digno collega do incansavel Odorico Mendes e fez parte da opposição do primeiro reinado. Nos debates da sessão de 1830 esteve sempre ao lado de Evaristo e daquelles que anhelavam a execução litteral da Constituição do Imperio, vilipendiada pela criação de commissões militares e por outros manejos perfidos e infames. Depois da abdicação do sr. D. Pedro I continuou a sustentar a monarchia e a liberdade moderada.

No campo das relações internacionais, Salvador de Mendonça (1913: p. 36) reclamava do despreparo e da ingenuidade da diplomacia brasileira, como se percebe na passagem sobre Clovis Bevilacqua que era consultor jurídico do Ministério do Exterior:

O douto sr. Clovis Bevilacqua, eximio mestre de direito, parece conhecer pouco as relações internacionais do nosso tempo. Só assim se explica o nenhum receio que manifesta por complicações resultantes dessas concessões que temos como perigosas.

Mais uma vez resgatava-se a questão de concessão de terras no Brasil. Salvador de Mendonça denunciava o perigo da política brasileira relativa ao tema. Ela permitia, a um estrangeiro, adquirir bens imóveis da dimensão de uma casa no interior do país ou um milhão de hectares no Mato Grosso, o qual era maior que a Bélgica e a Holanda. Neste caso, ao contrário da casa, o estrangeiro constituiria forças militares para sua defesa, afetando a soberania nacional.

Clovis Bevilacqua e grande parte dos diplomatas brasileiros não entendiam a concessão de terras ao capital estrangeiro como algo danoso ao país. Eles defendiam sua alienação como um direito de ordem privada que não atingia a jurisdição e a soberania nacional. Argumentavam que os direitos civis e privados dos povos mais cultos equiparavam o estrangeiro e o nativo quanto ao gozo dos bens jurídicos. Por meio desse argumento, Bevilacqua defendia a concessão de terras para capitalistas estrangeiros. Salvador de Mendonça opunha-se e afirmava que a formação nacional brasileira estava em formação e, por isso mesmo, sem forças sociais suficientes para resguardar aquelas jurisdição e soberania.

Salvador de Mendonça apoiava-se nas idéias de Alberto Torres para quem "o direito nunca fundou forças sociais, resultou sempre das forças sociais constituídas" (apud MENDONÇA; 1913: p.35). Além do que, em todos os jogos de poder, motivos de ordem jurídica e moral eram desprezíveis. O exemplo das ações italianas na Líbia, promovidas com conhecimento das grandes potências, revelava esse desprezo, bem como as iniciativas de Rio Branco, o qual trabalhou na transferência de um milhão de hectares no Mato Grosso ao estrangeiro⁹⁸.

Salvador de Mendonça (1913: p. 22) apresenta outros exemplos de má preparação da diplomacia brasileira, como o de Domicio da Gama. Ele era embaixador em Washington e mostrava total ignorância a respeito de Economia Política. Teria afirmado ser o produtor de uma mercadoria, o responsável pela aplicação do preço. Mendonça questionava Domicio da Gama e afirmava ser a lei da oferta e da procura que os regula. Resultava daí a ausência de capitalização da economia do Brasil, como também a seguinte constatação: "(...) Ora, o sr. Domicio da Gama era a melhor carta do jogo do sr. Rio Branco, e por ahi se póde imaginar o valor do resto do baralho em que apenas poucas e honrosas excepções existem".

⁹⁸ A respeito das contradições do barão do Rio Branco conferir p. 107-108.

Mas os embaraços diplomáticos do barão do Rio Branco vinham de antes de Domicio da Gama, o qual substituiu Joaquim Nabuco nos Estados Unidos. Vale salientar que a vacância de Nabuco deu-se com sua morte.

Salvador de Mendonça (1913: p. 254-255) argumenta que, no tocante às relações do Brasil com os Estados Unidos, Joaquim Nabuco não apresentou projetos ou promoveu negociações durante seus anos como embaixador. Nabuco limitou-se a bajular a política estadunidense e a elogiar Roosevelt:

Joaquim Nabuco visionario e poseur enamorado som da propria voz e de sua belleza physica que achara o espelho de Narciso nos bajuladores que o cercavam, escondendo a surdez nos seus gestos de illuminado, enquanto procurava descobrir “a finalidade do Continente” e vivia a falar da “idéia Americana”, da “paz Americana”, da “confraternidade Americana” e a disparar no sr. Roosevelt elogios á queimadura, que idéia, que plano, que projecto, que negociações concebeu ou poz em andamento nos seus annos de embaixada?

Salvador de Mendonça contestava a política externa de Roosevelt para a América Latina. Mendonça e Oliveira Lima reprovavam o caráter de protetorado dessa política e a entendiam ofensiva à dignidade e à soberania das demais nações americanas. Além do que, as relações estadunidenses com o Brasil sempre foram amigáveis, com poucos atropelos como o reconhecimento do Império do México.

No caso do México, os Estados Unidos fortaleceram seu prestígio internacional a partir da ação contra aquele Império. Deste ponto em diante, os estadunidenses foram procurados por nações latino-americanas e a Doutrina de Monroe reclamada por outros tantos países do continente que reclamariam a doutrina no sentido de se protegerem de ameaças de potências européias, as quais consideravam possibilidades de estender seu poder até a América do Sul.

No caso sul-americano, Salvador de Mendonça entendia as iniciativas dos Estados Unidos de capitular o Appomatox e de enviar um corpo de exército às

fronteiras do México para apoiar Juarez, como fatores que impulsionaram a força moral estadunidense. Os estadunidenses também contaram com a sorte para consolidar essa impulsão. O fracasso da intervenção de Napoleão III, no México, e a morte de Maximiliano da Áustria concorreram para o sucesso dos norte-americanos.

Essa força moral foi usada por Grover Cleveland em seu primeiro mandato, quando do episódio que envolveu a Inglaterra e a Venezuela. Cleveland obteve êxito, pois os ingleses cederam à exigência estadunidense de arbitramento. MacKinley sentiu essa força moral na qualidade de opinião pública inflamada que levou os Estados Unidos a combaterem a Espanha. Neste caso, existiam os defensores do fim da intervenção hispânica em Cuba e os desejosos pela expansão dos territórios norte-americanos, como Roosevelt.

Roosevelt substituiu MacKinley na Casa Branca e orquestrou o imperialismo dos Estados Unidos. Salvador de Mendonça acusava esse imperialismo de ferir a integridade e soberania da Colômbia no momento da conquista do istmo para a abertura do Canal do Panamá.

A política expansionista estadunidense previa a posse de tudo quanto ficasse aquém dos limites físicos e da influência dos Estados Unidos. Para Salvador de Mendonça, não seria precipitado imaginar que, por exemplo, as áreas do norte da Amazônia se tornariam protetorado norte-americano. Também o mar das Caraíbas e o golfo do México. Neste caso, um mar com a presença européia das Antilhas.

A política de expansão dos Estados Unidos provocou reações na América do Sul. Estados sul-americanos pediram proteção aos estadunidenses ao longo da segunda metade do século XIX. A Nicarágua assinou tratado de protetorado em 1857, cujo Senado norte-americano se recusou a ratificar. Haiti e Santo Domingo ofereceram arrendamento ou cessão de sua base naval, os quais também foram recusados (SMITH, 2001, p. 613).

Os Estados Unidos mediavam conflitos de Estados sul-americanos entre si e com e nações européias que cobravam dívidas. No primeiro caso, Salvador de Mendonça (1913, p. 227) recorda que, no começo da segunda administração Cleveland, o México pretendia solucionar questões de limites com a República da

Guatemala. O ministro das Relações Exteriores do México, Mariscal, ordenou que Matias Romero investigasse a reação dos Estados Unidos no caso de uma intervenção do seu país na República da Guatemala. Romero, então ministro mexicano em Washington, procurou o governo estadunidense para obter a informação reclamada.

Matias Romero comunicou ao secretário Estado norte-americano, Gresham, que o governo mexicano pretendia solucionar problemas de limites com a República da Guatemala sem o recurso da força. O secretário, após audiência com o presidente dos Estados Unidos, noticiou que seu país não interviria na questão, mantendo-se neutro.

Salvador de Mendonça (1913, p. 227) comenta que, após a decisão norte-americana com respeito à sorte da República da Guatemala, foi procurado por Lazo Arriaga. Ele era o ministro da Guatemala em Washington e, nervoso, mostrou o telegrama de Leon, o ministro das Relações Exteriores dessa República. O telegrama informava que considerável força militar mexicana marchava para a República da Guatemala, com o intuito de invadir seu território. A intenção era de se apoderar da Guatemala antes mesmo da demarcação de fronteiras. Lazo Arriaga solicitava a ajuda do brasileiro para sensibilizar o secretário de Estado norte-americano e desmascarar Matias Romero.

Salvador de Mendonça (1913, p. 228-229) atendeu ao pedido de Lazo Arriaga e procurou o secretário de Estado Gresham. Mendonça mostrou o telegrama a Gresham, que leu em seguida. Após a leitura, o estadunidense questionou sobre a responsabilidade do seu país com o caso discutido. O brasileiro informou que os norte-americanos tinham responsabilidade com a premente intervenção mexicana, pois ficara a cargo de um seu patriota a comissão de delimitação de fronteiras entre os países litigiosos.

Salvador de Mendonça aludia ao tratado de 1821. Na ocasião, um comissário norte-americano presidira a comissão de delimitação de fronteiras. Na época, a Guatemala apresentara um comissário e o México não ofereceu representante. Passaram-se mais de dez anos e o último país não se movimentara no sentido de suprir a lacuna. Mendonça defendia a idéia de que existiam razões suficientes para

os Estados Unidos chamarem os mexicanos à ordem e advogava que os estadunidenses deveriam dar um outro curso à questão, resolvendo-a pacificamente.

Para lograr este intuito, bastava reunir a comissão técnica. Salvador de Mendonça (1913, p. 229) lembra que: “O sr. Gresham interveio. Cortou a marcha das forças mexicanas para a fronteira e evitou mais uma guerra injusta. Matias Romero foi revogado por ter deixado vencer-se pelo sr. Lazo Arriaga e viu-se por algum tempo arredado de Washington”.

A República da Nicarágua não contou com a mesma sorte da Guatemala. O governo inglês ameaçou essa República com desembarque de forças para ocupar a alfândega de Corinto. Os ingleses cobravam uma quantia da Nicarágua, a qual apelou para os Estados Unidos sugerindo a Doutrina de Monroe. Salvador de Mendonça afirma ter sido procurado, na sua casa, pelo secretário de Estado Gresham. O secretário pedia sua opinião sobre o auxílio dos Estados Unidos à República da Nicarágua. Mendonça mostrou-se contrário aos norte-americanos intervirem na questão. O mesmo entendia que os estadunidenses não eram aliados dos nicaragüenses, portanto, não se justificava qualquer intervenção. Como lembra o brasileiro: “(...) E o gabinete de Washington assim resolveu o incidente. Os ingleses cobraram a sua dívida e retiraram-se de Corinto” (1913, p. 230).

Apesar da arrogância do discurso, Salvador de Mendonça revela uma compreensão de consórcio entre as nações americanas. Ele entendia que os países eram livres para agir e buscar estratégias no sentido de proteger suas soberanias. A liberdade se fortalecia e limitava-se pelas alianças assumidas. Elas criavam compromissos entre nações, como o ocorrido com a República da Guatemala. Esta República respeitou deliberações oriundas do tratado de 1821, inclusive, indicando comissário para a comissão de fronteiras presidida por representante estadunidense.

No momento que a Guatemala viu-se na iminência de uma invasão mexicana, apelou aos Estados Unidos que, por sua vez, tinha responsabilidade com esse país dado aquele tratado. A República da Nicarágua, conseqüentemente, não possuía

alianças ou, como se expressou Salvador de Mendonça, não era aliada dos Estados Unidos.

Salvador de Mendonça (1913, p. 231-232) supunha que, por meio dessa exigência de alianças, os estadunidenses também seriam cerceados no seu desejo de expansão porque estavam sujeitos a agir pelo mesmo propósito das demais nações americanas. Os norte-americanos não poderiam, portanto, intervir em uma outra nação por decisão própria e unilateral. Mendonça fornece outros exemplos a esse propósito. O primeiro relativo a Richard Olney. Ele assumiu a Secretaria de Estado com a morte de Gresham e consultou Mendonça sobre a possibilidade de o Brasil fazer causa comum com os Estados Unidos junto à Inglaterra. Desejava-se forçar os ingleses a se submeterem ao arbitramento, diante da sua questão de fronteira com a Venezuela.

Salvador de Mendonça cogitava que a iniciativa não conviria ao Brasil. Este também possuía uma questão de limites com a Inglaterra. Ainda assim, telegrafou para o Rio de Janeiro para saber a posição do governo brasileiro. A resposta do governo não tardou e confirmou as considerações de seu representante na capital dos Estados Unidos. Meses depois daquele convite, o senador Cushman Davis apresentou projeto de extensão da Doutrina de Monroe. O projeto não era consensual. Homens públicos, como John Sherman⁹⁹ e Richard Olney, tinham problemas para os Estados Unidos, em decorrência das exagerações da doutrina.

Com ou sem a exageração da Doutrina de Monroe, para bem ou para mal, os Estados Unidos afirmaram sua condição de potência na América. Essa asserção corroborava para o temor de Salvador de Mendonça. Os estadunidenses descobriram sua força e intervinham na América do Sul de acordo com seus interesses e propósitos. A nação norte-americana estabelecia uma nova relação de domínio com os sul-americanos, então subservientes aos seus desígnios porque se estabeleceu o protetorado dos Estados Unidos.

Sob esses referenciais e sentimentos, exploraram-se as representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, de forma comparativa, sobre questões relativas à inserção do Brasil na América. Para o intento, resgataram-se discussões

⁹⁹ John Sherman era o relator da comissão de diplomacia do Senado.

anteriores no sentido de vislumbrar as idéias sobre América, raça e república de Lima e de Mendonça. Pretendeu-se, com isso, compor suas ilusões perdidas quanto ao futuro da República brasileira e o despertar da hegemonia dos Estados Unidos no continente americano. Por fim, observa-se outro tema recorrente aos autores: o caráter da mulher norte-americana, ou, conforme Salvador de Mendonça, a sua superioridade frente às demais personagens do mesmo sexo no mundo. A importância assumida pelo gênero em questão, enquanto objeto de análise e estudo, deu-se a partir de 1880, segundo Eric Hobsbawm (2005, p. 271-272), destacando a questão no interior das classes médias ocidentais de nações com o capitalismo já desenvolvido ou em vias de o sê-lo. Neste ambiente se revelariam mulheres ativas nas áreas até então de domínio exclusivo do gênero masculino, como foram os casos de Beatrice Webb, Madame Curie e Rosa Luxemburgo. Compreende-se, desse modo, que Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, ao comentarem o tema, indicam rupturas com padrões de conduta e de sociabilidade anteriores ao período em que viveram, tendo por foco a importância da presença feminina na sociedade norte-americana. Esta sociedade já representava um fenômeno, posto que o mundo do século XIX, e do começo do XX, ainda era controlado na esfera das idéias e politicamente, a partir de uma Europa conservadora e imperialista.

Salvador de Mendonça, no artigo intitulado “A mulher norte-americana: razão de superioridade”, de 6 de setembro de 1913, demonstra ter clareza das mudanças imagéticas e sociais que passam pelo tema comentado. Mendonça percebe aquelas mudanças nos padrões de conduta, contudo, as relaciona com a idéia de nacionalidade, pois:

Max O’Rell, o meu velho amigo Paul Bluel, autor de *John Bull e sua ilha*, e do *Mano Jonathan*, em uma conferencia, na cidade de Washington, disse que a situação relativa da mulher franceza, ingleza e norte-americana, podia ser reconhecida pela maneira por que, fôra de suas respectivas terras, nas suas villegiaturas, na Riviera, em Lausanne, ou em Scheveningen, entrava com o marido nas salas de jantar dos hotéis: a franceza ia sempre ao lado do esposo, tomando-lhe, ás vezes, o braço, ambos risonhos, a conversarem; a ingleza, vinha sempre atraz do marido, que de cabeça erguida e aspecto ponderoso, a collocava sempre em segundo plana, enquanto que a norte-americana precedia o marido, com uma expressão de physionomia que não deixava duvida acerca de ser ella a metade mais importante do casal.

Mendonça percebia a superioridade feminina, acima aludida, através da formação da nacionalidade dos estadunidenses. Como já discutido nesse trabalho, os Estados Unidos receberam forte migração de diversos povos, que concorreram para diversas apropriações e re-significações sobre a realidade política e social dos Estados Unidos, como as que o autor cita, no mesmo artigo:

A nacionalidade norte-americana recebeu, em maior escala, desde o começo da sua formação, o elemento escossez e irlandez nos Estados da Nova Inglaterra, com alguma mistura de huguenotes, insulares e continentais no Massachusetts; holandez em Nova York, que no XVIII século chamava-se Nova Amsterdam, e estendia a sua raça até às cabeceiras do Hudson; inglês, de velhas estirpes de New Jersey a Geórgia, com predominância na Virginia; huguenote francez nas Carolinas; hespanhol na Florida; francez na Luisiana e margens do lago Michigan, e, mais recentemente, hispano-americano no Texas à Califórnia, e allemão no Illinois e Estados vizinhos.

Essa assimilação de raças, segundo Salvador de Mendonça, resultou em um novo tipo de gente, com força e beleza, a mulher norte-americana. Mendonça observa, porém, esse novo tipo por suas características externas e internas. No primeiro plano, a graça se relaciona ao corpo porque está centrado no aspecto físico, devendo-se atribuir à bela formação, uma herança racial. Os aspectos internos, aqueles relativos ao caráter e, dessa forma, à aludida superioridade feminina nos Estados Unidos, não se limitavam àquela herança. A superioridade estaria vinculada, também, ao trabalho. As mulheres estadunidenses mostravam-se concentradas nas suas atribuições profissionais e responsáveis nos cargos públicos que assumiam. Salvador de Mendonça revela que algumas profissões eram quase exclusivas delas, como as funções de datilógrafas e, nas oficinas de imprensa, as repartições públicas tinham mais mulheres que homens. Mendonça afirma que dois secretários do Tesouro, Carlyle da segunda administração Cleveland e Cage do governo McKinley, teriam comentado preferir contadoras a contadores. As primeiras revelavam obediência aos princípios gerais de administração, como a discricção¹⁰⁰, e

¹⁰⁰ Salvador de Mendonça comenta uma experiência de quando foi responsável pela Legação brasileira nos Estados Unidos. Mendonça tinha, nessa Legação, uma secretária estadunidense. Durante a revolta da Armada, o correspondente de uma folha diária de Nova York tentou corromper essa secretária oferecendo uma quantia que correspondia a dois anos seus de salário. O correspondente desejava uma cópia de um longo carbograma cifrado, então enviado pelo próprio

mais talento para os serviços exigidos. O respeito ao profissionalismo feminino fazia-se notar, pois elas assumiam cargos de chefia, como no caso Margaret Keller, que foi nomeada:

(...) sub-directora das Casas de Moeda dos Estados Unidos, em vista dos excellentes serviços que prestara nesse ramo da administração, pois não havia ultimo dia de mez em que a sra. Keller não conhecesse o peso total do ouro, da prata e do bronze em *stock* nas casas de moeda, e o valor dos mesmos metaes amoedados, sob sua guarda¹⁰¹.

O respeito às mulheres, nos Estados Unidos, se manifestava, também, na legislação do país. Salvador de Mendonça informa que as leis estadunidenses as protegiam quanto à honra e no matrimônio. No primeiro caso, bastava a presença de duas testemunhas contestes para que se processasse o provável caluniador. No último, Mendonça menciona a lei do divórcio, a qual colocaria a mulher em situação bastante vantajosa para se defender de uma possível opressão de seus maridos. Elas também podiam dispor de seus bens e economias independente de sua condição e estado civil. Exceção feita a bens imóveis por parte de mulheres casadas. Salvador entendia que o benefício das leis se relacionava à educação das mulheres norte-americanas:

presidente do Brasil, Floriano Peixoto, a Legação. A secretária recusou a proposta do jornalista, o qual, tempos depois, narraria a história a Salvador de Mendonça.

¹⁰¹ Este elogio feito a Sra. Margaret Keller, por Salvador de Mendonça, não é despropositado. Keller, ao conhecer o peso total dos metais indicados, favorecia o bom desempenho econômico e político dos Estados Unidos no cenário internacional. Durante todo o século XIX até a Primeira Guerra, segundo Maurice Niveau (1969, p. 256-258), três sistemas econômicos foram utilizados pelas nações: o monometalismo, corrente em alguns países asiáticos, o monometalismo a base do ouro e o bimetalismo que se fundava, simultaneamente, no ouro e na prata. Em termos gerais, nas trocas comerciais entre os Estados nacionais, as cédulas e as moedas eram conversíveis pelo ouro e/ou prata que formavam o montante metálico das Casas de Moeda. A conversão dava-se através de cálculos complexos, desnecessários a compreensão do elogio citado. Outrossim, de acordo com Niveau, os estadunidenses adotaram o monometalismo a base do ouro, ou estalão ouro, apenas em 1900. Percebe-se, assim, a importância do saber de Margaret Keller, a qual conhecia não só o peso exato dos metais, mas, também, os valores dos metais amoedados sob sua guarda.

Se o Christianismo emancipou a mulher da escravidão, em que atravessara os períodos mais civilizados dos imperios da Asia e da propria civilização greco-romana, só a democracia norte-americana soube trazel-a á posição culminante que hoje occupa. Protegida por leis especiaes, a mulher norte-americana poude conquistar logar condigno na sociedade moderna; mas a sua supremacia deve-a principalmente á educação que recebe.

Para Salvador de Mendonça, essa educação revelava-se como uma das maiores virtudes do regime democrático. Este regime, inclusive, proporcionou, nos Estados Unidos, uma civilização democrática, na qual a mulher seria o produto mais acabado e perfeito. Mas o gênero feminino, nesse país, só alcançaria a projeção citada depois da Guerra de Secessão. Neste período, os norte-americanos puderam, novamente, voltar-se para as artes da paz e fundar uma nova era. Mendonça identifica como marco dessa nova Era, a Exposição do Centenário, realizada na Filadélfia no ano de 1875. Com a exposição, se deu o início da fase de industrialização, fomentando o incontestável progresso da União que se manifestaria nas mais diversas áreas do saber humano. Salvador de Mendonça, igualmente, reconhece a educação como pedra angular da nacionalidade estadunidense porque teria despertado o espírito de fraternidade. Este espírito, porém, teve nascedouro anterior à fase de industrialização mencionada. No artigo “A mulher norte-americana nas letras”, d’O Imparcial de 6 de outubro de 1913, lê-se:

Ao passo que esses notaveis centros de instrucção, cujos estudantes e professores mutuamente se procuravam e conheciam, iam desenvolvendo o espirito de fraternidade, que se transformou mais tarde em poderoso laço de união da nascente nacionalidade, por outra parte o solido preparo dos homens mais eminentes das colonias nos moldes classicos e principalmente na formosa lingua de Roma, cujo maior cultor, Cicero, foi sempre por elles considerado como o typo mais elevado da cultura greco-romana o da liberdade antiga, foi uma escola de civismo, só por si capaz de explicar a elevação do character, o desinteresse e o patriotismo desse grupo de gigantes, fundadores dos Estados Unidos da America.

Oliveira Lima também opina sobre a mulher norte-americana. Para Lima, essa mulher ocupava posição de destaque na sociedade estadunidense, mas ele fornece um conjunto de representações diferentes das idéias de Salvador de Mendonça acerca do tema discutido, apesar de comungarem a mesma conclusão: nos Estados Unidos, a mulher era considerada um ente de inteligência igual ou superior ao homem. No tocante ao discernimento e também ao refinamento, ela seria superior ao gênero masculino. A figura feminina, dessa forma, se diferenciava completamente da perspectiva da sul-americana, na qual seria vista como móvel de luxo e um objeto de prazer. Oliveira Lima (1899, p. 124-125) comenta que:

(...) a mulher representou desde o começo da colonização, para essa gente de um idealismo ingenito, a doçura, o perfume, o sorriso da alegria, o unico encanto da existencia. Formou-se d'est'arte aos poucos o sentimento de extrema deferencia, de quasi veneração que desfructa a mulher na America do Norte e que, talvez mais aprimorado a Leste, é ainda mais caracteristico no Oeste, onde o elemento masculino excede em numero o feminino. No Alaska então, onde as mulheres escasseiam, a estima transforma-se em culto, rendoso. Uma rapariga havia, provavelmente de boa cara, que dizem costumava ganhar centenas de dollares por noite dançando (a dança é a maior distracção d'aquelle ermo gelado) com os mineiros do Klondike a tanto por valsa.

Oliveira Lima observa a diferença de olhares americanos sobre a mulher. Os americanos do Norte a percebiam como um ente de inteligência e refinamento. Os do Sul, a desejavam como objeto de luxo e de prazer. A visão acerca da mulher, nessas duas porções do continente, revela, também, uma outra distinção sobre a condição feminina no mundo ao longo das décadas apreciadas no trabalho. Eric Hobsbawm (2005, p. 272) comenta que na África, na América Latina, na Ásia e nas sociedades camponesas do leste e do sul europeu, o gênero feminino era tratado pelos mesmos parâmetros, ou seja, como objeto de luxo e de prazer. Dessa forma, a condição da mulher se relacionava ao tipo de sociedade na qual essa mulher estava inserida. Em uma sociedade industrial e com espírito de livre-iniciativa, como a norte-americana, as relações entre os sexos deveriam ser mais amenas e igualitárias. Sendo corretas as afirmações de Olivier Dabène (2003, p. 9) na América de colonização ibérica do período em tela, as sociedades estavam, ainda,

fortemente vinculadas à terra. Dabène identifica, inclusive, uma relação predadora marcada pela grande propriedade então conhecida, regionalmente, por diversas denominações como estância, fazenda, finca, fundo, hacienda ou latifúndio.

Tem-se que os discursos de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça acerca da condição feminina nas duas Américas, a ibérica e a inglesa, revelam um processo de desenvolvimento de idéias e representações sobre o sentimento de ser americano. Em especial, Mendonça identifica nos Estados Unidos, uma grande contribuição ao mundo ocidental no tocante à educação. Esta, na perspectiva de um regime democrático, fez com que a mulher alcançasse posição social inédita na história. Ela seria admirada, não apenas como objeto de desejo masculino, mas também respeitada como membro de uma comunidade nacional. Lima também percebe essa distinção ao gênero feminino e argumenta ter sido ele, desde o período colonial norte-americano, fruto do espírito idealista desse povo.

CONCLUSÃO

Os autores estudados revelam sentimentos comuns a respeito da República do Brasil e da inserção brasileira na América, vislumbrando os Estados Unidos. No tocante à República, eles questionam o êxito institucional do regime nascido em 1889, pois ele não teria cumprido suas promessas de futuro. Oliveira Lima se decepcionou com o regime que defendeu na juventude, acusando-o de desencadear a corrupção das instituições brasileiras e, também, de outras nações republicanas. A crítica de Lima se dirige ao regime republicano, o qual guardava em si os males do autoritarismo e da corrupção moral, de modo que a experiência brasileira apenas asseverava essa característica “natural” do regime discutido. No caso brasileiro, constatava-se, ainda, a continuidade do poder pessoal tão combatido pelos liberais e republicanos ao longo da Monarquia, sobretudo no Segundo Reinado. Sendo que, no tocante à Monarquia, o imperador Pedro II seria mais bem preparado intelectual e moralmente que os presidentes brasileiros.

Salvador de Mendonça também se desencantou com a República, mas, apenas, com a experiência brasileira. As instituições não teriam logrado sua consolidação e a prática dos políticos, em geral, era vista como corrupta. Além do que, Mendonça compreendia que o regime estava arredado do povo. No concernente às instituições e o comportamento dos políticos, ele entendia que a República não lograra romper com práticas viciadas da Monarquia, como também afirmava Oliveira Lima, isto é, que a recorrência do autoritarismo próprio do Poder Moderador no Império teria restringido virtudes liberais, as quais todos esperavam concretizadas na República. A não realização dessas virtudes concorreu para a continuidade da corrupção no país, pois as aristocracias não se “afogaram na onda democrática” que despontou em 1889.

A respeito das aristocracias, Salvador de Mendonça as acusava de falsas e responsáveis pela consolidação de autoritarismo e intolerância na Monarquia. Elas sobreviveram à “onda democrática” e, pior, dominaram a República brasileira. Mendonça compreendia esse fenômeno de sobrevivência das elites por meio do afastamento entre República e povo realizado pelas elites bem como pela negação de uma aristocracia nacional. Para essas elites, conforme Noé Freire Sandes (2000,

p. 159-160), faltava povo na América hispânica e no Brasil. Oliveira Lima, ao contrário de Salvador de Mendonça, fazia voz a esses grupos. Ele, inclusive, percebia como reduzida, na nação brasileira, a distância da aristocracia para o povo.

Oliveira Lima discordava de Salvador de Mendonça ao defender a existência de uma aristocracia nacional. O poder dessa aristocracia fundava-se na propriedade de escravos e de terras. A aristocracia, para Lima, se desenvolvera no Brasil por meio da cana-de-açúcar e do ouro, tendo sido beneficiada pela estabilidade alcançada com a Monarquia. Ela se desenvolveu como uma nobreza não hereditária, sem privilégios de nascimento e quase configurando uma democracia.

Salvador de Mendonça e Oliveira Lima também discordavam quanto ao regime democrático, o qual, para o primeiro, não era ruim. Mendonça compreendia as limitações do regime pela ausência de uma verdadeira aristocracia, pois a que existia no Brasil nunca serviu ao seu país em tempos de guerra e de paz. Mas o povo brasileiro era real e, também, um dos fatores de derrota da República por seu analfabetismo e ausência de costume de participar da vida pública. O regime democrático, dessa forma, não contava com pilares necessários para a sua sustentação.

A combinação provocada pela ausência de verdadeiras aristocracias e a falta de consciência do povo inviabilizou o regime democrático no Brasil, segundo Salvador de Mendonça. Mas Mendonça e Oliveira Lima compreendiam a não participação popular na vida pública brasileira como um obstáculo para a República. Lima, inclusive, identificava essa falta como problema comum a todas as nações sul-americanas. Essa falta as colocava em posição inferior aos Estados Unidos, o qual logrou uma estabilidade política distinta das conturbações da vida pública da América do Sul. Os estadunidenses teriam conquistado a estabilidade política graças à afirmação do individualismo e do governo próprio – *self government*.

Outro aspecto que é tangencial à discussão se refere à educação na América Ibérica. Ela teria sido essencialmente religiosa, dando lugar a uma cultura refinada com acento no verniz retórico. O saber derivado dessa educação seria apegado às exterioridades, e formal por valorizar sobremaneira o verbal. Oliveira Lima o compreendia falho nas instruções de ciências históricas, políticas e naturais. A

ausência de educação política teria criado nas sociedades da América hispânica e portuguesa, a inabilidade para governar-se. Nos Estados Unidos, porém, existiria uma tradição distinta porque o governo da colônia encontrava-se, de fato, nas mãos de seus filhos.

Ainda sobre a educação na América do Sul, pode-se perceber um paradoxo diferencial que dava um grau superlativo quando comparadas com as elites da América inglesa: o idealismo. Este idealismo aparecia nas novelas contemporâneas da primeira América e também corroborava nas falhas de caráter dos povos sul-americanos. A principal falha de caráter se assentava na ausência de um individualismo, o qual manifestava a vida interior como ação e reflexão conscientes. A religião no continente, por exemplo, não expressava um sentimento íntimo senão uma projeção pomposa. Mas, ao mesmo tempo, esse individualismo, particularmente para Oliveira Lima, era a maior garantia de futuro de raça para aqueles povos, propiciando-lhes excelentes abstrações espirituais.

No que tange à raça, pode-se perceber, como elemento de reflexão comum dos autores estudados, a integração moral dos sul-americanos. Ela representava uma fusão de sentimentos mais expressiva e profunda do que a associação política, provocada por interesses, dos Estados Unidos. Prova-o as análises históricas de Lima e Mendonça sobre a ocupação holandesa no Brasil colonial. Para eles, a reconquista portuguesa do território deveu-se a três raças que pelejaram juntas contra o inimigo comum, a Holanda, havendo neste ponto, uma discordância entre Oliveira Lima e Salvador de Mendonça. Lima e Mendonça concebiam as raças da América do Sul como provenientes de uma mestiçagem social e moral, contudo, o primeiro considerava o elemento negro como sendo um mal nessa mistura. O sangue negro provocaria a desarmonia e consolidaria uma incompatibilidade de ideais grandiosos com a pequenez de fatores componentes de novas raças ou sub-raças constituídas no continente. Aliás, sua análise considerava, também, a presença negra na sociedade estadunidense.

Nos Estados Unidos, o problema das raças não estava resolvido, como na América espanhola e portuguesa. Estes americanos solucionaram razoavelmente bem a questão, através da miscigenação. Ela permitiu a fusão de sangues, fazendo com que o elemento inferior se perdesse no superior europeu, de modo que

resultassem em mestiços, futuramente. Os estadunidenses afluíram o antagonismo das raças ao afastarem os brancos dos negros. Se, em um primeiro momento essa escolha garantisse a superioridade da civilização estadunidense, ela se desenvolveria no risco de criar populações irredutíveis por tratar-se de cores diferentes.

Outro aspecto relevante ao trabalho foi a idéia de evolução da nacionalidade usada como categoria política e social. Salvador de Mendonça percebe a evolução brasileira como processo que se desenvolvia a contento. Oliveira Lima, para compreender essa evolução, estendeu seu olhar para a América espanhola, tendo por objetivo contemplar o continente americano como um todo. Lima concebe essa evolução, ainda em germe, no sentimento nativista dos criollos quando dos movimentos de independência dos hispano-americanos. Ele os condena por entender que os descendentes dos espanhóis fragmentaram a antiga formação política das colônias, ao contrário do processo brasileiro, que manteve a coesão do Estado absorvendo a região do Pará-Maranhão, a qual, aparentemente, representava uma desproporção para o Brasil. Oliveira Lima, no curso de suas reflexões, confere características próprias às Américas Espanhola e Inglesa. Na América Espanhola, as independências e posteriores transformações políticas teriam sido realizadas “pelos de baixo”. Eles se guiavam pela inveja e pelo ódio e com eles se minou a moral pública de todas as nações hispano-americanas. Essa América tornou-se uma anarquia com crises de despotismo e de prepotência. Os Estados Unidos também sofreram dificuldades de coesão nacional, tendo os organizadores desse país, enfrentado entraves mercantis entre os estados da Federação, os quais dificultaram a formação de uma consciência comum necessária ao desenvolvimento conjunto da nação.

Lima, contudo, entende que o começo do século XIX indicou uma evolução política para a América do Sul, a qual tornou-se palco de contestações favoráveis a governos autônomos e próprios, bem como acolheu uma Corte européia que fugia de Napoleão. Neste último caso, a administração local ultramarina tornava-se capital de uma dilatada Monarquia. Oliveira Lima também conclui que a América hispânica possuía vícios de tirania e de violência, pois, no momento de sua emancipação, havia pouca harmonia entre as pessoas que viveriam sob o signo de

uma mesma nação. O descortino intelectual e a diferença na educação seriam, também, grandes responsáveis pela desarmonia citada.

Um tema recorrente no discurso de Oliveira Lima e também presente na fala de Salvador de Mendonça com menor intensidade, se refere ao desenvolvimento desigual das Américas Ibérica e Inglesa. Lima, em particular, cogita a idéia de que a raça branca estaria, naturalmente, apta a um governo liberal e ao progresso material. A raça branca, representada pelo conquistador europeu na América, se fundiu primeiro e nas colônias ibéricas, com os nativos. Depois se misturou com os negros escravos em algumas localidades sul-americanas, provocando uma miscigenação com implicações institucionais no continente. Essa miscigenação orientaria “fundamentos da ocupação” européia da América e seu posterior desenvolvimento nas nações americanas soberanas. Os espanhóis, que encontraram população indígena mais densa e disciplinada, recrutariam os índios, para o trabalho forçado, com maior facilidade. Os portugueses não contaram com a mesma sorte e viram-se obrigados a requisitar o escravo negro. Quando essas Américas se tornassem independentes, a espanhola aboliria a escravidão durante os processos de independência porque esta não era atividade econômica de tamanha importância como no Brasil. Neste país o trabalho servil teria vida mais longa, entretanto, a demora representaria uma gradual evolução para a normalidade institucional no sentido de uma concórdia liberal que não acontecera na América espanhola.

Por fim, as duas últimas conclusões: a primeira se relaciona à idéia de federação presente nas representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça. As Américas Ibéricas e Saxônica, apesar das diferenças, guardaram elementos comuns durante seu desenvolvimento. Lima denomina de particularismos esses elementos comuns, os quais são instituições contemporâneas e similares às nações do continente. A escravidão, por exemplo, foi conhecida e praticada em todas as colônias americanas. O federalismo, enquanto idéia, perdurou e foi constantemente re-significada. No Brasil e nos Estados Unidos, essa idéia quando relacionada ao trabalho provocou uma divisão entre províncias tendo-as com e sem o trabalho servil. Divisão que permitira modelar a idéia de federalismo então comum a todo o continente americano. A segunda diz respeito à idéia de mulher norte-americana. Essa idéia, no conjunto das representações de Salvador de Mendonça, indicava sua

superioridade. As norte-americanas seriam mais ativas e conquistavam áreas de atuação até então de domínio exclusivo do gênero masculino em toda a Europa e no resto da América. Tal alusão revela rupturas de padrões de conduta e de sociabilidade com o Velho Mundo, reforçando a concepção da nacionalidade americana e acentuando a educação igualitária e fraterna nos Estados Unidos

Oliveira Lima opina sobre o tema, observando que a mulher norte-americana se diferenciava das sul-americanas quanto ao trato que lhe era dispensado. Nos Estados Unidos, ela era considerada inteligente e, em alguns casos, superior ao homem. A mulher teria maior capacidade de discernimento e também seria mais refinada. Na América do Sul, a figura feminina era vista como móvel de luxo e um objeto de prazer. Trabalhou-se, nesse ínterim, com a perspectiva da condição feminina se relacionar ao tipo de sociedade na qual a mulher estaria inserida. Em uma sociedade industrial e com espírito de livre-iniciativa, como a norte-americana, as relações entre os sexos deveriam ser mais amenas e igualitárias, diferentemente das Américas de colonização espanhola e portuguesa, cujas sociedades estariam fortemente vinculadas a terra.

Vale salientar que os dois autores pertencem a uma mesma geração que pretendeu “mudar os rumos” do Brasil, conduzindo-o em direção à América. Eles entendem que, a exemplo de outros membros dessa geração, a República possibilitaria esse novo direcionamento. Tinham, diante de si, o agigantamento dos Estados Unidos, o qual se fortalecia como potência internacional não europeia e, ainda, estavam impressionados por “idéias da moda” como as concepções de raça. Oliveira Lima e Salvador de Mendonça julgavam e sentiam por meio desses referenciais que, após a Primeira Guerra, ainda se estendendo à década de 1920, estavam repletos de sentido para homens e mulheres que construía e eram construídos através da história. Lima e Mendonça discordavam em diversos temas, em aspectos particulares, pois eram personalidades distintas, mas se reconheciam através dos discursos que manifestavam alegrias, invejas, medos e práticas de uma geração que buscou, sem êxito pleno, um tipo de inserção internacional do Brasil.

FONTES

OLIVEIRA LIMA

Obras completas:

América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

D. João VI no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Formação histórica da nacionalidade brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Historia Diplomatica do Brasil: O Reconhecimento do Imperio. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

O Império brasileiro (1822-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, coleção temas brasileiros, 58.

O movimento da Independência, 1821-1822. 6ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899.

Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt). Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação casa de Rui Barbosa, 1980.

Memórias: estas minhas reminiscências ... Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

*Artigos:**Revista Americana:*

Do reconhecimento à abdicação – uma página de história diplomática. Rio de Janeiro, abril-maio-junho, 1910, vol. III.

Primeiro centenário da revolução de 1817 na Paraíba. Conferência. Rio de Janeiro, abril-maio-junho, 1917, vol. XVI.

SALVADOR DE MENDONÇA

Obras completas:

Situação Internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913.

Artigos:

A Imprensa:

Carta a Alcindo Guanabara. Sobre uma atitude de Oliveira Lima. Rio de Janeiro, 1909.

A Legenda:

O sétimo ministério. São Paulo: 1-8-1860.

O Barão de Pindaré. São Paulo: 21-8-1860.

Mais uma falsa comemoração da independência. São Paulo: 11-9-1860.

A mudança da Faculdade de Direito para a Capital do Império. São Paulo: 1-10-1860.

A República:

Ainda a justiça d'El-Rei. Sobre o mesmo assunto. 14-12-1871.

Declaração ao público ao se afastar da direção d'"A República". 8-10-1872.

Jornal do Comércio:

A questão do Acre. Rio de Janeiro, 11-5-1902.

A questão do Acre. Rio de Janeiro, 16-5-1902.

A questão do Acre. Rio de Janeiro, 25-5-1902.

O Globo:

A Câmara dos Deputados. Resenha diária dos trabalhos parlamentares para "O Globo". 1874-1875.

O Imparcial:

O velho César. Rio de Janeiro, 16-2-1913.

Justiniano. Rio de Janeiro, 2-3-1913.

O Macedo. Rio de Janeiro, 9-3-1913.

A abdicação do Sr. D. Pedro II. Rio de Janeiro, 12-3-1913.

Tavares Bastos (Aureliano Candido). Rio de Janeiro, 6-4-1913.

O elemento histórico do caso. Rio de Janeiro, 22-4-1913.

Três órgãos da corte. Rio de Janeiro, 4-5-1913.

"A República". O Partido (I). Rio de Janeiro, 18-5-1913.

"A República". O Partido (II). Rio de Janeiro, 25-5-1913.

"A República". *O Partido (III)*. Rio de Janeiro, 1-6-1913.
 "A República". *O Partido (IV)*. Rio de Janeiro, 8-6-1913.
 "A República". *O Partido (V)*. Rio de Janeiro, 15-6-1913.
 "A República". *A folha (1)*. Rio de Janeiro, 22-6-1913.
O Barão de Paranapiacaba. Rio de Janeiro, 6-7-1913.
Oradores parlamentares. O Senado. Rio de Janeiro, 3-8-1913.
Oradores parlamentares. A Câmara. Rio de Janeiro, 12-8-1913.
O Barão de Tautphoeus. Rio de Janeiro, 25-8-1913.
A mulher norte-americana. Razões de sua superioridade. Rio de Janeiro, 16-9-1913.
A mulher norte-americana. Ainda as razões de sua superioridade. Rio de Janeiro, 30-9-1913.
A mulher norte-americana nas letras. Rio de Janeiro, 6-10-1913.

O Século:

A propósito do incidente Lauro Müller. Rio de Janeiro, 1912.
A crise da borracha. Rio de Janeiro, 1912.
O preço do açúcar. Rio de Janeiro, 1912.
Os furtos no Itamaraty. Rio de Janeiro, 1912.
A crise da República. Rio de Janeiro, 1912.
A convenção nacional. Rio de Janeiro, 1913.
O direito de Revolução. Rio de Janeiro, 1913.
Perdoa-me Vossa Majestade! Rio de Janeiro, 1913.
Um precedente norte-americano. Rio de Janeiro, 1913.
A excelência de V. Ex.^a. Carta aberta ao Marechal Hermes da Fonseca. Rio de Janeiro, 1913.
Outras excelências. Rio de Janeiro, 1913.
As mesmas excelências. Rio de Janeiro, 1913.
Ainda as mesmas excelências. Rio de Janeiro, 1913.

Discursos:

Discurso de cinco minutos. Sobre a diplomacia moderna. No banquete anual da Order of the Loyal Legion. Washington: 12-2-1898.
Discurso de entrega da carta revocatória ao presidente dos Estados Unidos. Washington: 19-5-1898.
Discurso de apresentação de credenciais ao Rei de Portugal. Lisboa: 15-7-1898.

Bibliografia.

ADORNO, S. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ALEIXO, J. C. B. "O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá" In *Revista Brasileira de Política Internacional* ano 46, n.2, p. 170-191.

ARDAO, A. *Gênesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro Rómulo Gallegos, 1980.

ALMEIDA, P. R. de. "O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima. *Vidas paralelas, itinerários divergentes*" In <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/935BarOlivLimaSem22Ago.htm>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

ALONSO, A. "Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870" In *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, v.15, n° 44, outubro de 2000.

ALVES NETTO, J. F. "*Brasileiros ilustres em Petrópolis: visconde do Uruguaí*" In <http://www.ihp.org.br/docs/jfan20011017.htm> acessado em 20.01.2008.

ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, F. *As ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

AZEVEDO, D. B. de. "Relações interamericanas: a unidade na Guerra Fria" In ALMEIDA, J (org.). *Caminhos da história da América no Brasil*. Brasília: ANPHLAC, 1996, p. 513-528.

BENJAMIN, W. "Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo" In *Obras escolhidas III*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BETHELL, L. "A Grã-Bretanha e a América Latina, 1830-1930" In *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 581-608.

BORIE, J. *Mithologies de l'héritage au XIX^e siècle*. Paris: Éditions Galilée, 1981.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, s/d.

BRUIT. H. H. "A Invenção da América Latina" In <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/ensaio12.pdf>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

BUENO, C. “*Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906)*” In <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/224.pdf>, acessado em 21 de janeiro de 2008.

BUENO, C. & CERVO, A. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 (Coleção O Brasil e o Mundo).

CAMÊU, F. & PEIXOTO, A. V. *Florianópolis: vida e governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983 (Coleção Temas Brasileiros, 44).

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira, 2º volume (1836-1880)*. 8ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro □ Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, E. *A República Velha – evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CHAMBERLIN, E. e GILMAN, S. L. *Degeneration: the dark side of progress*. New York: Columbia University Press, 1985.

CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001 (Coleção Estudos CDAPH. Série Memória).

CRUZ COSTA, J. *O positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1956.

_____. *Pequena história da República*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DABÊNE, O. *América Latina no século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DAGHLIAN, C. *Os Discursos Americanos de Joaquim Nabuco*. Recife: FUNDAJ/Ed.Massangana, 1988 (Série estudos e pesquisas, 51).

DEAS, M. “A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência” In BETHELL, L. (org). *História da América Latina, volume III: da independência até 1870*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2004, p. 505-539.

DEVÉS VALDÉS, E. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad, tomo 1, Del Ariel de Rodó a la Cepal (1900-1950)*. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.

_____. “El concepto de identidad en las ciencias humanas y en la política” In *Textos de história*. Brasília, v.4, nº 1, 1996.

DÖPCKE, W. “Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918)” In SARAIVA, J. F. S. (org.). *Relações internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI, 2001, V1, p. 105-172.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. & DEVOTO, F. J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FRANCO, A. C. “Apresentação” In *Revista Americana: uma iniciativa pioneira e intelectual (1909-1919)*. Brasília: Senado Federal, 2001 (Coleção Brasil 500 anos).
GATES JR., H. L. *Race, writing, and difference*. Chigaco: The University of Chicago Press, 1985.

GADAMER, H. G. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GÓMEZ ROBLEDO, A. *idea y experiencia de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

GRAHAM, R. *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HALE, C. A. “As idéias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930” In BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. Brasília/São Paulo: FUNAG/Edusp/Imprensa Oficial, v. IV, 2001, p. 331-414.

HALLPIKE, C. R. *The principles of social evolution*. Oxford: Claredon Press, 1988.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBBSBAWM, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOFSTADTER, R. *Social darwinism in american thought*. Boston: Beacon Press, 1975.

HOLANDA, S. B. de. “Crise do regime” In *História geral da civilização brasileira*. 3ª. ed. São Paulo: Difel, 1983, Tomo II, Vol. 7, p. 7-56.

IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Minas Gerais/Rio de Janeiro: Editora UFMG/ Nova Fronteira, 2000.

_____. “Vida política, 1848-1868” In HOLANDA, S. B. de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1982, Tomo II, Vol. 3, p. 9-132.

- KNIGHT, D. *The age of science*. New York: Basil Blackwell, 1986.
- KOSELLECK, R. *Futures past on the semantics of historical time*. Cambridge: MIT Press, 1979.
- LEE, B. & REINDERS, R. "A perda da inocência: 1880-1914" In MALCOLM, B. & TEMPERLEY, H. *Introdução aos estudos americanos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, s/d.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e história*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1952.
- LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1964.
- MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP/ Moderna, 1997.
- MAURO, F. *Do Brasil à América*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MENDONÇA, C. S. de. *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1960 (Coleção B3 Biografia II).
- MICELI, S. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.
- MONTES, M. L. "Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia" In SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, R. da S. (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Estação Ciência, 1996.
- MORSE, R. M. *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NIVEAU, M. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1969.
- NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- NUÑEZ, J. "Um hombre llamado Simon Bolivar" Disponível em: <http://www.edufuturo.com/imageBDE/EF/6929.SimonBolivar.pdf>, acessado em 2 de fevereiro de 2008.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PECEQUILO, C. S. *Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- PERKINS, D. *The Monroe Doctrine (1826-1867)*. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1933.
- POLIAKOV, L. *Le racisme: mithes et science*. Bruxelas: Édition Complexe, 1981.

PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo Edusc/edusp, 1999.

_____. “O Brasil e a distante América do Sul” Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/prado.html>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

RADL, E. M. *Historia de las teorías biológicas. Desde Lamarck y Cuvier*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

RAMOS, A. *Guerra e relação de raça*. Rio de Janeiro: Departamento União Nacional dos Estudos, 1935.

RUPP-EISENREICH, B (org.). *Histoires de l'anthropologie, XVI-XIX^e siècles*. Paris: Klincksieck, 1984.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das idéias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001, pp.15-384 (Coleção biblioteca básica brasileira).

SANDES, N. F. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora da UFG/Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANTOS, F. M. dos. “Um Éden germânico: Europa e América nas viagens de Oliveira Lima”. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/398.pdf>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

SANTOS, L. C. V. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, W. G. *A ordem burguesa e o liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHEIDT, E. “Pensando a América na Argentina durante o século XIX: os intelectuais utópicos Esteban Echeverría e Francisco Bilbao”. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/ensaio12.pdf>, acessado em 07 de janeiro de 2008.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 5ª reimpressão São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Angela Maroa Moreira. *Normas para apresentação dos trabalhos técnicos científicos da UFRR: baseadas nas normas da ABNT*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, R. F. "Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930" In BETHELL, L. (org). *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 609-649.

SODRÉ, N. W. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Difel, 1982.

STOCKING JR., G. W. *Race, culture and evolution. Essays in the history of anthropology*. Chigaco: University of Chigaco Press, 1968.

TORRES, J. C. O. *O positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1943.

TUCHMAN, B. W. *A torre do orgulho: um retrato antes da guerra, 1890-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VENTURA, R. "Bacharéis em luta: literatura e sociedade na geração de 1870 brasileira" In *Boletim bibliográfico biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: v.44, (1/4):89-106, jan.-dez. 1983.

_____. *Escritos, escravos e mestiços em um país tropical: literatura, historiografia e ensaísmo no Brasil*. Nurnberg: Wihelm Fink Verlag Munchen, 1987.

_____. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 (Biblioteca básica).

ZUCKERMAN, A. *Elite política: lições de Mosca e Pareto*. Brasília: TEXTOS DE AULA – Centro de Documentação Política e Relações Internacionais, s/d.

OLIVEIRA LIMA 735

DA ACADEMIA BRAZILEIRA

NOS ESTADOS UNIDOS

IMPRESSÕES POLITICAS E SOCIAES

Não escapará á vossa observação que um rico e fertil dominio foi aqui rapidamente creado por aquelles que estavam certos de colher onde haviam semeado; que um governo forte e benefico foi aqui estabelecido pelos que prégavam a liberdade, e que possuímos um povo patriótico e generoso, que ama o seu Governo porque é seu, dirigido por elle, administrado por elle, protegido e defendido por elle.

(Resposta do Presidente Cleveland ao discurso de apresentação de Li Hung Chang.)

LEIPZIG

F. A. BROCKHAUS

1899

INDICE.

	pag.
Introdução	1— 18
Capitulo I. — O Problema Negro	19— 53
Capitulo II. — Efeitos da Immigração	53— 89
Capitulo III. — As Qualidades do Povo	90—124
Capitulo IV. — A Influencia da Mulher	124—165
Capitulo V. — A Sociedade	166—214
Capitulo VI. — O Figurino Politico	214—285
Capitulo VII. — Catholicismo e Educação	285—321
Capitulo VIII. — Escriptores Americanos	321—361
Capitulo IX. — A Politica Externa	361—434
Capitulo X. — Relações do Brazil com os Estados Unidos	435—458
Capitulo XI. — Politica Colonial	459—513
Appendice	514—524

Espero que resaltaré sobretudo de semelhante exposição a influencia que ahí vai diaria e progressivamente exercendo a intelligencia sobre os sentimentos menos nobres, a ganancia e o desrepeito dos direitos de outrem. Houve um tempo em que os esforços de todos convergiam para fins materiaes, a exploração do paiz e a edificação da sua prosperidade. As consequencias d'esta convergencia de esforços foram, além do appetite de terras e de riquezas, a natural mediocridade das idéas pela ascendencia das idéas communs na sociedade nivelada, onde o pensamento não tinha audacias e a uniformidade reinava nas intelligencias como na apparencia dos seres e das cousas, irrompendo apenas a originalidade na inventiva industrial quando mesmo scientifica. Essa uniformidade, que excepções illustres sómente demonstravam, ainda é um traço interessante da patria de tantas maravilhas, mas a corrente mental tem-se tornado tão volumosa, sem aliás alterar-se a sua limpidez, que constituiu-se um factor não dêcerto preponderante, porem consideravel da vida nacional. É ella que detem o jingoismo destemperado que só sonha guerras e annexações. É ella que detem o radicalismo financeiro e politico, observando que não convem conduzir o paiz do extremo da tyrannia dos trusts para o extremo da confusão industrial que seria uma ruina. É ella finalmente que, seguindo na esteira de Emerson, faz ver que a civilização representada pelo direito e pela religião tem forças para proteger os opprimidos e os humildes e que o tem revelado na constante evolução humana, substituindo á desordem e á vexação a justiça e a caridade.

CAPITULO I.

O PROBLEMA NEGRO.

A situação da raça negra representa não só uma questão que ha suscitado as mais acerbas paixões na historia politica dos Estados Unidos e de outros paizes do Novo Mundo, como uma das que mais particularmente nos devem interessar. Fomos até bem poucos annos uma nação onde a escravidão era reconhecida. Mediante ella exerceram os Portuguezes sua obra de colonização e os filhos dos Portuguezes sua obra de exploração agricola. Somos, nas classes inferiores pelo menos, um povo de mestiços. Tudo concorre pois para tornar especialmente interessante para nós o problema do futuro social dos Africanos e seus descendentes nos dois grandes paizes do continente americano, que, além das Antilhas, foram justamente os que maior quinhão receberam d'esta immigração forçada.

Na actualidade, ao expirar o seculo XIX, deve dizer-se que o negro na America é incontestavelmente um mal, da mesma forma que foi a escravidão uma peste social. Ninguém, penso, cogitará de negal-o. Attesta-o aqui o Sul dos Estados Unidos, cuja decadencia ainda dura desde a guerra da Separação, mau grado a capacidade de trabalho da raça branca e especialmente dos Nortistas que affluíram apoz o triumpho federal, e mau grado também a opulencia natural do solo, productor extraordinario de assucar, algodão e fumo, rico em carvão de pedra, ferro e outros mineraes. Ao lado d'elle vemos o Oeste, o Noroeste peculiarmente,

conquistado e desbravado sobretudo apoz a terrível discordia de 1861—65 com o concurso de elementos europeus, e que forma hoje uma liga de Estados tão poderosos que para serem melhor attendidos até ousam formular ameaças de scião. Comparem-se Kansas, Arkansas e Missouri por exemplo, Estados de alem Mississippi creados pela emigração parallela das populações escravistas do Kentucky e Tennessee, com Ohio, Illinois, Indiana, Iowa, Michigan, os Estados do Centro-ocete filhos da livre energia dos Estados de Leste — Pennsylvania, Nova York e Nova Inglaterra — afóra o enorme affluxo de Allemães e Escandinavos. Apezar da natureza haver talvez favorecido aquelles mais do que estes, é licito nivelal-os, uns e outros, em adiantamento intellectual, moral e industrial?*

Attesta-o alem o Norte do Brazil, onde a falta de immigração branca tem produzido a estagnação, para não dizer com mais verdade a decadencia e a miseria. A Amazonia, isto é, o extremo Norte, prospera graças a uma circumstancia excepcional e porventura transitoria, que é o elevado preço da borracha, genero para cujo fornecimento não existem por emquanto fortes concorrentes. A parte do littoral comprehendida porem entre o Maranhão e o Espirito Santo, a saber, entre 3 e 19 graos de latitude, vegeta tristemente desde antes e particularmente depois da abolição, mercê da baixa do seu

* Bryce nota que Kansas, pelo simples facto de ter recebido certa dose de Puritanos dos Estados livres da Nova Inglaterra, fornece impressão superior de prosperidade. (*The American Commonwealth*, vol. II.)

principal producto de exportação — o assucar —, dos habitos de indolencia e exclusivismo agricola que a escravidão desenvolveu, da superabundancia da população de côr constituindo a unica gente de trabalho. O Norte, o nosso Norte tradicional, berço do Brazil, sómente despertará algum dia pela forte infiltração de novas actividades, pela consequente substituição das materias de cultura e aperfeiçoamento dos processos de fabrico, finalmente pela consciencia viril e justificada de novos horizontes.

Não desejo ser injusto com a raça africana. Em algum tempo foi decerto proveitosa e talvez indispensavel a sua introdução. Oliveira Martins pergunta com razão* si, monopolizando os Jesuitas os serviços dos indios sob a capa da catechese, não foram os negros que permittiram o desenvolvimento das plantações e evitaram a emigração dos colonos livres, escassos em numero e robustez, por falta de braços que os ajudassem? A colonização branca apoiada na escravaria negra bateu certamente a theocracia jesuitica firmada nos servos indigenas. Nos Estados Unidos tambem a prosperidade agricola baseou-se durante dois seculos sobre o trabalho escravo, com a differença que a sorte dos trabalhadores era infinitamente peor do que no Brazil, mercê da superior predisposição ao affecto da raça latina e do seu menor desprezo pelas raças inferiores.

O tratamento dado aos negros na America do Norte chegava simplesmente á barbaridade. Os laços do casamento não se respeitavam, nada signi-

* O Brazil e as Colonias Portuguezas, 1888, 3a ed., pag. 30.

ficavam;* donde a impossibilidade de constituir familia e portanto a impossibilidade de levantar-se o nivel moral da raça. Defeso o ensino ao escravo a ler e escrever; defeso ao pobre paria alforriado o ganhar sua vida commerciando, que não pelo grosseiro trabalho braçal. Em juizo nenhum valor possuia o testemunho do negro contra o branco. As torturas eram tão frequentes nas plantações como as hypotheças. Um feroz codigo imperava, prohibindo a gente de cor de reunir-se em *meetings*, privando os escravos até da liberdade dos seus passos, dando faculdade de açoitarem os que fossem encontrados vagueando sós, sem acompanharem seus senhores como esses cachorros de sangue — *blood-hounds* — que os caçavam nas florestas, quando fugidos, rasgando-lhes as carnes magras sob as vestes esfarrapadas. Os plantadores viviam n' um constante pavor de insurreição negra**, que nunca inquietou muito os senhores de engenho e fazendeiros do Brazil. A vida folgada e desannuviada das plantações foi mesmo o que permittiu entre nós a apparição e expansão das idéas liberaes, logo que ellas entraram a ter curso no mundo civilizado. A conspiração mineira de 1789 foi um mero sonho de poetas, sem consequências practicas. A verdadeira revolução republicana, a verdadeira tentativa de autonomia brasileira durante o periodo colonial, foi a revolução pernambucana de 1817, iniciada por padres, militares e negociantes, sustentada e defendida com o sangue dos agricultores.

* Vide na *Cabana do Frei Thomaz* os escravos Jorge e Clara.

** Goldwin Smith, *The United States*.

A sociedade que se funda na escravidão suppõe entretanto uma cultura intellectual escassa e nenhuma invenção e actividade, que requerem como atmosphera a liberdade. Nos Estados Unidos os Sulistas, uma geração antes da guerra, tinham consciencia e envergonhavam-se do seu atrazo e muitos dos que, como o general Lee, pegaram em armas pela escravidão, estavam intimamente convencidos da sua perniciosa influencia e foram apenas levados pelos sentimentos de honra e patriotismo local.* Semelhante sociedade compõe-se naturalmente de alguns especimens notaveis no topo da escala social, e muito abaixo uma multidão sem instrução nem industria, récua de escravos e dependentes, *mean whites* (vis brancos) como a estes appellidavam os de cor. Os especimens do topo eram comtudo frequentes vezes formosos, representando o esforço de gestação de toda aquella multidão, o raro fructo produzido por toda a evolução de uma sociedade em que alguns descansavam sobre o mourejar de muitos. Por isso é evidente nos Estados Unidos até 1861 a supremacia do Sul, a influencia decisiva na politica da sua gente, governando — cousa pouco commum e inestimavel n' uma democracia — com continuidade de vistas, contando poucos, porem excellentes principios de conducta.** Foi então o tempo de Monroe, o definidor da autonomia politica do continente, de Jackson, o nativista, de Polk, o annexador das regiões mexicanas, de uma serie de Presidentes audazes, intrepidos, per-

* Edward Ingle, *Southern Sideights*, New York, 1886.

** Bryce, *American Commonwealth*, vol. II.

feitamente senhores da sua vontade, perseguidores de uma politica ambiciosa mas precisa. A instituição servil que promovera a incorporação do Texas, impellia para a conquista das Antilhas e do istmo central da America. Eram dominios novos que se ajuntariam para sua florescencia.

Ainda hoje, observa Bryce que entre a antiga aristocracia dos plantadores encontra-se a maior somma de habilidade para os negocios publicos, acham-se as mais francas aptidões para a carreira de estadista: o sentimento do valor proprio e a tradição da pristina supremacia dotam os Sulistas com uma superior largueza de vistas e uma verdadeira intelligencia politica. Esta consideração é todavia exaggerada, porquanto os dois estadistas mais notaveis dos ultimos tempos nos Estados Unidos foram Seward, de Nova York, o Secretario de Estado do tempo da guerra, e Blaine, do Maine, o advogado do pan-americanismo.

É sabido que para a terrivel guerra civil contribuiram, alem do ideal humanitario que certamente estrellava no ceu da consciencia christã da America, os ciumes do Norte, da região cuja importancia numerica, economica e intellectual crescia todos os dias, sem crescer em correspondencia a sua ascendencia na administração. A aristocracia sulista era no fundo uma demagogia: repousava sobre massas incultas. Por contra os *whigs* de Clay e os republicanos de Lincoln commandavam um exercito de operarios com independencia e consciencia muito mais clara dos seus direitos politicos. O avassallamento do Sul e a sua exploração pelos *carpet-baggers* (portadores de saccos de tapete) são factos

de hontem que é inutil relembrar, tanto mais quanto já se dissiparam as mais amargas recordações da lucta fratricida.

Na ultima eleição presidencial os democratas mono-metallistas, que separaram-se do grosso do partido na convenção de Chicago, nomearam em Indianapolis uma nova chapa composta de um antigo general federal, Palmer, e de um general confederado, Buckner, e nos comícios politicos dava-se o singular espectaculo das bandas de musica alter-narem, á aparição dos candidatos, as arias populares das duas secções do paiz no tempo da guerra. Essa mesma eleição revelou não a dissolução, como presagiavam os republicanos, mas a desmoralização do *solid South*, dos Estados que depois de vencidos votaram sempre sem discrepancia pelos candidatos democraticos. Os Nortistas que, apoz a victoria, se abateram como milhafres sobre os despojos dos plantadores, tinham julgado com a concessão do direito do suffragio ao negro alforriado crear feudos tão resistentes como os da Europa medieval. A reacção despertada por tal acto foi porom sufficiente para aggremiar os esforços dos brancos, logo que se lhes restituiu o voto, do qual estiveram alguns annos privados. Usaram da intimidacão, da fraude, da rixa, e a maior cohesão reinou sempre nas fileiras democraticas para contrabalançar os republicanos, senhores do voto negro, ficando estes em minoria.

As fraudes eleitoraes são moeda corrente no Sul. Contava um dia o ex-Secretario da Marinha democratica H. . . que encontrando um dos seus antigos escravos, cujo voto elle sabia ter sido lançado em favor do seu concorrente republicano n'uma eleição

no Alabama, lhe perguntára entre paternal e resenhado: Pois, John, tu que me pedes dinheiro e conselho, vás votar no meu rival? ao que o negro respondeu com espirito — É verdade, meu senhor, mas eu bem sabia que o voto seria contado para Vosmecê. Um outro sulista relatou-me varios pormenores d' aquellas fraudes. Como é sabido, as eleições nos Estados são muito frequentes, isto é, realizam-se para preenchimento de um grande numero de funcções: assim no mesmo dia podem ser os eleitores convocados para escolherem seus representantes no Congresso Federal, o Governador do Estado, juizes, eleitores presidenciaes, funcionarios municipaes etc. As respectivas urnas acham-se collocadas em fileira e os agentes eleitoraes entregam aos negros alphabetsos as chapas pela ordem exacta por que as devem depositar: entretanto porem dentro trocam as urnas e as chapas assim erradamente depositadas são contadas como votos nullos. Nos Estados de Alabama e Mississippi, onde exige-se como qualificação eleitoral a interpretação de um artigo da Constituição, os fiscaes escolhem para os negros artigos mais difficeis, acabando por desqualificá-los, e para os brancos as disposições constitucionaes mais simples. Na Virginia, onde domina o systema australiano, os fiscaes recusam auxiliar os negros alphabetsos na confecção das chapas, marcando-as com cruces, ao passo que ajudam os votantes brancos. Ora sendo os brancos quasi todos democratas e votando nove decimos dos negros pelos candidatos republicanos, explica-se facilmente a realidade do *Solid South*.

Da parte dos republicanos tentou-se repetidas

vezes reforçar a fiscalização do suffragio, alargando a interferencia federal nas eleições, mas a ameaça nunca chegou a converter-se em realidade, ora por effeito de uma maioria divergente na Casa dos Representantes, ora por conchavos politicos de momento, ora pelo facto de repugnar sinceramente a idéa de, já meio apagados os rancores da lucta, attentar em favor da raça negra contra a liberdade e independencia dos brancos, fazendo intervir o Executivo na manifestação dos seus direitos politicos. O *Force bill* nunca tornou-se portanto lei, e as eleições no Sul continuaram a ser impunemente falseadas. Bem ao contrario, as disposições de intervenção existentes foram revogadas durante a segunda administração Cleveland, com o apoio dos representantes republicanos dos Estados do Sul, porque previam com razão que nada contribuiria mais do que semelhante revogação para dissolver a cohesão do partido democrata, já roida pelos populistas. A braço com estes e sem temer o negro, o democrata perdia a antiga intransigencia e sentia-se disposto a votar de accordo com suas preferencias pessoais ou economicas, sem questões de raça ou preocupações puramente partidarias. Foi o que aconteceu no ultimo pleito entre monomentalistas e argentistas.

A discordia entre brancos pode apagar-se: o que não pode desaparecer é a aversão das raças. Contra o negro na America; escreve Goldwin Smith apoz historiar a guerra civil, a porta do futuro ficava irremediavelmente fechada. E isto no Norte como no Sul. O desprezo exterior pelo homem de cor pode ser menor nos Estados que pelezaram pela

abolição e que, depois da guerra, beberam nas reservas do seu altruismo christão energia e confiança bastantes para a bella tarefa da regeneração do negro, fundando no Sul escolas no geral *denominational*, isto é, regidas pelo espirito d'esta ou d'aquella seita religiosa, ordinariamente methodista ou baptista. N'um hotel de verão assisti a um concerto dado por quatro estudantes pretos da Universidade de Atlanta (Georgia) em beneficio d'este instituto de ensino, creado por senhoras do Massachusetts com o fim de educarem professores e missionarios da raça africana para se espalharem nos Estados em que agglomerara-se a população de cor e tratarem de levantar-lhe a condição social. N'esses Estados do Norte os prejuizos são de certa forma combatidos pelos sentimentos de philantropia, ou melhor de equidade. Assim, ao passo que em St. Louis (Missouri), os delegados de cor á convenção nacional que acclamou McKinley candidato do partido republicano á Presidencia, andaram de porta em porta dos grandes hotéis reclamando agasalho, ou pelo menos o direito de pagar uma refeição, tendo até occorrido ao empregario da candidatura McKinley fazel-os em ultimo caso dormir e comer nos wagons leitos; em Nova York é permitido aos negros o accesso nos bondes e a entrada nos melhores *restaurants*, bem como a admissão dos seus filhos nas escolas dos brancos.

A civilização não significa porem igualdade, a educação não traduz posição social, nem a moralidade traz como consequencia forçada a amalgama domestica. Os negros são conservados á distancia das familias brancas, como afastados dos altos car-

gos da administração e outros lugares salientes, e si isto dá-se em Estados em que, pela sua diminuta importancia numerica, a raça negra não offerece ameaça alguma, comprehende-se que nos Estados em que vivem quasi todos os oito milhões de Africanos e seus descendentes, o prejuizo se conserve inquebrantavel. Na população geral do paiz a percentagem dos negros é de 12%; de 25.93 na população urbana do Sul e apenas de 2.18 na do Norte.

As estatisticas rezam entretanto que a accumulção da raça africana em muitos condados do Sul está em via de corrigir-se pela immigração branca, posto que limitada, e pela sua emigração lenta mas progressiva, dos campos, onde ella d'antes se concentrava, para as cidades do Norte onde a vida é mais divertida que nos algodoaes, os salarios mais elevados pela maior procura de braços, e o preconceito contra os antigos escravos mais desvanecido, o que torna mais supportavel a sua condição. Os que uma vez se fixaram no Norte não voltam para o primitivo lar. Tambem emigram em igual escala, seduzidos pelos *labour-agents*, para os Estados do Oeste, que reclamam mineiros, operarios capazes de moverem-se na temperatura infernal das forjas e de executarem, expostos ao sol implacavel, os duros trabalhos de construcção de vias ferreas. O negro como trabalhador e dirigido pelo branco offerece, na opinião dos entendidos, qualidades preciosas pela sua obediencia e rija musculatura. Elle mesmo prefere a vida aos magotes, a promiscuidade das obras publicas, o que um escriptor chama *the gaiety of crowds*, a alegria das multidões. Para a vida agri-

cola, sobretudo independente, não possui pelo contrario requisitos bastantes.

Conta van de Graaff* que quando, apoz a guerra separatista, desapareceu pela ruina dos senhores o typo da grande plantação, os proprietarios, na falta de trabalhadores, pois que os libertos haviam desertado em massa as senzalas, inauguraram o *share-system* ou systema de meação. No nosso Norte praticam-no com vantagem os senhores de engenho, fornecendo aos lavradores, na maioria brancos, a terra e os instrumentos de fabrico e dividindo com elles o assucar produzido. Nos Estados Unidos não obteve porem successo semelhante systema, que foi finalmente substituido pelo dos arrendamentos, cultivando o rendeiro o terreno independente do dono, o qual algumas vezes fornece, sob hypotheca da colheita, sementes, utensilios e animaes de trabalho. Apezar dos alugueis serem pagos em especie com o producto da colheita, os resultados apparecem igualmente deploraveis. Alem de entregar-se exclusivamente á cultura do algodão pelos processos mais refinados e atrazados, o negro salienta-se pela indolencia e negligencia com que executa o serviço. Não só se não torna, por via de regra, proprietario, nem mesmo dos lotes de terra publica offercidos a baixo preço pela administração, como deixa estragarem-se as obras que occupa, arruinaem-se as casas, desmancharem-se as hortas e jardins, enfraquecer-se a uberdade do solo pela falta de amanho. Vive sempre na miseria, gastando quanto apura nos

* *The unaided solution of the Southern race problem*, no *Forum* de Maio de 1896.

annos fartos, e passando fome, pedindo fiado sob hypotheca da colheita futura nos annos magros. Ao passo que o *farmer* branco cultiva fructos e cereaes, o preto cria porcos, industria que lhe não dá trabalho e serve para alimentar-o no inverno com os presuntos de fumeiro.

Por estes motivos os chamados *low land states* — Mississippi, Georgia, Alabama, Florida — dão uma impressão de tristeza ao patriota que em alguns Estados visinhos, onde é superior o numero da população branca, vê identica cultura, praticada todavia com maior constancia e por processos mais intelligentes, mais adequados ao progresso industrial do nosso tempo, produzir bem estar e até riqueza. Com tal espectáculo diante dos olhos é bem explicavel o desprezo do Americano pela raça africana.

A divisão da propriedade subsequente á guerra augmentou evidentemente a zona algodoeira, augmentando o numero de pequenos cultivadores de 1 a 100 balas de algodão, produzindo ao mesmo tempo a baixa do valor do genero pela impossibilidade material de restringir-lhe o cultivo, como seria outr'ora facil entre um limitado numero de proprietarios. Os brancos preferem sempre ao systema do arrendamento o da posse, posto que hypothecando a propriedade de começo, assim que, adquiridas algumas geiras de pinheiral, fizeram a derrubada e logo a sementeira, aproveitando a madeira para a construção da casinhola e para combustivel.

O perigo do negro, si por um lado está na sua multiplicação, por outro lado reside no erro commetido pelos vencedores de 1865 attribuindo-lhe os direitos politicos. Não existe uma questão india

porque os selvagens, acantonados em suas reservas, sommam 250 ou 300 mil, si tanto, e das contendas publicas só conhecem o *whiskey* e os cobertores que lhes fornecem os contrabandistas e os comissionados do governo. A Leste lamentam-n'os e defendem-n'os litteraria e mesmo practicamente os representantes americanos de uma cultura superior, mas lá no Oeste os *settlers* rudes que luctam pela vida material tem sido obrigados a ir enxotando aos poucos essas creaturas fatalistas e taciturnas, que tão mal dizem com a actividade ruidosa e a vivacidade exuberante dos colonos. Não existe mais uma questão chinceza, porque aos mongoes foi defesa a entrada, e os que já estavam pouco excedem de 100 mil e não votam. Alguns orçam agora este contingente da população em 700.000, pela maior parte introduzidos furtivamente, o que em nada porem modifica a situação, não lhes arguando o numero direitos. Ao contrario os negros são, como referi, em alguns Estados numericamente iguaes, senão superiores aos brancos e gosam da adulação de certos *politicians* nas repetidas epochas de eleições. A sua natureza prolifica é conhecida, e si a mortalidade entre elles era consideravel ao tempo do trafico por causa das pessimas condições em que fazia-se a transportação, hoje o seu estado sanitario não offerece sensivel differença do que prevalece entre os brancos.

A guerra legou portanto ao paiz este problema insistente: que papel attribuir ao cidadão negro n'uma sociedade livre e democratica? Para desculpam-se do seu tratamento desdenhoso, quando não cruel, dos libertos, os Sulistas costumam apontar

para a ferocidade da raça negra, para a sua manifestante rebeldia á civilização. De um jornal importante do Norte mesmo recordo-me que, fallando dos maus instintos do cabecilha cubano José Maceo, filiava-os nas *ferocious proclivities of the race*. A accusação geral de ferocidade é porem injusta: o negro é antes docil. É bem conhecido o facto de não se terem dado durante a guerra excessos nem devastações nas plantações americanas por parte dos escravos, apezar dos brancos validos haverem quasi todos pegado em armas e desamparado seus lares. Depois de elevados a cidadãos, não poucos ex-escravos mostraram-se dispostos a acompanhar seus antigos senhores no terreno eleitoral, contribuindo tambem para que o Sul se tornasse até agora o baluarte do partido democratica e do seu rebento, o populismo, e até certo ponto tornando dispensaveis as fraudes proverbiaes.

Entre nós, depois das scenas do quilombo dos Palmares e da Sabinada se não registraram revoltas negras, alem das grotescas ameaças da guarda imperial de libertos, exploradas pelos politicos da monarchia e da republica, e do sangrento episodio de Canudós, que foi mais uma revelação da estupidez e violencia communs ao nosso povo do que uma questão de raça: basta dizer que Conselheiro ou Bom Jesus, chefe dos fanaticos, era um branco. De resto no Brazil não existe nem nunca existiu propriamente odio de raça. Por isso, ao passo que na America do Norte a abolição fazia-se pela força, trazida por uma guerra civil que custou 300.000 vidas e \$ 8.000.000.000, na terra brasileira a libertação era decretada por uma lei votada e sancionada em

menos de uma semana, pela forma mais galharda e sem funestas consequências de discordia, posto que arruinando bom numero de plantadores e afoitamente transformando de repente a posição social de tantos milhares de creaturas boças, sem predicado algum para a sua nova condição de cidadãos.

Para esta solução pacifica do problema contribuiu sem duvida o facto da maior fusão de raças no Brazil, o que igualmente diminue os perigos do predomínio de uma raça sobre outra. Nos Estados Unidos o numero dos negros apparece logo ao estrangeiro muito superior ao dos mulatos. Brancos e negros teem-se na verdade conservado incomparavelmente mais afastados no terreno physiologico, ainda que approximando-se relativamente no intellectual, isto é, armando-se os negros com os recursos da sciencia e da industria.

Não admittre duvida que o negro americano ha progredido bastante nos ultimos tempos, demonstrando o adiantamento, o grao de civilização compativel com a sua mentalidade, que lucram nas mãos do Ingles as proprias raças inferiores. Na India, onde aliás o indigena encontra nas antiquissimas tradições nacionaes energia bastante para defender as suas superstições, é sabido que o dominio britannico tem conseguido introduzir muita conquista util, inocular muita idéa occidental. Nos Estados Unidos o descendente do Ingles converteu o Africano, senão n'um producto novo, pelo menos n'uma criação melhorada. Não lhe sendo dado exercer uma acção dirigente sobre a evolução nacional, tendo de optar entre ser operario ou politicoeiro, e vendo que no ultimo campo, em que aliás nada poderá fazer em beneficio

das practicas sãs de governo, apenas recolhe as migalhas do patronato, o negro está percebendo, ou pelo menos os exemplares mais intelligentes da raça, que a primeira profissão é mais lucrativa e mais progressiva. Recentemente, por occasião do anniversario da Emancipação, o ex-representante da Carolina do Norte, Cheatham, discursando aos seus irmãos, dizia as seguintes palavras: "Descjamos cultivar a amizade dos nossos compatriotas brancos e viver em paz. Não procuramos invadir os sagrados limites da sua sociedade Não procuramos diminuir o governo do Estado Temos consciencia dos nossos meios limitados e das nossas fraquezas. *Reconhecemos a faculdade superior de governo de que é dotada a raça branca.* Apenas pedimos que nos não proscrevam e que não neguem nossos direitos por causa da differença de raça. Apenas pedimos que desde que supportarmos sem queixa a nossa parte dos encargos do governo, possamos partilhar sem protesto das suas vantagens."

Como commentario a estas palavras, que são um formal reconhecimento da superioridade dos brancos e bem explicam a grandeza dos Estados Unidos, e como prova do progresso dos negros americanos, lembrarei que n'uma fabrica de obra de meia de Charleston (Carolina do Sul) o proprietario deu-se perfeitamente substituindo as raparigas brancas por operarias de côr, que revelaram-se muito mais habilidosas.* N'outra fabrica de fiacção da mesma cidade, os 750 operarios brancos acabam de ser todos despedidos e chamados negros e mulatos, lucrando os

* *The News and Courier* de Charleston.

proprietarios com os salarios menores que estes reclamam e tambem com a qualidade do trabalho. No Districto de Columbia ou Districto Federal, as criancas negras testemunham até maior aproveitamento nas escolas publicas do que as brancas. Antes da guerra, a população de cor era inteiramente analfabeta. Pouco depois da guerra, em 1870, a proporção dos analfabetos era ainda de mais de 85 por cento; dez annos mais tarde, em 1880, havia baixado a 75 por cento, e em 1890 a 60 por cento, mesmo 50 em alguns Estados, e 35 no Districto de Columbia.

Existem presentemente nos Estados Unidos 162 institutos de ensino *secundario* e *superior* para a raça negra, frequentados por 37.102 alumnos, regidos por 1.549 professores, e dos quaes 156 são situados nos Estados da Confederação escravagista e 35 inteira ou parcialmente sustentados por estes proprios Estados.* O Commissario federal de Educação acaba a parte do seu citado relatório dedicada á raça negra, dizendo que um terço dos estudantes existentes de instrução secundaria e superior estavam recebendo instrução industrial, pela qual a gente de cor parece estar manifestando predilecção. Assim, o Instituto Normal e Industrial de Tuskegee (Alabama) tinha em 1895 69 professores e 800 alumnos dos dois sexos, os quaes aprendem a theoria scientifica, mas sobretudo applicada á industria, trabalhando como aprendizagem e para pagarem sua pensão de \$ 8 por mez e outras despesas na escola. Os rapazes occupam-se na agricultura, no fabrico de

* *Annual Report of the Commissioner of Education, 1896.*

tijolos, na pintura de casas, em obras de carpinteiro e marceneiro; as raparigas em lavar, costurar, cezir etc. A propriedade d'este instituto, que data de 1881 e foi fundado por Booker Washington, vale presentemente \$ 225.000, abrangendo 37 construções e 1.400 geiras de terra. O seu custeio annual é de \$ 70.000. Para a actual prosperidade do estabelecimento contribuiu, talvez mais do que os donativos do Norte, o trabalho manual dos alumnos, que d'ahi sahem animados do espirito do seu director; isto é, promptos a disseminar instrução theorica e profissional entre as massas ignorantes da sua raça, realizando-o com resultados por vezes prodigiosos.

Birmingham, no Alabama, é uma excellente amostra do quanto é capaz o esforço americano em qualquer meio. Fundada em 1870, poucos annos depois da guerra, n'uma região atrazada e assolada, por gente do Norte que percebeu a riqueza a auferir das suas riquissimas minas de ferro e inexauriveis depósitos de carvão, Birmingham tem presentemente perto de 70.000 habitantes e é, senão a primeira, uma das primeiras cidades industriaes do Sul, com muitos altos fornos e uma produção em 1896 de mais de 922.000 toneladas de ferro em barras, isto é, 35 a 40 por cento do ferro empregado pelas industrias no paiz, e de perto de 6 milhões de toneladas de carvão.

Para o desenvolvimento de Birmingham combinaram-se a proximidade a que ficam dos fornos tanto o metal como o combustível e a relativa barateza do trabalho, sobretudo negro, com o qual se dão perfectamente os directores das fabricas. Dos negros, affirmaram-me todos, fazem-se excellen-

tes operários, docéis e resistentes, sendo apenas preciso importar do Norte o chamado *skilled labour* ou trabalho perito.

Quer o exposto dizer que tendem a diminuir a celebrada indolência e real imprevidência da gente de côr, sómente igualadas anteriormente pelas das camadas inferiores da população branca do Sul, elemento superfluo e desgraçado ao tempo da escravidão, subsistindo de caça e de alguns miseráveis cereaes e legumes que cresciam em volta de suas cabanas, e que a regeneração industrial d'essa região está agora lentamente levantando e convertendo em verdadeiro factor do progresso local. Porque no todo o Sul tem-se desenvolvido. O espectáculo dos campos depois da guerra era naturalmente desolador. Hoje, o porto de Nova Orleans está diariamente ganhando importância em detrimento do porto de Nova York, servindo de porto de exportação não só para productos do Sul como do Oeste. Entre Liverpool e Savannah (Georgia), o caminho percorrido em 1819 pelo primeiro barco a vapor, acaba de estabelecer-se uma carreira de vapores. Os processos do fabrico do assucar tem-se aperfeiçoado extraordinariamente, e si esta industria está n'este momento estacionaria, é porque a tarifa protege muito mais a refinação do que o producto bruto, os premios do governo foram abolidos e, apezar dos salarios baixos (na Louisiana os trabalhadores de engenhos ganham entre 60 centavos e \$1) e do facto dos pequenos plantadores venderem a canna aos grandes proprietarios das fabricas, o custo da produção é elevado por motivo do preço dos aparelhos e complicação do trabalho,

alem de andar envelhecido o genero pelo augmento da sua fabricação em todo o mundo industrial.* No proprio paiz o assucar de beterraba, cuja produção na Europa tem mais do que duplicado nos ultimos dez ou quinze annos**, occupando até a Suecia e a Bulgaria, faz concorrência ao assucar de canna, operando suas fabricas na California, Nebraska e Utah, e construindo-se outras no Novo Mexico, Wisconsin, Nova York, Kentucky, Indiana e Iowa, depois que as estações experimentaes do governo evidenciaram a adequabilidade do terreno.

Claus Spreckels, o *sugar king* de Hawaii, é de opinião que d'aqui a dez annos será a beterraba a maior industria do fertilissimo Estado da California, e mesmo si o archipelago de Sandwich lograr finalmente entrar para a União como Estado ou Territorio, com igualdade portanto de tarifas independente de concessão especial, o seu assucar de canna não prejudicará a nova e prospera industria americana, porque os Estados Unidos são um campo vasto e ainda assim pequeno para toda uma produção nacional do assucar que está sendo com-prado no estrangeiro. Actualmente o consumo de assucar nos Estados Unidos é de 2 milhões de toneladas e a produção do assucar de beterraba apenas de 50.000 toneladas. O cultivo da beterraba tem sido muito animado pelo Departamento da Agri-

* Frank G. Carpenter, *The land of sugar*, no *Evening Star* de Washington, de 28 de Novembro de 1896.

** Em 1880 dois terços do assucar consumido no mundo eram de canna e um terço de beterraba: em 1890 a proporção estava quasi invertida, provindo quatro setimos da beterraba.

cultura e pelas legislaturas de muitos Estados, e si o seu desenvolvimento desde 1830, epocha dos primeiros ensaios, não correspondeu ás esperanças formadas e esforços empregados, significa isto tão sómente que nem sempre ha presidido um bom discernimento á escolha dos terrenos; que as machinas empregadas não foram proprias para extrahir toda a porção saccharina que a beterraba comporta; que os agricultores andavam antigamente pouco afeitos á cultura intensiva; por ultimo que as actividades procuraram exercer-se sobre culturas mais facéis ou mais remuneradoras ou mais necessarias.

O algodão não só é cultivado no Sul como estão ahí sendo fabricados os seus tecidos. Só n'um condado da Carolina do Sul existem n'este momento 17 fabricas, estando muitas outras em construção. O seu numero total é de cerca de 500, com machinismos excellentes. Uma só companhia de fiação tem uma folha de pagamentos de \$ 30.000 mensaes. Nos ultimos cinco annos, não obstante a depressão industrial, mais de 60 milhões de dollares foram empregados no Sul em manufacturas de algodão, as quaes chegam a exportar-se para a China. O capital empregado n'esse ramo eleva-se já a 120 milhões de dollares. A produção industrial do Sul orça hoje toda ella por mais de 100 milhões de dollares mensaes, grande parte proveniente do algodão. Poucos negocios estão dando remuneração igual á d'estas fabricas: o lucro varia entre 6 e 35 por cento e o dividendo medio é de 10%.* Nem é de-

* Frank G. Carpenter, *Money in Cotton*, no *Evening Star* de Washington de 21 de Novembro de 1896.

vida a outra causa senão á terrivel concorrência do Sul a recente baixa de salarios nas fabricas de artigos de algodão da Nova Inglaterra.

Uma das razões do moderno desenvolvimento do Sul e remuneração dos capitães empregados na industria de fiação e tecidos reside porventura mais do que na maior proximidade, com relação á Nova Inglaterra, do grande mercado de Centro-oeste e na abundancia local das minas de carvão, nos attributos do trabalhador branco d'aquella região, o qual si é de ambições moderadas, é também condescendente, trabalhando sem protesto onze e doze horas por dia; pouco disposto a paredes, desconhecendo quasi as *trade unions* e outras organizações do trabalho contra o capital, que presuppõem uma independencia diversa de caracter e maiores soffrimentos previos do que os supportados por operarios tão pouco exigentes e sobrios como esses, cujos salarios menores acodem a menores necessidades e fazem face a uma vida mais barata. Os negros são empregados em maior escala nas plantações, trabalho ao ar livre que elles tambem preferem; mas, como vimos, tambem estão sendo empregados nos *cotton mills*, contribuindo d'est'arte para conservar a proporção entre a qualidade e o custo do trabalho muito mais razoavel do que na secção norte do paiz. A baixa constante da materia prima e o menor preço da mão d'obra no Sul ajudarão a expansão do commercio externo americano, a qual parece dever ser o grande objectivo economico da nova geração.

A regeneração do Sul dos Estados Unidos só se faria comtudo completamente, bem como a do nosso

Norte, substituindo em grande parte o branco ao negro, isto é, diluindo a raça de côr, não real nas figuradamente, na população de origem européa. O negro é de natureza preguiçosa e também imitativa, como nota com razão o Commissario de Educação no seu mencionado relatório de 1896. "Elle procura fazer o que o branco faz. Pensa em educar seus filhos porque vê que o augmento de conhecimentos os habilitará a melhorar a sua condição. Segregai porem a gente de côr e fareis desapparecer seu incitamento e estimulo." Naquelles condados do Sul onde, predominando pelo numero, o negro vive para assim dizer entregue a si, o retrocesso é visível. Já vimos porem que a população africana vai deixando, posto que paulatinamente, de agglomerar-se nos Estados do Sul, mesmo porque o trabalho por machinas nos algodoades e canaviaes tem dispensado em boa escala o puro trabalho braçal. A sua presente agglomeração só não ha traduzido uma maior ameaça pela indole passiva da raça e tambem pela continuada resistencia offerecida pelo branco a qualquer sombra de nivelamento. Mississippi e Carolina do Sul já inscreveram na sua legislação a exclusão dos analphabetos como eleitores, e prepara-se Louisiana para fazel-o, ainda que semelhante qualificação viole o espirito da emenda constitucional que tornou todos os negros cidadãos da Republica. Pelo contrario nos Estados sulistas como Tennessee, onde a proporção das raças caucasica e africana é de 3 para 1, sente-se a necessidade de encorajar os negros a exercerem intelligentemente o suffragio, em vez de expellil-os das urnas.

É sabido que os Americanos não recuam diante das idéas na apparencia menos possiveis de realizarem-se. O exodo da população negra tem sido frequentemente debatido e até tentado nos Estados Unidos desde o estabelecimento da Republica da Libéria. Ainda em 1889—90 discutiu-se no Senado Federal um *bill* apresentado pelo Senador Butler, da Carolina do Sul, para providenciar ácerca da emigração do Sul da população de côr, derramando-a entre a população dos outros Estados, impellindo-a para as terras devolutas do Oeste ou, sonho delirioso, despejando-a nas costas africanas, na Libéria ou no Estado Livre do Congo. O conhecido Senador Morgan, do Alabama, um dos vultos proeminentes do partido democrata, foi o advogado mais caloroso d'essa repatriação que, segundo elle, o perpetuo conflicto das raças aconselha e que os progressos da navegação tornam possível effectuar mau grado a difficuldade da distancia.* Esta emigração, longe de dura e compulsoria, seria promovida, ajudada e subvencionada pelo Governo Federal, e d'ella resultaria um beneficio para a humanidade, pois que os negros americanos civilizariam os seus pares africanos sem precisarem, como os brancos, de recorrer á escravidão: "elles lá possuirão a fortaleza de um leão novo, brilharão como uma cidade sobre uma collina." Seria alem d'isso tal emigração uma vantagem nacional, visto que os Estados Unidos, sem possuirem uma pollegada de terreno no grande

* *Congressional Record*, 51st Congress, 1st Session, vol. 31, 1889.

continente negro, abririam *ipso facto* para as suas industrias um opulento mercado. O Senador Butler acha finalmente que seria tambem uma obra de caridade, porquanto o negro deve sentir-se perennemente humilhado no theatro da sua pristina degradação.

Resta saber si, longe de lograrem constituir uma poderosa nação commercial, de extenso trafico maritimo, os oito milhões de negros americanos não recahiriam antes na primitiva selvajaria, da qual os salvam aqui os esforços dos brancos apostolizadores e sobretudo d'aquelles d'entre elles proprios que, como Booker Washington, conseguiram tornar-se eminentes, dando prova da apidão da raça ou, segundo pretendem alguns, de variedades da raça para melhorar de condição intellectual. Alem de que o exodo não é practicable sem a mais violenta perturbação dos actuaes lincamaes sociaes e economicos do paiz, e desde que o não é, o recurso melhor é o indicado pelo eloquente ex-Senador Ingalls, de Kansas, ao affirmar no correr da discussão de 1889 —90 que os progressos da raça negra nos Estados Unidos no que diz respeito á moralidade, ao sentimento de propriedade e ao desejo de saber, são tão incontestaveis como a sua paciencia e cordura perante as injustiças dos brancos: "Sñr Presidente, acham-se propostas quatro soluções para o problema das raças: 1° amalgamação; 2° extermínio; 3° separação; 4° privação dos direitos de cidadão. Existe comtudo uma quinta, a eterna, a universal solução de todas as difficuldades humanas, que nunca foi proposta e nunca foi experimentada: a solução da justiça, da justiça que deveria encontrar

em cada lugar um templo e para a qual não deveria haver outra estação senão o estio."

Para esta solução nós estamos muito melhor preparados do que os Americanos. No Brazil, como fica dito, as raças andam muito mais misturadas, o preconceito ou repugnancia de cor é muito menos forte, e na alma dos Latinos, mais suavemente evangelica, as rajadas utilitarias fazem mais difficilmente sossobrar o sentimentalismo que nos Anglo-Saxões affirma-se por vezes violentamente e desabrocha então em flores magnificas de generosidade e de justiça, mas sempre com a serenidade do satisfeito, com o desprendimento do saciado, com a robustez do forte, nunca com o ascetismo amoroso, abnegado e martyr de um São Francisco d'Assiz ou de um São Francisco Xavier. Nós estamos por conseguinte mais perto de pôr em practica a equidade social educando a raça negra, evitando que ella, fora do carinho interesseiro das plantações, recaia na barbarie que ainda lhe não tinha sido dado despir inteiramente. É sufficiente ler na *Revista Brasileira* de 1896 os interessantes artigos do Dr. Nina Rodrigues, da Bahia, sobre superstições e cultos idolatras entre os negros brazileiros para bem comprehender a facilidade com que esta raça regressa ao estado selvagem.

* Em 1888, no Estado de Mississippi sómente, foram lyachados 155 negros. Em Paducah (Kentucky), no mez de Novembro de 1897, 50 brancos armados atacaram um bando de trabalhadores pretos indefesos pela simples razão de os não quererem como concorrentes, obrigando-os a abandonar a localidade apoz ferirem 9, dos quaes 4 gravemente. Poderia citar uma infinidade de casos analogos.

Não ha muito contavam os jornaes americanos que desenvolvera-se em Kansas entre a população de côr negra uma epidemia de fervor religioso que arrastou muitos negros á loucura, sendo uma das manias predominantes, porventura oriunda da leitura na Biblia do episodio de Abraham e Isaac, a exigencia pelo Altissimo do sacrificio de crianças. Um negro por nome Hamilton levou a suggestão ao ponto de pretender queimar viva uma filhinha de quatro annos, para este fim levantando uma fogueira, sendo a criança salva com grande difficuldade quando as chammaes já começavam a lambel-a. Foi preciso intervir força para que o improvisado sacrificador não tivesse imitadores.

Nos Estados Unidos ter-se-ha talvez caminhado mais no terreno dos factos, mesmo porque o problema, cuja solução participa no Brazil da incuria que infelizmente forma o fundo da nossa vida nacional, apresentou-se alli com maior urgencia, inadiavel até. Desde 1862 o Norte tem dado para a educação dos ex-escravos mais de 17 milhões de dollars. "O Norte contava que, dispondo de recursos de educação iguaes aos do branco, o negro o igualaria em desenvolvimento mental. Do outro lado o Sul via os libertos entrarem na escola com a duvida mal disfarçada no valor da experiencia, não acreditando que o negro podesse aprender. Os resultados revelaram que ambos pensavam erradamente. O negro mostrou que o seu espirito é susceptivel de educação, mas quando lançado na sociedade depois de alcançar este desenvolvimento de estufa, os seus fructos intellectuaes cedo seccaram e alguns dos negros melhor educados desceram

até o infimo nivel social. Foi sómente depois que se deu fé de que a instrução industrial e a iniciação nos habitos de actividade e economia produziam os melhores effeitos, que a educação proseguio sobre principios correctos, isto é, fornecendo aos negros uma profissão manual e uma boa instrução elemental. O braço e não a cabeça é que precisa ser ensinado."*

Educação mais alta de pouco lhes aproveitará nos Estados Unidos. Infelizmente ella apenas serve, como exclamava na tribuna o Senador Morgan, para tornar mais perceptíveis ao negro as barreiras que lhe impedem alcançar posição e poder. Não só não possui elle probabilidade alguma de vir a governar, como a não possui de vir sequer a colaborar no governo. Será sempre um paria, um reprobado, um servo, vegetando em situações subalternas, pouco mais do que era antes da abolição. Mesmo nos Estados em que gosa da plenitude dos seus direitos políticos e civis, não existem para elle fóra do serviço domestico, dos officios e de alguns raros cargos publicos que lhe são disputados até a tiro, senão o magisterio e o ministerio sagrado entre os da sua raça. Em Setembro de 1897 o *postmaster* de Hogansville (Georgia), homem de côr nomeado por McKinley contra os protestos dos brancos da localidade, foi quasi morto depois de soffrer mil vexames. O proprietario da casa onde estava funcionando a repartição do correio recusou alugar-lha, vendo-se elle obrigado a procurar commodos

* *The Negro in Tennessee*, no *Evening Post* de Nova York, Janeiro de 1898.

no bairro negro. Em vez de franquicarem suas casas ahí, muitos brancos passaram a franquical-as no lugar mais proximo, em que era branco e *postmaster*. Por fim, mantendo-se o preto firme no seu posto, os brancos congregaram-se e dispararam-lhe varios tiros n'uma esquina. A maioria dos negros ficou possuida de medo e mostrou-se logo disposta a abandonar as ambições politicas, tanto mais quanto os principaes personagens do Estado, posto que censurando *pro forma* o crime, deram razão á população branca. O governador Atkinson declarou que o crime seria provavelmente punido (nunca o foi), mas que o Presidente era cúmplice d'elle por ter insistido na nomeação, a despeito dos protestos dos brancos, representando 99 por cento da fortuna e da cultura do lugar e que não queriam ver suas mulheres e filhas expostas a um contacto diario e aviltante com um funcionario de cor. O Senador Bacon, do mesmo Estado da Georgia, aproveitou a occasião para condemnar em absoluto a escolha de negros para cargos da administração, porque de pouco lhes serviria a nomeação, que provoca vehementemente colera entre os brancos, os quaes querem conservar intacta sua supremacia de raça. "Os negros serão sempre bem tratados, comtanto que reconheçam sua posição subalterna e não pretendam equiparar-se aos brancos, isto é, comtanto que resignem-se a ser um rebanho dirigido por estes, cuja superioridade mental é indiscutivel e cuja effectividade de mando ha de ser mantida a todo o custo." O Senador Bacon, que é democrata, ajuntou com ironia que o partido republicano poderia perfectamente saldar sua divida de gratidão com os politi-

queiros negros, nomeando-os para Estados onde o espirito sulista de resistencia é censurado e onde a comunidade não mostra-se contrariada com a subordinação do homem de raça caucasica ao homem de raça africana.

O negro não merece todavia um tão fundo desprezo. Representa certamente uma raça inferior e não é para pôr-se em duvida que, conforme escreve Bryce, o seu real adiantamento *post-bellum* não esteja, excepções á parte, em relação com os meios que lhe hão sido facultados. Devemos porem observar quanto o negro tem que pelear contra o meio e contra traços hereditarios e convir que elle não constitue uma população inteiramente inutil, a qual é preferivel deixar na ignorancia e na rusticidade para mais facilmente contel-a e supprimil-a, o que para alguns Americanos afigura-se uma questão de conservação propria. Porque, na phrase de Booker Washington em uma conferencia em Brooklyn, si o negro deixar de ser desprezível, trabalhar e produzir, o branco do Sul terá de acabar respeitandoo. E o orador concluia com uma sincera illusão: "O homem que possuir a propriedade, a intelligencia e o caracter é o que terá maior parte na direcção do governo, quer seja branco quer preto, quer isto se dê no Norte quer no Sul."

Na minha reflexão e leituras procurei justamente discernir desde que cheguei aos Estados Unidos o que resultára dos meios postos em acção para a civilização da raça africana n'este continente. Que o negro é isoladamente capaz de cultivo e de superioridade, bem o sabia: inutil citar os exemplos. O temperamento affectivo é até caracteristico d'elle,

e d'ahi provem a tendencia lyrica que o illustre romancista americano Howells encarecia n'uma de suas chronicas no poeta de côr Dunbar, auctor de poesias em inglez litterario e outras em dialecto africo-americano. O sñr R., impenitente sulista que a seu modo muito se interessa por tudo quanto diz respeito á raça negra, contou-me que tendo tido a curiosidade de indagar nas livrarias de Washington quaes os livros preferidos pela gente de côr, colligira que eram os livros de religião e philosophia e os discursos dos grandes estadistas americanos. Isto revela por um lado que, postos de banda para o governo, elles lançam-se nas especulações abstractas e metaphysicas, desdenhando a historia, a economia e tudo quanto se relaciona com a politica practica, e por outro lado que o seu temperamento lyrico encontra pasto na oratoria parlamentar.

Collectivamente tambem me parece que o negro é merecedor de attenção e susceptivel de adiantamento, si dirigido pelo branco.

"Todas as vezes que o negro tem tido occasião de trabalhar nas minas e nas fabricas com o branco, ha melhorado em todos os sentidos. Os industriaes relatam que elles tornam-se bons trabalhadores e que as grêves lhes são quasi estranhas. Mas ao passo que o negro tem marchado com segurança para diante n'estes centros manufactureiros, e mesmo nos districtos agricolas em que não constituem maioria, nas regiões lá do Sul, onde os brancos formam uma pequena proporção, as condições são desgraçadas e a raça não se acha nem tão adiantada como ao tempo da escravidão É em lugares como esses que um demagogo pode con-

verter o elemento negro n'um perigo para o bom governo da comunidade, e que, com o fim de protegerem-se, os brancos põem em practica meios que condemnariam em circumstancias diversas."

O Sul dos Estados Unidos é, convem repetil-o, o nosso Norte. Alli penetra ainda difficilmente a immigração estrangeira, receiosa do clima, que não é absolutamente doentio, sendo os excessos da temperatura possiveis no verão iguallados nos Estados Unidos do Norte, e não menos receiosa da concorrência do negro, a qual não é comtudo tanto para recear. Nem os negros são em tão crescida percentagem no conjunto dos Estados sulistas que a sua accumulção represente uma ameaça industrial sob o duplo ponto de vista da qualidade do trabalho e da paga, nem os brancos empregados nas fabricas soffrem na minima escala as consequências da repugnancia com que era olhado o labor escravo. Entre nós em nada differe a perspectiva. Os negros, agora exclusivamente aproveitados nos serviços ruraes quando as secas do sertão não provocam a emigração temporaria dos brancos e mestiços do interior, não percebem salarios tão magros que a sua concorrência se annuncie para temer, e a hospitalidade, o carinho de que todos os trabalhadores são alvo deviam actuar como um estímullo para a introdução e collocação de emigrantes europeus.

Só a immigração branca, asseguram os Americanos, poderá restituir ao Sul, região dotada de pasmosa fertilidade, a antiga prosperidade, a fartura edenica de antes da guerra civil, do tempo d'aquella vida encantadora de que se recordam com tão vivas

saudades os grandes plantadores que, desgostosos do actual vegetar, teem ido trocando a existencia campesina pela residencia urbana. Por outro lado ella devera redundar n'um augmento da emigração negra, n'uma distribuição mais razoavel da população de côr. Evitar-se-ha tambem, com esta diluição dos negros, que elles algum dia pensem em aggre-gar-se n'um elemento social e mesmo politico, isolado, raivoso e perigoso. O escriptor a cujo interessante estudo já fiz allusão, van de Graaff, não hesita em terminal-o com as seguintes palavras, tão crúas quão verdadeiras: "Si o Sul tivesse de ficar diferenciado pela presença do negro em uma proporção relativamente excessiva, retrogradaria infalivelmente e converter-se-hia n'uma carga para o resto da União."

A indulgencia das nossas opiniões e desmazelo dos nossos costumes impedem-nos de hostilizar o negro em qualquer terreno, mesmo no da mistura das raças. Não seria no Brazil que poderia decretar-se e executar-se uma lei como a que prevalece em varios dos Estados do Sul da America do Norte, prohibindo os casamentos entre pessoas de differente côr. Por outro lado não temos por emquanto que queixar-nos do augmento entre a nossa população de certos crimes que nos Estados Unidos determinam quasi todos os lynchamentos: o excesso da nossa criminalidade provem mais de paixões que a brandura e a educação corrigirão. O que deduz-se portanto de todas as premissas postas, o que deve afigurar-se preferivel por mais racional, por mais practico — visto que no nosso Norte o Africano e o mestiço hão de ser por bastante tempo os unicos

trabalhadores e sempre os trabalhadores por excellencia — é instruir n'um certo grao os negros e mais que tudo moralizal-os, erguer o nivel de cultura da sua raça, disseminando entre ella os progressos realizados pela raça branca. Resignemo-nos ao mal que já foi um bem e evitemos especialmente que, collocados de uma banda os brancos educados e da outra a massa de negros e mestiços incultos, a separação degenerere no que nunca pareceu dever ser no Brazil, muito pelo prolongamento da instituição servil, a saber, uma guerra de raças. Não fiemos decerto exclusivamente dos negros o desenvolvimento nacional. Elles porem melhoram n'um ambiente de brancos: por isso e por causa da escassez, do relativo atrazo mental e do enervamento da raça colonizadora, aquelle desenvolvimento tem de procurar auxilio e fomento n'outros povos, na expansão européa. Esta corrigirá a extrema mestiçagem estabelecida pelo Portugal e firmará a real supremacia dos brancos, que, si justamente por motivo d'essa mestiçagem, não correm no Brazil os perigos temidos pelos do Sul dos Estados Unidos, ameaçam em todo caso afundar-se n'um alastramento de raças inferiores.

CAPITULO II.

EFFECTOS DA IMMIGRAÇÃO.

A grandeza dos Estados Unidos tem sido, como é corrente, constituída pela consideravel immigração européa, alem do genio activo e inventivo da propria

que as cousas revistam um aspecto que falle aos sentidos mais do que directamente á alma. Do adolescente tem aquella collectividade ainda, segundo muitos hão observado, o amor da novidade, a que faz contrapeso a disposição hereditaria de complacencia para com as idéas admittidas; a ausencia do *acabado*, que é o distinctivo das velhas raças; a ingenuidade da acção; a ousadia do commettimento, que é perdoada pela sinceridade da expli-
cação.

CAPITULO IV.

A INFLUENCIA DA MULHER.

Ao lado dos primeiros grosseiros immigrants, tornados ainda mais rudes pela lucha toda primitiva com a natureza e em cuja onda plebeia desappareciam os poucos exemplares da aristocracia britânica que vinham tentar fortuna nas terras da Virgínia onde o capitão John Smith fora requestado pela princeza Pocahontas, a mulher representou desde o começo da colonização, para essa gente de um idealismo ingenuo, a doçura, o perfume, o sorriso da alegria, o unico encanto da existencia. Formou-se d'est' arte aos poucos o sentimento de extrema deferencia, de quasi veneração que desfructa a mulher na America do Norte e que, talvez mais aprimorado a Leste, é ainda mais característico no Oeste, onde o elemento masculino excede em numero o feminino. No Alaska então, onde as mulheres escasseiam, a estima transforma-se em culto,

e culto rendoso. Uma rapariga havia, provavelmente de boa cara, que dizem costumava ganhar centenas de dollares por noite dançando (a dança é a maior distração d'aquelle ermo gelado) com os mineiros do Klondike a tanto por valsa.

Aqui ou acolá o que é porem certo, é que não seria em ponto algum dos Estados Unidos que um membro do Congresso ousaria, sem incorrer no risco de vida, servir-se de expressões insultuosas para com senhoras, publicamente appellidando no decorrer do seu discurso as signatarias de uma representação contra o divorcio, entre as quaes esposas de Governadores, de concubinas de padres. Á parte a questão de polidez individual, nasce a differença sobretudo de que o Americano considera a mulher no geral como um ente de intelligencia igual á sua, senão superior sob o ponto de vista do refinamento, capaz de discernir suas conveniencias, ganhar seus meios de subsistencia e julgar com identico acerto as cousas e os homens, ao passo que nós vivemos debaixo da impressão toda latina de que a mulher é um objecto de prazer e um movel de luxo, sem direitos posto que com obrigações. Não ha muito que affirmava-me convencido um dos mais reputados publicistas da Republica que a mulher fora exclusivamente feita para o amor e a maternidade, e que n'ella apenas se deviam requerer candura e dedicação moral: e para provar que o saber e a elevação são no sexo feminino meras fantasias e confirmar sua inferioridade, ajuntava que sendo o piano e a costura artes essencialmente femininas (?), são homens os maiores pianistas e os maiores costureiros. Predominando, como é facto, tal opinião no Brazil,

não é de surpreender a pessima orientação dada á nossa educação domestica, como com traços muito verdadeiros a esboçou o sr José Verissimo no seu bello livro — *A Educação Nacional*. Não sendo nos collegios e sim principalmente no lar que se forma o caracter da criança e se corrigem suas más inclinações, como pode essa receber lições de firmeza, de independencia, de perseverança, de uma mãe que é moralmente escrava e que apenas pode ensinar ao filho — para ver polluido apenas elle lhe sac do regaço — o que constitue o seu thesouro d'alma, a candidez, a meiguice e a fé?*

* Na sessão inaugural do terceiro Congresso Nacional das mães acaba de assim exprimir-se sobre este assumpto Mrs. Theodore W. Birney, sua presidente: "Com a convicção inalteravel de que no lar reside a unica solução dos problemas com que actualmente defronta o mundo, temos luctado para chegar até ás mães da nossa terra, e por intermedio d'ellas até aos pais, porque uns e outros são que possuem o inestimavel material com o qual se levantará a futura civilização. Estão elles edificando com pedra ou com areia? Esta deveria ser a questão de mais importancia perante o mundo, e contudo será assim que a consideram? Os males nacionaes requerem remedios nacionaes. Repeto sem hesitação o maior dos males hodiernos a incompetencia, a ignorancia dos pais, e por causa d'esse existem outros males. O peccado é quasi todo resultado de ignorancia de uma forma ou outra.

Quando a formação do caracter começar no berço e fór-lhe dada preeminencia na obra de educação, os principios mais do que a politica dominarão as vidas humanas, e a verdade e a justiça, predicaes gêmeas do caracter, se enthronizarão na consciencia humana. Então cessará o barbaro, louco culto de Mammon, pois a pura riqueza não será accêita em lugar do que está acima de todo o preço — um nobre caracter humano. (*Washington Post* de 17 de Fevereiro de 1893.)

Partindo do principio da identidade da aptidão mental nos dois sexos é que os Americanos entenderam dever proporcionar no seu paiz ás mulheres as mesmas facilidades de educação que aos homens. A instrução primaria, muita da secundaria e mesmo em parte a superior é fornecida em commun a rapazes e a raparigas, sendo que o systema de coeducação, si não serve designadamente para fortificar o respeito para com o sexo feminino — como alias pensão muitos e a meu ver com razão — é justamente aqui possivel porque preexiste tal respeito. Assim como os homens teem porem suas Universidades exclusivas como Harvard e Columbia, as mulheres teem, alem de numerosas escolas profissionais em que lhes é dado o ensinamento industrial, os seus collegios particulares de ensino superior ou alta sciencia — Wellesley, Vassar, Bryn-Mawr por exemplo — nos quaes lhes é ministrado absolutamente o mesmo grao de cultura que nos outros collegios é facultado aos individuos de diferente sexo.

Matthew Vassar assim claramente deu a razão da sua fundação: "Occorreu-me que a mulher, tendo recebido do Creator organização intellectual igual á do homem, possui o mesmo direito que este á cultura e ao desenvolvimento intellectual. Espero ser o instrumento de que serviu-se a Providencia para fundar uma instituição que fará em prol das raparigas o que nossos collegios estão fazendo em prol dos rapazes." Os votos do honrado fundador de Vassar College acham-se cumpridos na integra. Neste, como nos seus congêneres, as raparigas americanas encontram os cursos mais adiantados e

os laboratorios mais preparados, e a sua existencia escolar, sabiamente regulada posto que deixando inteiro campo ao desenvolvimento da personalidade, assume em toda sua plenitude esse aspecto typico da educação americana, preparatoria da vida practica, em que se entrelaçam os estudos seriissimos, os prazeres da vida social e as obrigações mais penosas do serviço domestico; em que a florescencia do individualismo consagrada na escolha por cada alumno das cadeiras a seguir, na liberdade dos estudos, é, não pode dizer-se corrigida mas antes completada pelo socialismo, na accepção genuina, reflectido nas associações de todo o genero, desde as cooperativas até as sportivas, em que se aggre-miam os estudantes, trabalhando, debatendo e divertindo-se em commun. Deriva semelhante aspecto de que, na phrase de um observador intelligente, as Universidades nos Estados Unidos são menos estabelecimentos de instrução no sentido latino do que meios intellectuaes e moraes onde o rapaz ou a rapariga vem, aos 18 ou 20 annos, passar alguns annos para fazer a aprendizagem da independencia, do pensamento e da vida.

Qualquer passo de resto dado no caminho do desenvolvimento mental da mulher não é senão uma demonstração de bem merecida gratidão. Mercê das circumstancias de raza e de momento e graças tambem á sagaz acquiescencia masculina, debaixo da alçada da mulher americana, alem da natural educação da prole, cabiu outr' ora uma nobre tarefa derivada e facilitada por aquelle proprio tributo de admiração e carinho a que me referi e de que a tornaram alvo: a de melhorar as maneiras e levantar

o nivel intellectual e social dos que a rodeavam, dos seus pais, irmãos e maridos. Dispondo de tempo, que a esses faltava, ella poude mais cedo illustrar seu espirito e afinar sua educação, logo que os complexos e pesados trabalhos domesticos da primitiva phase colonial, quando cada casa encerrava uma miniatura de cada industria, desde a padaria e a lavanderia até a serralheria e a fição de lã e algodão, deram lugar a uma expansão mais confortavel da vida por uma divisão mais racional do trabalho. Conservando dos velhos tempos a decisão, de que dá repetidas mostras, a mulher americana passou a cultivar a graça natural e, encontrando sómente approvação e estimulo, foi tão longe n'esse caminho que hoje gosa sem grande injustiça o seu paiz do appellido de "paraizo das mulheres." O sexo forte é deveras forte no trabalho, cujos fructos deposita aos pés do sexo fragil que, abusando da sua fragilidade, deixou na maior parte de lado as occupações fadigosas pelas unicas occupações amáveis e colloçou-se sobre um pedestal tanto no lar como na sociedade. A companheira converteu-se geralmente em idolo, e não raro em idolo como o de Jagenauth que transforma em victimas os seus adoradores.

A transição não se realizou todavia sem que lucrasse o aspecto geral da sociedade e sem que passasse a exercer-se em determinados campos com tanto vigor quanta felicidade a influencia feminina. O que a mulher americana ha realizado em prol da civilização nos Estados Unidos é tão exactamente apreciado, que é o reconhecimento que actualmente mais que tudo nutre o sentimento extremo de ca-

valheirismo que existe para com ella, e que é uma verdadeira reviviscencia do sentimento que animava os trovadores medievaes. Um romancista francez, o qual, destoando da vulgaridade e ignorancia dos seus collegas ao tratar-se de assumptos estrangeiros, escreveu um romance* nada original como enredo mas assaz verdadeiro como observação, diz que os homens americanos respeitam as mulheres porventura mais do que ellas se respeitam, e attribue á má influencia européa a demasiada liberdade de maneiras que se nota entre as raparigas da alta sociedade — a mais rica — e que se vai extendendo ás outras camadas com ruins resultados moraes. A liberdade de maneiras, que aliás não é da natureza que muitos julgam, não poderia contudo ter nos Estados Unidos o correspondente deploravel effeito que traz na Europa, porque bascia-se na tradicional independencia feminina da raça saxonica, é por conseguinte natural, está por assim dizer na massa do sangue.

Justamente porem por haverem as Americanas aprendido a refinar seu espirito, a Europa exerce sobre ellas toda a sedução do seu passado, toda a fascinação da sua historia, e o facto das mulheres d'esta Democracia, as quaes com seus dotes estão conquistando a aristocracia do Velho Mundo, serem muito exigentes com os patricios e pouco com os estrangeiros, resulta de que os ultimos as dominam por aquella especie de superioridade que ellas tentam imitar e encontram realizada n'esses productos de

* P. de Coulevain, *Noblesse Américaine*, 1898.

uma civilização mais antiga e de uma cultura mais acabada. Semelhante prestigio satisfaz-lhes a sede de requinte, como os calculos matrimoniaes alheios a todo romanticismo traduzem a ambição de riqueza e posição. Condiç o primeiro com a feição idealista e respondem os segundos ao senso positivo da raça. É uma dualidade que se nota nos varios campos de actividade da mulher americana, alguns d'elles excellentes.

Foram duas mulheres que arrastaram a attenção dos seus compatriotas sobre a injustiça do tratamento dispensado ás raças inferiores dentro dos limites da Republica. Com o seu conhecido livro — *A Century of Dishonor* — excitou Mrs. Helen Hunt Jackson a compaixão publica em favor dos Indios que a litteratura, sobretudo desde Fenimore Cooper, considerava interessantes, mas que desde muito antes a lucta feroz pelo progresso votára ao exterminio. Por meio do celebre romance — *A Cabana do Pai Thomas* — traduzido em todas as linguas, até em armenio e finlandez, fez Mrs. Beecher Stowe nada menos do que a abolição, sendo tão fora de exaggero affirmal-o quanto a propria auctora julgava ter sido, ao escrevel-o, a mera transmissora do pensamento de Deus, uma Joanna d'Arc da escravatura negra. No seu enthusiasmo moral, como no dos outros defensores politicos e litterarios da abolição — Garrison, Wendell Philipps, Charles Sumner —, filhos quasi todos da Nova Inglaterra, o que especialmente revivia era o idealismo puritano, o pristino mysticismo do berço da Democracia americana que, ajudado pela libertação da theologia e pelo influxo da philosophia germanica,

atingiria seu ponto culminante no transcendentalismo de Emerson e Hawthorne.*

Nas letras contemporaneas continúa a distinguir-se o elemento feminino, como desde o periodo revolucionario, contando-se os seus representantes entre os auctores mais attractivos senão entre os mais profundos. O livro que acabo de citar é, por exemplo, o melhor trabalho condensado que conheço sobre a litteratura americana, escripto com um seguimento de idéas, uma segurança de juizos e um pittoresco de narração que na sua concisão o tornam altamente interessante. Mrs. Frances Hodgson é sem duvida uma romancista de grande talento, e são innumerables as pessoas do seu sexo que vivem exclusivamente da penna. Abro ao acaso um jornal na secção que em todos elles é dedicada especialmente ás mulheres, e encontro que Mrs. Ole Ball partiu para a India afim de estudar a vida social e a condição das mulheres alli; que Mrs. Annie Hurd Dyer está traduzindo para japonês novellas de James Lane Allen; que Mrs. M. L. Storer, esposa do actual ministro americano na Hespanha e fundadora da fabrica de ceramica de Rookwood (Cincinnati), que manufactura os mais bellos objectos d'este genero nos Estados Unidos, depois de largas experiencias inventou — a arte como as letras recebe a sua contribuição dos esforços femininos — um novo e lindo vidro para louça, de um tom escuro com effeitos de outras cores.

Bastam estas simples noticias, accidentalmente agrupadas, para por ellas se avaliar quão poderosa

* Katharine L. Bates, *American Literature*, 1898.

deve ser a parte da mulher na obra da cultura nos Estados Unidos. É mister tambem lembrar que a influencia feminina possui varias formas de exercer-se que, por menos directas, não são menos efficazes. Assim é evidente que quanto mais restricto fór o publico litterario feminino, menos cautelosa se tornará a linguagem dos escriptores, mais liberdade n'ella se dará aos termos improprios e sobretudo ás idéas immoraes, entre os povos especialmente de uma sensibilidade organica. O tom delicado e elevado da litteratura de imaginação anglo-saxonica explica-se muito pelo facto de constituirem as mulheres grande porção da sua clientela.

Pelo contrario entre nós, onde são poucas as mulheres que leem e estas mesmo leem pouco, a natural voluptuosidade da litteratura de ficção accentua-se não raro por uma impudencia do estylo e do assumpto que perverte numerosos incontestaveis talentos, e da qual infelizmente a escola realista generalizou o gosto, que aliás adaptava-se á inclinação de muitos dos novellistas, contistas e poetas, nascidos de uma raça lasciva e n'um clima calido que estimula a ardencia da paixão sexual. E é tal a força do habito e o poder do meio que até na litteratura politica, na juridica e em outras que por sua natureza pareciam dever escapar ao contagio, as idéas immoraes acodem mais facilmente do que quaesquer outras. Ha mensagens de Governadores no poder, manifestos de juriconsultos encerrando periodos que eu não tomaria a liberdade de aqui transcrever e cuja obscenidade é absolutamente desnecessaria.

Não foi um dos menores benefícios do periodo romantico, com a sua tendencia para exaggerar o sentimento e guindar a expressão, o ter conservado alto o nivel de limpeza da nossa produção litteraria. Do que foi sob este ponto de vista aquella epocha da litteratura brasileira fallam as obras dos escriptores mortos e a justa fama que usufrue o seu ultimo representante, o sñr Machado de Assis, cuja delicadeza de pensamento e de forma é tão celebrada por tantos que o não imitam. Sem ser preciso citar nomes, comparem-se os *Novos Contos* com certos romances *escaldautes* apregoados nos annuncios dos jornaes e que fazem as delicias do publico masculino — o unico —, ao ponto de perguntar-me com espanto um editor portuguez que terra era a minha d'onde quasi só lhe pediam obras obscenas; ao que tive de responder que ainda era bom que fosse em Portugal que taes encomendas achassem quem as pudesse satisfazer.

A mulher americana não permanece porem na theoria do bello e do bom, como qualquer discipulo anachronico de Victor Cousin: entra resolutamente na practica do bem. O seu antigo papel de consoladora não jaz ainda esquecido. Na recente guerra que, como disse, poz em relevo a falta de compadecimento de muitos officiaes e funcionarios, tirados de um povo muito perto da natureza, coube em boa parte ás mulheres denunciar os soffrimentos dos soldados pela imprensa, escrevendo as cartas mais precisas e sentidas que appareceram sobre o assumpto, e suavisal-os nos acampamentos, visitando os doentes, distribuindo comida pelos saos e guloseimas pelos convalescentes, vestindo os maltrapilhos e consolando

os estropeados, como faziam Miss Helen Gould e outras, de que por disporem de menos recursos philantropicos não falla tanto a chronica.

A campanha contra a Hespanha produziu glorias iguaes ás dos generaes victoriosos para duas sephoras que colheram ampla e merecida messe de bençãos — Miss Clara Barton e Miss Helen Gould. A primeira é a corajosa, a incançavel propagandista da Cruz Vermelha, uma septuagenaria de corpo franzino mas espirito fortissimo, que está identificada com todos os movimentos recentes em beneficio da humanidade; que tem sido vista desde os campos de batalha da guerra da Separação americana, um dia estabelecendo uma agencia que traçou a sorte de 30.000 soldados que faltavam ás chamadas; exercendo depois sua missão de caridade durante a campanha franco-prussiana e a Communa; correndo com o pessoal da sua Sociedade a mitigar todas as calamidades occorridas na União taes como incendios, cyclones, inundações etc.; auxiliando durante a ultima grande fome os camponeses russos na indigencia; passando em seguida a socorrer os Armenios victimas das atrocidades turcas, e finalmente acudindo a distribuir alimentos e remedios pelos *reconcentrados* cubanos victimas das prepotencias hespanholas; chegando por vezes ás portas da morte mercê da accumulção de trabalhos e fadigas, mas sempre alegre, sempre resoluta, sempre sublime. O agiologio romano não reza de Santa que haja feito mais pelo bem dos seus semelhantes.

A segunda senhora a que me referi, é a filha mais velha do argentario Jay Gould, a qual preferiu aos gosos da Europa o esplendido conforto

das suas residencias do Estado de Nova York — o palacio da Quinta Avenida e o castello de Lyndhurst, nas margens do Hudson; á vaidade de uma corôa de condessa ou de princeza nada menos do que a practica da caridade e os prazeres da intelligencia. Miss Helen Gould, cuja philantropia se exerce desde annos em uma vasta escala, tornou-se agora saliente n'este campo, não tanto por sua vontade, porque dizem-na ser a discreção e modestia em pessoa, quanto pela força das circumstancias. Depois de haver contribuido com 100.000 dollares para as despesas da guerra, ligou seu nome, sua riqueza e sua actividade á *Women's War Relief Association*, alcançando o appellido de Providencia dos soldados que, feridos pelas balas hespanholas ou pela traiçoeira malaria dos alagados de Santiago de Cuba, chegavam ás centenas mutilados, debeis, enfermos, e sem encontrarem na má organização do commissariado e das ambulancias americanas o tratamento e os carinhos a que tinham jus.

Visitando os hospitaes improvisados, Miss Gould sentiu encher-se de compaixão o seu coração e ella mesma entrou a superintender a applicação dos soccorros particulares, fiscalizando até a boa qualidade da alimentação e os rigores da dieta, e vigiando a installação dos doentes e dos convalescentes. O seu castello de Lyndhurst foi convertido em séde do efficiente commissariado da associação a que ella deu novo alento, d'ahi partindo a distribuição pelos soldados restabelecidos, antes de dispersarem-se licenciados ou de voltarem para os seus regimentos, de uma infinidade de lembranças uteis ou agradaveis. Durante todo o dia, n'um apartamento do

hotel Windsor, presidia Miss Gould com mais industria e competencia do que o Secretario da Guerra ás numerosas obras de allivio emprendidas pela sua associação. Para avaliar-se da popularidade da distincta senhora, bastará dizer que n'uma só semana recebeu ella 607 cartas com pedidos de todo o genero, sommando os de dinheiro \$ 1.041.092.00. Si fossem todos attendidos, os milhões do finado Gould derreter-se-hiam mais depressa em caridades do que com as festas á Trianon do conde de Castellane.

Para alcançar os enormes fins a que se propõe em qualquer campo, a mulher americana tem ao seu dispor, alem de abundantes recursos materiaes, a grande arma dos esforços collectivos. O poderoso espirito de associação dos Americanos é outra das impressões que logo de começo actuam no espirito do estrangeiro. Mercê de tal espirito, não só conseguiram elles realizar a mais perfeita organização politica que uma democracia pode desejar, a saber, a que assegura a mais efficaç acção á opinião e reserva o menor campo de dominio para o individuo, cuja expansão physica e moral se apresenta entretanto completa, sem o que seria damninho aquelle resultado; como alcançam minorar n'uma importantissima escala os soffrimentos dos seus semelhantes, pondo em commum e assim multiplicando os esforços singulares da caridade privada.

Sobre uma das innumeradas sociedades philantropicas dos Estados Unidos forneceu-me interessantes dados Mrs. B., esposa de um medico de Chicago e devotada propagadora d'essa obra salutar. Esta senhora é ella mesma um exemplo vivo de altruismo,

tendo desposado na flôr dos annos e possuindo amplos meios de fortuna um joven facultativo pobre e cêgo que, havendo perdido a vista aos doze annos, conseguira á força de vontade estudar e concluir seu curso. O casal é felicissimo, dois filhos enchem-lhe o lar de luz e o doutor, cuja especialidade são as doenças de coração e pulmões, é reputado entre os clinicos de Chicago pela exactidão dos seus diagnostics. Mrs. B. . . ajuda-o em todos os seus trabalhos, escrevendo os artigos scientificos que elle dicta, acompanhando-o aos congressos medicos etc.

A associação com cuja organização ella familiarizou-me, chama-se dos *King's Daughters and Sons*. Fundada em 1886 por 10 senhoras, sem distincções dentro do credo christão, contava dez annos depois de creada meio milhão de socios, inclusive na Australia, Nova Zelandia e India. O distinctivo da sociedade é uma pequena cruz de Malta de prata, e o seu lemma as palavras "Em nome d'Elle", isto é, de Jesus. *Silver Cross* se intitula o seu órgão mensal, de 36 paginas, publicado em Nova York.

A sociedade não visa a fim algum particular de altruismo, senão abrange toda e qualquer forma de beneficio que possa ser prestado, entulhando o abysmo que separa do rico o miseravel, toda e qualquer acção collectiva que melhore a natureza humana, eliminando suas imperfeições: include, entre outras cousas, visitas aos doentes, auxilios pecunia-rios ás missões no estrangeiro, costuras para os pobres, distracções e refrigerios de toda casta para os desvalidos, até o abandono da vulgar maledicencia. Para facilidade da sua piedosa tarefa, e de accordo com o principio economico e social da di-

visão do trabalho, a sociedade dos *King's Daughters and Sons* não anda organizada n'um conjunto governado por estatutos rigorosos, não constitue um parlamento-merim, especie em que tão communmente degeneram nossas associações de commercio ou de beneficencia. Os seus membros são antes os francos atradores do Bem; formam um agglomerado de pequenos clubs ou circulos, compostos no minimo de dez pessoas, sem modelo definido, uma federação de pequenas sociedades muito independentes, auxiliando-se reciprocamente e gravitando em torno de um *comité* ou conselho central, com séde em Nova York. Cada um dos circulos — e os registros da sociedade dão nota de trezentos e sessenta sómente no Estado de Illinois — escolhe pois o seu campo de actividade. Assim uma reunião de crianças cultiva amores perfeitos para a decoração dos hospitaes; esforça-se outra por mostrar comportamento exemplar nas aulas; uma terceira, de adultos, jura entre si proceder com a maxima lisura nos negocios commerciaes; fiscaliza uma quarta os estabelecimentos de surdos mudos, cujos resultados de educação sabe-se serem surprehendedentes; até, e por esta nota tocante pode-se calcular a prodigiosa força moral da associação, doentes incuraveis n'um hospital concertaram-se para, *en nome d'Elle*, não darem demasiado trabalho ás enfermeiras, poupando-lhes algumas fadigas!

Alem da natureza complexa da sociedade ou *Ordem*, como ella se denomina a si propria, o seu extraordinario desenvolvimento era bastante para determinar o conselho central a conceder a maxima autonomia ás organizações estaduais. É realmente

de pasmar o quanto estas tem alcançado em seus variados circuitos no terreno pratico, estimulando a compaixão mais prompta do sexo feminino, o qual representa a grande maioria dos associados, exercendo senhoras os cargos de presidente, secretaria geral, thesourera etc. Citei alguns exemplos. A *Silver Cross Day Nursery* de Nova York toma conta durante o dia de crianças pobres, cujas mães trabalham em fabricas, alimentando-as bem e facultando-lhes um *Kindergarten*: apenas exige que as crianças venham de casa limpas, o que é um incentivo ao accio, e que as mães paguem 5 centavos, afim de não favorecer a ociosidade. Navios chamados hospitaes fluctuantes, em opposição aos hospitaes permanentes e casas de saude á beira mar igualmente sustentados por alguns circuitos, fornecem durante o verão ensino de um passeio pelo mar e de um tonico banho de agua salgada a centenares de crianças. O de Boston passou no anno findo perto de 1.500 doentinhos.

O *Silver Cross Lunch Club* de Chicago faculta durante o dia excellentes refeições, por preços módicos, ás mulheres empregadas no commercio. Uma trincha de carne assada custa 5 centavos: o mesmo um gelado de ananaz ou de morango. Uma chavena de café, chá ou leite, pão e manteiga custa 6 centavos; um pedaço de queijo 3 centavos. Anexos ao *lunch room* existem um *rest room* ou sala de repouso, com cadeiras e divans confortaveis, piano e livraria, onde as caixeiros podem durante alguns minutos do dia gosar das vantagens da convivencia, e um *toilet room*, com banheiras, refrigerio incomparavel durante o verão, que nos Estados Uni-

dos é proverbialmente violento. A mesma sociedade prepara-se para organizar passeios hygienicos e excursões no lago, a preços reduzidos, durante a estação calmosa.

Não escasseiam outros exemplos mais, de sociedades analogas á da *Silver Cross*. Que associação haverá mais sympathica do que a que tomou a seu cargo as *manáisinhas* pobres, a saber, as rapariguinhas a quem por invalidez ou alcoolismo dos pais coube por quinhão cuidar dos irmãos mais novos, vestil-os, dar-lhes de comer, zelal-os? Esta associação, presidida por Mrs. J. H. Johnston, tem em vista ensinar áquellas precoces mães de familia a cumprirem mais vantajosamente sua tarefa, sustental-as n'essa elevação moral e alegrar-lhes um pouco a triste existencia de sacrificio. Ha uma classe de costura cuja frequencia e applicação dá direito á obtenção de roupas novas. A classe de cosinha é theorica e practica, dando ás alumnas idéa do valor nutritivo de cada especie de alimento e do modo mais saboroso de preparal-o com economia, jantando em seguida as cosinheiras em miniatura o que ellas proprias cosinharam. E é tão caracteristico o desejo de progredir que anima todo este paiz que escreve a auctora do artigo do *Evening Post* donde extraio estes pormenores, que nenhuma licção é recebida com mais gosto do que as que dizem respeito ao modo de sentar-se á meza e comer sem grosseria. No dispensario ensina-as a medica assistente a cuidarem de contusões, arranhaduras e outros pequenos incommodos e dá-lhes licções de accio e hygiene. Para permittir sua presença nas classes e no dispensario, a associação provê pessoas que substituem

temporariamente em casa as *mamãsinhas*, as quaes, acompanhadas pela medica, são levadas uma vez no verão á casinha de campo da associação para gosarem de descanso, tomarem um banho de mar e respirarem ar puro. Quando crescidas, a associação as não perde de vista e proporciona-lhes n'um club á parte distrações e conferencias semanaes, devendo breve abrir varias aulas, de bordado, costura de vestidos etc.

Outras sociedades ha que levam ao domicilio dos adultos essas licções comensinas de costura e preparo de comida, que tanto podem contribuir para tornar menos dura a vida dos pobres, e em taes obras, segundo diz o relatorio de uma das referidas sociedades, primam incontestavelmente as mulheres. Ellas veem o desconforto onde escaparia á vista d'um homem e tambem descobrem promptamente de quão pequena alteração depende muitas vezes o conforto; alem de que a natural sympathy e o tacto das mulheres as fazem inestimaveis para ganhar a confiança e provocar a effusão das pessoas a quem de-sejam socorrer. Aprendi, ajunta o relator, a confiar no seu activo interesse e discernimento de condições suggestivas.

Si numerosas outras associações philanthropicas florescem, tampooco escasseiam exemplos individuaes de caridade tanto mais heroica quanto parte de onde ella em rigor haveria que ser applicada. Entre outros casos citaria o de uma entrevada da cidade de Nova York, Mrs. Belle Cook, que jaz ha 25 annos n'uma cama e, sendo ella propria pobre, sómente pensa em dar alegria a outros pobres, achando meio de distribuir esmolras, arranjar empregos para desempre-

gados e até fornecer um perú no *Thanksgiving day* para o jantar de cada uma de 200 familias.

Não só porem associações caritativas conta em grande numero nos Estados Unidos o elemento feminino. Encontramol-as de todo o genero—intellectuaes, litterarias, politicas, para a obtenção do suffragio, para o estudo das sciencias sociaes e melhoramento da administração publica, mundanas, até genealogicas. Entre estas é muito conhecida a sociedade das *Daughters of the American Revolution*, na qual só são admittidas descendentes dos combatentes da guerra da Independencia e que, posto pareça á primeira vista um arremedo de aristocracia militar, não passa de uma inoffensiva aggremação patriótica que tem feito muito para a conservação dos monumentos historicos do paiz e o estudo do passado nacional, pretendendo assim haver contribuido em larga escala para o respeito tributado á bandeira patria. Tocamos comtudo ahí n'um dos defeitos que a final supremacia social, o abuso da mundanidade e a subrepticia influencia européa teem desenvolvido entre o bello sexo americano: o snobismo, que veremos destingir sobre o aspecto da sociedade.

O espectáculo d'aquellas associações altruistas e de tantos esforços pessoais e collectivos para a elevação da mulher como classe, reconduz naturalmente nossa attenção para a preciosa influencia feminina na sociedade norte-americana, influencia que se traduz por muitos beneficos effectos. Entre nós não logrou infelizmente até agora a mulher subir a identico pedestal nem chegar a analogo estado de influencia. Si não gosa sequer da mesma liberdade,

é claro que nunca poderá chegar a gosar das mesmas regalias da outra. Entretanto a mulher brasileira vale geralmente mais de que o homem. A sua energia, si não poudé passar até aqui alem da esphera caseira, nem por isso contrasta menos com a apathia e indolencia assaz frequentes no sexo que deveria ser o mais ardente no trabalho. É proverbial a actividade das nossas senhoras de engenho, de fazenda ou de estancia, gerindo com competência e economia a casa erguida a meio de uma propriedade cujo amanho resente-se ás vezes da inactividade do dono. Exemplos citam-se em meu Estado de senhoras que, tendo herdado propriedades oheradas, por seu proprio esforço as desembaraçaram e restabeleceram boa ordem nas finanças da familia. Desperdiça-se contudo de ordinario sem maior proveito aquella energia, como fica sem applicação condigna a sua intelligencia mais viva, o seu mais crescido interesse pelos detalhes da vida, que tanto serviram á mulher americana para melhorar e por fim transformar a apparencia social do seu paiz, porquanto, dirigindo o espirito naturalmente sociavel do Americano, ella aqui realizou uma obra maravilhosa, cujos effectos sobre a cultura nacional são incalculaveis.

E não se diga que semelhante influencia é corrosiva da vida de familia. A Americana é tão excellenté mãe de familia como a Franceza ou a Brasileira: estremece tanto quanto estas os seus filhos e dispensa-lhes iguaes carinhos; com a differença porem de que ao chegarem á idade propria, rapazes e raparigas tratam de ganhar a sua vida, si os recursos da familia os não isentam do trabalho, sem

que appareça como embargo um mal entendido recato ou um absurdo apêgo ao lar. Essa independencia não significa desamor, como poderia qualificar-a a sentimentalidade latina: significa amor proprio, vigor d'alma, actividade e character. Tocqueville, já se vê, descortina em tal predicado um effecto mais da democracia baseada ou melhor impellida pela igualdade. O pai, diz elle, representa nas aristocracias o orgão da tradição; é proprio das democracias pelo contrario afrouxarem os laços sociais, si bem que estreitem os laços naturaes. A estes ajunta o pensador francez como determinantes a religião protestante, pois que favorece a liberdade espiritual, e a solida educação politica da raça.

O facto é que, si no Brazil a mulher é ensinada a tudo esperar do casamento e nada espera que não seja por meio d'elle, vivendo enquanto solteira na mais estreita e indigna dependencia de pais e irmãos, em parte alguma como nas terras de lingua ingleza, nos Estados Unidos particularmente, possui ella tamanha independencia e põe em practica tanta iniciativa, usufruindo uma posição tão definida. Pretendem alguns que esta independencia ha produzido resultados desmoralizadores, o que não creio e o que não é.

A immoralidade é infelizmente commum a todas as epochas e a todos os povos, mas julgo que na America do Norte é exactamente, guardadas as proporções, onde ella menos se tem espraído, mercê do respeito professado pelos homens para com as mulheres e do amplo conhecimento da vida que a estas é incutido. A mulher, escreveu Tocqueville, é quem faz os costumes e estes são puros nos

Estados Unidos, mesmo si o espirito não é casto. Quer isto dizer que o mal, quando venha a fazer-se, o será com plena sciencia e consciencia, o que, si não diminue a gravidade d'elle, reduz consideravelmente o sentimento de revolta que suscita. O typo da *demi-vierge*, creado com tamanho exito por Marcel Prévost porque era o fructo de uma observação acurada, não é americano, mas europeu. É no Velho Mundo que a educação inteiramente americana e as mais das vezes erradamente americana, sem o fundamento da raça e da tradição e sobretudo sem os predicados correspondentes entre o sexo masculino, ha produzido consequências desastrosas que se pretende falsamente attribuir á influencia corruptora dos Estados Unidos. O que esta nação ensina sem a minima duvida é que dentro dos seus confins pode a mulher sahir a trabalhar, ganhar o pão, desenvolver sua personalidade, sahir da chrysalida da familia para borboletar no mundo, sem grandes perigos de tentações ou de perseguições, conscia do seu papel e impondo a deferencia. Como pensa uma romancista allemã, a renuncia encontra sua recompensa n'ella propria quando é voluntaria ou necessaria, mas é estúpida e odiosa quando se reduz á mera immolação da personalidade no altar da tyrannia domestica.

Tambem á mulher abrem-se nos Estados Unidos fartas e faceis carreiras. Na convenção dos *Christian Endeavourers* que em 1896 congregou em Washington 40.000 membros, lembrou uma oradora no seu discurso que existiam n'aquella data no paiz 2.500 medicas, 275 prégadoras ou missionarias, mais de 600 administradoras de correios, n'uma palavra mais

de trez milhões de pessoas do sexo feminino que auferem lucros das suas occupações. Estes algarismos estão todavia abaixo da verdade. O censo de 1890 accusa 1.143 mulheres nas fileiras do clero, algumas exercendo o cargo de capellãs de camaras legislativas dos Estados, 4.557 formadas em medicina e cirurgia, 337 dentistas, 208 advogadas e 10.000 administradoras de correios n'um total de perto de 4 milhões, numero que abrange mais de vinte por cento das mulheres e raparigas americanas acima de dez annos, que assim constituem uma parte importante da população no sentido moral.

Ellas tem invadido todas as profissões, absolutamente todas, com excepção de duas, as de soldado e marinheiro, que lhes parecem vedadas por motivo da sua inferior robustez. As outras profissões masculinas tornaram-se-lhes mais accessiveis, desde que o trabalho braçal ficou muito menos pesado com a abundancia e perfeição das machinas, mas creio que em quaesquer condições as não fariam desanimar. O ultimo recenseamento inseria 4 mulheres entre os foguistas e machinistas de trens de ferro e 47 entre os foguistas e machinistas de fabricas. Contam-se mulheres entre os pedreiros, carpinteiros, artífices de carruagens, ferreiros, picheleiros, cocheiros, e até uma mulher piloto. Trinta e duas rachadoras de lenha, 28 empregadas em conduzir madeiros, 682 criadoras de gado e pastoras, um grande numero de plantadoras attestam a aptidão feminina para os trabalhos mais arduos.

É claro que o serviço domestico é porem aquelle em que se occupa quasi metade das mulheres americanas. Seguem-se as operarias e depois as que se

devotam ás profissões liberaes, principalmente o ensino (entre as quaes professoras de direito, de medicina, de philosophia nas Universidades do Oeste); pintoras, esculptoras, musicas, empregadas no commercio, mesmo caixas e directoras de bancos, até juizas de paz e escrivãs de tribunaes. Nas repartições publicas o numero das mulheres cresce diariamente, estando em Washington na proporção de 1 para 3 em relação ao dos homens, e a experiencia tem provado que trabalham mais e melhor do que estes. Não só ahí occupam posições relativamente subalternas, de tachygraphas, copistas á mão e por machina, como de directoras. A repartição de commercio estrangeiro do Departamento de Estado esteve nos ultimos tempos, practicamente senão nominalmente, em mãos de uma senhora pelo facto de andar o seu director absorvido em outras funcções. De 1880 a 1896 o *Patent Office* concedeu mais de 2.500 patentes de invenção a mulheres, e para mostrar que as pesquisas industriaes não são antagonicas n'um paiz dos deveres domesticos, basta lembrar que sómente na cidade de Nova York 27.000 mulheres sustentam seus maridos na impossibilidade d'estes darem de comer ás familias.

Nem os gelos do Klondike fazem esfriar o ardor feminino na conquista do pão. O vapor *City of Columbia* partido de Nova York para Alaska, via cabo Horn, a 1 de Dezembro de 1897, levava entre os seus 400 passageiros 60 viúvas e raparigas solteiras commandadas por uma respeitavel matrona, Mrs. Gould, e que todas iam a procurar trabalho, que alli não falta com bons e faceis lucros para quem poder atravessar as primeiras asperezas do

clima e supportar as privações necessariamente abundantes. Algumas d'estas senhoras emigrantes eram medicas, outras enfermeiras, e levavam um hospital portatil; outras iam abrir casas de hospedes, outras ainda lojas; uma carregava uma bibliotheca para fundar uma *circulating library*. Graças á energia norte-americana e tambem a essa influencia feminina, Dawson City, posto que sepultada mais de metade do anno debaixo de um lençol de neve, estará dentro em breve uma cidade mais confortavel e agradável do que muitas cidades latino-americanas de dois e tres seculos de existencia. Para bem medir a resolução de que aquellas senhoras deram mostra basta lembrar que sómente a viagem inicial era de 19.500 milhas. O vapor deveria chegar a Alaska nos começos da primavera, e na foz do Yukon dois navios pequenos tomariam os passageiros e bagagens para transportal-os rio acima, assim que o degelo começasse.

Os estrangeiros, sobretudo os que só conhecem os Estados Unidos por tradição, escarnecem facilmente de uma tão larga independencia feminina. Sem ir mais longe, não ha muito tempo que Max O'Rell, proseguindo os seus espirituosamente futeis escriptos, publicava um artigo intitolado *Dominio da Saia (Petticoat Government)** em que ridiculariza sem piedade e mesmo sem cortezia o que elle chama as exaggeradas pretensões da Americana. Convenho em que o typo da *bas bleu* é na verdade insupportavel, como tambem é insupportavel o do *poseur*: o sexo nada tem que ver com isso. Em qualquer

* *North American Review* de Julho de 1896.

parte do mundo a especie pode produzir no moral exemplares desagradaveis ou grotescos, como os pode produzir no physico disformes ou incompletos. Os esforços das sociedades de temperança por exemplo — cito-as porque Max O'Rell com ellas gasta o melhor das suas ironias — frizarão por vezes a applicação de regras tyrannicas, attingirão um exclusivismo feroz em favor do chá e da agua gelada. São exaggeros communs aos fanaticos de qualquer causa. Mas porque não ha de merecer nossa consideração e deferencia a mulher banqueira, a mulher jornalista, a mulher legisladora? Porventura não possui o seu sexo intelligencia e actividade sufficientes para distinguir-se n'estas e n'outras profissões?

Em Nova York teem dado optimo resultado as inspectoras escolares, que exercem gratuitamente os seus cargos e entregam os seus relatorios ao *Board of Education*. Revelam zelo muito superior ao dos antigos inspectores, cuidando não só da parte relativa ao conforto e agasalho das crianças, seu campo tradicional de actividade, como das geraes condições hygienicas, tão frequentemente descuradas, e que, quando escassas, tão funestas consequências trazem para a saude publica. No Estado do Colorado foi ha algum tempo eleita pelos democraticas, partido em que milita — porquanto as mulheres votam n'esse Estado nas eleições para quaesquer cargos —, para superintendente da instrução publica e *ex-officio* bibliothecaria estadual Miss Grace Espy Patton. Sua jurisdicção estende-se sobre 56 condados, 1.500 escolas districtaes, das quaes um terço dirigidas por mulheres, e mais de

3.000 professores, e sua efficiencia tem provado ser completa, como aliás tem provado ser a efficiencia feminina nos *School boards*, a que lhes foi facultado o ingresso desde alguns annos e cujos trabalhos acompanham com mais attenção, mais circumspecção e mais habilitação do que os homens. As necessidades da concorrência e os temores da critica não são por certo alheios á exhibição d'esses predicados.

A superintendencia escolar do Estado de Wyoming acha-se tambem confiada a uma senhora e as mulheres gosam do direito de sufrágio em assumptos escolares na metade dos Estados Americanos. Em Kansas gosam do sufrágio municipal e nos quatro Estados de Wyoming, Colorado, Utah e Idaho do sufrágio pleno, sem restricções. Mrs. Martha Cannon é senadora em Utah e Mrs. Martha B. Conine faz parte da casa dos representantes do Colorado. Não tardará talvez muito que Iowa siga o exemplo d'aquelles Estados e tempo virá sem duvida em que os Estados Unidos offerecerão o espectáculo da Nova Zelandia e da Australia do Sul, tão intelligente tem sido a propaganda feminina, tão activas suas associações e tão continua a acção do Americano em ir abrindo ás mulheres todas as carreiras para as quaes ellas se forem mostrando aptas. No Estado de Montana o cargo de *assistant attorney general* (sub-procurador geral) ja é proenchado por uma senhora, Mrs. Ella Knowles Haskell, populista que desposou o seu rival vencedor da chapa republicana nas eleições para o Congresso, a que Miss Knowles concorrera como candidata. O marido deu-lhe, alem do seu nome, o premio politico de consolação do lugar que ella agora occupa, facto que offerece uma

graciosa solução de novo genero para os conflictos partidarios.

N' este campo entretanto é que por ora os esforços femininos encontram maior opposição e carecem de dar mostras de maior tenacidade. O Americano, que não regateia á mulher a igualdade domestica e civil e concede-lhe mesmo a superioridade social, pretende em bom numero monopolizar a igualdade politica. Contudo, do que a experiencia tem até agora revelado, a acção da mulher na politica ha sido toda benefica, exercendo-se no sentido da moralidade administrativa, da extirpação do alcoolismo, do melhoramento das prisões e dos hospitaes, da limpeza e conservação das ruas e dos jardins publicos, do bem funcionar dos varios outros ramos de serviços municipaes. Os seus ideaes provaram até aqui ser collectivamente mais levantados que os do outro sexo, como provam ser mais escrupulosos os seus methodos. Tambem no ensino, particularmente no que requer carinho e pertinacia como o dos cegos e surdos mudos, tem-se tornado extremamente recommendavel, o papel por ella desempenhado. Cita-se o facto espantoso de Miss Helen Keller, cega, surda e muda desde os 19 mezes de idade e que, ensinada por Miss Sullivan á custa de esforços incalculaveis, aprendeu a fallar, ler e escrever em varias linguas e entrou para o *collegio* de Harvard — onde funciona um annexo para o sexo feminino — seguindo um dos cursos acompanhada pela sua professora, a qual repete-lhe (telegrapha-lhe, como diz a narração do jornal) sobre a palma da mão as palavras do lente ou conferente. Os proprios dedos servem-lhe de olhos e ouvidos e portanto de vehi-

culos de impressões que o seu cerebro transforma em idéas expressas n' uma voz cheia de entoação e suavidade, aprendida por ella a modular collocando as mãos sobre os labios e garganta da mestra e imitando depois os movimentos que lhe ensinava o seu tacto exaggeradamente afinado.

Na imprensa tem igualmente achado amplos meios de manifestar-se real e proveitosamente a acção feminina. As mulheres hão effectivamente provado de um modo admiravel no jornalismo americano; e não se pense que avocam apenas as secções de modas e chronica elegante, senão que cooperam activamente nas secções politica e sobretudo litteraria e estrangeira. Empregam-nas os diarios em larga proporção como reporters no paiz e correspondentes fóra do paiz, e os *magazines* a ellas recorrem para collaboração tanto quasi como aos homens. Nenhum reporter em Washington excede, diz-se, em diligencia a Miss McCarthy, do *Star*. Miss Kate Masterson, do *Journal* de Nova York, esteve em Cuba durante a revolução e d' alli escreveu curiosas correspondencias. Para a Europa, para a America Central, até para as ilhas mais remotas do Pacifico tem os principaes jornaes destacado correspondentes dentro o seu corpo de redactoras, preparadas para exercerem estas funções litterarias pela solida educação intellectual recebida nos seminarios, collegios e Universidades. De Mrs. Marion Howard conta-se que durante algum tempo forneceu uma carta semanal a 60 e 80 jornaes. Faz ella hoje parte do *Post* de Boston. O semanario fundado por Frank Leslie só começou a dar lucros depois que a viuva tomou conta da sua gerencia.

O amor ao trabalho é de resto uma feição tão saliente, um traço tão indelevel do character nacional, que nos Estados Unidos dá-se o facto extraordinario da scena não exercer sobre elle um geral influxo nocivo: quero dizer que entre as actrizes americanas algumas se encontram que não fazem do theatro e da vida alegre accessoria o seu ganha pão exclusivo. São actrizes como poderiam ser caixeiras, si sentem vocação para o palco e necessitam ganhar dinheiro. Chegue porem a estação calmosa; feche-se a meio do inverno o theatro por diminuta frequencia de espectadores, ou quebre o empresario por especulações arrojadadas; falhe n'estas condições a escriptura n'outro theatro ou mesmo, de principio, não appareça a qualquer artista a appetecida escriptura: não constitue isso na vida um embaraço insuperavel, nem um motivo para a ociosidade e suas legitimas consequencias. O artista põe sem hesitar mãos á obra n'outro genero de trabalho, por vezes inteiramente diverso do seu habitual.

Não quer isto dizer que a castidade das vestaes se haja refugiado entre as modernas actrizes americanas, e é de ver que os artistas de nomeada contam senão bens, lucros sufficientes para poderem dedicar-se unicamente á sua profissão. Não escazeiam todavia casos de actores e actrizes lutarem valentemente pela vida quando o palco lhes nega remuneração, pondo em jogo a maravilhosa faculdade de adaptação ao labor que caracteriza o Americano, e que é identica á sua facilidade de adaptação a qualquer esphera social para que seja transportado. No casal de artistas Steele e marido emprega-se como agente de uma companhia de

seguros. Miss Hill, que diziam ia desposar um juiz, faz lindos bordados que vende com vantagem. Clara Hunter e Fiske escrevem para as gazetas. O casal Franck Davis possui uma hospedaria de verão em Long Island; o casal Thompson um *atelier* photographico em Harlem. Mrs. Lestimia é costureira e assim logra sustentar o marido paralytico, a mãe e o filhinho. Hunk finalmente entrega-se á bucolica e rendosa occupação de criar gallinhas.

É mister accrescentar que a actividade e independencia da Americana em nada tem prejudicado a natural garridice do sexo, o louvavel desejo de parecer bem que é uma das seducções da mulher. A moda, a de Paris, governa aqui todo o sexo amavel com imperio igual áquelle de que dispõe na rua do Ouvidor. Si por algum lado pecca, é pelo do excesso de apuro, que friza algumas vezes pelo espaventoso. A elegancia do trajar torna até mais suggestivo o exemplo captivante de *hombriedade* que nos é fornecido pela creatura respeitavel que, sentindo-se dotada de entendimento e energia, vimos preferir a consciencia de depender nobremente de si mesma a ter de procurar no casamento, pelo preço tradicional da sujeição, o unico, o exclusivo modo decente de, sem faltar ás convenções, escapar á necessidade ou conseguir fortuna.

Si o movimento feminista nos Estados Unidos tem obtido tanto successo, é tambem muito porque, graças á raça e á educação da mulher, elle ha sempre sido practico. Alem d'isso não julgarum as Americanas, como as suas collegas francezas que teem trabalhado pela emancipação do sexo a que pertencem, que para obter semelhante resultado fosse

indispensavel tornar a mulher revolucionaria e especialmente livre pensadora. A politica e ainda mais a religião teem sido aqui conservadas arredadas de um movimento que é e deve ser puramente social. Em França os ataques obrigados ao catholicismo mantem muitas mulheres afastadas da lucha travada pelos direitos que devem ser d'ellas e fazem-nas mesmo considerar hostilmente uma acção que, em summa, só lhes poderia ser vantajosa. Pois não deu-se alli o facto de Mme. Deraismes, senhora que tem aliás trabalhado ardentemente pela causa feminista, discordar da idéa de um congresso official internacional sobre a materia, pela simples razão de dizer-se pedreira livre e livre pensadora e haver a presidencia do congresso sido dada ao metaphysico e deista Jules Simon, o homem de Deus na escola? O resultado da discordancia foi a reunião simultanea de dois congressos hostis no meio da indifferença geral.*

Apenas em Janeiro de 1893 formou-se sob a presidencia da auctora do citado artigo a *Avant Courrière*, de que fazem parte damas catholicas e aristocraticas como a duqueza d'Uzès e que, auxiliada por homens publicos de diferentes matizes, já obteve do Parlamento francez o direito para a mulher casada de dispor do seu salario, verdadeira conquista economica interessando a seis milhões de mulheres, casadas e por casar, que alli trabalham em profissões manuaes e liberaes. O grande emprego das mulheres francezas nos correios, telegra-

* Jeanne E. Schmahl, *Progress of the Women's Rights Movements in France, The Forum de Setembro de 1894.*

phos, telephones, escolas, etc. obedece muito mais a motivos de economia, porquanto ellas sujeitam-se a receber salarios menores de metade dos exigidos pelos homens, do que ao prurido philantropico de fornecer-lhes meios de ganhar a vida. O numero muito mais avultado de Francezas empregadas comparado com o de Americanas — quasi o dobro n'uma população inferior de quasi metade — converge outrossim nossos reparos para a cavalheirosa, outros dirão a ridicula obstinação dos Americanos em pouparem á mulher, sempre que podem, os rigores do trabalho estipiendiado.

A America, diz um humorista nacional, produziu uma nova especie do genero homem: o esposo modelado. Na maioria dos casos a mulher governa discrecionariamente o seu lar e n'elle são lei todos os seus caprichos, cabendo ao marido, que quasi sempre a desposou sem dote, fornecer os meios materiaes de satisfazel-os, o que elle sóe executar da melhor vontade, sem um murmurio, educado como foi a tudo dar e pouco esperar em troca. A submissão do marido americano, por mais que ultrapasse os limites do razoavel, não pode porem quasi nunca ser taxada de ridicula, visto não importar a abdicção da sua vontade fóra da esphera domestica ou quando muito mundana, e traduzir em vez de servilismo e cobardia moral, devoção e a extremada deferencia que o pendor hereditario e o meio lhe inculcaram para com o sexo feminino.

A mulher não desapparece pois na sombra do marido. Trata-se por exemplo de um candidato a importante cargo publico: os jornaes esmiuçam logo de quantos membros compõe-se sua familia, quem

é sua senhora, si é honesta, intelligente e amavel, si está nos casos de ajudar o marido nos seus deveres officiaes e especialmente de sociedade, etc. Um candidato presidencial cuja esposa não gosse de uma reputação immaculada não lograria, estou certo, alcançar sequer a nomeação do partido. Os Americanos recuariam ante a idéa de installar na Casa Branca, onde brilharam o espirito de Dolly Madison, o perfeito tacto de Mrs. Cleveland, a bondade ou o talento de tantas outras damas, uma pessoa menos digna de alli figurar. Assim que em St. Louis e Chicago foram acclamados os nomes de McKinley e Bryan, toda a imprensa dos Estados Unidos referiu-se ás suas consortes e publicou-lhes os retratos. Ninguém ficou ignorando no paiz que Mrs. McKinley é uma senhora de rara suavidade, de uma dedicação cega ao marido que lhe corresponde com igual affecto, mas infelizmente de uma saude tão delicada que não poderia eventualmente acompanhar o Presidente em todos os encargos da sua posição official, e que pelo contrario Mrs. Bryan, igualmente virtuosissima e devotada, é para mais tão activa que formára-se ha annos em direito para ajudar o marido nos seus trabalhos de advocacia.*

* De uma entrevista com Mrs. Bryan então realizada por um jornalista transcrevo os seguintes topicos, exprimindo sua opinião sobre a educação feminina e a religião, os quaes darão idéa bastante da sua viva intelligencia: «Penso que ás crianças deve-se proporcionar o desenvolvimento e caracter e mostrarem para que são mais aptas. Creio porem firmemente na necessidade de dar a minhas filhas uma educação inteiramente practica no pleno sentido da palavra, de forma a, no caso de precisarem depender do seu

Em todas as viagens effectuadas pelo candidato democrata foi ella vista a seu lado, alliviando-o nas estações do percurso da pressão vigorosa de algumas dezenas de mãos; ajudando nas recepções com o seu sorriso encantador e suas phrases amaveis a consolidar a popularidade do marido; apparecendo nos comicios ao lado d'elle, discreta mas visivel, animando-o com a sua presença, animando-o com a sua dedicação. Até por seu conselho decidiu-se a installação em Chicago, durante a campanha, do escriptorio central do partido, contra o parecer de varios proceres que o queriam a Leste. Esta intervenção de Mrs. Bryan, filha de um motivo sentimental — o sentimentalismo sabem todos quanto é poderoso no espirito feminino, chegando ás vezes a contrariar a lucidez das suas apreciações —, foi considerada demasiada por alguns que desejam confinar a mulher á esphera social e negam-lhe toda entrada na politica.

Dizia-me então uma senhora americana que a trabalho, estarem em situação de pelear pela vida exactamente como os irmãos . . . Não faço grande questão de credos, mas entendo que a religião exerce uma influencia salutar e age como um freio, e que as crianças, especialmente rapazes, nos quaes incutiu-se a devida reverencia para com a religião, vivem vidas melhores e mais limpas . . . Não gosto de extremos, nem de moda nem outros quaesquer, mas entendo que a mulher não deve entrar com o casamento n'um periodo de estagnação mental. Pelo contrario, deve conservar-se quanto possivel em dia com tudo, o que só lhe pode ser util e bem assim a seus filhos e marido. Contudo o primeiro dever da mulher está no lar e com este dever não deve ella permittir que cousa alguma interfira."

ingrência de Mrs. Bryan acabaria talvez por ser prejudicial ao marido, não por tornar-o merecedor de escarneo, pois nunca o pode ser o accordo entre esposos, que si deve dar-se nas pequenas cousas domesticas com maioria de razão deveria primar nos passos importantes da vida, mas porque Mrs. Bryan, embebida na sua admiração pelo talento do illustre orador de Nebraska, deixaria de pesar convenientemente os obstáculos e contratempos que a propaganda radical suscitaria contra a sua candidatura entre a população conservadora. A minha interlocutora pois, longe de desapprovar o facto de Mrs. Bryan tomar parte na campanha presidencial, mostrava apenas receio que fossem errados os seus calculos politicos embaciados pelo sentimento. A frequente supremacia do sentimentalismo no caracter feminino poderá entretanto contribuir para impedir o progresso de um mal que está sendo muito commum na nossa epocha de emoções gastas: o egotismo intellectual, ou por outra a immolação da sensibilidade á intelligencia pela indulgencia no refinamento da primeira até ao ponto de encontrar as sensações necessarias á obra intellectual.

Por este lado affectivo e pela avidez de homeagens que evidenciava, permaneceu a mulher americana mais feminina, isto é, não masculiniza muito o typo superior que encarna: o da creatura tão ambiciosa de saber quanto de mando, tendo perdido parte do que faz o seu encanto em outros lugares — a modestia que não o recato —, mas ganhando em troca mais confiança em si propria e nos possiveis beneficios da sua acção, extendendo esta acção do campo domestico ao campo social, ama-

ciando as asperezas do caracter nacional, melhorando os costumes, derramando a caridade e a instrução, o pão do corpo e o do espirito, n'uma palavra promovendo o progresso da sua patria e representando um dos mais poderosos factores da sua cultura. É n'este sentido, e pondo de lado o que possa suggerir de burlesco para apascentar o riso alvar o predominio social da mulher, que o Brazil, a meu ver, tem mais que tudo que aprender dos Estados Unidos.

Com a emancipação — o termo elevação será n'este caso mais verdadeiro talvez — da mulher lucrará em primeiro lugar a impressiva educação familiar, tornada mais intelligente e mais proveitosa para a formação do caracter, sem que para isso seja necessario converter a mãe de familia n'uma encyclopedia viva. As que não tem deveres maternaes ou conjugaes a cumprir, permittir-lhes-ha recusarem nobremente a esmola dos parentes, collocarem-se na dependencia que fór de sua unica e livre escolha, serem senhoras de seus destinos. De mais, uma vez mais culta e mais independente, a mulher, por natureza amiga de sociedade, reagirá sobre o nosso isolamento mundano, a nossa falta de convivencia, e esta é mais do que uma distração, é uma necessidade da civilização, cuja ausencia já se está traduzindo entre nós pela selvageria de costumes de que deram prova as ultimas revoluções, n'uma terra de tendencias essencialmente brandas, de uma ingenita sympathia e tolerancia.

Nos Estados Unidos mesmo ha entretanto quem pense que a emancipação feminina está sendo exagerada, ameaçando em um futuro não muito longin-

quo a vassallagem do homem, de tal modo se esforçam as mulheres por obter todas as garantias e realizar todas as pretensões sem descartar nenhum dos seus privilegios, que eram o contrapeso da sua sujeição. É possível que alguma verdade encerre tal asserção, ainda que o receio expresso revele pelo menos pouca confiança na propria valia d'aquelles que se não pejam de formulal-o. Quanto a nós, no Brazil, estamos tão longe por emquanto, n'esse como em muitos outros pontos, da actual condição americana, que pouco nos deve n'este momento intimidar a perspectiva. A mulher brasileira tem primeiramente que alcançar as qualidades que distinguem collectivamente a mulher americana e que a habilitaram para a feliz emulação, o que se não obtem n'uma geração por ser sómente fructo de uma longa adaptação: tem que tornar-se de impulsiva, reflectida, de brilhante, profunda, de exclusiva, dotada de iniciativa, de fraca, energica, de sentimental, practica, de acanhada, cheia de confiança, de medrosa, resoluta, de dependente da vontade masculina na familia, conscia da sua liberdade e da sua força.

Afortunadamente possui ella reservas de decisão armazenadas nas lides caseiras e de que acaba de dar provas animando a reacção, extraordinaria n'uma nação apathica como a nossa, contra o projecto de divorcio apresentado e defendido com enthusiasmo no Congresso por alguns deputados. Choveram as representações adversas á idéa, cobertas de milhares de assignaturas, sendo até mais numerosas as de homens que as de senhoras, as quaes no emtanto pesaram certamente sobre a deliberação dos seus

maridos e parentes, e contribuíram principalmente para emprestar á discussão publica d'aquelle problema social um ardor e um interesse que não offereceu entre nós nem a mudança do regimen politico. É verdade que tratava-se do seu bem estar, mais do que isto, do seu unico futuro emquanto persistirem as condições actuaes da sociedade brasileira: mas não indica tal concerto de esforços que não é para desdenhar o impulso demonstrado por aquelle pronunciamiento?

Ao cabo do processo de transformação que presentemente está soffrendo a condição feminina, os contras do resultado serão decerto vencidos pelos prós. A educação idêntica para os dois sexos dizem alguns ser inutil porque os destinos do homem e da mulher são diferentes. Esquecem porem esses que pretendem conservar a mulher adstricta á educação futil, ás *prezadas* que lhe são ensinadas com vista de prepararem-na para mais tarde agradar e delectar o seu senhor, que muitas vezes não vem o marido e falta tambem o pão, outro que o da esmola. Esquecem os que mostram receios pelo sacrificio das graças da mulher no altar da affectação masculina, que a vaidade faz parte essencial da natureza feminina, que o cultivo da belleza será a ultima cousa que ella deixará de praticar, como o desejo de agradar o ultimo sentimento que n'ella se apagará. Esquecem os que a apontam descurando marido e filhos que, quando mesmo o amor conjugal não fór de tão boa liga que resista ás seducções da sciencia, da politica, do prazer ou da phantropia, o instincto da maternidade é absorvente na mulher e que não ha tratado philosophico, elei-

ção, baile ou missão que resista a um sorriso ou a uma lagrima de criança. Esquecem ainda os que allegam que os laços de familia ir-se-hão desatando cada vez mais nos Estados Unidos, que esta apparencia deriva não tanto da posição de igualdade alcançada pela mulher como de um caracteristico de raça que torna os filhos, não insubmissos mas avessos a dependerem exclusivamente dos pais e inclinados a dirigirem seus destinos. E si a familia vai sendo uma unidade menos commum, depende tal facto tambem das circumstancias da vida moderna que produzem o temor das responsabilidades e acurretam o egoismo.

Os Estados Unidos oferecem innumerables variedades da *new woman*, mas nenhum typo commum no qual possa fixar-se attenta e minuciosamente o observador, porquanto aquella diversidade provem e provida sempre da expansão individual de cada indole sobre a base dos predicados e defeitos de raça. N'uma notaremos a reserva, n'outra a ousadia, por que a independencia deu a ambas a opportunidade de desenvolverem seus respectivos caracteres, alem de robustecerem-n'os com as qualidades que s'o d'ella podem ser derivadas. Não se pode pois absolutamente aventar que a *nova mulher* será uniformemente orgulhosa, dominadora, reclamando a primazia, desabrida de modos, nulla senão insupportavel como companheira. Haverá, como sempre houve, algumas d'esta especie, mas tambem de outras especies mais amaveis e attrahentes; no todo é porem inquestionavel que o sexo feminino ganhará com a evolução. A mulher grave, instruida, economica e evolucionada, a mulher grave, instruida, economica porque tem experiencia da vida, será sem

duvida mais proveitosa no lar, dar-lhe-ha mais calma, nobreza e ventura do que a mulher frivola, sem cultura seria, prodiga e leviana, mesmo porque não tem um conhecimento seguro do mundo, que querem muitos consagrar como o typo ideal da especie. A educação e a liberdade nem sempre gerarão todas aquellas boas qualidades, mas ellas terãõ certamente muito maior difficuldade em brotar da ignorancia e da sujeição. O que valem os senões da fatuidade e do pedantismo da mulher *forçada* junto da inutilidade e da corrupção moral da mulher mundana? Da educação e da liberdade é que poderãõ germinar a communhão das intelligencias, portanto um affecto mutuo mais levantado, e uma organização mais sadia porque mais racional da familia.

Si um dos effectos do movimento feminista for, como é de suppor, a diminuição dos casamentos e dos nascimentos, porquanto a mulher encontrando facilmente occupação e conseguindo ás vezes gloria, não abdicará tão promptamente sua existencia solitaria mas honrosa e satisfactoria por um matrimonio pouco sympathico, que mal haverá n'isso? Em primeiro lugar a difficuldade estimulará o homem a apresentar-se melhor na lica, e os effectos da selecção são bem conhecidos e visiveis na perfeição dos exemplares machos do reino animal, excepção feita da especie humana. Depois o excesso de população é um mal economico tão denunciado que só deverá ser util corrigil-o, e que melhor correção a que provem, não da restricção voluntaria, mas da resultante natural das condições sociaes, as quaes por outro lado só traduzirão harmonia e felicidade?